Teatro
Herson Capri e Caio Blat trazem ajuste de contas entre pai e filho em "Memórias do Vinho (Per Bacco)" EU&

À Mesa com o Valor
Após o prestígio alcançado com o italiano Evvai, Luiz Filipe Souza abraça a gastronomia brasileira com o Y EU&

Musical
Vanessa da Mata estreia 'Clara Nunes - A Tal Guerreira', a partir de hoje, no Teatro Bravos, em São Paulo EU&

Sexta-feira, 2 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6057 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

STF vai julgar processos tributários com impacto de R$ 712 bi aos cofres públicos

Contas públicas As ações envolvem as três esferas de governo; decisão sobre a exclusão do ISS no cálculo do PIS e da Cofins pode custar R$ 35,4 bi à União

Beatriz Olivon
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem pelo menos 32 processos tributários importantes para julgar contra a União, Estados e municípios, com impacto estimado de R$ 712 bilhões aos cofres públicos. Três deles estão pautados para este mês. O levantamento é do escritório Machado Associados, reunindo processos indicados no Anexo de Riscos Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025.

Um dos julgamentos mais aguardados pode ser realizado no dia 28. O STF pautou um recurso sobre a exclusão do Imposto sobre Serviços (ISS) na base de cálculo do PIS e da Cofins. O caso pode ter impacto de até R$ 35,4 bilhões para a União, em caso de derrota.

A discussão tem como pano de fundo a "tese do século", a retirada do ICMS da base do PIS/Cofins, definida em 2017. Para os contribuintes, os motivos para excluir o ICMS valem também para o ISS. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), porém, discorda. O tema também divide os ministros e ficou empatado, após oito votos, quando a questão começou a ser julgada no Plenário Virtual, em agosto de 2020. Com a transferência para o plenário físico, o julgamento será reiniciado, mantendo-se a posição dos ministros aposentados.

No mesmo dia em que está pautada a exclusão do ISS na base do PIS e da Cofins, os ministros podem concluir a análise da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) de pessoas físicas — a contribuição previdenciária do setor. O impacto potencial é de R$ 20,9 bilhões.

Os casos que podem ter maior impacto ainda não foram pautados. Entre eles está o que discute os limites de dedução de gastos com educação no Imposto de Renda, estimado em R$ 115 bilhões, e o que trata da necessidade da edição de lei complementar para que seja cobrado PIS/Cofins na importação, estimado em R$ 325 bilhões.

Os processos indicados no Anexo de Riscos Fiscais dificilmente afetarão as contas públicas em 2024, segundo Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. Mesmo que sejam julgados, eles só terão efeitos depois do trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso), o que não deve ocorrer neste ano. "O Anexo de Riscos Fiscais mapeia fatores que podem gerar custos para a União, a exemplo de decisões judiciais, particularmente envolvendo questões tributárias", diz Felipe Salto, da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. "São custos em potencial, que devem ser acompanhados, um a um, com bastante atenção." **Página E1**

Dólar supera R$ 5,73, o maior nível desde 2021

Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet, Gabriel Roca e Eduardo Magossi
De São Paulo

O dólar fechou ontem em seu maior nível desde dezembro de 2021, ao subir 1,43%, para R$ 5,735. O pregão foi marcado por um movimento global de aversão a risco, que também afetou outras moedas de emergentes. No entanto, a depreciação do real foi mais forte que a de seus pares, com o mercado refletindo o tom menos duro que o esperado no comunicado do Copom. Os juros futuros tiveram um dia de muita volatilidade. O Ibovespa recuou 0,2%.

Dados econômicos mais fracos trouxeram de volta o temor de uma recessão nos Estados Unidos. Isso levou os investidores a migrarem para ativos considerados mais seguros, como os títulos do Tesouro americano. Em Wall Street, as ações fecharam com perdas. **Páginas C1 e C2**

Repórter dos EUA é solto em troca com a Rússia

Max Seddon, Felicia Schwartz e Adam Samson
Financial Times

A Rússia libertou o repórter Evan Gershkovich, do "The Wall Street Journal", como parte de uma complexa troca de prisioneiros com os Estados Unidos e outros países, a maior do tipo desde a Guerra Fria. A troca, realizada em Ancara (Turquia), envolveu 26 prisioneiros e sete países. Foi o ápice de vários meses de esforços diplomáticos empreendidos após a invasão da Ucrânia pela Rússia. As negociações também envolveram Alemanha, Noruega, Polônia e Eslovênia, de acordo com autoridades de diferentes países. O assessor de segurança nacional americano, Jake Sullivan, considerou a iniciativa "histórica". **Página A13**

Recordista de medalhas

ABBIE PARR/AP PHOTO

Com a prata conquistada ontem no individual geral da ginástica artística, Rebeca Andrade tornou-se a brasileira com o maior número de medalhas olímpicas: sendo duas de prata, na mesma prova; uma de ouro, no salto, em Tóquio; e a de bronze por equipes, também em Paris. Caio Bonfim conquistou a prata na marcha atlética. B7

Brasil, Colômbia e México cobram atas da Venezuela

Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Maria Cristina Fernandes
De Brasília e São Paulo

Brasil, Colômbia e México divulgaram nota conclamando as "autoridades eleitorais da Venezuela para que avancem de forma expedita e divulguem publicamente os dados desagregados por mesa de votação", afirmando que o princípio "da soberania popular deve ser respeitado mediante a verificação imparcial dos resultados". Até ontem, as atas não haviam sido apresentadas.

Os três países ainda não reconheceram a reeleição de Nicolás Maduro, mas não a refutaram. A nota também faz "um chamado aos atores políticos e sociais a exercerem a máxima cautela" em suas manifestações e eventos públicos, "para evitar uma escalada de episódios violentos". Já o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que, "dadas as evidências esmagadoras", está claro que o oposicionista Edmundo González obteve a maioria dos votos. O Brasil assumirá as representações diplomáticas de Argentina e Peru no país, após a expulsão de seus diplomatas. **Página A14**

Curso Valor de Jornalismo tem inscrições abertas

De São Paulo

Estão abertas a partir de hoje (2), e até o dia 18 de agosto, as inscrições para o Curso Valor de Jornalismo Econômico 2024. São 20 vagas para jornalistas de todo o país formados a partir de janeiro de 2019 ou estudantes de jornalismo que vão concluir a faculdade em 2024. O curso, presencial e gratuito, terá início em 14 de outubro e terminará em 29 de novembro, em São Paulo, no edifício sede do **Valor**. Os alunos terão aulas com jornalistas da casa e também convidados. **Página A2**

Indicadores

Ibovespa	1/ago/24	-0,20 % R$ 23,9 bi
Selic (meta)	1/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	1/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	1/ago/24	5,6675/5,6681
Dólar comercial (mercado)	1/ago/24	5,7343/5,7349
Dólar turismo (mercado)	1/ago/24	5,7727/5,9527
Euro comercial (BC)	1/ago/24	6,1135/6,1153
Euro comercial (mercado)	1/ago/24	6,1856/6,1862
Euro turismo (mercado)	1/ago/24	6,2574/6,4374

Mídia Jornalistas recém-formados têm até 18 de agosto para entrar no processo seletivo; aulas presenciais começam em outubro

'Valor' abre inscrições para Curso de Jornalismo Econômico

De São Paulo

Estão abertas até o dia 18 de agosto as inscrições para o Curso Valor de Jornalismo Econômico 2024. São 20 vagas para jornalistas de todo o país formados a partir de janeiro de 2019 ou estudantes de jornalismo que vão se formar em 2024.

O curso, que é 100% gratuito para os participantes, terá início em 14 de outubro e termina em 29 de novembro; serão cinco semanas de aulas presenciais no mesmo edifício onde fica a sede do **Valor**, em São Paulo, seguidas de duas semanas em que os jornalistas selecionados farão uma imersão na redação, conhecendo a rotina de trabalho em diferentes editorias e em outros títulos de economia e negócios do jornal: Pipeline, Valor Investe, Globo Rural, Época Negócios, Pequenas Empresas & Grandes Negócios e Um Só Planeta.

Além de palestras e conversas com a diretora de redação do jornal, Maria Fernanda Delmas, os jornalistas recém-formados selecionados para a experiência terão aulas também com editores-executivos, editores, repórteres especiais e outros jornalistas do **Valor**, além de profissionais da Editora Globo e da CBN, que compartilharão seus conhecimentos sobre a cobertura de temas tradicionais e mais recentes.

Haverá também aulas com especialistas renomados sobre conceitos básicos e temas que todo jornalista econômico precisa conhecer: PIB, Copom, mercado de capitais, balanços, investimentos etc. Haverá ainda aulas sobre temáticas mais novas e transversais como ESG, transição energética, criptomoedas e inteligência artificial.

Fazem parte do programa também treinamentos em temas como jornalismo de dados, políticas públicas, oficinas de texto, estratégias digitais e noções de matemática financeira.

"Na edição do ano passado, tivemos uma turma excepcional, diversa, aguerrida, que também nos trouxe novas questões e novos olhares sobre o jornalismo. Esperamos continuar ajudando a formar profissionais apaixonados pelo ofício. E também estamos ansiosos por mais um ano de trocas com essa nova geração", afirma Delmas.

O projeto do Curso Valor de Jornalismo Econômico está sendo conduzido internamente pelos editores-executivos Fernando Torres e Catherine Vieira, além da área de recursos humanos da empresa, liderada por Andressa Motta.

A coordenação ficará pelo segundo ano consecutivo a cargo da jornalista Ligia Guimarães, recém contratada como gerente de produtos educacionais do **Valor**, após cinco anos como editora na BBC News Brasil. "Iniciativas de formação como esta são cada vez mais importantes para dar oportunidades a jovens jornalistas de experimentarem a rotina das redações e permitir a troca com jornalistas mais experientes, tão importante para o aprendizado", diz a jornalista, que foi repórter de políticas públicas do **Valor** por seis anos e tem especialização em inovação e empreendedorismo digital pela City University of New York (Cuny).

A nova edição acontece após o sucesso do curso em 2023, que teve todas as expectativas superadas tanto do lado da organização quanto do ponto de vista dos alunos. O projeto resgatou uma bem-sucedida iniciativa de formação de jornalistas que já havia sido conduzida pelo **Valor** em 2011, mas que desde então não tinha sido reproduzida.

A percepção do alto nível dos talentos selecionados durante o curso foi unânime, e a diversidade de perfis dos jornalistas selecionados foi um elemento-chave para o sucesso do curso.

> Edição do ano passado teve 44% dos alunos identificados como pretos e pardos

Cerca de 44% dos selecionados para as aulas se auto identificaram como pretos e pardos, e a turma teve participantes de diversos Estados do Brasil: Amazonas, Amapá, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal. A intenção é renovar esse esforço na edição 2024. "Lembrando do que a disse a jornalista Miriam Leitão, durante sua palestra na edição de 2023, queremos novamente ter mais sotaques de todo o Brasil dentro da sala", diz Torres.

O objetivo do curso é preparar mais talentos para o jornalismo econômico. Não há um compromisso de contratação automática de participantes. Na edição do ano passado, alguns integrantes da turma de 2023 se tornaram trainees, trabalhando na redação do **Valor** em 2024.

A edição 2024 terá patrocínio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), da JBS e do Mercado Pago, este pela segunda vez.

Na edição passada, passaram pela sala em aulas presenciais nomes como o economista e ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga; a economista-chefe da SulAmerica, Natalie Victal; e um dos "pais" do Plano Real, o economista Persio Arida, além do presidente da BB Asset, Denísio Liberato.

O que você precisa saber

Detalhes sobre o Curso Valor de Jornalismo Econômico 2024

Quem pode se increver

Estudantes de jornalismo que vão se formar em 2024 ou jornalistas formados desde janeiro de 2019

Prazo de inscrição: Até 18/08

Processo seletivo

- Cadastro no site Vagas.com.br
- Prova de múltipla escolha
- Redação
- Entrevista

Temas de aprendizado

- Macroeconomia
- Empresas e Negócios
- Finanças e Investimentos
- Políticas públicas

Outras habilidades

- Jornalismo de dados
- Técnicas de entrevista
- Oficina de texto
- Jornalismo digital e SEO

Período do curso — **7 semanas:** De **14/10** a **29/11,** das 9h às 18h10

Modelo — **Curso 100% gratuito**, com aulas presenciais com jornalistas do Valor, economistas e outros especialistas no prédio do Valor, em São Paulo

Saiba mais em: https://cursodejornalismo.valor.com.br/

Fonte: Valor

Como será a seleção

Os interessados devem se inscrever pelo site do curso (https://cursodejornalismo.valor.com.br), e o processo seletivo envolverá quatro etapas: validação às cegas de currículos (análise que exclui informações pessoais sobre os candidatos para evitar vieses, mas checa se o candidato ou candidata atende aos critérios de ano de formatura e se o curso é de jornalismo), teste de múltipla escolha de conhecimentos gerais e econômicos, raciocínio lógico e língua portuguesa (remoto); redação (remoto) e entrevistas presenciais e remotas.

Como serão as aulas

Para cada trilha temática do curso, os alunos terão aulas mais técnicas com especialistas, seguidas de apresentações com os jornalistas experientes da casa sobre como o **Valor** faz a cobertura jornalística daquele assunto. Serão quatro blocos temáticos principais: macroeconomia, empresas e negócios, finanças e investimentos e políticas públicas. Dentro desses temas, o treinamento será organizado em aulas e palestras voltadas a desenvolver habilidades técnicas, como aprender a navegar e criar bases de dados de contas públicas, de indicadores macroeconômicos e a interpretar balanços financeiros. O curso também terá momentos de inspiração com grandes nomes do jornalismo e da economia nacionais.

Faça já sua inscrição para o Curso Valor de Jornalismo Econômico: https://cursodejornalismo.valor.com.br/

Projeção para o PIB deste ano tem viés de alta, diz IFI

Estevão Taiar
De Brasília

O Produto Interno Bruto (PIB) pode crescer mais do que 2% em 2024, afirmou hoje a Instituição Fiscal Independente (IFI).

Em relatório, o órgão de monitoramento da política fiscal, ligado ao Senado Federal , diz que a sua projeção atual de expansão de 2% para a economia brasileira neste ano "tem viés de alta".

Segundo a IFI, a atividade econômica "continua a mostrar resiliência", com diversos indicadores indicando "crescimento entre abril e maio".

Um exemplo é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que teve alta de 0,2% em relação a abril (no cálculo sempre livre de fatores sazonais) e que deixa herança estatística de 0,6% para o segundo trimestre.

Isso significa que, se o IBC-Br permanecer em junho no mesmo patamar que estava em maio, terá alta de 0,6% na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres, afirma o relatório da instituição fiscal.

Efeito Rio Grande do Sul

Com base no IBC-Br e nas pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a maio, a IFI afirma que "os danos ao setor produtivo no Rio Grande do Sul foram significativos, especialmente na indústria em comparação com o comércio".

Mesmo assim, o crescimento do IBC-Br para o Brasil como um todo no período sinaliza que "o desempenho de outras regiões conseguiu compensar a queda" da atividade no Rio Grande do Sul.

> Desempenho de outras regiões deve compensar queda de atividade no Rio Grande do Sul

"A sustentação do consumo de bens e serviços deve-se, em grande medida, ao dinamismo do mercado de trabalho, marcado pelo aumento do emprego e do rendimento real", afirma o relatório.

A IFI projetava até junho que o PIB do segundo trimestre ficaria estável em relação aos três meses anteriores.

"No entanto, a estimativa mais recente sugere uma expansão de 0,5%", diz o documento. "Se a trajetória prevista para o segundo semestre, com um crescimento médio de aproximadamente 0,5%, se confirmar, a projeção de crescimento para 2024 pode chegar a 2,3%."

A projeção mediana do mercado para o crescimento do PIB deste ano, segundo a edição mais recente do Boletim Focus, é de 2,19%.

Já o Ministério da Fazenda projeta alta de 2,5%, enquanto o Banco Central (BC) calcula expansão de 2,3% para a economia brasileira no ano.

Confiança do consumidor volta a cair, indica Ipsos

Ívina Garcia
De São Paulo

A confiança do consumidor voltou a cair em julho (-0,8%), marcando 51,6 pontos numa escala de 0 a 100. A queda foi de 8,5 pontos na comparação anual, segundo o Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Ipsos. Essa é a segunda maior redução entre os 29 países pesquisados no período.

O levantamento mostra que, dos últimos sete meses, apenas dois apresentaram resultados positivos. Para Marcos Calliari, CEO da Ipsos no Brasil, isso reflete a grande instabilidade no humor dos consumidores, alinhada às altas repetidas do dólar e instabilidade na Ibovespa.

Perguntadas sobre a situação econômica do país, 65% dos entrevistados no Brasil acreditam que a situação está ruim, aumento de 1 ponto em relação a junho. Quando perguntados sobre a melhora na economia para os próximos seis meses, 53% responderam que o cenário deve melhorar. Apesar disso, houve uma queda de 2 pontos percentuais em relação à confiança declarada no mês anterior.

Já a situação financeira pessoal está mais positiva, com apenas 39% dos entrevistados considerando sua situação financeira ruim, enquanto 66% acreditam que estarão melhores em 6 meses. "Os brasileiros sempre têm uma visão mais positiva quanto a sua situação financeira pessoal do que com a situação do país", diz Calliari.

> Índia, Indonésia e México lideram o ranking de confiança da empresa em julho

No cenário internacional o destaque fica com o México, que apresentou aumento de 2 pontos percentuais no índice de confiança do consumidor, atingindo 59,3 pontos em julho. "O país segue firme entre os três países mais otimistas do nosso ranking, atrás apenas de Índia e Indonésia, refletindo bem o ótimo momento favorável do país, com projeções muito animadores de crescimento do PIB", avalia.

Calliari destaca a situação dos Estados Unidos que está em processo de ano eleitoral e da França, que acabou de passar por uma eleição. Ambos apresentaram bom desempenho no índice.

No caso dos americanos, foi registrado um acréscimo de 2,2 pontos percentuais, chegando a 56 pontos, ainda sem refletir os acontecimentos recentes como o atentado contra Donald Trump e a desistência de Joe Biden. "O índice americano já vinha e segue mostrando uma alta importante na confiança do consumidor", diz.

Já para os franceses o aumento foi de 0,5 pontos na confiança. Segundo Calliari, esse resultado é importante, uma vez que o aumento nos indicadores na França são raros. "A população francesa é naturalmente mais pessimista".

FABIANO SANCHES/DIVULGAÇÃO

Marcos Calliari: quedas refletem instabilidade no humor dos consumidores

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Supremo considera inconstitucional distribuição de benefícios no ano eleitoral de 2022

Dinheiro da 'PEC das bondades' não será devolvido

Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou, na quinta-feira (1), inconstitucional a emenda constitucional 123/2022, chamada de "PEC das bondades", aprovada pelo Congresso Nacional durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. A corrente vencedora entendeu que a abertura de gastos extraordinários pelo poder público e a distribuição de benefícios sociais em ano eleitoral teve o potencial de interferir na igualdade dos candidatos nas eleições e configurou "constitucionalismo abusivo". No entanto, os ministros ressaltaram que os valores repassados na época aos cidadãos não terão que ser devolvidos.

A alteração constitucional feita durante a gestão Bolsonaro estabeleceu estado de emergência para viabilizar gastos em ano eleitoral e destinou R$ 41,25 bilhões até o fim de 2022 para benefícios sociais como a ampliação do Auxílio Brasil e do vale-gás, além da criação de auxílios a taxistas e caminhoneiros.

Na época, a oposição criticou a medida, classificada como eleitoreira. O então ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a batizar a primeira versão da proposta de PEC Kamikaze. A emenda também permitiu a alíquota zero para a gasolina até 31 de dezembro de 2022. Na época, a justificativa da PEC foi o aumento dos combustíveis no mundo ocasionado pela guerra entre Ucrânia e Rússia.

Embora os benefícios sociais previstos na emenda tenham durado só até dezembro de 2022, os ministros entenderam que o processo deveria ser julgado como uma "dimensão profilática" — conforme palavras do ministro Flávio Dino. Ou seja, para evitar que outros mandatários articulem leis que beneficiem os seus governos em ano eleitoral.

O relator, ministro André Mendonça, votou pela perda de objeto da ação. Isto é, como os benefícios já foram pagos e a emenda não teria mais efeitos nos dias atuais, o Supremo não teria que discutir o assunto. Porém, Mendonça perdeu.

> "Ninguém acredita que esse pacote de bondades não teve impacto eleitoral"
> *Alexandre de Moraes*

Prevaleceu a corrente divergente aberta pelo decano Gilmar Mendes no sentido de que era preciso julgar a matéria para passar o recado de que os mandatários de cargos eletivos não podem desequilibrar o pleito eleitoral aproveitando-se da condição de estar no poder.

"É de extrema importância um pronunciamento desta Corte sobre essa matéria sob pena de evitar situações que venham a surgir no futuro em desacordo com a anterioridade eleitoral e igualdade eleitoral — que reconhecemos como base do sistema da igualdade de chances", afirmou Mendes. "Vários dos benefícios valiam até 31 de dezembro de 2022 em explícita ameaça aos eleitores", acrescentou.

O ministro Alexandre de Moraes mudou o voto proferido no julgamento em plenário virtual, em dezembro de 2022, e acompanhou Gilmar Mendes. "Ninguém acredita que esse pacote de bondades não teve impacto eleitoral", afirmou. Antes, Moraes havia acompanhado o voto de Mendonça.

Além de Moraes, acompanharam Gilmar Mendes os ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli e Flávio Dino. Este último chegou a propor que o Supremo comunicasse a decisão do STF à Procuradoria-Geral da República (PGR), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a responsabilização cabível, mas a ideia não teve adesão dos demais colegas.

Em seu voto, Mendonça afirmou que não viu inconstitucionalidade da tramitação da PEC. Além disso, lembrou que a Constituição pode ser emendada. O ministro também afirmou que o Congresso agiu diante de uma situação de emergência e lembrou que o mesmo poderia ter sido feito no caso da tragédia do Rio Grande do Sul.

Quanto à emenda criar distorções nas eleições de 2022, Mendonça argumentou que o Novo não conseguiu demonstrar violação direta à regra da anualidade eleitoral, pois a EC 123/2022 não alterou a legislação eleitoral a menos de um ano das eleições.

O ministro Nunes Marques entendeu que não havia perda de objeto, mas declarou a ação improcedente, inaugurando uma terceira via. Já o ministro Cristiano Zanin se declarou impedido porque foi advogado do PT durante as eleições.

IPI de cigarro sobe e ajuda esforço fiscal

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo publicou um decreto aumentando o preço mínimo e a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos cigarros, medida que vai reforçar a arrecadação em R$ 3 bilhões em 2025 e ajudar a fechar o Orçamento do próximo ano.

Segundo decreto publicado no "Diário Oficial' desta quinta-feira (1º), o preço mínimo do cigarro passará de R$ 5 por maço para R$ 6,50, a partir de 1º de setembro. Já a alíquota específica do IPI aumentará de R$ 1,50 para R$ 2,25 por vintena, a partir de 1º de novembro. Os valores não eram corrigidos desde 2016. A alíquota ad valorem foi mantida em 66,70%.

O ganho de arrecadação em 2024 com a medida será de R$ 299,54 milhões, pois os novos valores entrarão em vigor somente quase no fim do ano. Em 2025 e 2026, é esperada uma arrecadação de R$ 3,017 bilhões e de R$ 3,051 bilhões, respectivamente.

Uma fonte da equipe econômica explicou ao **Valor** que o aumento faz parte de uma pacote de medidas que viabilizarão o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que precisa ter receitas e despesas equilibradas. As demais medidas são mantidas em sigilo, mas serão conhecidas até 31 de agosto.

A mudança no preço do cigarro terá impacto também sobre a inflação. A Warren Rena calcula que a medida aumentará em 0,15 ponto percentual sua projeção para o IPCA ao fim de 2024, que, agora, foi para 4,35%. "Em junho, chamamos a atenção que esse aumento [do preço mínimo de cigarros no varejo] poderia ocorrer, porém, escalonado atingindo R$ 6. No entanto, o decreto publicado traz o aumento de uma só vez", dizem Andréa Angelo, Guilherme Gomes e Vinicius Valentim em relatório a clientes.

Em nota, a Receita Federal afirma que a ausência de correção dos valores do cigarro reduzia a arrecadação e aumentava as despesas públicas com saúde. Segundo o Fisco, de 2016 a março de 2022, a falta de reajuste provocou uma queda real de 26% nos preços dos cigarros. "Com isso, o Brasil se tornou o segundo país com preços de cigarros mais baixos das Américas, logo após o Paraguai, o que acaba se transformando em um elemento impulsionador ao tabagismo."

A Receita também argumenta que, se os valores fossem corrigidos pelo IPCA, a alíquota de IPI já teria sido elevada a R$ 3,45 e o preço mínimo, a R$ 11,88. Esta, contudo, não foi a opção, para evitar contrabando. ***(Colaborou Anaïs Fernandes, de São Paulo)***

Curta

Inspeção em apostas

O Ministério da Fazenda poderá a partir de 1º de janeiro "fazer inspeções in loco nas empresas de apostas", com o objetivo de "assegurar a atuação conforme a legislação e a regulamentação" do setor. As informações fazem parte de portaria publicada pela Secretaria de Apostas e Prêmios (SPA) da pasta. Entre os tipos de monitoramento está o que visa combater a manipulação das apostas. A atuação da Fazenda nesses casos poderá ser realizada em parceria com órgãos como polícias estaduais, Polícia Federal e Ministério Público. Também serão permitidas medidas coercitivas de maneira cautelar, como "desativação temporária de instrumentos, equipamentos, sistemas ou demais objetos e componentes destinados ao funcionamento das máquinas e das instalações". Entre as possíveis infrações que serão monitoradas estão "contribuir ou concorrer para práticas atentatórias à integridade esportiva, à incerteza do resultado esportivo, à transparência das regras aplicáveis ao evento esportivo, à igualdade entre os competidores e qualquer outra forma de fraude ou interferência indevida". Os autores das infrações estarão sujeitos, além das penalidades penal e civil, a "multa (recolhida à Conta Única do Tesouro Nacional), suspensão parcial ou total do exercício das atividades por até 180 dias, cassação da autorização" — entre outras punições.

Políticas públicas Prioridade para a presidência brasileira no G20, experiência começa a ganhar corpo no Brasil e em outros países

Saúde digital avança com 5G para atender áreas isoladas

Carin Petti
Para o **Valor**, de São Paulo

Todo ano a dona de casa Lindalva Ribeiro tem de levar o filho autista, William, ao neurologista no centro de Oriximiná, no Pará, para revisar a medicação e emitir o laudo exigido para o que o garoto receba o BPC (Benefício de Prestação Continuada) pago pelo INSS a pessoas com deficiência.

Para chegar ao consultório, eles saem de casa, no quilombo Boa Vista, e percorrem cinco horas de barco, com despesas entre passagens e alimentação em torno de R$ 300, quase 15% da renda mensal da família. "Vou economizando por muito tempo para a viagem", conta ela. Ainda assim, por falta de vagas, não houve consulta em 2023.

Este ano foi diferente. Na manhã de 20 de junho ela caminhou cem metros até o ponto de telessaúde da comunidade para, na companhia de um agente de saúde, ser atendida online por um médico da Universidade do Estado do Pará (Uepa). "Ele conversou com a gente, ajustou os comprimidos, e agora meu filho está dormindo melhor."

A iniciativa é parte do projeto Saúde Digital, programa da Uepa em parceria com o Ministério da Saúde, que a partir deste mês deve se estender a um total de 30 municípios de difícil acesso no Estado. Ao longo do semestre, o plano é expandir as consultas, hoje restritas à neurologia, para clínica geral, psiquiatria, ortopedia, cardiologia, dermatologia e fisioterapia, como conta o coordenador do projeto, Emanuel de Sousa, diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da universidade.

Experiências como essas vêm ganhando força pelo mundo afora. No G20, o Grupo de Trabalho de Saúde, presidido pelo Brasil, destaca a saúde digital como prioridade. Em evento do grupo sobre o tema, no primeiro semestre, o diretor do departamento de saúde e inovação da Organização Mundial de Saúde (OMS), Alain Labrique, ressaltou o avanço da saúde digital na esteira da pandemia de coronavírus. "Houve uma expansão maciça entre todas as regiões da OMS, de um crescimento de 700% no uso de cuidados virtuais na Colômbia ao aumento de 1.200% na Nigéria", afirmou.

No Brasil, de janeiro do ano passado até junho agora, o programa SUS Digital realizou 4,6 milhões de ações de telessaúde, incluindo teleconsultas como as do quilombo do Pará, teleconsultorias para médicos e outros profissionais da área e telediagnósticos. Parte do atendimento ocorre nos 24 núcleos de telessaúde – 14 deles criados desde o ano passado com recursos do Novo PAC. Três deles atendem também unidades de saúde de outros Estados — cada um com uma especialidade de diagnóstica.

De janeiro de 2023 a junho de 2024, o núcleo da Universidade Federal de Minas Gerais analisou 902.966 eletrocardiogramas de 12 Estados. Na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, o foco é dermatologia, com 498.710 diagnósticos por imagens, para 14 Estados, no mesmo período. Com o sistema, 40% dos pacientes catarinenses com exames analisados foram dispensados de acompanhamento para novas consultas.

Na área de oftalmologia, a Universidade Federal de Goiás (UFG) foi responsável por 11.541 diagnósticos. A especialidade é o exame de retinografia, realizado para oito Estados. "Analisamos as imagens do fundo do olho, recebidas pela plataforma nacional de diagnóstico, para detecção precoce das principais causas de cegueira: catarata, retinopatia diabética, degeneração macular relacionada à idade e glaucoma", conta o oftalmologista Alexandre Taleb coordenador do Núcleo de Telemedicina e Telessaúde da Faculdade de Medicina da UFGO. "Com os diagnósticos podemos dizer aos médicos de saúde da família, lá da ponta, se o paciente tem prioridade na fila de encaminhamento com o especialista."

A prática também corta custos. Segundo Taleb, com a maior rapidez no atendimento é possível, por exemplo, tratar a retinopatia diabética com fotocoagulação a laser, técnica simples que pode ser realizada em ambulatório. "É um procedimento barato, na casa dos cem reais pelo SUS", conta o médico. Mas, se o tratamento atrasar, pode ser necessária uma cirurgia com valor que, segundo o médico, pode ultrapassar R$ 4 mil.

> "Se um paciente chega aqui não conseguimos acessar exames feitos em outros lugares"
> *Paulo Paiva*

O núcleo também atende remotamente unidades de saúde de 228 dos 246 municípios goianos em outras especialidades. "Os médicos de saúde da família ou clínicos gerais das UBSs nos procuraram quando querem a opinião de um especialista ou de um outro colega para discutirem casos mais completos", diz ele.

A Telessaúde também pode trazer ajuda a profissionais de UTIs — necessidade que se evidenciou com surgimento da covid-19. "A mortalidade entre as UTIs na pandemia variava muito", diz Giovanni Cerri, ex-secretário da saúde do Estado de São Paulo e presidente dos conselhos do InovaHC, braço de inovação tecnológica do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da USP, e do Instituto de Radiologia (Inrad) do hospital. "Se o paciente tinha a sorte de cair na UTI, sua chance de sobreviver era três vezes maior que na UTI errada".

Diante da disparidade, o HC lançou programas de telecapacitação e telemonitoramento para cuidados intensivos. Lançado há três meses, o programa TeleUTI Conectada permite que médicos baseados no Incor, no HC em São Paulo, monitorem em tempo real informações apuradas por equipamentos instalados em 90 leitos de UTIs de nove Estados, como Roraima, Maranhão, Ceará e Sergipe.

"É como se estivéssemos no quarto do paciente. Podemos ver informações como batimento cardíaco, oxigenação, taxa de gás carbônico, temperatura, pressão arterial", conta Carlos Roberto de Carvalho, diretor de saúde digital do HC. "Vendo o ventilador mecânico, posso saber quanto oxigênio o paciente está precisando, qual é o volume de ar que eu estou dando e qual a pressão atingida." Com base nos dados, os casos são analisados diariamente com os intensivistas da outra ponta.

"Podemos fazer uma discussão muito mais qualificada, com informações em tempo real em uma tela de computador e o médico do outro lado em outra", diz ele. Com duração prevista de seis meses e recursos do governo federal, o projeto tem término previsto para outubro. "Comprovamos que o conceito funciona, estamos agora pedindo a renovação", diz ele

Durante a pandemia, outra iniciativa do hospital mirou 27 UTIs, em todos os Estados, que concentravam atendimentos a gestantes e puérperas com Covid. No projeto, que durou de 2021 a 2023, médicos do Hospital das Clínicas discutiam casos remotamente e capacitavam profissionais da ponta, tanto a distância como presencialmente. Segundo Carvalho, a iniciativa resultou na queda de 40% na morte das gestantes. Em alguns casos, como o da UTI de Porto Velho, em Rondônia, a mortalidade de mulheres e bebês despencou ainda mais, de 90% para 15%.

O programa foi parte de parceria com o sistema de saúde britânico com o objetivo de desenvolver soluções de saúde digital que possam ser implementadas no restante da rede do SUS. Entre os objetivos estava também aumentar os atendimentos para os pacientes do hospital. Desde 2022, o HC realizou cerca de 500 mil consultas online. Segundo para o ano que vem, a meta é de 300 mil pessoas à distância, na maior parte pacientes crônicos.

Em outra parceria internacional, o HC fechou este ano um acordo de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Um dos objetivos da consultoria é expandir o modelo desenvolvido pelo InovaHC, que permite realizar exames de imagem, como ultrassom feitos com aparelhos portáteis, com transmissão simultânea por uma rede 5G para centros médicos de referência. Com isso, o atendimento pode ser feito à distância por profissionais como agentes de saúde e enfermeiros, sob supervisão remota em tempo real de médicos especialistas.

A tecnologia foi testada neste ano em programa piloto no Território Indígena do Xingu. Em oito dias foram atendidos 42 indígenas. Com base nos ultrassons, três pacientes foram encaminhados para tratamentos médicos, com diagnósticos de cálculo na vesícula, gestação de alto risco e abscesso hepático. Agora a meta é implementar o sistema de forma permanente e expandir a atuação da rede 5G para que possa ser adotado também em outras regiões isoladas, no Norte e Nordeste, como conta o médico participante do programa Marcio Meira, do Inrad.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Ana Haddad: "Existem locais que estão enfrentando o desafio da conectividade"

"Não vamos conseguir implementar um programa de saúde digital que funcione em um país continental como o nosso se não houver conectividade", avalia Cerri. E a qualidade da conexão varia muito conforme a região. O Maranhão é o Estado com o pior desempenho, com 25,28 pontos na escala de zero a cem do Índice Brasileiro de Conectividade (IBC), da Anatel. Roraima, Amazonas, Piauí e Pará também estão na pior faixa. Na ponta oposta, Distrito Federal lidera o ranking, com 95,6 pontos, seguido por São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, todos com desempenho classificado como de "alta conectividade" pelo IBC.

Segundo o Ministério da Saúde, a diferença no grau de conectividade dos Estados e município, aliada a critérios sociais, será um fator considerado no repasse este ano de R$ 464 milhões do Programa SUS Digital para que Estados e municípios tracem planos de ação para digitalização da área da saúde "A realidade do Brasil é muito diversa, muito desafiadora", diz a secretária da informação e saúde digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad. "Existem locais que estão enfrentando o desafio da conectividade, outros de equipamentos ou de capacitação das equipes", diz.

"Mas a gente está avançando", afirma ela. "A Rede Nacional de Dados de Saúde tem mais de 1,8 bilhão de registros disponíveis", diz ela em relação à rede que permite a centralização e compartilhamento de exames, vacinas, atendimentos e internações em uma só plataforma. A maior parte desses — 1,2 bilhão de registros — é referente a vacinas."

Ainda falta avançar em relação ao prontuário eletrônico, que tem como objetivo permitir que diferentes unidades de saúde, como hospitais, laboratórios e UBS, além de gestores da área, acessem dados do paciente. "Essa integração está caminhando, mas é demorada e difícil", avalia Paulo Paiva, professor da área de informática médica da Unifesp. "Hoje, se um paciente chega aqui no nosso hospital não conseguimos, por exemplo, acessar exames feitos em outros lugares".

Parte da dificuldade vem das diferenças entre os sistemas para armazenamento de dados utilizados pelo Brasil afora. "A informação está fragmentada", diz Haddad. Isso porque, afirma ela, parte dos sistemas de informação foram desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, no Datasus. Estados e municípios têm sistemas próprios, feitos internamente ou adquiridos de empresas.

Na avaliação da secretária, vencidos os entraves à universalização do prontuário eletrônico, sem data para conclusão, trará duas grandes vantagens. Para os pacientes, dará agilidade ao tratamento. E, para gestores da área de saúde, a consulta aos dados, sem identificação dos pacientes, pode se tornar uma ferramenta importante na tomada de decisões. É o que ocorre em larga escala em países do G20 como o Canadá, onde 93% dos médicos de atenção primária usavam os registros digitais dos pacientes, segundo dados de 2022.

INÊS 249

Mobilidade Cartões de débito e crédito e até Pix por aproximação são cada vez mais utilizados para pagar passagem em ônibus, trens e barcas

Emprego de meios de pagamento se espalha por transporte público

Gabriel Shinohara e Rafael Bitencourt
De Brasília

Quem entrar em um ônibus de Maceió vai conseguir pagar sua passagem com cartões bancários, com o cartão de transporte e por aplicativo, mas não com dinheiro em espécie. Em busca de evitar riscos para a segurança pública e aumentar as possibilidades para a população, a capital de Alagoas passou a possibilitar o pagamento com cartões de banco e excluir o dinheiro dos ônibus em 2021.

Maceió é uma das 19 cidades que já aceitam cartões de crédito e débito em suas catracas, uma tendência no setor nos últimos anos, como mostra levantamento da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). O avanço se dá em sistemas de metrô, ônibus e em barcas e pode ser ampliado até ao Pix por aproximação no futuro. Mas há ainda obstáculos que precisam ser superados para evitar, por exemplo, que a população mais pobre seja prejudicada. Outra preocupação é mitigar o risco de fraudes.

O primeiro local foi o Rio de Janeiro, que adotou o meio de pagamento no metrô em 2019 e nas barcas em 2024. Jundiaí (SP) passou a adotar em 2020, Maceió e Rio Grande (RS) em 2021 e outras quatro cidades no ano seguinte, entre elas Brasília. Em 2023 foram mais cinco, como São Paulo e Belo Horizonte. Já neste ano, a tendência se expandiu para mais seis cidades, como Santo André (SP), Foz do Iguaçu (PR) e Angra dos Reis (RJ).

O diretor de Gestão da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Marcos Bicalho, vê essa ampliação dos meios de pagamento como uma tendência natural. "Estamos no caminho certo da evolução tecnológica, da incorporação do maior número de alternativas para os meios de pagamentos".

No entanto, a modernização enfrenta alguns desafios como o investimento necessário para atualizar os sistemas de bilhetagem, o risco de fraudes e a adaptação da população para, em alguns casos, realizar o pagamento 100% digital.

Em Maceió, o investimento foi de R$ 3,5 milhões para atualizar o sistema de bilhetagem em todas as linhas por um que permitia outros meios de pagamento. Com a mudança, o dinheiro deixou de ser aceito nas catracas. André Costa, diretor-presidente do Departamento Municipal de Transportes e Trânsito, ressalta que a motivação, além da questão de segurança, é relacionada a dar mais comodidade para a população e para os turistas. "Às vezes a pessoa não quer fazer um cartão do local ou baixar um aplicativo, ele vai lá, usa o cartão de crédito e débito e consegue fazer o pagamento", disse.

O Distrito Federal aceita cartões bancários no metrô desde 2022 e está em meio ao processo de eliminar o dinheiro dos ônibus. Mas a transição para o pagamento digital, com aceitação de cartões de débito e crédito nos ônibus teve alguns percalços inclusive na Justiça.

A seccional do DF da Ordem dos Advogados do Brasil entrou com uma ação argumentando que a decisão poderia dificultar o acesso da população ao transporte público ao impossibilitar o pagamento com dinheiro. A desembargadora federal Ana Carolina Roman manteve a retirada do dinheiro nas 52 linhas que já estavam implantadas, mas condicionou a ampliação à implementação da solução de pagamento avulsa, que permitiria que pessoas sem o cartão de transporte ou bancário paguem a tarifa com dinheiro.

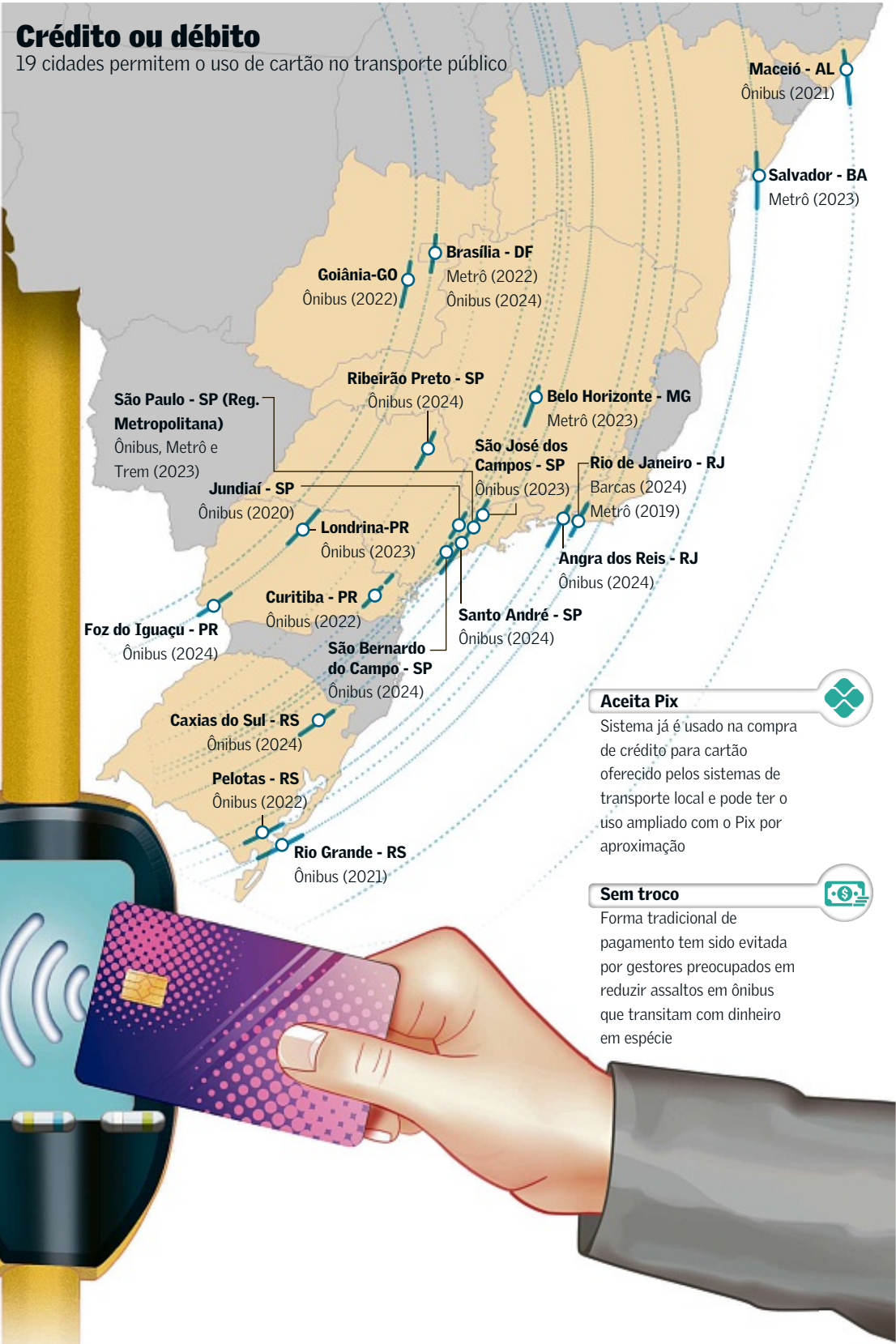
"A experiência é melhor quando o cliente pode pagar com cartão bancário"
Mareska Tiveron

O secretário de transporte e mobilidade do DF, Zeno Gonçalves, entende que a decisão ajudou a aperfeiçoar o programa. "O avulso é QR Code. Ele vai nos postos tanto do BRB [Banco de Brasília], quanto nas estações do metrô, quanto nessas credenciadas, paga e emite um bilhetinho e ele vai ter acesso ao validador [do ônibus] com aquele QR Code", explica.

O objetivo é ampliar o uso de outros meios de pagamento, como o cartão mobilidade, e retirar o dinheiro até chegar a 100% do sistema aceitando crédito, débito, cartão mobilidade e bilhete avulso "criando mecanismos para excepcionalizar pagamento em espécie fora do ônibus", diz.

Julio Ramos, coordenador da Comissão Especial de Transportes da Abecs, vê espaço de crescimento do mercado principalmente em grandes centros. Ele explica que, apesar do tíquete médio baixo das operações, o mercado é interessante. "Se a pessoa tiver mais uma opção segura e conveniente para pagar essas transações, ela tende a usar mais o cartão dela. O cartão dela se torna um cartão de principalidade maior", diz.

Mareska Tiveron, sócia da área de bancário, fintechs e tecnologia do Viseu Advogados, avalia que há "enorme potencial" de crescimento do uso de cartão de crédito nesse setor. "A experiência do cliente passageiro é muito melhor quando ele pode pagar a passagem do ônibus também com o próprio cartão bancário que ele já tem e que usa para outras tantas compras no seu dia a dia."

O uso do cartão bancário tem alguns riscos, como o chamado "online diferido". O validador nos ônibus pode não estar conectado 100% do tempo, então a catraca libera a passagem mesmo antes de o sistema checar se há limite no crédito ou saldo na conta, para privilegiar a rapidez necessária no momento do embarque.

Nesse meio tempo, passageiros podem acabar passando sem pagar. Ramos, da Abecs, explica que nesses casos o cartão utilizado entre em uma lista restritiva e não poderá ser usado novamente em outro ônibus. Além disso, ressalta que há maneiras de contornar a situação, como implementar os "guidelines" das bandeiras corretamente e colocando algum controle sobre o uso de cartões virtuais, por exemplo.

Outro meio de pagamento que pode virar uma possibilidade no futuro é o Pix por aproximação. A modalidade deve funcionar por meio das carteiras digitais a partir de fevereiro de 2025. Procurado, o Banco Central (BC) disse que as empresas de transporte público podem procurar participantes do Pix para desenvolver soluções e que cabe ao BC disponibilizar a infraestrutura do Pix, "como já o faz".

Bicalho ressalta que há atualmente alguns desafios para implementar o Pix, como a necessidade de conexão à internet e a realidade de um processo de pagamento mais demorado na catraca, que exige acesso ao aplicativo do banco e leitura do código. Com o Pix por aproximação "vai solucionar essa questão da velocidade da operação, principalmente nos horários de maior demanda".

Em Maceió, o pagamento com Pix não funciona diretamente na catraca, mas está disponível para recarregar a carteira digital que pode ser utilizada nos ônibus. Sobre o Pix por aproximação, André Costa, do departamento de transportes, disse que é necessário estudar a segurança do sistema e que sempre acompanha novas possibilidades. "É comodidade para o usuário. Ele passa a utilizar uma forma de pagamento no seu dia a dia, por que não usar também para pagar o transporte?"

Falta definir texto de novas normas do setor elétrico

Rafael Bitencourt
De Brasília

A proposta de reestruturação de regras do setor elétrico voltou a ser tratada nesta quinta-feira (1º) entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Após a reunião, no Palácio do Alvorada, porém, o ministro informou que ainda falta chegar à formação final do texto e decidir se este será enviado ao Congresso na forma de projeto de lei (PL) ou medida provisória (MP).

Silveira tem assumindo, desde o início do governo, o compromisso público com o setor de apresentar ao Congresso uma reforma da legislação para corrigir distorções que levaram ao aumento descontrolado de encargos e subsídios, cujo custos são repassados para a conta de luz.

Apesar do momento de arrocho fiscal, Silveira tem defendido que parte das despesas com políticas públicas, embutidas nas tarifas, seja assumida pelo Orçamento Geral da União (OGU).

O titular da pasta de Minas e Energia tem falado que o setor pratica a lógica do "Robin Hood ao contrário", por sobrecarregar de custos os consumidores menores, com fornecimento de energia pelas distribuidoras (mercado regulado), e favorecer os maiores que estão no mercado livre. Segundo ele, o presidente está de acordo em partir para uma ampla reformulação de regras.

"O presidente Lula quer uma mudança estrutural, independente dos interesses difusos que tomaram conta desse setor", disse Silveira ao chegar na "Celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China", promovido pelo portal Brasil 247. O ministro chegou atrasado ao evento após a longa agenda com o presidente pela manhã.

Já nas últimas semanas, Silveira já sinalizava que não estava certo se a proposta do governo chegaria ao Congresso por meio de PL ou medida MP. Desde o ano passado, o setor vinha defendendo que fosse aprovado o PL 414, que já está em estágio avançado de discussão no Legislativo. A ideia, porém, não foi acolhida pelo titular do ministério.

Silveira afirmou que voltou a tratar com o presidente sobre a negociação mantida com a Eletrobras, mediada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), onde busca obter uma "proporcionalidade" no número de cadeiras ocupadas pelo governo no conselho de administração da companhia em relação à atual participação acionária de 43% da União.

"Quatro cadeiras seria razoável", disse, admitindo que se trata de um acordo consensual que pode levar o governo a ceder.

TAUAN ALENCAR/MME

O ministro Alexandre Silveira: mudar a lógica de "Robin Hood ao contrário"

Nunes Marques prorroga suspensão da dívida de MG

Flávia Maia
De São Paulo

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e prorrogou a suspensão do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União para o dia 28 de agosto — data em que está agendado o julgamento do referendo da liminar que possibilitou o adiamento.

Nunes Marques, que é o relator da ação, entendeu que o adiamento do pagamento da dívida é por um prazo curto e, se não fosse mantido, poderia resultar em esvaziamento nas soluções consensuais em curso.

Marques também levou em consideração a possibilidade de negociação de Minas e da União que está em curso. "Há que privilegiar a busca por uma solução consensual entre os entes políticos, sobretudo em virtude da possibilidade de homologação de acordo nos autos. A princípio, a proposta de pagamento de valores pelo ente subnacional parece ir ao encontro do interesse da União de antecipação de valores", escreveu.

Na quarta-feira (31), Zema pediu o adiamento alegando que o retorno do pagamento pode trazer colapso ao Estado. A dívida de Minas Gerais está avaliada em R$ 165 bilhões. Segundo informações do governo de Minas Gerais, caso o Estado volta a pagar, os desembolsos seriam R$ 8 bilhões em 2024 e R$ 22 bilhões em 2025.

Em resposta, a Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestou nos autos requerendo que o Supremo não prorrogasse a suspensão do prazo de pagamento da dívida para o dia 28.

A União alegou que, segundo informação do Ministério da Fazenda, se mantida a liminar com a data final de 1º de agosto de 2024, a efetiva cobrança só se daria no dia 1º de outubro, portanto, depois do julgamento do referendo da liminar do relator Nunes Marques.

A AGU sugeriu que o Estado de Minas Gerais retome o pagamento da dívida, como se já tivesse aderido ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), até que uma decisão final seja obtida no processo ou que o Estado conclua a homologação.

Essa foi a mais recente de uma série de decisões judiciais que prorrogaram a suspensão da dívida de Minas com a União. Em julho de 2023, o Supremo atendeu a um pedido do governador e entendeu que houve omissão da Assembleia Legislativa do Estado em aderir ao RRF — a aprovação legislativa é um dos requisitos para a adesão. O governador alegou que havia um bloqueio institucional do outro poder, prejudicando as contas públicas.

Na decisão, a Corte designou que, diante da inércia legislativa, o refinanciamento das dívidas poderia ser celebrado por ato normativo do Executivo. Além disso, fixou o início da contagem do prazo de 12 meses — contados de 20 de dezembro de 2022 — para a incidência dos benefícios do RRF concedidos pela União a partir da assinatura do contrato de renegociação.

Em dezembro de 2023, o Estado pediu nova prorrogação e o ministro Nunes Marques alargou o prazo em mais 120 dias. Em abril de 2024, o ente novamente requereu mais 180 dias de suspensão e o relator deu os 90 dias que terminaram em 20 de julho de 2024. Durante o recesso do Judiciário, o vice-presidente do STF, Edson Fachin, alargou o prazo para 1º de agosto de 2024.

A América presa ao labirinto venezuelano

Andrea Jubé

A observação de uma alta autoridade da República a um interlocutor sobre a crise na Venezuela evidencia que o cenário é mais grave do que parece. "Não é [Nicolás] Maduro que tem o Exército com ele, é o Exército que tem Maduro nas mãos", resumiu.

Mais do que o projeto de poder do presidente Nicolás Maduro, que busca com a eleição de domingo (28) garantir mais seis anos no cargo, trata-se do projeto das forças militares, alçadas ao comando do país em 1998 por um dos seus, o tenente-coronel Hugo Chávez.

A se consumar o objetivo de Maduro, ele permanecerá quase duas décadas na Presidência da Venezuela, entre a vitória eleitoral em abril de 2013 até a conclusão do terceiro mandato em 2031. Uma longevidade ainda maior que a de seu antecessor, já que Chávez comandou o país por 14 anos, até o falecimento em 2013.

O professor de política internacional do Ibmec Tanguy Baghdadi considerou a análise sobre a relação entre Maduro e os militares "perfeita". Argumentou que Chávez era um "líder carismático", uma "raposa política", originário da carreira militar, enquanto Maduro, um civil egresso do movimento sindical, era um político sem predicados, que se tornou presidente graças ao antecessor.

Para permanecer onde está, Maduro empenha-se em reproduzir o modelo autoritário chavista, sob pena de ser destituído pelas mesmas forças militares que o sustentam, prosseguiu Tanguy. "Maduro garante que o que foi feito nos últimos 20 anos será mantido", explicou.

Em meio ao acirramento da crise, com a onda de protestos nas ruas de Caracas, prisões de manifestantes e, até mesmo, registros de mortes, em reação à falta de transparência na divulgação dos resultados do processo eleitoral, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, López Obrador, divulgaram na noite dessa quinta-feira (1) uma nota conjunta pela qual trilham um caminho do meio, sem romper com o regime de Maduro nem anuir tacitamente com a duvidosa reeleição do líder venezuelano.

Por meio do comunicado, os três países cobram pressa na divulgação das atas de votação — o prazo legal de três dias expirou nessa quinta-feira. Os três líderes ponderam que as "controvérsias sobre o processo eleitoral devem ser dirimidas pela via institucional", mas enfatizam que a soberania popular depende da "verificação imparcial dos resultados".

A publicação da nota — após uma conversa por telefone entre o trio de mandatários que durou 45 minutos — deixou claro que as declarações de Lula minimizando a crise venezuelana à afiliada da TV Globo em Mato Grosso, e que repercutiram negativamente no país e no exterior, "geraram ruídos" (nas palavras de uma fonte diplomática), mas não prejudicariam a articulação com México e Colômbia.

Para esta fonte do Itamaraty, o caminho da negociação e do diálogo é o único possível neste momento, até por ser o único que a oposição venezuelana ainda não tentou. Nesse contexto, o diplomata cita o exemplo frustrado do ex-líder da oposição Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente em 2019, e teve o reconhecimento de parte da comunidade internacional. Contudo, o movimento teve impacto nulo sobre a liderança de Maduro, com desfecho constrangedor para a oposição anos depois.

O mesmo diplomata lembra que medidas de bloqueio e sanção pelos Estados Unidos e União Europeia foram impostas no passado na tentativa de isolar a Venezuela. Argumenta, todavia, que tais recursos soam inócuos num cenário em que potências como China e Rússia são aliadas do país, e já reconheceram a reeleição de Maduro.

Apesar do cenário conturbado, esse diplomata vê a oposição com mais legitimidade desta vez para levantar questionamentos por ter "jogado o jogo". Em 2020, a oposição havia se recusado a participar das eleições parlamentares, entregando o Congresso "de bandeja" para Maduro. Por isso, na visão desse diplomata, a atuação conjunta de países como Brasil, Colômbia e México é "essencial para abrir uma terceira via de solução no meio da crise".

Para Tanguy, ao assinar a nota conjunta com México e Colômbia, o Brasil adota uma postura de cautela para não entrar na vala comum das condenações ao regime ou do reconhecimento precipitado do resultado eleitoral.

Mesmo assim, o professor de política internacional vê o Brasil desconfortável em qualquer cenário. Não reconhecer a reeleição de Maduro implicará a ruptura das relações diplomáticas em prejuízo à liderança regional do Brasil e à sua posição de país fronteiriço com a Venezuela.

Em acréscimo, é estratégico preservar alguma interlocução com a Venezuela. Foi o canal de diálogo com Maduro que deu ao Brasil a delicada missão de custodiar as sedes das embaixadas da Argentina e do Peru em Caracas, a pedido desses países, após a expulsão de seus diplomatas.

Em síntese, os países que evitam o rompimento com Maduro buscam uma saída diplomática em um labirinto que na biografia romanceada escrita por Gabriel García Márquez, desafiou o general Simón Bolívar (1783-1830) em seu leito de morte. "Como sairei deste labirinto?", exasperou-se o militar, líder da independência da Venezuela e da Colômbia, ao ouvir do médico a prescrição de se confessar porque era chegada a hora da extrema unção.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Poderes Relator de ações sobre o tema, ministro trabalha para dar fim ao orçamento secreto

Flávio Dino estabelece regras para as chamadas emendas Pix

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Dino: Executivo e Legislativo têm 30 dias para esclarecer que medidas estão sendo tomadas para garantir a rastreabilidade de verbas indicadas por congressistas

Flávia Maia
De Brasília

No primeiro dia após o recesso do Judiciário, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou uma série de medidas para regulamentar os repasses de emendas parlamentares ao Orçamento. Relator das ações sobre o tema que tramitam na Corte, Dino deu uma guinada rumo ao que ele chamou de "fim definitivo" da prática do orçamento secreto no Brasil.

Nesse sentido, concedeu liminar na qual estabelece condições para as transferências das chamadas emendas Pix e dá um prazo de 90 dias para que esses repasses sejam auditados. Em outra frente, deu prazo de 30 dias para que Executivo e Legislativo esclareçam que medidas estão sendo tomadas para garantir a rastreabilidade e publicidade de verbas indicadas por congressistas.

Na liminar sobre as emendas Pix, Dino manteve as transferências, mas com condicionantes. Uma das determinações é que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) fiscalizem essa modalidade de emendas, inclusive quanto às transferências realizadas anteriormente à decisão. Caberá à CGU realizar a auditoria das emendas Pix em 90 dias.

Dino também solicitou que, nesse mesmo prazo de 90 dias, seja aberta uma conta exclusiva para administração dos valores em favor de municípios e Estados, como forma de assegurar a transparência, a rastreabilidade e permitir a fiscalização orçamentária.

Os beneficiados por emendas Pix também devem inserir previamente na plataforma Transferegov.br o recebimento dos recursos, a destinação, o plano de trabalho, finalidade e a estimativa de recursos. O ministro condiciona que o Executivo só poderá liberar os recursos das emendas Pix após o atendimento da obrigação pelos destinatários da emenda.

No intuito de facilitar o rastreio das verbas, o ministro restringiu a distribuição das emendas Pix por parlamentares aos Estados — e seus municípios — nos quais os deputados ou senadores foram eleitos, salvo se o projeto for de âmbito nacional e a execução ultrapasse os limites territoriais impostos.

Para evitar mau uso do dinheiro na área de saúde, o relator condiciona os repasses da área aos casos em que haja parecer das instâncias competentes do Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de que há cumprimento das regras técnicas no projeto onde o dinheiro vai ser aplicado. As ONGs e demais entidades do terceiro setor devem prestar contas

"A transparência requer a ampla divulgação das contas públicas, a fim de assegurar o controle institucional e social do orçamento público. Por sua vez, a rastreabilidade compreende a identificação da origem e do destino dos recursos públicos", escreveu o ministro na liminar.

Também na quinta (1º), Dino realizou audiência de conciliação sobre o orçamento secreto, baseado nas chamadas emendas de relator, considerado inconstitucional pelo Supremo em 2022. O objetivo é verificar se a prática foi mesmo extinta. O ministro deu prazo de 30 dias para que os Poderes Executivo e Legislativo esclareçam os procedimentos adotados para garantir a rastreabilidade e a publicidade dos dados orçamentários relativos ao repasse de todas as modalidades de emendas parlamentares. Durante a reunião, membros do Executivo e do Legislativo divergiram sobre a competência da gestão das informações e os locais onde estão alocados os repasses.

O mesmo prazo de um mês foi dado para que a CGU indique os 10 municípios mais beneficiados por emendas parlamentares nos anos de 2020 a 2023. A CGU também deve informar o tipo de emenda, os anos, a tramitação, os estágios das obras ou ações para as quais foram destinadas as verbas e como os municípios estão dando transparência sobre o uso do recurso. O órgão de controle também deve fazer uma análise de risco e eficiência sobre as emendas de comissão (RP8) em execução e as executadas em 2024.

Ainda, Dino determinou que em 90 dias a CGU faça auditoria de todos os repasses de emendas parlamentares, de qualquer modalidade, em benefícios de ONGs e demais entidades do terceiro setor, realizados nos anos de 2020 a 2024. Também solicitou que organizações não governamentais prestem contas.

Ficou agendada também uma próxima reunião na terça-feira (6) entre técnicos do Executivo e Legislativo para deliberar sobre como as informações devem ficar transparentes e acessíveis à população.

Durante a abertura da conciliação, Dino lembrou que a decisão do Supremo sobre orçamento secreto não é restrita à RP9 — emendas do relator —, mas prevê transparência e publicidade dos repasses e uso do dinheiro público. "O Supremo não declarou inconstitucional a falta de transparência na RP9, a razão de decidir do Supremo foi que qualquer modalidade de orçamento secreto fica banida e é o fenômeno assentado na jurisprudência do Supremo da chamada continuidade normativa, ou seja, não basta mudar o número para mudar a essência", afirmou.

Dados apresentados ao Supremo mostram que a União já transferiu mais de R$ 15 bilhões em emendas individuais por transferências desde 2020, e empenhou mais de R$ 20 bilhões ao todo.

Decisão ajuda cortes e constrange sucessão das mesas diretoras

Análise

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, de submeter a execução das emendas Pix a requisitos constitucionais de transparência e rastreabilidade tem duas consequências imediatas sobre o Executivo e o Congresso.

A primeira é a de facilitar o contingenciamento das emendas num momento em que o Executivo precisa subtrair R$ 15 bilhões em despesas no Orçamento. A segunda é a de conter o palanque eleitoral da campanha pelas mesas diretoras.

As promessas dos candidatos à sucessão dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), relativas à ampliação e execução das emendas estarão agora submetidas à determinação do STF em fazer valer a decisão de Dino.

O ministro anunciou suas determinações depois da audiência pública com os ministros da Advocacia-Geral da União (Jorge Messias), da Controladoria-Geral da União (Vinícius Carvalho), do presidente do TCU (Bruno Dantas) e de representantes da Procuradoria-Geral da República (Luiz Augusto dos Santos), e do Congresso sobre o descumprimento de decisão do STF que impôs critérios de transparência e rastreabilidade do chamado "orçamento secreto". A decisão liminar foi tomada na ação direta de inconstitucionalidade da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

A audiência foi fechada, mas entre as entidades que participaram (Transparência Brasil, Transparência Internacional, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos, Associação Contas Abertas e Abraji), a percepção é que não ficou claro como a decisão de Dino será cumprida.

> "Onde estão as informações? Não entendi. Imagine o dono do dinheiro?"
> *Flávio Dino*

O ministro deu prazo de 90 dias para que a CGU realize auditoria de todos os repasses de emendas Pix em benefício de ONGs entre 2020 e 2024. Determinou ainda que as entidades do terceiro setor informem os valores recebidos nesse período. E ainda proibiu que parlamentares destinem recursos para Estados diferentes do seu. Ou seja, mandou cumprir aquilo que já deveria ser a regra.

Ao fim dos depoimentos dos representantes do Executivo, do Legislativo e do TCU, o ministro não escondeu sua contrariedade com as informações pouco conclusivas sobre a execução das emendas: "Onde estão as informações? Não é minha cognição que está em pauta, mas não consegui entender. Imagine o cidadão que é o dono do dinheiro?".

Dino não se restringiu às emendas Pix. Entrou na execução das emendas de comissão que, em grande parte, tomaram o lugar das emendas de relator como canal preferencial dos parlamentares para a ocultação dos recursos. "Na minha época, as emendas individuais atendiam demandas eleitorais e de prefeitos, as de bancada eram negociadas com governadores e as de comissão, com os ministérios", disse. "Agora não é mais assim. As emendas de comissão receberam os montantes antes destinados às emendas de relator e ninguém mais sabe quem é o autor".

O ministro leu diversos trechos do acórdão do STF para argumentar que a decisão não foi a de acabar com as emendas de relator mas com as práticas nela envolvidas e que ele não se mostrava convencido de que esta decisão estaria sendo cumprida.

O ministro sugere que pode vir a tomar o mesmo caminho da ministra Rosa Weber, autora da decisão que mandou suspender o orçamento secreto. A dúvida é se acabará cedendo a um acordo com o Congresso, como o fez a ministra, que acabou por mitigar a exigência de transparência e rastreabilidade. Não deu alento a esta dúvida ao longo da audiência pública.

INÊS 249

Eleições Candidato à reeleição, prefeito do Rio escolhe deputado estadual Eduardo Cavaliere; Pedro Paulo perde vaga após ser envolvido em caso de vídeo íntimo

Paes coloca ex-secretário como vice e deixa braço direito de fora da chapa

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), escolheu o deputado estadual e ex-secretário da cidade Eduardo Cavaliere, do mesmo partido, para vice na campanha à reeleição. O parlamentar de 29 anos virou o favorito ao posto depois de o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) — principal aliado de Paes na política — abrir mão da indicação quando veio à tona o caso de um vídeo íntimo que o envolvia.

Cavaliere, que comandou as pastas da Casa Civil e do Meio Ambiente na gestão do prefeito, é considerado por aliados como um "bom sargento", alguém que sabe receber ordens e executá-las. Essa característica é vista com bons olhos por Paes, que pensa em se candidatar ao governo do Estado em 2026.

Se Paes for reeleito, daqui a dois anos terá que entregar a prefeitura nas mãos do vice. Daí a preferência por um aliado de confiança. Dessa forma, teria condições de, em tese, continuar "governando a capital", mesmo fora do cargo. Segundo fontes próximas, também pesou na escolha o fato de Cavaliere ser alguém "sem histórico nem registro" em comparação com Pedro Paulo. Apesar de ser jovem e ter pouca experiência na política, o deputado estadual é uma das apostas de Paes na política carioca.

Cavaliere não tem, porém, boa relação com parlamentares do Rio, sejam municipais, estaduais e federais, disseram fontes. Um dos motivos é que, na época em que esteve na Casa Civil, ele não costumava receber integrantes do Legislativo.

Paes esteve em Brasília na quinta-feira (1º) para comunicar a escolha ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PT havia pedido a vaga de vice, mas aceitou que o aliado no Rio concorresse com chapa pura. Os petistas pediram que Paes mantenha o compromisso com Lula para 2026.

À noite, Paes divulgou nota sobre a indicação de Cavaliere: "A nossa aliança de partidos tinha à disposição da candidatura quadros muito qualificados, tanto do ponto de vista político quanto administrativo. O PSD, em especial, contava com excelentes nomes que têm trabalhado para melhorar a cidade do Rio e transformar a vida dos cariocas. Entre eles, o deputado federal Pedro Paulo, meu amigo e aliado há trinta anos e gestor preparado para o desafio, que decidiu preservar a família da possível exploração de episódios pessoais que nada têm a ver com o debate da cidade. Sua atitude — de colocar a família em primeiro lugar — faz crescer ainda mais a minha admiração e o meu respeito por ele", escreveu Paes na nota.

E prosseguiu: "O deputado estadual Eduardo Cavaliere, eleito pela cidade do Rio de Janeiro, é um jovem político que, desde cedo, demonstra seu comprometimento com o Rio. Tenho certeza de que Cavaliere, que já ocupou com excelência os cargos de Secretário de Meio Ambiente e Chefe da Casa Civil na Prefeitura, reúne todas as qualidades para dividir comigo a missão de governar a cidade, se a população nos conceder a honra de um novo mandato."

Cavaliere vinha ganhando força nos bastidores diante da avaliação de que Pedro Paulo poderia representar um desgaste à campanha por conta do vídeo íntimo. O até então favorito ao posto não queria expor sua vida pessoal e de sua família, o que o levou a abdicar da indicação. Em paralelo, havia receio de que esse "teto de vidro" pudesse abrir brechas para a disputa se estender ao segundo turno. Hoje as sondagens de intenção de voto indicam uma possível vitória de Paes na primeira fase do pleito.

Mas Paes não aceitou a desistência de Pedro Paulo de imediato. Interlocutores afirmaram, na semana passada, que estavam avaliando o impacto da revelação do vídeo íntimo e que a decisão sobre o vice só seria tomada depois de pesquisas qualitativas da campanha. Logo que a informação sobre o vídeo íntimo foi revelada, lideranças de partidos da coligação e pessoas próximas ao prefeito se posicionaram por manter Pedro Paulo na chapa. O deputado federal recebeu manifestações de apoio até de quem queria o posto de vice, como o petista André Ceciliano, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Além de defenderem a capacidade de articulação nacional do deputado e vê-lo como possível sucessor do prefeito ao cargo, aliados de Paes também resistiam à escolha de Cavaliere.

BETH SANTOS/PREFEITURA DO RIO
Cavaliere com Paes: deputado é considerado um "bom sargento", alguém que sabe receber ordens e executá-las

Interlocutores afirmam que Paes tinha uma "escolha difícil e pessoal" para tomar. Nos últimos dias, ele vinha indicando estar incomodado com a questão. O vídeo foi um fator importante na decisão; não pela gravação em si, em que o deputado federal aparece com uma mulher, mas pela repercussão do caso como um todo. O temor era que a história fosse usada pela oposição. Não só pelas imagens, mas pelo fato de que tanto a mulher do vídeo quanto um amigo dela ocuparam cargos públicos após a gravação ter sido feita, no fim de 2020. A história do vídeo íntimo também poderia trazer de volta a história da suposta agressão de Pedro Paulo a sua ex-mulher. O caso foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016, após inquérito apontar que o deputado era inocente.

A denúncia contribuiu para o desempenho fraco que Pedro Paulo teve na eleição daquele ano, quando disputou a prefeitura como sucessor de Paes, mas terminou em terceiro lugar. Com a definição da chapa de Paes, falta o postulante bolsonarista à prefeitura, deputado federal Alexandre Ramagem (PL), indicar o vice. Tudo indica que a escolhida será a deputada estadual Tia Ju (Republicanos). A composição está "99,9%" fechada, disse um dirigente do PL à reportagem.

Essa chapa foi costurada entre o presidente do PL nacional, Valdemar Costa Neto, e o ex-mandachuva da Câmara Eduardo Cunha, que dá as ordens no Republicanos no Rio. Já o Psol oficializou ontem a candidatura do deputado federal Tarcísio Motta, que concorrerá pela primeira vez ao Executivo municipal. Sua vice será Renata Souza, que ocupa hoje uma cadeira na Alerj.

Convenções confirmarão Nunes e Marçal

Cristiane Agostine, Lilian Venturini e Gabriela Guido*
De São Paulo

O prefeito de São Paulo e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), oficializará sua candidatura na convenção partidária neste sábado (3) colado na imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em aceno aos conservadores.

Bolsonaro foi o responsável pela escolha do vice na chapa de Nunes, o ex-coronel Mello Araújo (PL), e terá protagonismo no evento, assim como Tarcísio, que ajudou a costurar a aliança com 12 partidos. No palanque estarão lideranças nacionais da direita e centro-direita, como o ex-presidente Michel Temer (MDB).

A presença de Bolsonaro e de Tarcísio, cotado como eventual candidato à Presidência em 2026, darão um peso nacional à convenção, em contraponto à presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de ministros na convenção que oficializou há duas semanas a candidatura do deputado federal Guilherme Boulos (Psol). O ex-presidente gravou um vídeo convocando seus apoiadores para a convenção da chapa e reforçou o tom nacional. "Será o nosso encontro com a democracia e o futuro do Brasil."

Indicado pelo ex-presidente, o ex-coronel Mello Araújo deve dar destaque à pauta da segurança na campanha. O ex-policial militar já comandou a Rota e defendeu tratamento diferenciado em abordagens realizadas pela polícia nos Jardins (área nobre da capital) e na periferia. O bolsonarista dirigiu a Ceagesp, em uma gestão marcada pela militarização da companhia. Com a indicação para a chapa, a Polícia Militar de São Paulo, comandada por Tarcísio, impôs sigilo de 100 anos a processos administrativos disciplinares abertos pela corporação contra Araújo.

Em tom já usado por Bolsonaro nas eleições presidenciais, Nunes e seus aliados devem reforçar a ideia de que é preciso "salvar" São Paulo da "extrema-esquerda", em ataque a Boulos. O prefeito compôs um arco de aliança (MDB, PL, PSD, Republicanos, União Brasil, Progressistas, Podemos, Solidariedade, Avante, Mobiliza, Agir e PRD), maior do que a chapa de Bruno Covas (PSDB) em 2020. Naquela eleição, Nunes foi eleito vice de Covas e assumiu a prefeitura em maio de 2021, depois da morte do tucano.

A pré-campanha do prefeito explorará a divisão do PSDB e levará dissidentes tucanos que não apoiam a candidatura do apresentador José Luiz Datena, oficializada pelos tucanos no sábado (27). O grupo de tucanos incluirá Tomás Covas, filho de Bruno Covas e integrante da gestão municipal, e Renata Covas, mãe de Bruno, que deixou o PSDB quando do Datena se filiou.

Ainda no sábado, o União Brasil vai sacramentar o apoio a Nunes. O deputado Kim Kataguiri lançou sua pré-candidatura pelo partido, mas não obteve respaldo. "Não desisti de disputar. Fui desistido e sabotado pelo meu partido." Nessa quinta-feira, Kataguiri declarou "voto útil" em Nunes.

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO — 8/5/2024
Nunes: prefeito terá apoio de tucanos dissidentes, descontentes com candidatura do apresentador José Luiz Datena

O prefeito começa oficialmente o período eleitoral envolto em suspeitas e polêmicas, como a decisão da Polícia Federal de investigá-lo no esquema conhecido como "máfia das creches". A PF concluiu em inquérito que houve desvio de dinheiro público na gestão de creches na capital e vai para apurar o suposto envolvimento de Nunes. O prefeito nega qualquer irregularidade e ressalta que não foi indiciado. Outro assunto explorado pela oposição é um Boletim de Ocorrência registrado em 2011 pela esposa de Nunes, Regina Carnovale, por violência doméstica. Nunes disse, em entrevista recente ao UOL e "Folha de S.Paulo" que o BO foi "forjado", mas a Polícia Civil confirmou o registro do documento.

O último fim de semana do período das convenções terá no domingo (4) a oficialização da candidatura do "influencer" Pablo Marçal pelo PRTB na disputa pela prefeitura paulistana.

O pré-candidato, conhecido por sua atuação nas redes sociais, com 12 milhões de seguidores somente no Instagram, terá um ato partidário de coloração única. Marçal tentou o apoio de Bolsonaro e do União Brasil, mas as negociações não avançaram. Mantido o atual cenário, a candidatura de Marçal contará apenas com a estrutura do PRTB. O partido não tem representação na Câmara, o que reduz sua fatia no fundo eleitoral e também na divisão do horário eleitoral gratuito de rádio e TV.

O "influencer" colocou-se na disputa apenas em maio e o prazo para o registro da candidatura termina em 15 de agosto. Se for até o fim, será a segunda campanha eleitoral do postulante, de 37 anos.

Em 2022, quando ainda se apresentava como "coach" e era filiado ao Pros, Marçal foi candidato a deputado federal por São Paulo e recebeu 243.029 votos. Mas a candidatura foi invalidada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que anulou os atos do então comando do partido, que era alvo de disputa entre grupos adversários. O PRTB agora parece passar por situação semelhante. O bom desempenho de Marçal em pesquisas de intenção de voto, oscilando entre a terceira e quarta posição, foi insuficiente para unir o PRTB em torno de sua pré-candidatura.

Desde a morte de Levy Fidelix, em 2021, há disputas pelo comando do partido. Uma ala dissidente é liderada por Aldineia Fidelix, viúva de Levy, e Karina Fidelix, uma das filhas do casal. Elas dizem que o atual presidente nacional, Leonardo Avalanche, desrespeitou acordos para divisão de cadeiras na executiva nacional e ameaçam questionar atos dele na Justiça. A ação, segundo Karina, pode anular a formalização de candidaturas em cidades com mais de 200 mil eleitores, entre elas a de Marçal.

No comunicado distribuído à imprensa para divulgar a convenção, Marçal nega haver racha no partido. "O que existe é gente de fora dando pitaco." O influenciador tem o apoio de outros dois filhos de Levy, Lívia e Levy Fidelix Filho, além de Avalanche, que não responderam aos contatos do **Valor**.

***Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy**

Boulos apresenta programa de governo

Lucas Ferraz, Cristiane Agostine e Gabriela Guido*
De São Paulo

Candidato à Prefeitura de São Paulo, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol) apresentou na noite de quinta-feira (1º) o plano de governo de sua campanha, registrado na Justiça Eleitoral, utilizando marcas que consagraram gestões do PT e do PSDB na cidade e no Estado de São Paulo. A vice na chapa, Marta Suplicy (PT), não estava presente.

São 119 propostas em que o candidato faz acenos aos trabalhadores de aplicativos, às mulheres, aos jovens e aos idosos. Prometeu medidas para enfrentar o roubo de celulares, expandir a tarifa zero e tornar a cidade mais verde.

O programa mostra um candidato — rotulado pelos adversários de radical por seu passado como líder de movimento social — preocupado em se apresentar como de centro-esquerda, acenando para ações que já se mostraram bem-sucedidas em gestões do PT na cidade, como Marta Suplicy, Fernando Haddad e Luiza Erundina.

Apresentou proposta "Poupatempo da saúde", para zerar a fila de exames e procedimentos. Poupatempo é um programa criado em 1997 pelo então governador Mário Covas (PSDB), para agilizar serviços como a emissão de documentos.

Na educação, tema caro para o eleitorado progressista, prometeu implementar as escolas em tempo integral e as escolas abertas nos fins de semana, ações que foram adotadas nas gestões de Geraldo Alckmin (ex-PSDB, atual PSB).

No mês passado, em entrevista a jornalistas, o candidato tinha dito que as propostas de sua campanha seriam apresentadas com uma previsão orçamentária para o desenvolvimento de cada uma delas, mas essa promessa não foi cumprida no plano apresentado na quinta-feira.

Um dos poucos valores mencionados foi a promessa de R$ 50 bilhões em investimentos nos próximos quatro anos. Desse montante, Boulos disse que buscará R$ 10 bilhões em parceria com o governo federal. Ele também prometeu destinar 3% do Orçamento municipal para a cultura.

Numa vacina às críticas da direita, ele também se dedicou ao tema segurança pública, um dos principais problemas elencados pelos brasileiros, e pelo paulistano em particular, em pesquisas de opinião. "A extrema-direita diz que somos lenientes na segurança. O programa mais eficiente no combate ao roubo de celulares foi criado no Piauí [governado pelo PT] sem nenhum tiro, mapeando a receptação de celulares", disse.

Outra das propostas na área é dobrar o efetivo da Guarda Civil Metropolitana, que atualmente tem cerca de 7 mil agentes. Ele também promete ações específicas para aumentar a segurança nas escolas municipais e combater a violência doméstica.

Sem detalhar, o candidato também propôs expandir a tarifa zero nos ônibus da capital paulista — medida que foi implementada somente aos domingos pela atual gestão —, além de expandir os corredores exclusivos para ônibus, medida criada na gestão Haddad (2012-16).

Na educação, a promessa é de fazer o "mutirão Paulo Freire" para acabar com o analfabetismo na cidade — os mutirões foram bandeiras da administração Erundina. Boulos disse que vai viabilizar o ensino integral e contratará psicólogos para todas as escolas da rede municipal. Prometeu ainda entregar 22 novos Centros Educacionais Unificados (CEUs), uma das principais marcas de Marta Suplicy.

Filho de médicos do SUS, Boulos dará ênfase especial à saúde, prevendo medidas como a criação de um programa inspirado no "Mais médicos" do governo federal, mas voltado para especialidades médicas (sem especificar quantos médicos serão contratados).

***Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy**

INÊS 249

Eleições Levantamentos de baixo custo são instrumento para políticos argumentarem que são viáveis antes das convenções

TSE já registrou mais de 3 mil pesquisas antes da campanha

César Felício
De Brasília

A campanha eleitoral só começa no dia 5 de agosto, mas até segunda-feira, 29 de julho, já haviam sido registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 3.604 pesquisas para prefeito e vereador em todo o país. Somadas, tiveram valor declarado de R$ 35,2 milhões e envolveram 1,89 milhão de entrevistas, total ligeiramente superior ao eleitorado de Fortaleza, sexto maior colégio eleitoral do país.

O custo médio por entrevista, acordo com os dados do TSE, é de R$ 18,64, sendo que há levantamentos que gastam menos de R$ 10 por entrevistado. É um preço pelo menos cinco vezes menor do que o cobrado pelos maiores institutos.

A profusão de baixo custo tem relação direta com a reta final das convenções partidárias. "Essas pesquisas com preço abaixo de custo, irreais, são feitas para fazer crer que fulano ou sicrano são candidatos viáveis. Servem como fator de persuasão nas convenções, já que toda campanha no Brasil hoje é bancada pelas direções partidárias", aposta João Francisco Meira, da Vox Populi de Belo Horizonte, integrante do Conselho Superior da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep), que acredita que o manancial de pesquisas deve refluir quando o cenário afunilar e permanecerem na corrida apenas os candidatos oficiais.

O perfil de empresa de pesquisa que predomina é pequeno. "Trabalhamos sempre com quatro ou cinco pessoas. Um motorista que é coordenador, e mais três entrevistadores, ou um motorista, um coordenador e quatro entrevistadores. A gente prefere ganhar pouco com muita pesquisa do que muito com pouca. Cada entrevistador faz a coleta por um aplicativo no celular, não tem questionário no papel. Quando termina a coleta, já está pronta aqui no escritório", comenta Ari Carlos Nascimento, da Seculus, de Salvador (BA) que cobra em torno de R$ 10 por entrevista. Nascimento tem em seu currículo ter sido secretário municipal em Jequié e "ser sócio de estatístico".

A Seculus fez nada menos que 96 pesquisas este ano na Bahia, com 52 mil entrevistas, 10 delas com recursos próprios. Nascimento admite que usou um artifício para registrar os levantamentos. "Isso é mais uma filigrana da lei que nos obriga a fazer isso. Se eu faço para outro cliente, eu tenho que emitir nota fiscal e como às vezes o interessado pede a pesquisa em um sábado ou domingo, pra sair antes da convenção, pra divulgar na rádio dele ou rede social... Aí a gente aparece como contratante, para não emitir nota fiscal, mas é claro que depois cobramos o cliente, entendeu?"

De acordo com resolução do TSE, uma empresa de pesquisas pode registrar uma pesquisa como sendo de recursos próprios, desde que comprove ter recursos para isso, por meio de um documento específico. Como o valor declarado é muito baixo, não é muito difícil a comprovação da capacidade.

No começo do ano, a Seculus fez pesquisas "de interesse econômico ou social" para deputados estaduais da Bahia, que passaram a conta da pesquisa para os cofres públicos. "Os deputados estaduais têm uma verba indenizatória que tem que prever R$ 11,2 mil para cada pesquisa", diz Nascimento. "Eles fazem e pagam com a verba indenizatória qualquer prospecção, faturado com limite por mês. Às vezes o deputado faz um pacote comigo, a quantidade de cidades que ele quer dá R$ 30 mil ou R$ 40 mil, e aí eu tenho caixa pra bancar um parcelamento para ele, entendeu?". Esse modelo, segundo Nascimento, "existe faz tempo e só vem aumentando".

A Procuradoria-Geral Eleitoral afirmou que cabe aos promotores eleitorais na primeira instância apurar eventuais irregulares e que o controle judicial prévio não é possível. O Tribunal Superior Eleitoral, também por meio da assessoria de imprensa, afirmou que "a análise do conteúdo desses registros pela Justiça Eleitoral somente será feita quando acionada pelas partes legitimadas, conforme aponta a resolução". As partes, no caso, são candidatos, partidos e federações "Ao se tratar, especificamente, de pedido de fiscalização, verificação e impugnação das pesquisas eleitorais no âmbito das eleições municipais, as partes legitimadas devem direcionar seus requerimentos ao Juízo Eleitoral definido como competente pelo respectivo TRE", diz a nota.

> "Pesquisas com preços abaixo do custo, irreais, servem como fator de persuasão"
> *João Francisco Meira*

A febre pelas pesquisas não segue a distribuição dos eleitores do país. A maior concentração dos levantamentos está no Piauí, que tem 224 municípios. Lá houve registro de 430 sondagens, enquanto Minas Gerais, com 853 cidades, teve 183 pesquisas. Os dados atualizados estão disponíveis no site do TSE.

O alto consumo de pesquisas no Piauí tem relação direta com esse fenômeno. Segundo o cientista político Vitor Sandes, da Universidade Federal do Piauí, a competição política no Estado é naturalmente alta em razão da falta da prevalência de Teresina sobre o interior, onde a pulverização é enorme. Segundo dados do TSE, 22% do eleitorado do Piauí está na capital e 4% em Parnaíba. Outros 17% estão em 12 cidades que concentram de 1% a 2% do eleitorado. Os restantes 57% espalham-se por 210 municípios em que nenhum chega a 1% do total. Isso faz com que muitos recursos partidários sejam carreados para os grotões.

Há dois grupos estruturados disputando espaço no Estado inteiro, um nucleado pelo PT do ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, e pelo governador Rafael Fonteles e outro que tem como principal referência o senador Ciro Nogueira (PP-PI). E não há meios de comunicação capilarizados fora das redes sociais. "Quando a gente escuta na capital que determinada pessoa é viável como candidato no interior isso significa que há uma pesquisa, e não de que se trata do parente de alguém ou de quem já foi prefeito ou vereador, como era antigamente", comenta Sandes.

Em Minas Gerais, segundo Meira, da Vox Populi, não é tanto assim. "Existem vários núcleos que formam áreas de influência independentes; uma no Triângulo, outra na Zona da Mata, outra no Vale do Jequitinhonha e assim por diante. Os acordos políticos demoram a maturar e envolvem esse equilíbrio regional. É muito mais uma questão de acerto entre as lideranças do que de medição da opinião pública", comenta.

O país das pesquisas

Até segunda-feira, dia 29, houve registro de 3.604 levantamentos

Estado	Pesquisas	Entrevistados	Valor (em R$)	Valor por entrevistado (em R$)
Piauí	430	189.408	2.648.729,40	13,98
São Paulo	388	262.853	7.430.517,80	28,26
Goiás	380	162.600	2.164.447,86	13,31
Rio Grande do Norte	249	129.088	1.541.261,99	11,93
Bahia	238	126.538	2.095.518,80	16,56
Maranhão	216	98.241	1.366.400,00	13,9
Pernambuco	217	98.821	1.865.034,82	18,87
Pará	201	103.872	1.730.655,36	16,66
Minas Gerais	183	105.878	2.729.675,01	25,78
Tocantins	171	64.275	901.602,98	14,02
Mato Grosso do Sul	108	64.726	750.356,40	11,59
Paraíba	113	56.274	836.279,40	14,86
Sergipe	109	62.477	897.439,40	14,36
Espírito Santo	95	54.734	968.371,20	17,69
Paraná	98	55.201	1.196.330,20	21,67
Mato Grosso	92	45.241	849.178,80	18,77
Rio de Janeiro	75	54.564	1.883.055,36	34,51
Amazonas	76	49.780	1.208.179,40	24,27
Alagoas	57	39.626	527.279,40	13,3
Ceará	31	20.922	696.034,10	33,26
Rondônia	24	13.318	209.028,80	15,69
Santa Catarina	17	8.572	224.792,73	26,22
Acre	15	8.928	223.089,40	24,98
Rio Grande do Sul	12	8.852	148.379,40	16,76
Roraima	5	2.802	70.839,40	25,28
Amapá	4	2.812	81.839,40	29,1
Total nacional	**3.604**	**1.890.403**	**35.244.316,81**	**18,64**

Fonte: TSE

Pela 1ª vez, candidato pode indicar orientação sexual

Raphael Di Cunto
De Brasília

Pela primeira vez na história, a Justiça Eleitoral terá dados públicos sobre as candidaturas da comunidade LGBTQIA+. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) colocou um campo à disposição para que os candidatos declarem, se quiserem, qual sua orientação sexual: heterossexual, lésbica, gay, bissexual, assexual ou pansexual. E também poderão identificar, além do tradicional masculino/feminino, qual sua identidade de gênero: se cis (que se identifica com seu gênero de nascimento) ou trans (que se apresenta e identifica com gênero diferente do seu nascimento).

Os dados, inéditos, estarão disponíveis após pressão de movimentos sociais que lutam pelo aumento da diversidade na política. Apesar disso, a situação passou praticamente despercebida. A resolução foi aprovada pelo TSE em fevereiro e os movimentos não quiseram fazer barulho, segundo o diretor-executivo do VoteLGBT, Gui Mohallem, para evitar que a pressão dos conservadores levasse a um recuo do TSE, como já ocorreu com o governo Lula (PT) e o novo RG, que manteve no documento a distinção entre nome social e nome de registro, além do campo "sexo".

"A disputa por qualquer política pública no futuro passa por esses dados. Até então, todos os estudos são com base em dados elaborados pela sociedade civil. Agora, serão dados produzidos pelo Estado, o que dá mais força a eles", afirma Mohallem.

Com essas informações em mãos, os movimentos acreditam que será possível comprovar o subfinanciamento das candidaturas da comunidade LGBT, a falta de espaço decisório dentro dos partidos e também a violência política contra seus integrantes. Além disso, poderão mapear seus representantes eleitos pelo país e cruzar informações para saber quais partidos dão mais espaço para essa população.

Para a deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), a própria decisão do TSE para incorporar esse campo no registro das candidaturas ocorreu por causa da chegada a mais espaços de poder. "Parece um detalhe, e algumas vezes nos foi questionado isso, mas faz uma diferença enorme para a população LGBT", afirma. A decisão do tribunal ocorreu após reuniões com o então presidente e ministro Alexandre de Moraes. "Quem ganha é a sociedade brasileira quando a diversidade adentra esses espaços de debate", comentou Daiana.

Diferentemente dos dados sobre profissão, escolaridade e raça, as informações sobre identidade de gênero e orientação sexual não são obrigatórias. Mas isso é apoiado pelos movimentos sociais que fizeram a solicitação ao TSE. "É uma escolha pessoal. Cada um deve fazer o cálculo sobre se quer expor isso ou não. Somos o país que mais mata trans no mundo. É natural que alguns não queiram divulgar essa informação", explica Mohallem. "Mas o importante é que as candidaturas têm aumentado a cada eleição. Em 2014, quando o VoteLGBT começou a fazer esse levantamento, contávamos nos dedos os candidatos LGBTQIA+. Hoje são mais de 500 que se cadastraram no nosso site", diz.

Com os dados não obrigatórios, parte dos registros de candidaturas divulgados no site do TSE terá apenas a informação sobre gênero (masculino ou feminino). É o caso da chapa de vereadores do PL no Rio de Janeiro: dos 50 registrados, apenas um forneceu a informação de que é "cis" e nenhum indicou qual sua orientação sexual.

Presidente do diretório municipal do PL no Rio, Bruno Bonetti afirma que o partido fez essa opção por uma questão de privacidade e para agilizar o registro e liberação do CNPJ das candidaturas. "A gente não precisa botar esse aposto em nenhum candidato nosso. Não é uma questão relevante para a gente isso", diz.

Já para a deputada federal Duda Salabert (PDT-MG), uma das primeiras trans a ser eleita para a Câmara, a decisão do TSE é histórica e ajudará a mudar a política. "O não dado acaba sendo um dado também, né? Que mostra que alguns partidos estão pouco interessados em promover maior igualdade e combater essa desigualdade de gênero", afirma.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR — 21/6/2023

Duda Salabert: decisão do TSE é histórica e ajudará a mudar a política

Influenciadores trazem novos desafios à corte eleitoral

Julia Lindner e Flávia Maia
De Brasília

Impedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de usarem influenciadores digitais em campanhas, os candidatos adotam a estratégia de, eles mesmos, protagonizarem vídeos nas redes sociais e tentar aumentar o seu alcance. Os "influencers", por sua vez, viram uma aposta dos partidos como puxadores de voto.

Para especialistas, o pleito deste ano pode trazer situações inéditas que envolvem até mesmo o uso de influenciadores criados por inteligência artificial, algo que, para alguns, o TSE ainda não estaria preparado. A disputa deve servir como um "teste" para atualizar as regras em 2026.

Na última semana, influenciadores como Luísa Mell, Paulo Kogos e Cristian, o "Pantera", foram apresentados pelo União Brasil para disputar vagas de vereador em São Paulo e no Rio de Janeiro. A estratégia não é totalmente nova, por também envolver pessoas ligadas ao meio artístico, como o ator Babu Santana, filiado recentemente ao Psol.

Em São Paulo, um dos pré-candidatos é o "influencer" Pablo Marçal (PRTB). Ele é alvo de uma representação junto ao Ministério Público Eleitoral (MPE), apresentada pela deputada Tabata Amaral (PSB), sua adversária. Marçal foi flagrado pedindo a apoiadores que promovam e divulguem recortes dos seus vídeos em troca de pagamentos e "parcerias".

Na ação, os advogados de Tabata citam artigo da resolução do TSE que proíbe a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fazer publicações em seus perfis nas redes de cunho eleitoral. Procurada, a assessoria de Marçal não se pronunciou.

"Essa é uma deturpação do marketing de influência, só que essa ilegalidade não está muito bem prevista no TSE", avaliou o consultor político Bruno Bernardes. "Quem vai julgar o que é influenciador e o que não é, o que é uma parceria? Isso vai dar uma confusão tremenda."

O advogado Ticiano Gadelha considera que a definição de influenciador está ampla e, portanto, é difícil de ser enquadrada. Além disso, ele avalia ser ainda mais desafiador fazer a diferenciação entre campanhas pagas e orgânicas ou mesmo rastrear as formas de recompensa.

"O intuito mais legítimo talvez tenha sido o de evitar a propagação de informações falsas. A grande questão é: não evita. Eu acho que foi infeliz essa palavra 'influenciadores', porque você tem influenciadores de todos os lados, em diferentes nichos."

Nos últimos anos, políticos de diferentes correntes tentam aumentar a participação nas redes, como é o caso dos prefeitos do Recife, João Campos (PSB), de Florianópolis, Topázio Neto (PSD), do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), e de Alagoas, JHC (PL). Os vídeos publicados por eles envolvem, por exemplo, entregas de obras, equipamentos e campanhas de saúde.

> "O que vemos é muita improvisação com a chegada das eleições"
> *Pablo Nobel*

Para o marqueteiro Pablo Nobel, aqueles que já possuem uma presença forte na internet levam vantagem. "Candidatos que construíram uma presença digital ao longo do tempo saem na frente de candidatos sem essa participação. Pessoas que só lembram agora que precisam começar a fazer um trabalho digital certamente não terão o resultado daqueles que estão há dois, três anos construindo uma presença digital sólida. O que vemos é muita improvisação com a chegada das eleições. As pessoas se desesperam e querem ter uma presença digital em pouco tempo", avaliou Nobel.

Outro foco de preocupação entre especialistas envolve o uso de influenciadores criados por meio de inteligência artificial. O alerta já foi feito pelo Comitê de Cibersegurança (CNCiber), órgão ligado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), à presidente do TSE, Cármen Lúcia.

Em documento entregue à ministra, a advogada Patrícia Peck argumentou que "o influenciador de IA não se enquadraria necessariamente como pessoa natura, e também não é necessariamente uma pessoa jurídica, pois devemos verificar a situação cadastral daquele 'personagem' conforme a legislação nacional". Para ela, "também não fica claro quem seria responsável por um comportamento inadequado, se o desenvolvedor, se a marca patrocinadora do influenciador IA, ou ambos."

A advogada eleitoralista Marilda Silveira lembra que essa é a primeira vez que a Justiça Eleitoral vai enfrentar de forma direta o tema sobre os influenciadores digitais. Portanto, ainda não existem respostas de casos concretos sobre o assunto e a jurisprudência do TSE não é específica sobre a questão. Para Silveira, de acordo com a resolução do TSE é possível compreender que "influencers" podem manifestar apoio a candidatos pois eles estão expressando a sua vontade política, mas sem ter dinheiro envolvido. "Na vida real, eu posso contratar cabo eleitoral para sair na rua e entregar santinho, na internet, não", explicou. De acordo com Silveira, é conduta vedada ao candidato a criação de um "influencer" por inteligência artificial, nem se ele avisar — bonequinhos e mascotes podem.

O professor de direito Ricardo Freitas Silveira, da Saint Paul Escola de Negócios, avalia que as normas do TSE vigentes para as eleições municipais de 2024 "acertadamente proíbem a utilização de 'deepfakes' e condicionam a publicação de conteúdo gerado por IA mediante um aviso explícito de sua utilização".

Sobre o avanço da regulamentação da IA, ele considera que o marco legal em discussão no Congresso ainda requer muito debate. "Após as eleições de 2024, certamente a sociedade e o Congresso estarão mais prontos para este importante desafio", afirma Silveira.

Diplomacia Gershkovich, acusado de espionagem, foi incluído em negociação que envolveu 26 presos

Repórter dos EUA deixa cela na Rússia em meio à maior troca de prisioneiros desde o fim da URSS

Max Seddon, Felicia Schwartz e Adam Samson
Financial Times, de Washington, Riga de Ancara

A Rússia libertou o repórter Evan Gershkovich, do diário "The Wall Street Journal" ontem como parte de uma complexa troca de prisioneiros com os EUA e outros países, a maior do tipo desde a Guerra Fria.

A troca, realizada em Ancara, envolveu 26 prisioneiros e 7 países e foi o ápice de meses de cuidadosos esforços diplomáticos empreendidos após a invasão da Ucrânia pelo líder russo, Vladimir Putin, em 2022.

As negociações também envolveram Alemanha, Noruega, Polônia e Eslovênia, segundo funcionários de serviços de segurança de vários países. Autoridades turcas relatam que Belarus também se envolveu.

O assessor de segurança nacional dos EUA, Jake Sullivan, considerou a troca "histórica". "Desde a Guerra Fria não houve um número semelhante de indivíduos trocados desta maneira, e nunca, até onde sabemos, houve uma troca envolvendo tantos países."

O presidente dos EUA, Joe Biden, também se pronunciou sobre a troca. "No total, negociamos a libertação de 16 pessoas da Rússia — incluindo 5 alemães e 7 cidadãos russos que eram prisioneiros políticos em seu próprio país. Algumas dessas mulheres e homens estavam detidos injustamente há anos. Todos passaram por sofrimentos e incertezas inimagináveis. Hoje, a agonia deles acabou."

Joe Biden e a vice-presidente Kamala Harris se reuniriam com as famílias de Gershkovich, Whelan, Kurmasheva e Kara-Murza ainda ontem na Casa Branca.

CASA BRANCA VIA AP

Repórter de 'The Wall Street Journal', Gershkovich (à frente, à esq.) deixa Rússia com outros presos envolvidos na troca: jornalista passou 491 dias na prisão

A Rússia libertou 16 prisioneiros, incluindo Gershkovich, que havia sido condenado acusado de espionagem, e Paul Whelan, um ex-fuzileiro naval dos EUA que também cumpria uma sentença por espionagem. Entre os demais libertados estão o importante dissidente russo Ilya Yashin, segundo oficiais de segurança dos países envolvidos.

"Evan está livre e a caminho de casa", segundo "The Wall Street Journal", empregador de Gershkovich. "Ele foi libertado hoje em uma troca multilateral de prisioneiros que teve lugar em Ancara, Turquia [...] Estamos dominados pelo alívio e exultantes por Evan e sua família, assim como por todos os outros que foram libertados."

> "Desde a Guerra Fria não houve número similar de indivíduos trocados entre tantos países"
> *Jake Sullivan*

"Ao mesmo tempo, condenamos nos termos mais contundentes o governo de Vladimir Putin na Rússia, que orquestrou os 491 dias de prisão injusta de Evan com base em acusações e um julgamento falsos, como parte de um ataque aberto à imprensa livre e à verdade."

A Rússia também libertou a repórter da Radio Free Europe/Radio Liberty, Alsu Kurmasheva, que tem dupla cidadania americana e russa e havia sido presa em 2023, e Vladimir Kara-Murza, um cidadão também com dupla cidadania, russa e britânica, e colunista do "The Washington Post", que cumpria uma sentença de 25 anos, acusado de traição e por "desacreditar as forças armadas".

A troca também incluiu o cidadão alemão Rico Krieger, detido em Belarus e sentenciado à morte por acusação de tentativa de sabotagem, mas que foi perdoado no início da semana, segundo autoridades turcas. Em troca, um total de dez pessoas, incluindo duas crianças, foram transferidas do Ocidente para a Rússia. Entre elas está Vadim Krasikov, um assassino de aluguel condenado por uma morte em plena luz do dia em Berlim em 2021.

Prisioneiros que haviam sido presos pela Noruega, Polônia e Eslovênia por crimes variados, incluindo espionagem, também foram devolvidos à Rússia.

Gershkovich, de 32 anos, foi preso quando realizava uma reportagem em Ecaterimburgo, uma cidade nos Montes Urais da Rússia, em março de 2023, e depois foi condenado por espionagem. "The Wall Street Journal" e o governo dos EUA sustentam que as acusações são infundadas.

A Rússia divulgou ter pego Gershkovich "em flagrante" quando o prendeu em um café em Ecaterimburgo e sustentou ter "provas incontestáveis" de sua culpa, mas nunca forneceu nenhuma evidência publicamente.

Um tribunal em Ecaterimburgo condenou o repórter a 16 anos de prisão em julho, após um julgamento acelerado de três dias. Gershkovich teria negado as acusações durante seu julgamento, que correu em sigilo.

A Rússia deteve vários americanos no período que antecedeu e logo após a invasão da Ucrânia em 2022, uma estratégia vista como uma tática de obtenção de reféns, com o objetivo de garantir a libertação de agentes do Kremlin em prisões no Ocidente.

A Turquia, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental), procurou se posicionar como mediadora entre o Ocidente e a Rússia. Ancara se recusou a aderir ao regime de sanções dos EUA e da União Europeia contra Moscou aplicado em razão da guerra na Ucrânia e até manteve seu espaço aéreo aberto para aviões russos.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	-	-	-	-	0,87	0,5957	0,5088	-	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**7,09**	**4,50**	**3,80**	**2,18**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,20**	**6,81**	**5,60**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

INÊS 249

América do Sul Governos divulgam nota conjunta após conversa telefônica entre presidentes; EUA reconhecem vitória de opositor

Brasil, Colômbia e México cobram as atas da eleição na Venezuela

Fabio Murakawa e Andrea Jubé
De Brasília

Os governos de Brasil, Colômbia e México divulgaram nota conjunta ontem em que pedem às autoridades venezuelanas que respeitem "o princípio fundamental da soberania popular deve ser respeitado mediante a verificação imparcial dos resultados" da eleição presidencial do último domingo. A Justiça eleitoral venezuelana apontou a vitória do presidente Nicolás Maduro, mas o resultado está sendo contestados internacionalmente sob suspeita de fraude.

O comunicado foi emitido após uma conversa entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Gustavo Petro (Colômbia) e Andrés Manuel López Obrador (México), na tarde de ontem. Os líderes, todos de esquerda, se falaram por telefone durante 45 minutos para acertar os detalhes finais do documento.

"Acompanhamos com muita atenção o processo de escrutínio dos votos e fazemos um chamado às autoridades eleitorais da Venezuela para que avancem de forma expedita e divulguem publicamente os dados desagregados por mesa de votação", disse o documento. "As controvérsias sobre o processo eleitoral devem ser dirimidas pela via institucional."

> "Está claro para os EUA que o vencedor das eleições é Edmundo González"
> *Antony Blinken*

Na nota, os governos dos três países felicitam e expressam "solidariedade com o povo venezuelano, que compareceu massivamente às urnas em 28 de julho para definir seu próprio futuro". E fazem "um chamado aos atores políticos e sociais a exercerem a máxima cautela e contenção, a fim de evitar a escalada de episódios violentos".

"Manter a paz social e proteger vidas humanas devem ser as preocupações prioritárias neste momento", disse a nota. "Que esta seja a oportunidade para expressar, novamente, nosso absoluto respeito pela soberania da vontade do povo da Venezuela. Reiteramos nossa disposição para apoiar os esforços de diálogo e busca de acordos que beneficiem o povo."

Segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela, Maduro foi reeleito com 51% dos votos, contra 44% do opositor Edmundo Gonzáles. Mas órgão não divulgou as atas de votação, enquanto a oposição afirma que González venceu a eleição.

Na terça-feira, o presidente tratou da crise na Venezuela com seu colega americano, Joe Biden. Ontem, o secretário de Estado dos EUA , Antony Blinken, deixou claro que considera González o vencedor da eleição.

"Dadas as evidências esmagadoras, está claro para os EUA e, mais importante, para o povo venezuelano, que Edmundo González Urrutia obteve a maioria dos votos nas eleições presidenciais na Venezuela", disse. "Agora é o momento para os partidos venezuelanos começarem as discussões sobre uma transição respeitosa e pacífica, de acordo com a lei eleitoral e os desejos do povo venezuelano"

Responsabilidade por embaixadas em Caracas reforça necessidade de Brasil manter-se longe de pressões

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

MATIAS DELACROIX/AP
Embaixada da Argentina em Caracas, esvaziada pela expulsão de seu staff diplomático, com bandeira do Brasil

A diplomacia brasileira dobra a aposta na mediação ao assumir não apenas a representação diplomática da Argentina na Venezuela como também a do Peru num momento em que, vencido o prazo das atas eleitorais, fica cada vez mais evidente que não se cumpriram os requisitos de transparência exigidos pelo tratado de Barbados do qual o Brasil foi fiador.

A confiança depositada por Argentina e Peru, a delegação conferida pelo presidente Joe Biden à mediação brasileira e a confiança expressa, nesta mediação, pela líder da oposição, María Corina Machado reforçam a necessidade de o Brasil se manter fora do alcance das pressões do presidente Nicolás Maduro, que ontem pediu para falar, por telefone, com presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O telefonema não ocorreu.

O ex-embaixador do Brasil em Buenos Aires, Marcos Azambuja, define como de "exemplar sobriedade" o comportamento a ser exigido do Brasil em função do que vê como uma mostra de prestígio e protagonismo da diplomacia.

A partir do comunicado conjunto do Brasil, Colômbia e México, conclui-se que esta posição será costurada pela reafirmação do "respeito absoluto pela soberania da vontade do povo venezuelano" e pela cobrança pela divulgação "expedita" dos dados desagregados por mesa de votação sem que nenhuma decisão sobre a ausência dessas informações seja tomada.

Uma contagem de votos independente conduzida a partir de um modelo matemático desenvolvido por uma plataforma venezuelana em associação com pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de Michigan, chegou a um resultado muito próximo daquele divulgado pela oposição.

O modelo aplicado sobre uma amostra 971 urnas com a ajuda de voluntários na Venezuela chegou a uma vitória da oposição por 65% dos votos ante 31% de Maduro. O estudo foi divulgado em "O Estado de S.Paulo". Os resultados oficiais, pendentes de comprovação, são de 51% dos votos para Maduro e 44% para Edmundo Gonzalez.

Os resultados fortalecem a pressão da comunidade internacional sobre o regime de Maduro. Cinco outros países também tiveram seus diplomatas expulsos do país: Chile, Uruguai, Costa Rica, Panamá e República Dominicana.

O Itamaraty alega motivos de segurança para não informar o número de diplomatas e adidos militares a serem enviados. Segundo o jornal "La Nación", 14 funcionários da embaixada argentina deixaram Caracas na tarde desta quarta-feira. Além da representação diplomática, o Brasil também ficará responsável pelo atendimento consular de argentinos e peruanos residentes na Venezuela. Estão refugiados na embaixada da Argentina sete assessores da líder da oposição, María Corina Machado. Os funcionários locais da embaixada também não deixaram o prédio da embaixada e pediram proteção.

A delegação extra a ser enviada a Caracas será submetida à autorização do governo venezuelano. A embaixada brasileira teve que ser remontada porque o governo anterior havia rompido relações com a Venezuela. A última vez que o Brasil assumiu uma embaixada argentina no exterior foi em 1982. Em função da guerra das Malvinas, as relações entre Argentina e Reino Unido foram rompidas e o Brasil se ocupou de sua representação diplomática em Londres.

O presidente argentino, Javier Milei, agradeceu publicamente a colaboração brasileira. "Agradeço enormemente a disposição do Brasil", disse no X. "Os laços de amizade que unem o Brasil e a Argentina são muito fortes e históricos". Lula não foi à posse de Milei , assistida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, e disse que só o cumprimentaria depois de um pedido de desculpas do presidente argentino por tê-lo chamado de "corrupto".

María Corina Machado também agradeceu ao esforço brasileiro na proteção de assessores refugiados na embaixada argentina. No X, ainda aplaudiu a posição do Brasil OEA em defesa da publicação das atas. Com isso, a líder oposicionista, defensora histórica da linha americana das sanções, se aproxima da posição brasileira.

Italiana deixa luta e abre polêmica sobre gênero na Olimpíada

AP/JOHN LOCHER

A boxeadora italiana Angela Carini (à esq.) abandonou ontem sua luta no torneio dos Jogos de Paris, depois de ter recebido um soco da argelina Imane Khelif (à dir.), que foi barrada do campeonato mundial em 2023 devido a dúvidas sobre a elegibilidade de Khelif para competir em esportes femininos. A argelina nasceu mulher mas foi barrada em razão de tem uma quantidade de hormônio masculino acima da média. O episódio na luta de ontem alimentou o debate público sobre gênero no esporte, provocando fortes reações da premiê da Itália, Giorgia Meloni, que chamou a luta de "uma disputa que não parecia em pé de igualdade". O Comitê Olímpico Internacional defendeu o direito de a atleta de competir, denunciando "informações enganosas".

VAHID SALEMI/AP
Iranianos acompanham funeral de Haniyeh, assassinado em Teerã

Israel confirma morte de outro líder do Hamas e amplia tensão na região

James Shotter e Andrew England
Financial Times,
de Jerusalém e Londres

Israel confirmou ontem ter matado, em um ataque em julho, o comandante militar do grupo terrorista Hamas, Mohammed Deif — um dos mentores do ataque de 7 de outubro do ano passado que deixou 1,2 mil mortos em território israelense e foi o estopim da guerra na Faixa de Gaza.

Há três semanas, os militares israelenses fizeram uma série de ataques nos arredores da cidade de Khan Younis, ao sul da Cidade de Gaza, que tiveram como alvo Deif e outros líderes do grupo militante, matando dezenas de palestinos.

Acredita-se que Deif, o líder de maior hierarquia do Hamas morto na Faixa de Gaza, orquestrou o ataque de 7 de outubro com outro líder do grupo no enclave, Yahya Sinwar, que permanece foragido.

Segundo o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, a morte de Deif "reflete o fato de que o Hamas está se desintegrando e que ou os terroristas do Hamas se rendem ou serão eliminados".

O escritório político do Hamas informou que não confirmou, na ocasião, que Deif tinha morrido.

O anúncio de Israel chega em meio à intensificação das tensões na região após o assassinato nesta semana de Ismail Haniyeh, líder político do Hamas, em Teerã, e de um alto comandante do Hezbollah em Beirute.

O temor de que o aumento das tensões leve o Oriente Médio a uma guerra de grande escala na região tem afetado o preço internacional do petróleo. Na véspera, a cotação do barril do tipo Brent — o padrão mundial — subiu até 3%, embora ontem estivesse outra vez em tendência de queda.

Israel não confirma nem nega a responsabilidade pelo ataque que matou Haniyeh, que vivia no exílio e estava morando no Catar. Reivindica, entretanto, a responsabilidade pelo ataque na terça-feira à noite nos subúrbios ao sul de Beirute que matou Fuad Shukr, um dos altos comandantes militares do Hezbollah.

O premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, prometeu punir todos os envolvidos no ataque de outubro, onde eles estiverem.

O assassinato de Shukr em um reduto do Hezbollah foi uma retaliação ao ataque com foguetes no sábado a territórios ocupados da Colinas de Golã que matou 12 jovens e foi atribuído por Israel aos militantes libaneses.

Israel e Hezbollah têm trocado ataques quase diários na fronteira entre a nação israelense e o Líbano desde 8 de outubro. Os assassinatos desta semana, contudo, aumentam o temor de que a região esteja se dirigindo a uma guerra total, em meio às tentativas desesperadas de diplomatas ocidentais e regionais para aliviar as tensões.

O Irã, que apoia o Hezbollah e o Hamas, prometeu vingar a morte de Haniyeh. O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, advertiu que Israel teria "uma punição severa".

Na quarta-feira à noite, Netanyahu disse que Israel havia desfechado "golpes esmagadores" contra o Hamas e o Hezbollah. Acrescentou, no entanto, que "dias desafiadores estão por vir".

"Desde o ataque em Beirute, temos ouvido ameaças de todos os lados", disse Netanyahu. "Estamos preparados para qualquer cenário e estaremos unidos e determinados contra qualquer ameaça."

Israel está lutando na Faixa de Gaza há quase dez meses com o objetivo de destruir o Hamas, que controla a área desde 2007. A ofensiva israelense devastou o enclave sitiado e matou quase 40 mil pessoas, segundo autoridades palestinas da área de saúde, além de ter provocado uma crise humanitária.

Os ataques em julho, que tiveram como alvo Deif, também mataram outro alto comandante do Hamas, Rafa'a Salameh. Na ocasião, o Hamas negou que Deif, que havia sobrevivido a tentativas de assassinato anteriores por Israel, estivesse morto.

Acredita-se que Deif tenha se juntado ao Hamas aos 20 anos, logo após a formação do grupo islâmico no fim da primeira intifada, como é chamada a insurreição palestina, no fim da década de 80. Ele se juntou à ala militar e teria sido treinado por Yahya Ayyash, um especialista em bombas apelidado de "O Engenheiro", assassinado por Israel em 1996.

De acordo com autoridades da área de saúde na Faixa de Gaza, mais de 90 pessoas foram mortas e cerca de 300 ficaram feridas nos ataques que mataram Deif, incluindo mulheres, crianças e pessoal médico.

Os ataques tiveram como alvo edifícios nos arredores a oeste de Khan Younis, limite com uma área designada por Israel como "zona segura" humanitária, em al-Mawasi, uma faixa de terra ao longo da costa, onde centenas de milhares de palestinos deslocados foram forçados a buscar refúgio.

> "Ao inimigo sionista: ria um pouco agora, pois você ainda vai chorar muito"
> *Hassan Nasrallah*

O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, disse que a batalha entre seu grupo militante e Israel havia "entrado em uma nova fase" com o assassinato em Beirute, acrescentando que Israel havia violado limites e deveria esperar uma "certa" resposta.

"Ao inimigo sionista: ria um pouco agora, mas você vai chorar muito, pois não sabe quais linhas vermelhas cruzou", disse Nasrallah em alguns de seus comentários mais ameaçadores desde o início da guerra em Gaza.

"O inimigo não sabe de onde virá a resposta", acrescentou Nasrallah, uma indicação de que outras milícias na rede de representantes regionais do Irã ou até mesmo Teerã poderiam se juntar à retaliação contra Israel.

"Nós estamos indo além de apenas uma frente de apoio. Esta é uma batalha aberta em todas as frentes... uma nova fase", disse o chefe do Hezbollah.

Ambiente Brasil lança candidatura de cientista Leticia Carvalho para dirigir organismo internacional que normatiza atividade marítima

Eleição define direitos globais sobre exploração do fundo do oceano

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O futuro dos oceanos do mundo está em disputa esta semana, em Kingston, a capital da Jamaica. A direção de uma agência internacional obscura e pouco conhecida será definida hoje em assembleia de 169 governos. Trata-se de uma eleição crucial para o planeta e pode determinar o que acontece com o leito do fundo do oceano, que está a milhares de quilômetros da superfície e não pertence a nenhum país específico, mas a todos.

A mineração do fundo do mar em águas internacionais é atualmente proibida, mas a regra pode mudar logo. A autoridade no assunto é uma agência de pouco brilho e muita controvérsia, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, ISA pela sigla em inglês. É essa organização que gerencia a pesquisa e a mineração em águas profundas.

Hoje deve ser escolhido o novo secretário-geral da ISA — ou secretária, se a eleita for a oceanógrafa brasileira Leticia Carvalho. É a única adversária do atual secretário-geral, o britânico Michael Lodge. O advogado já exerceu dois mandatos na ISA e está se candidatando novamente pelo arquipélago de Kiribati, no Pacífico. A imprensa internacional tem dito que empresas ansiosas por minerar estão por trás da iniciativa de Kiribati e, por consequência, da candidatura de Lodge.

Segundo a agência Bloomberg, Lodge, 64 anos, diz que uma de suas prioridades é finalizar as regras que dariam início a uma nova frente de mineração industrial no fundo do mar. "E em escala muito maior do que existe hoje em terra", diz Matthew Gianni, um dos fundadores e conselheiro político da Deep Sea Conservation Coalition (a DSCC), rede formada em 2004 e que reúne mais de cem organizações ambientais e de pesquisa.

Leticia Carvalho, 50 anos, diz que a ISA carece de liderança e vive uma crise de confiança. "Essa organização é obscura e pouco transparente. Temos que orientá-la para o futuro", afirma.

O Brasil tem grande interesse nessa discussão. "Quem tem potencial de geração de trilhões na mineração não pode dar as costas a este debate", diz um interlocutor. A delegação brasileira na Assembleia da ISA tem 20 pessoas. Chefiada pela embaixadora e secretária-geral do Itamaraty Maria Laura da Rocha, a equipe brasileira tem representantes da Marinha e dos ministérios do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, além da embaixada brasileira em Kingston.

A assembleia da ISA que iniciou na segunda-feira debruçou-se sobre o Código de Mineração, com limites aceitáveis de poluição e mecanismo de repartição de benefícios do que for minerado, por exemplo. A negociação em torno ao Código de Mineração se arrasta há vários anos até porque antes não havia conhecimento nem capacidade para exploração destes recursos. Há dois anos a discussão em torno do Código foi intensificada. O documento tem 300 páginas e 140 artigos. Esta semana os membros do Conselho da ISA fizeram a primeira leitura do texto, que não foi conclusiva e seguirá na próxima reunião, em 2026.

Dependendo de com quem se fala, os rumos da ISA tem potencial de criar danos em mais de 90% do bioma marinho com a exploração de minérios em regiões que estão fora das jurisdições nacionais e estão em zona internacional — no jargão do assunto trata-se de a "Área", com maiúscula. Se o interlocutor vier de uma empresa de mineração ou de países interessados nos minerais do fundo do mar, contudo, a visão é outra — o potencial da "Área" é de "trilhões".

A Área representa algo próximo a 90% das áreas oceânicas ou mais. "É esse grande volume de regiões fora das jurisdições nacionais que é regido por um regime comum. Não é de ninguém e é de todo mundo", explica Leticia Carvalho. "Os recursos são coletivos e as decisões precisam ser consensuadas".

Países sem mar, como Bolívia ou Ruanda, também têm direito aos benefícios do que for explorado na Área e de ter voz na autoridade. "Um grande trunfo da Convenção do Mar foi impedir apenas a apropriação privada de riquezas, de explotar somente para benefício próprio e ter esses lucros revertidos só para a empresa. O benefício tem que ser compartilhado e o mecanismo de compartilhamento está sendo discutido justamente agora", diz Leticia Carvalho ao **Valor**.

A questão sobre a mesa é quando o leito do oceano será aberto a exploração comercial. Alguns países (Tonga, Kiribati e Nauru entre outras ilhas do Pacífico) entendem que a ciência que existe hoje é suficiente para que a exploração possa começar, conforme um "road-map" aprovado há alguns anos e que previa que licenças seriam aprovadas em 2025 para que a exploração comercial iniciasse em 2026. Outros entendem que a ciência ainda não deu respostas necessárias para limites de substâncias tóxicas ou para a destruição do solo enquanto as máquinas passam, por exemplo.

> "Os recursos do leito marinho não são de ninguém e são de todo mundo"
> *Leticia Carvalho*

Um grupo quer uma moratória das atividades sem dizer por quanto tempo. Outro, um movimento de 28 países entre os quais o Brasil, advoga por uma pausa precautória de 10 anos para dar tempo de preencher os gaps científicos e implementar o Código de Mineração. Estão nesse grupo Alemanha, França, Costa Rica, Chile e outros. Várias entidades ambientalistas querem que a atividade não aconteça e que não se perturbe a fronteira dos oceanos. Outras tecnologias, apostam, resolverão a demanda da descarbonização.

"Minha candidatura representa um compromisso com o avanço do mandato da ISA, equilibrando a proteção do fundo do mar com a exploração comercial sustentável de seus minerais", diz a oceanógrafa no folder que apresenta sua candidatura.

Se eleita, pretende fazer com que a ISA busque evidências científicas independentes, aumente sua transparência e busque compartilhar conhecimento e transferência de tecnologia.

Ela segue: "Defendo o patrimônio comum da humanidade, com o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios". No folheto, a cientista adiciona: "Defendo os negócios, que podem trazer prosperidade, inovação e desenvolvimento sustentável". E, por fim: "Defendo um oceano saudável como base de toda a vida na Terra."

A ISA é a autoridade reguladora da exploração (pesquisa), explotação (comercial) e uso dos recursos, sem causar danos ao ecossistema marinho. "Acabou se criando um duplo mandato para a ISA. É o órgão regulador da pesquisa, do uso comercial, estabelece regras de quem pode e quem não pode, delimita áreas passíveis de exploração ou não, que é a regulação do negócio. Mas também faz toda a parte de proteção ambiental, que tem que vir adjacente aos danos que a atividade de mineração possa gerar. Ou seja, a prevenção, as salvaguardas ambientais, a resposta a acidentes, é campo governado também pela autoridade", diz.

A ISA é uma organização internacional autônoma estabelecida desde 1996 na Jamaica, em acordo à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Unclos, de 1982. Tem um perfil estranho de origem — faz parte do sistema ONU, mas a assembleia que acontece esta semana é seu órgão supremo e não está subordinada à Assembleia Geral.

A organização é composta por todos os países que assinaram a convenção, 169 atualmente (168 Estados mais a União Europeia). Os Estados Unidos são a única grande potência a não assinar a Convenção e está fora da ISA. Mas o governo americano acompanha de perto o que acontece na organização. "Os EUA vão acabar entrando. Já perceberam que estão dando espaço para a China, a Rússia e outros países", avalia um diplomata estrangeiro.

DIVULGAÇÃO

Leticia Carvalho: "A ISA é uma organização obscura, pouco transparente. Temos que orientá-la para o futuro"

Nesta semana, em Kingston, estão reunidos delegados de quase 100 países. Para a votação ocorrer é preciso ter quorum de metade dos países mais um. Havia 95 delegações credenciadas.

Letícia Carvalho tem mais de 26 anos de experiência diplomática em desenvolvimento sustentável. É diplomata internacional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma. Seu currículo é extenso no campo da governança dos oceanos. É especialista em poluição marinha, planejamento espacial marinho, água de lastro de navios, gestão ambiental portuária, resposta a incidentes com vazamento de petróleo e rejeitos de mineração.

As ongs estão apoiando a mudança na direção da ISA. "É hora de mudar a liderança", diz Matthew Gianni. "A mudança é necessária e é preciso ajudar a posicionar a ISA para o futuro", continua.

O britânico, diz Gianni, promoveu nos últimos anos a necessidade de adotar regras para a mineração rápida do mar profundo. "Isso não é necessário e não é uma obrigação legal da ISA. Esperamos que Letícia Carvalho ganhe e coloque a entidade em uma posição mais saudável e razoável e que considere as posições de todos os países, e não só daqueles favoráveis à mineração no leito do oceano".

As profundezas do oceano são algo mais próximo das aventuras de Julio Verne do que do cotidiano das pessoas. Além de organismos desconhecidos de um ecossistema que a ciência não sabe como funciona, e naufrágios perdidos, existe o potencial de minerais fundamentais para a descarbonização.

> "Somos favoráveis a mais pesquisas para decidir se precisamos ou não minerar"
> *Matthew Gianni*

Não existe neste momento nenhum tipo de exploração comercial na Área. O que existe é a exploração mineral nas zonas sob jurisdição nacional, inclusive no Brasil. Aqui, nas águas jurisdicionais brasileiras, há 16 contratos que exploram areia e metais.

"Um grande dilema atual é que se a ISA demorar a produzir uma regra internacional, os países tendem a se afastar do regulamento coletivo e começar a inventar suas próprias regras dentro de suas áreas sob jurisdição nacional, que podem chegar muito próximas às margens da Área. Não é um acaso. Essas formações geológicas são conectadas", diz a oceanógrafa.

O Brasil é um dos 20 países com licença para pesquisar em águas internacionais. Pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade do Vale do Itajaí estudam a existência de depósitos de minerais.

Há formações distintas, dependendo da profundidade, da geologia do assoalho marinho e de outros fatores. Uma das formações são "nódulos" que podem ter cobalto, níquel, cobre e manganês. Outra são as "crostas" e têm cobalto, níquel, cobre e manganês. Esses minerais são tidos como pivôs da descarbonização das economias e entram na produção, por exemplo, de baterias e carros elétricos.

"Acho que Letícia é competente, tem capacidade de liderar a ISA, tem experiência e é uma voz nova", diz Gianni. No apoio à sua candidatura o Brasil explorou a ideia de ter alguém do Sul Global, mulher e negra. Com isso quis promover equidade de gênero e racial e colocar na liderança alguém de um país em desenvolvimento depois de anos de comando de países industrializados, fazendo uma rotação regional.

"Estamos a favor da exploração e da pesquisa do mar profundo e de todo o mar internacional", diz Gianni. "O oceano é o melhor e mais importante sumidouro de carbono que temos na Terra e precisamos, até pelo nosso futuro, entender como funciona e como são os habitats do leito do mar", segue o ambientalista.

"Há muito que não sabemos, inclusive coisas que podem ser elementos fundamentais dessa parte do mundo. Temos que conhecer bem mais para decidir se queremos ir adiante com a mineração do mar profundo ou não", segue Gianni. "É por isso que somos favoráveis a ter mais pesquisas científicas e dar ênfase nisso. Essa parte do trabalho da ISA é muito importante e vai beneficiar os seres humanos, independente do interesse de algumas empresas em minerar", continua. "É importante saber como o oceano funciona, como absorve CO_2 e como o mar profundo faz parte da dinâmica global".

Valor ECONÔMICO

STF abre caminho para acabar de vez com 'orçamento secreto'

O "orçamento secreto" ganhou novas formas no Congresso e continua em pleno vigor, apesar de ter sido proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022. Diante da falta de "comprovação cabal" de que a decisão da corte estava sendo cumprida, o ministro Flávio Dino realizou ontem uma audiência de conciliação sobre o assunto, abrindo caminho para enterrar de vez a prática e exigir total transparência sobre as emendas parlamentares.

A reunião ocorreu em meio ao debate sobre a necessidade de ajuste nas contas públicas e ao crescente volume de recursos destinados às emendas parlamentares, parte do movimento de seu avanço sobre o Orçamento iniciado sob a gestão de Jair Bolsonaro e que continua no governo Lula. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), elas somam cerca de R$ 52 bilhões, mais de oito vezes os R$ 6,4 bilhões empenhados em 2014.

Desde que o STF decidiu tornar inconstitucional o uso das emendas de relator (RP9) para a destinação de recursos sem a devida identificação, entidades que fiscalizam os gastos públicos denunciaram que os parlamentares passaram a recorrer a outros mecanismos para manter a prática e nublar a origem das verbas. O desrespeito à determinação contraria os princípios da boa administração pública e ocorre em total descoordenação com projetos prioritários para o país, já que grande parte do dinheiro acaba sendo investida em ações paroquiais nas bases eleitorais de deputados e senadores, com potencial impacto nas eleições de outubro.

Entre as novas roupagens que foram usadas para contornar a proibição do STF está o aumento das "emendas Pix", modalidade que permite transferências diretas às prefeituras, com desembolso mais rápido, já que não há necessidade de firmar convênio técnico com o governo federal. Em recente nota técnica, a Transparência Brasil destacou que apenas 1% das 941 emendas incorporadas à LOA de 2024 informa o destino e como os recursos serão gastos. O volume de recursos destinado pelo mecanismo também chama a atenção, passando de R$ 3 bilhões em 2022 para R$ 7 bilhões no ano passado. Para este ano, a previsão é de outros R$ 8 bilhões.

Um segundo caminho alternativo que ganhou força com o cerco às RP9 foram as emendas de comissão (RP8), em que os próprios colegiados aparecem como autores dos repasses, ocultando os reais responsáveis pela indicação. Segundo dados apresentados ao STF, o valor autorizado para essa modalidade passou de R$ 329,4 milhões, em 2022, para R$ 15,2 bilhões neste ano. Chamam a atenção a cobiça dos deputados por emendas encaminhadas pela Comissão de Saúde da Câmara e a distribuição desigual desses recursos, privilegiando com mais verbas Estados como Alagoas, base eleitoral do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em detrimento de outros mais populosos, como Minas Gerais e São Paulo.

Há ainda o caso do uso dos "restos a pagar" de emendas de relator que já haviam sido reservados pelo Executivo antes da decisão do STF que proibiu a prática. De janeiro a julho, o governo Lula desembolsou R$ 1,1 bilhão pelo mecanismo, segundo a Transparência Brasil.

Ao abrir a audiência de conciliação, que trata de um processo apresentado pelo Psol sobre as emendas de relator, Dino afirmou não ser possível que a prática tornada inconstitucional persista com outros nomes e leis. O encontro ocorreu após o ministro ter enviado pedido de esclarecimentos ao governo e ao Congresso sobre o cumprimento da decisão. Um sinal claro de que a prática continua foi a resposta do Ministério do Planejamento, que afirmou que parte das emendas parlamentares ainda não atende às exigências de indicação de beneficiário nem de ordem de prioridade por seus autores (**Valor**, 24/7).

Outra frente de questionamento à falta de transparência foi aberta pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que entrou com uma ação no STF contra trechos da Emenda 105/2019 que instituíram as "emendas Pix". Em liminar concedida ontem, Dino atendeu parte da reivindicação da entidade e decidiu que a liberação dos recursos só pode ocorrer se os requisitos constitucionais de transparência e rastreabilidade forem atendidos. O ministro também determinou que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (TCU) fiscalizem a modalidade. A CGU também deverá auditar as emendas em execução no prazo de 90 dias.

O STF já havia acertado ao proibir o "orçamento secreto" em 2022 e deve garantir que a determinação não vire letra morta. É primordial que a transparência impere e que critérios técnicos — não políticos — sejam seguidos por deputados e senadores na hora de propor emendas parlamentares. O uso paroquial dos recursos, com privilégio a regiões controladas por apadrinhados de membros influentes do Congresso, se configura como um descalabro em um país com tantas carências em diferentes setores. O país também deve rever, no futuro, o montante para emendas que dependem apenas do desejo dos parlamentares no orçamento público, algo sem paralelo no restante do mundo.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Soma de esforços públicos e privados é caminho fundamental para resultados efetivos. Por **Cledorvino Belini**

A sociedade precisa participar das soluções de segurança pública

O tema da segurança pública é cada mais relevante e urgente para a sociedade, à medida que se tornou uma das preocupações centrais da população brasileira, conforme atestam de modo unânime as sondagens de opinião.

Ao contrário de outras deficiências e mazelas brasileiras, que afetam segmentos ou grupos sociais específicos, a falta de segurança pública atinge todos os extratos sociais. É um fator de redução da qualidade de vida de toda a sociedade. Os altos índices de criminalidade implicam gastos adicionais crescentes com proteção patrimonial e pessoal. Também são um fator ponderado nas decisões de investimentos, pois a alta incidência de atos de violência em determinado território desestimula a instalação de novos negócios. Em outras palavras: um país conflagrado não é atraente para investidores.

Ao mesmo tempo em que o tema se dissemina por todas as faixas de renda e níveis sociais, também está afeto a todos os níveis de poder, sendo responsabilidade conjunta e compartilhada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Sua abordagem requer, portanto, integração e coordenação de esforços a fim de gerar soluções eficientes.

Nenhuma autoridade ou candidato a autoridade pode desconsiderar o assunto. Pressionados pelas pesquisas de opinião, os pré-candidatos às eleições municipais de outubro próximo demonstram que a segurança pública será um dos principais temas dos debates e dos programas de governo.

Por sua complexidade, porém, as soluções vão além da esfera pública. A insegurança de fato e a percepção social que se tem sobre ela atingiram um nível tão elevado que é preciso que a própria sociedade se envolva com o problema. Esse propósito mobilizou, anos atrás, o Conselho Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), composto pelos presidentes das maiores empresas do Estado, e resultou na criação do Instituto Minas pela Paz em 2007. Trata-se de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) sediada em Belo Horizonte, que, a partir de uma visão de iniciativa privada, tem a missão de transformar a vida de pessoas vulneráveis ao idealizar e desenvolver soluções práticas de inclusão social e profissional, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de proteção à sociedade.

O Minas pela Paz expressa na sua concepção a reação do setor industrial mineiro à crescente preocupação com a segurança pública e a consciência de que a sociedade civil organizada pode ajudar a formular, aportar e desenvolver soluções efetivas para problemas coletivos. Desde o princípio, busca uma abordagem ampla e em perspectiva do tema, entendendo que é necessário agir em vários níveis simultaneamente. É urgente combater o crime, mas também é preciso compreender e enfrentar suas causas, a fim de atuar sobre as condições que induzem à violência e à criminalidade.

A primeira ação do Instituto foi anunciada em novembro de 2007: o lançamento do Disque Denúncia 181, serviço que reúne em uma mesma central de atendimento a recepção de chamadas telefônicas com denúncias anônimas de crimes e sinistros. O sistema inovou ao assegurar total anonimato ao denunciante e ao unificar o serviço de atendimento e de registro de denúncias da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Ao centralizar o atendimento, a atuação em parceria integra a inteligência policial e reforça a agilidade na capacidade de ação das forças de segurança. Outro aspecto pioneiro da iniciativa foi a parceria entre o governo de Minas Gerais, a Fiemg e grandes empresas, demonstrando que a soma de esforços públicos e privados é um caminho fundamental para resultados efetivos.

O mesmo modelo de parceria foi a base para a segunda iniciativa do Minas pela Paz, lançada em 2009 — o Programa Pró-APAC, de ressocialização de detentos e egressos do sistema prisional por meio da qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho, executado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). Grandes empresas de Minas Gerais abriram suas portas para receber e ressocializar os recuperandos por meio do trabalho.

O objetivo do Programa Pró-APAC é levar qualificação profissional às unidades prisionais, incentivar e propiciar aos recuperandos aprenderem e atuarem profissionalmente. É uma ação para reverter o quadro desolador do sistema prisional, que não cumpre a função de recuperação do apenado para posterior reinserção na sociedade. Ao contrário: tornou-se em espaço sobre o qual o Estado não tem controle adequado.

O Sesi, Senai, Senac, Senar e o Sebrae são aliados nessa iniciativa e viabilizaram, entre os anos de 2009 e 2023, a certificação de 12 mil presos. Destes, mais de 2,5 mil recuperandos e egressos foram inseridos no mercado de trabalho e atuam diretamente em ações que geram renda para si, para suas famílias e para apoio e manutenção das próprias APACs.

Cada vez mais o Minas Pela Paz concentra-se em duas frentes com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social. O Projeto Trampolim é uma iniciativa que, desde 2014, atua para a inclusão social de jovens e adolescentes que estão em cumprimento ou já cumpriram medidas socioeducativas.

A tecnologia social desenvolvida pelo Projeto Trampolim foi ampliada através de sua utilização no Programa Descubra, a partir de 2019. Esse programa é o resultado de uma cooperação interinstitucional inédita, que congrega esforços de 11 órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, e tem por objetivo promover o acesso de adolescentes e jovens, em condição de vulnerabilidade social, a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional. Centenas de jovens foram contratados por empresas a partir dessas iniciativas.

A essência desses programas é fomentar a educação não formal, em complemento ou alternativa à educação formal estruturada, em ambientes baseados na comunidade ou na sociedade civil. Assim, milhares de pessoas jovens e adultas, afetadas por esses projetos, têm recebido a chance de mudar suas vidas e de suas famílias a partir da educação.

Ao longo de 17 anos, temos articulado parceiros e instituições e somado esforços públicos e privados em torno da ideia de que é possível transformar a segurança pública a partir da atuação nas causas sociais, investindo em educação e fortalecendo as políticas públicas. Aprendemos que, se o problema é complexo, as ações precisam ser articuladas para fazerem a diferença.

LEO PINHEIRO/VALOR

Cledorvino Belini é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Minas Pelas Paz.

Reduzindo a pegada material do crescimento

Ricardo Abramovay

O mundo não está conseguindo desacoplar o crescimento econômico dos impactos provocados pela insaciável sede de recursos naturais dos quais depende a oferta de bens e serviços. Mudanças climáticas, erosão da biodiversidade e poluição (o que as Nações Unidas chamam de "tríplice crise planetária") não serão enfrentadas com seriedade se a riqueza continuar se apoiando na extração crescente dos materiais que hoje estão na base do próprio crescimento econômico.

Segundo o Painel Internacional de Recursos do Programa Meio Ambiente das Nações Unidas (IRP/UNEP, na sigla em inglês) há quatro materiais básicos cujo ritmo de obtenção sinaliza a qualidade da relação entre a sociedade e os recursos em que está assentada sua reprodução: biomassa, minerais metálicos (ferro, cobre, ouro, mas também produtos como alumínio, mercúrio, níquel, entre outros), minerais não metálicos (areia, argila, fundamentais para a construção) e combustíveis fósseis.

Foi em 2011 que o IRP/UNEP publicou o primeiro trabalho sobre o tema, cujo título já indica uma importante ambição: "Desacoplar o uso dos recursos naturais e os impactos ambientais do crescimento econômico". Do que se trata?

Em 1970, quando a população mundial era de 3,7 bilhões de habitantes e o PIB global (em valores de 2015) atingia US$ 18 trilhões, os quatro materiais somavam 30 bilhões de toneladas. O mais recente relatório sobre o tema do IRP/UNEP (Bend the trend. Pathways to a liveable planet as resource use spikes) mostra a explosão no uso dos recursos. Hoje, com uma população de 8,1 bilhões de habitantes e um PIB global de US$ 93 trilhões (em valores de 2015), o sistema econômico extrai anualmente o vertiginoso montante de 106 bilhões de toneladas destes quatro materiais. A população, desde 1970, foi multiplicada por pouco mais de 2, o PIB por 5 e o uso de materiais por 3,5.

Isso significa então que houve um progresso importante, pois cada unidade de riqueza, ao longo dos últimos 50 anos, foi alcançada com o uso de uma quantidade menor de materiais. Cinco vezes mais riqueza usando "apenas" 3,5 vezes mais materiais indica, à primeira vista, que o objetivo do desacoplamento entre riqueza e uso dos recursos está sendo atingido. Por que então a consigna Bend the Trend (Mudar a Tendência) do recente trabalho do IRP/UNEP? Da imensa riqueza deste relatório, podem-se extrair quatro respostas a esta pergunta.

A primeira é que apesar deste "desacoplamento relativo", em termos absolutos, a extração de recursos não para de aumentar, mesmo que o ritmo deste aumento seja menor que o ritmo do crescimento econômico. A passagem de 30 para 106 bilhões de toneladas anuais na extração de biomassa, minerais metálicos, minerais não metálicos e combustíveis fósseis compromete, muitas vezes de forma irreversível, serviços ecossistêmicos essenciais como a oferta de água, o ar limpo, estabilidade climática e a biodiversidade.

Extração de recursos não para de aumentar, mesmo que o ritmo do aumento seja menor que o ritmo do crescimento

A segunda resposta para a urgência de "mudar a tendência" refere-se às desigualdades. A pegada material per capita, que era de 8,4 toneladas anuais em 1970 cresce para 12,2 toneladas ao início da terceira década do milênio. Mas não poderiam ser mais chocantes as desigualdades que estas médias escondem: nos países de baixa renda a pegada material per capita em 2020 era de 4 toneladas. Já no segmento mais próspero dos países de renda média (onde estão China e Brasil) a pegada ultrapassa a média mundial e chega, em 2020, a 19 toneladas per capita, aproximando estes países da média dos países de alta renda que é de 24 toneladas per capita.

É claro que tem que existir espaço para ampliar o uso de recursos por parte dos países mais pobres (para a construção de escolas, hospitais, meios de comunicação e transporte), mas isso supõe drástica redução na pegada material dos países ricos e mesmo no segmento mais próspero dos países de alta renda.

Daí decorre a terceira resposta sobre as razões para "mudar a tendência", que se refere à interação dos fatores sociais, ecológicos, institucionais e tecnológicos com base nos quais se extraem e transformam recursos naturais para preencher demandas e necessidades sociais. O relatório examina quatro setores econômicos (alimentação, moradia, mobilidade e energia) mostrando que a premissa básica para reduzir as desigualdades e, ao mesmo tempo, as ameaças contidas no crescente uso de recursos é que haja mudanças drásticas nos padrões de produção e de consumo. E estas mudanças não podem depender de decisões individuais.

Muito mais que carros elétricos, o essencial é incrementar a mobilidade coletiva e estimular o uso e o reaproveitamento das áreas centrais para implementar iniciativas como as da "cidade de 15 minutos". Na moradia, a ideia de cidades compactas e conectadas e o uso de materiais alternativos aos atualmente dominantes são os caminhos para reduzir a pegada material. Na alimentação, mais do que aumentar a produtividade das áreas em que predomina a monotonia dos grãos voltados à produção animal a prioridade é estimular a diversificação das dietas e a correlativa redução no consumo de produtos animais, hoje excessivo na maior parte do mundo.

A quarta resposta está na ligação que o relatório faz entre as noções de justiça e de suficiência, expressão que ganha força crescente na agenda das organizações multilaterais. É o conceito de suficiência que vincula a ideia de "transição justa" ao uso dos recursos. O trabalho do IRP/UNEP chega a propor que se altere o foco desta transição da eficiência para a suficiência. É que a eficiência no uso dos recursos, embora fundamental, tem como contrapartida padrões de consumo que estimulam sua extração crescente. Daí a ênfase do IRP/UNEP no vínculo entre justiça e suficiência.

É na luta contra as desigualdades, apoiada em padrões de consumo que fortaleçam os bens e os serviços de uma vida digna para todos, que está o cerne da conquista de uma sociedade capaz de impedir que os ganhos de eficiência continuem se exprimindo na destruição em larga escala das bases que dão sustentação à própria vida.

Ricardo Abramovay é professor titular da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP, autor de Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Editora Elefante, São Paulo) e coautor líder do capítulo sobre bioeconomia do Science Panel for the Amazon.

Preocupações sobre superoferta chinesa são exageradas e solucionáveis. Por **Yu Yongding**

Como cortar o excesso de produção da China

Nos últimos meses, a capacidade excessiva de produção da China tem sido um tópico importante de discussão — e fonte de controvérsia — entre economistas e formuladores de políticas do mundo todo. Embora essas preocupações não sejam totalmente infundadas, elas são exageradas e solucionáveis.

Nas últimas quatro décadas, à medida que a China passou de uma economia planejada caracterizada por escassez para uma economia de mercado oscilando entre demanda agregada insuficiente e superaquecimento, com frequência seu governo procurou eliminar o excesso de capacidade sempre que surgia. Em 2003, por exemplo, uma repressão à capacidade excessiva na indústria siderúrgica levou ao fechamento de muitas siderúrgicas.

Após a crise financeira global de 2008, as exportações da China despencaram, levando a uma desaceleração econômica significativa. No primeiro trimestre de 2009, o PIB chinês cresceu apenas 6,1%, a taxa mais baixa em mais de uma década. Para conter esse choque, o governo chinês introduziu um plano de estímulo de CN¥ 4 trilhões (US$ 560 bilhões). Impulsionada por investimentos maciços — o investimento em ativos fixos cresceu 30,1% em 2009 e 23,8% em 2010 (ano a ano) —, a economia chinesa se recuperou de modo acentuado, alcançando um crescimento de 10,6% em 2010.

Embora a demanda agregada também tenha crescido depressa, a oferta agregada não conseguiu acompanhar, pois leva tempo para que novos investimentos se traduzam em aumento da capacidade de produção (a duração do atraso depende do tipo de investimento). Esse descompasso contribuiu para um aumento da inflação, com o índice de preços ao consumidor (IPC) subindo 3% em 2010.

Quando o crescimento do IPC atingiu o pico de 5,4% em março de 2011, o governo chinês anunciou que sua principal prioridade de política para o ano seria conter a inflação. E de fato o fez: de 2009 a 2011, a relação déficit orçamentário-PIB da China caiu de 2,8% para 1,1%, e o crédito novo diminuiu de CN¥ 9,6 trilhões para CN¥ 7,5 trilhões.

Não podemos mudar o passado, mas podemos aprender com suas lições. No caso da China, significa adotar uma política fiscal e monetária mais expansionista hoje. Isso ajudaria a reduzir a "capacidade excessiva" no nível macroeconômico

Mas a capacidade de produção associada aos investimentos passados já estava se formando, se não se tornando operacional. Consequentemente, à medida que o aperto fiscal e monetário reduziu a demanda agregada, um novo descompasso emergiu, e a capacidade excessiva aumentou em muitos setores, incluindo aço, automóveis, cimento, alumínio eletrolítico, pesticidas, fotovoltaicos e vidro.

A essa altura, o crescimento do IPC havia caído abaixo de 3% e o índice de preços ao produtor estava em território negativo. Nessas circunstâncias, a resposta típica ao aumento da capacidade excessiva seria retornar à expansão fiscal e monetária para estimular a economia. Em vez disso, o governo chinês decidiu continuar apertando. Como resultado, o crescimento do PIB caiu para 7,7% em 2012 e tem diminuído continuamente desde então.

Com o benefício da retrospectiva, parece totalmente possível que as pressões inflacionárias diminuíssem mais tarde, mesmo que o governo não tivesse perseguido o aperto fiscal e monetário em 2011, devido à formação gradual de novas capacidades de produção. Se os formuladores de políticas tivessem perseguido uma expansão fiscal e monetária moderada enquanto incentivavam o mercado a desempenhar um papel decisivo na eliminação da capacidade excessiva setorial em 2012, a China poderia muito bem ter alcançado taxas de crescimento do PIB mais altas nos anos seguintes.

Não podemos mudar o passado, mas podemos aprender com suas lições para alcançar um futuro melhor. No caso da China, isso significa implementar uma política fiscal e monetária mais expansionista hoje. Isso ajudaria a reduzir a "capacidade excessiva" no nível macroeconômico, que é equivalente à "falta de demanda efetiva", ao mesmo tempo em que criaria mais espaço para eliminar a capacidade excessiva no nível setorial — um processo no qual o governo chinês deve permitir que o mercado desempenhe um papel decisivo.

Tudo isso ajudaria muito a melhorar o balanço comercial da China. Embora não haja justificativa para que os países introduzam políticas comerciais protecionistas em nome da "segurança nacional" — como os Estados Unidos, por exemplo, têm feito —, a China deve garantir adesão a todas as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse sentido, a Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada no início deste mês, foi encorajadora. Conforme observado no comunicado da reunião, a China planeja "aumentar (sua) capacidade de abertura" da própria economia para o mundo exterior; fomentar "novos motores de comércio exterior"; e desenvolver, por meio da cooperação ampliada com outros países, "novas instituições" para apoiar uma economia global aberta. Desde que todas as partes estejam comprometidas com um engajamento mutuamente benéfico — e mutuamente respeitoso —, nenhuma disputa comercial é irredutível. ***(Tradução de Fabrício Calado Moreira)***

Yu Yongding, ex-presidente da Sociedade Chinesa de Economia Mundial e diretor do Instituto de Economia Mundial e Política da Academia Chinesa de Ciências Sociais, atuou no Comitê de Política Monetária do Banco Popular da China de 2004 a 2006.

Frase do dia

"Estou indo atrás de você, Maduro! Vou carregar você para Guantánamo em um burro!"

De Elon Musk, em postagem no X, após ter aceito um desafio de lutar contra o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em meio a um bate boca sobre fraudes nas eleições do país

Cartas de Leitores

Tensão no Oriente Médio

A morte de mais um líder político do Hamas, além de piorar a tensão no Oriente Médio, produz um agravamento das tensões na região, o que determina o aumento das crises de certa forma em todo o planeta. Essa dura realidade precisa ser contida o mais rapidamente possível, para que possamos ter no futuro qualidade de vida para todos que estarão sobrevivendo naqueles momentos em questão.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

•

O grupo radical islâmico Hamas, financiado pelo Catar e Irã, atacou os participantes do festival de música no sul de Israel, em outubro de 2023, iniciando um dos mais sangrentos conflitos da região. A organização política e paramilitar Hezbollah, grupo xiita libanês, entrou em confronto com Israel na região norte do país. Hoje a situação mudou drasticamente, após a morte do líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, em Teerã. Horas antes, o principal comandante militar do Hezbollah, Fuad Shukr, foi morto por um ataque israelense em Beirute. As tensões aumentaram exponencialmente, pois Catar, Irã e Rússia já se pronunciaram contra os assassinatos ocorridos nas últimas horas. Diante de tantos obstáculos, será muito árduo o trabalho da diplomacia das principais nações envolvidas para evitar uma escalada desses conflitos.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Lula e Venezuela

Lula, abusando da sorte, arrisca até seu mandato quando zomba da nação, ao declarar, na maior cara de pau, que não há "nada de grave" na Venezuela. Como se a eleição do último domingo tenha sido um primor de transparência, sob o olhar de observadores de muitos países. Quando deseja esconder com suas palavras viciadas de mentiras que o pleito da Venezuela não foi fraudado, despreza a vocação democrática do povo brasileiro.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

Quanto tempo será que demora para um grupo pequenino de pessoas elaborar as atas de eleições na Venezuela a mão?

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

•

A democracia, ao facilitar a alternância de poder, é a melhor forma de governo. Se está ruim, pacificamente, em periódico processo eleitoral, é só eleger outro. Errar é humano, mas persistir no erro é burrice. Daí a eleição honesta, transparente e que permite auditoria é uma importante base democrática para confirmar que "todo poder emana do povo". Segundo Lula, a exemplo da Venezuela, democracia relativa é sinônimo de regime totalitário.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Valor B
Sexta-feira, 2 de agosto de 2024

Empresas

Desestatização Ajustes incluem maior taxa de retorno e compartilhamento de riscos, diz secretário

Após crise, governo gaúcho trabalha para incorporar risco climático em concessões

Taís Hirata
De São Paulo

Após a grave crise climática que atingiu o Rio Grande do Sul neste ano, o governo estadual trabalha para adaptar seus projetos de concessão à nova realidade e viabilizar a atração de investidores. Os ajustes em estudo incluem ampliar a taxa de retorno, criar formas de compartilhamento de riscos e incluir obras de engenharia mais resilientes, segundo Pedro Capeluppi, secretário de Parcerias e Concessões e também chefe da nova pasta de reconstrução do Estado.

Na semana passada, um leilão de dois aeroportos regionais, Santo Ângelo e Passo Fundo, foi cancelado por falta de interessados. Porém, ele afirma que o motivo do fracasso não necessariamente foi a crise gerada pelas enchentes, e que fatores próprios da modelagem podem ter sido relevantes para o resultado. Segundo ele, ao menos dois operadores focados em terminais de médio porte estudaram a licitação até o fim, mas acabaram não entrando. Agora, a equipe deverá ouvir do mercado quais os problemas para reformular o edital.

"Nesse tipo de situação nunca é um fator específico. É claro que as enchentes e as dúvidas em relação à economia podem ser fatores que geram o leilão deserto. Mas pode haver questões do projeto, como a taxa de retorno. Projetos regionais de aviação são desafiadores, nosso projeto não tem compartilhamento de demanda. Agora vamos ajustar, vamos conversar para ver o que pode ser feito", disse ele ao **Valor**.

MAURICIO TONETTO / PALÁCIO PIRATINI / DIVULGAÇÃO

Capeluppi, secretário de Parcerias e Concessões, já abriu consulta pública para uma Parceria Público-Privada de educação

> "Faremos o necessário para que o setor privado não se afaste. Os contratos precisam ser adaptados"
> *Pedro Capeluppi*

A equipe planeja fazer essa reavaliação do projeto nos próximos três meses, para reenviar o edital ao tribunal de contas.

O governo também prepara dois blocos de rodovias em estudo, em parceria com o BNDES — ambos em regiões bastante afetadas pelas enchentes. O lote 1 contempla 444 km de estradas que passam pela região metropolitana de Porto Alegre, pelo Litoral e pela Serra, incluindo os trechos de Gramado e Canela. O volume de investimentos estimado é de R$ 6,6 bilhões. Já o lote 2 inclui 415 km de rodovias na região do Vale do Taquari, além da ligação até Erechim. A previsão é de R$ 6,5 bilhões em obras.

"Vamos ter que incorporar esse risco dentro do contrato, ou trabalhando com uma taxa de retorno maior, refletindo esse risco maior, ou incluir algum compartilhamento de risco, que ainda vamos definir como vai ser. Os projetos de rodovias são desafiadores naturalmente, e nessas regiões não precisam nem ser grandes eventos climáticos para já provocar impacto. No Vale do Taquari é evidente isso, essas últimas enchentes foram fortes, mas não é algo inédito", afirma.

As obras de engenharia também terão que contemplar estruturas mais resilientes, e as estradas que demandam pontes também terão que assumir novos patamares máximos de cheias para os rios, diz Capeluppi.

Outro aspecto que também tem gerado preocupação no setor são os seguros para as concessões. "O momento atual é péssimo para falar sobre seguros, porque as seguradoras acabam de sofrer os sinistros e estão reavaliando. É claro que a renegociação das apólices vai ser mais difícil, mas é algo natural do setor segurador."

O governo gaúcho espera receber neste mês um retorno do BNDES sobre a modelagem e, na sequência, planeja abrir as consultas públicas dos dois lotes rodoviários, mas ainda não tem previsão para a publicação de editais.

Em fase mais avançada está uma PPP (Parceria Público-Privada) de educação, com consulta pública já aberta. O projeto pretende delegar ao setor privado a gestão da infraestrutura de 99 escolas, em 15 cidades do Estado. O valor de investimento privado deverá ser de R$ 1,3 bilhão. O governo planeja realizar a licitação em fevereiro de 2025.

> **860 km**
> de estradas podem ser licitadas no RS

"Na PPP de escolas também colocamos elementos de resiliência. Muitas escolas estão em áreas que sofreram impactos, não foram destruídas, mas já se exigiu no contrato que se faça a avaliação dos ajustes para evitar que eventos futuros possam impactar essas escolas", diz ele.

Para todos os próximos projetos, Capeluppi afirma que será importante viabilizar o compartilhamento dos riscos. "Faremos o necessário para que o setor privado não se afaste. Temos que ter a sensibilidade de que os contratos precisam ser adaptados. Precisamos entender o que os investidores consideram como risco, essa interlocução é fundamental."

Em outra frente, o governo estadual também prevê a realização de reequilíbrios das concessões impactadas pelas enchentes deste ano. Alguns dos contratos, como os de energia, saneamento e do aeroporto da capital, não passam pelo governo estadual diretamente, mas no caso de rodovias já foi concedido um reequilíbrio cautelar à concessionária Caminhos da Serra (da Gregor Participações e da Silva e Bertoli) para compensar a suspensão temporária da cobrança de pedágio. Sobre os demais reequilíbrios, o secretário diz que serão avaliados quando forem recebidos.

Azzas estreia na B3 valendo R$ 10,4 bilhões

Varejo

Adriana Mattos
De São Paulo

O presidente da Azzas 2154, Alexandre Birman, disse ontem que há sinais de uma maior aceleração no crescimento do grupo no terceiro trimestre — aspecto que tem sido acompanhado mais de perto pelos analistas — e que a Hering, marca da empresa, deve apresentar números melhores no período. Mas não abriu dados sobre a geração de sinergias da empresa criada da fusão de Arezzo e Soma.

Com a conclusão da incorporação do Soma pela Arezzo, ontem houve a estreia da ação na B3. O papel fechou o dia com alta de 3,57%, cotado a R$ 50,39, e o valor de mercado alcançou R$ 10,4 bilhões. O balanço do segundo trimestre deve ser publicado no dia 13. A empresa é dona de mais de 20 marcas como Arezzo, Farm e Reserva.

Neste momento, a atenção do mercado está no desempenho da Azzas de abril a junho, pois analistas ainda esperam números pressionados por uma desaceleração no crescimento das principais marcas, apesar de uma melhora projetada em Farm. E rentabilidade afetada por maiores despesas operacionais no grupo.

Birman não comentou projeções, mas disse que o terceiro trimestre já deve mostrar um "diferencial importante" de Hering, de um trabalho iniciado em fevereiro com Thiago Hering, presidente da empresa. "Desde o dia 1º estamos com Thiago, montamos um plano, uma série de ações, e Roberto Jatahy [ex-CEO de Soma] me deu apoio para ampliar na Hering o foco em produto e marca".

Para ele, a Hering não estava investindo em comunicação, considerando a "envergadura" dela, e uma diretora veio para a área para ampliar isso "com bom gosto e para trazer uma imagem mais descolada".

A Hering é uma operação que ainda está abaixo do potencial do negócio, e na visão de analistas, mesmo sob a gestão da Soma (que adquiriu o negócio em 2021), ainda não encontrou o seu caminho nessa nova estrutura. Hoje, o desafio dos donos é manter a identidade de um básico democrático, e trazer novos públicos por meio de uma mudança de sortimento que não afugente os atuais clientes.

Perguntado sobre as diferenças culturais entre os fundadores de Arezzo e Soma — a questão surgiu como sinal de alerta entre consultores após o anúncio da fusão — Birman disse que há uma diferença de estilo, mas não de cultura.

"Não somos uma empresa em que uma usa terno e outra bermuda. Estamos já muito misturados, não tem uma diferença muito grande", disse. "A Arezzo é mais uma empresa de gestão de 'kpi' [métricas de resultados financeiros] e o Soma é mais macro, de gestão voltada mais em delegar. Sabíamos do desafio, não entramos achando que ia ser fácil", disse. "Temos plena consciência de que existe um meio termo ideal para ambos os lados que vai agregar valor."

Sobre a questão de apresentar resultados e, ao mesmo tempo, dar autonomia aos gestores das marcas — ponto mais forte na cultura do Soma — ele disse que é possível um equilíbrio, e isso foi visto em outros negócios pelo mundo.

Questionado sobre a sinergias das operações de Arezzo e Soma, aspecto central nos cálculos dos analistas, Birman disse o que o mercado já sabia. Afirmou que uma grande geração de ganhos virá de receita, e que é preciso aumentar a venda de calçados em marcas com força em vestuário.

Disse ainda que é preciso encurtar o tempo de entrega na loja, para responder mais rapidamente à demanda — algo já crucial nas grandes operações de moda no mundo. "São projetos que ainda estão na fase inicial, mas devem trazer grandes oportunidades a partir de 2025."

A busca por mais detalhes sobre as sinergias cresce no mercado. Questionado a respeito, Birman disse que no dia 15 de agosto, quando ocorre o encontro com investidores e analistas, vai apresentar mais informações sobre sinergias

Além disso, o executivo disse que a empresa estuda lançar um programa de benefícios chamado Azzas Prime, para todas as marcas do grupo, que possibilitará maior integração dos negócios. Clientes poderão comprar produto na loja de uma marca e devolver em outra, e terão frete grátis. Isso obriga o grupo a ter um sistema muito redondo de logística e tecnologia. Isso deve ser lançado nos próximos 12 meses.

SERGIO ZACCHI/VALOR

> "Não somos uma empresa em que uma usa terno e outra bermuda."
> *Alexandre Birman*

Pernambucanas troca CEO e anuncia Ricardo Doebeli para o cargo

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A varejista Pernambucanas anunciou Ricardo Doebeli como novo CEO da companhia, após o presidente Marcelo Labuto pedir ao conselho sua renúncia por "motivos pessoais".

As movimentações na diretoria incluem ainda a chegada do diretor financeiro Maurício Hasson. A Pernambucanas vem promovendo, nos últimos meses, uma série de mudanças internas, incluindo um acordo de acionistas envolvendo os mais de trinta sócios e a saída do mercado de telefonia.

De acordo com a companhia, Ricardo Doebeli liderou transformações de empresas nos segmentos de consumo, varejo e logística nos últimos seis anos, atuando como sócio da consultoria McKinsey&Company. O executivo também já foi CEO da empresa de óleo e gás Lupatech e esteve à frente de gestões internas em redes de supermercados e materiais de construção.

Uma pessoa próxima à gestão da Pernambucanas afirma que Marcelo Labuto deixa um legado importante após dez meses no comando da companhia, tendo conduzido processos como o acordo de acionistas firmado no mês passado e o processo de contratação do diretor financeiro Maurício Hasson. Labuto, ex-presidente do Banco do Brasil, também esteve à frente da expansão da Pefisa, braço financeiro da Pernambucanas que presta serviços para varejistas como Leroy Merlin e para a plataforma financeira Palmeiras Pay, gerenciado pelo time de futebol paulista, dentre outros parceiros.

A expectativa, agora, é de que o novo CEO dê continuidade à agenda de modernização da companhia de 115 anos.

INÊS 249

Veículos Com modelos movidos 100% a baterias, montadora americana quer voltar ao mercado de luxo, que no passado teve ícones como o Opala

Enquanto o híbrido não sai, GM retoma venda de elétricos

Marli Olmos
De São Paulo

Enquanto não definem a estratégia de produção de veículos híbridos ou elétricos no Brasil, montadoras veteranas e com fábricas no país seguem a receita das marcas chinesas e ampliam a oferta de modelos elétricos importados. A General Motors inicia este mês a pré-venda do Blazer EV, um utilitário esportivo grande e luxuoso, 100% elétrico e produzido no México.

Com o novo veículo, a General Motors não apenas volta a oferecer modelos elétricos, como fez anteriormente com Volt e Bolt, como também entra no chamado segmento premium, no qual não estava atuando.

Segundo a diretora de marketing de produto da GM, Paula Saiani, pesquisas da empresa indicaram que 30% dos consumidores de carros de luxo têm a intenção de optar por modelo 100% elétrico.

"O fato de esse veículo (Blazer) ser elétrico nos permite participar do segmento premium", destaca Santiago Chamorro, presidente da GM na América do Sul.

No passado, o luxo esteve mais presente na linha de produtos da GM. Chamorro lembra de ícones, como o Opala, por exemplo. Com o advento do carro popular, na década de 1990, a estratégia havia mudado nos últimos anos.

Com itens requintados de conforto, tecnologia e segurança, o Blazer oferece equipamentos que parte dos consumidores brasileiros começou a conhecer melhor com a chegada das marcas chinesas ao país.

É o caso da tela de 17,7 polegadas para navegação e entretenimento. Ou a partida sem chave ou botão — o carro "entende" e inicia o sistema assim que o motorista senta e coloca o cinto de segurança. O espelho interno também possui uma câmera.

Outra novidade em tecnologia é o chamado Google Built-in, que oferece aplicativos como mapas e assistentes de voz da Google. E até avisa se a carga da bateria será insuficiente para percorrer determinado trajeto.

> "Elétrico é o preferido de 30% dos consumidores de carros de luxo"
> *Paula Saiani*

"A Inteligência Artificial nos permitirá, cada vez mais, falar com o veículo. Hoje o consumidor já nos diz que quer, dentro do seu carro, continuar com a rotina da conectividade proporcionada pelo celular", destaca Chamorro.

Mas o maior apelo do lançamento da GM está na eletrificação. O Blazer usa a mais nova plataforma elétrica da GM, a Ultium, que oferece capacidade de carga 70% superior à de gerações anteriores. Dois motores elétricos geram até 347 cavalos. Com uma carga completa, as baterias garantem autonomia de 481 quilômetros segundo cálculos do Inmetro, ou mais de 600, segundo testes da empresa. O sistema também permite carregamento rápido, podendo chegar a 80% de carga em quarenta minutos.

O desenvolvimento da plataforma Ultium exigiu pesados investimentos da GM nos Estados Unidos, um mercado no qual a companhia planeja ter toda a linha 100% elétrica até 2035.

A GM não fixou, ainda, o preço do novo veículo, que virá do México. A isenção do Imposto de Importação, de 35%, previsto no acordo de intercâmbio entre Brasil e México, está atrelada à quantidade de peças produzidas na América Latina, um cálculo que ainda não foi concluído, segundo a empresa.

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Santiago Chamorro, presidente da GM: "A Inteligência Artificial nos permitirá, cada vez mais, falar com o veículo"

Por enquanto, será aberta a pré-venda do veículo. O consumidor que o reservar não saberá o preço. Na apresentação do Blazer à imprensa, a GM comparou seu novo modelo ao Porsche Macau e ao BMW iX3, modelos com preços a partir de R$ 500 mil.

Até o ano passado, a direção da GM na América do Sul dizia que a empresa estava decidida a ir direto para os carros 100% elétricos, em todo o mundo, sem passar pelos híbridos.

Há poucos dias, no entanto, a direção da empresa começou a cogitar a produção de modelos híbridos atendendo, segundo Chamorro, a um "pedido do consumidor". Mas, destaca o executivo, um tipo de tecnologia não exclui as outras.

> **481 Km**
> **de autonomia com uma carga**

"Quando inventaram a televisão o rádio não morreu", afirma Chamorro em referência à continuidade da produção de veículos a combustão no Brasil.

Mesmo assim, o avanço da eletrificação determina novas tendências relacionadas à descarbonização e à sustentabilidade do planeta. A GM se prepara, agora, para, ainda este ano, trazer mais um SUV totalmente elétrico importado, o Equinox.

Montadora se mantém longe da Venezuela após expropriação

De São Paulo

A última notícia oficial disponível sobre produção de veículos na Venezuela refere-se ao primeiro trimestre. De janeiro a março, foram produzidas 12 unidades — nenhuma em janeiro, quatro em fevereiro e oito em março. No passado, a indústria automobilística venezuelana chegou a produzir 500 mil unidades por ano e até exportar. Mas desde 2017, os volumes começaram a minguar, em boa parte pelo "encerramento forçado" de fábricas.

O presidente da General Motors na América do Sul, Santiago Chamorro, lembra de quando a companhia se viu forçada a suspender a produção na fábrica localizada em Valencia, ao Norte do país.

Em abril de 2017, o governo de Nicolás Maduro expropriou a fábrica da GM, onde trabalhavam mais de 2 mil funcionários e eram produzidos os modelos Silverado e Tahoe. Segundo Chamorro, desde então, a empresa tenta, em vão, defender seus direitos.

"O país não inspira confiança para novos investimentos", diz Chamorro. Segundo ele, a GM deixou de vender carros no mercado venezuelano, mesmo importados. Mas mantém o envio de peças de reposição para os veículos da marca que rodam no país.

> **61**
> **veículos produzidos na Venezuela em 2023**

Segundo dados da Câmara Automotriz de Venezuela, equivalente à Anfavea no Brasil, em 2023, o país produziu 61 veículos, queda de 19,7% em relação a 2022, quando foram fabricadas 76 unidades.

Quando a GM deixou de produzir em Valencia, onde estava desde 1948, todas as montadoras instaladas no país enfrentavam falta de componentes e de matéria-prima em razão do controle monetário.

Muitos disseram, à época, que a expropriação de instalações de empresas americanas era uma forma de Maduro "provocar os Estados Unidos".

Mas a crise atingiu um ponto que outros fabricantes também tiveram de desistir das operações. Há algum tempo, dirigentes do setor revelaram que as montadoras passaram a vender carros basicamente para empresas, que podiam pagar em dólares, usados para a comprar peças.

Segundo Chamorro, o Brasil é, hoje, o país na América do Sul, que mais inspira confiança para investimentos do setor automotivo. Não só pelo tamanho do mercado, mas, também, pelo cenário de estabilidade político-econômica.

No início do ano, a GM anunciou um novo ciclo de investimentos no Brasil, de R$ 7 bilhões, para o período entre 2025 e 2028. A fábrica de Gravataí (RS) receberá a primeira parte do programa — R$ 1,2 bilhão. A empresa não detalhou quanto será destinado às demais fábricas do país. *(MO)*

Curtas

MDS triplica de tamanho

Com a compra da corretora de seguros da Rede D'Or por R$ 800 milhões, aprovada ontem pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a MDS mais que triplica de tamanho saindo de 1 milhão de vidas para 3,5 milhões. Considerando os prêmios, a MDS passa a movimentar perto de R$ 9 bilhões contra R$ 4 bilhões antes da transação. A aquisição da D'Or Consultoria é a maior já fechada pela MDS que tem presença também em Portugal, na Espanha, no Chile, em Angola, em Moçambique e no Chipre.

EZTec melhora indicador

A EZTec atingiu no segundo trimestre lucro líquido de R$ 88,7 milhões, alta de 17,7% sobre o mesmo período do ano passado, segundo balanço divulgado ontem (1). A receita líquida cresceu 71,4%, para R$ 415,9 milhões. A margem bruta recuou 1,5 ponto percentual, para 30,9%. As vendas líquidas somaram R$ 508 milhões, alta de 21,2%. Foi o segundo melhor trimestre da empresa. Já os lançamentos caíram 60,4%, para R$ 188,3 milhões. A dívida líquida somava R$ 122,7 milhões, comparáveis ao caixa líquido de R$ 98,26 milhões no mesmo mês de 2023.

Log CP dobra lucro

A Log CP, que constrói e administra galpões, teve lucro líquido de R$ 91,9 milhões no segundo trimestre, alta de 108,8% sobre o mesmo período de 2023. A receita líquida caiu 7%, para R$ 53,4 milhões. O presidente Sérgio Fischer associa a queda à redução da área bruta locável (ABL) nesse intervalo, de 9,4%, para 950 mil m². O Ebitda dobrou, para R$ 140,8 milhões. A Log obteve margem bruta de 97,6% no período, alta de 0,9 ponto. A vacância estabilizada foi de 1,65%, ante 0,72%, e o ticket médio da locação subiu 5,7%, para R$ 16,53.

Você conhece o Brasil?

Marketing

Daniela Cachich

Posso apostar que não. Eu também perderia essa aposta. Não conhecemos, nem eu nem você, da maneira que deveríamos conhecer. Sendo sudestina, muitas vezes me vi tomando decisões ou aceitando ideias que fazem muito sentido para o famoso eixo Rio-São Paulo. É claro que é mais fácil ter intimidade com essa parte do Brasil que vivemos. Segundo dado do próprio **Valor**, 54% da audiência vêm desse eixo. Mas trago uma notícia meio óbvia: isso representa somente uma parte do Brasil.

Junho e julho são dois dos meses mais importantes para a movimentação econômica do Nordeste, que gera o 3º maior PIB do Brasil, além de serem motores muito importantes para a cultura, as raízes e desdobramentos do que vamos ver em breve nas nossas playlists e feeds.

E aqui cabe um mea culpa: demorou para eu conhecer, in loco, uma das maiores manifestações culturais e de entretenimento do Brasil: o São João. Agora, inclusive, ouso dizer a maior. E quando falo em ousar dizer é porque tudo depende do seu referencial. De quão amplo você permite que seu repertório se expanda. Referências do eixo sudestino irão duvidar da minha ousadia. Mas como dizia um chefe que tive no início de carreira: "ninguém me contou, eu estava lá e vi".

Uma das marcas do portfólio da Ambev, dentro da nossa divisão chamada Beyond — a unidade de negócios que eu lidero na companhia — patrocina o São João. Patrocinou também o ano passado e devido à famosa "agenda lotada", eu não consegui ir. Recebi inúmeros vídeos e fotos. Só pelas imagens entendi a grandiosidade? Não.

E aí aprendi uma coisa: não é possível ver o Brasil através das lentes alheias. Vá ver com seus próprios olhos. Sinta a emoção, entenda a economia que circula ali e crie intimidade e conexão com os quase 55 milhões de potenciais consumidoras e consumidores para o seu negócio.

E se faltam dados para te convencer, vale dizer que 27% são da geração Z e 32% são de millennials, de acordo com o estudo "Nordeste: + fatos e dados — suposições", feito em parceria entre a Kantar IBOPE Media e o Nosso Meio.

O São João de Campina Grande, na Paraíba, me ganhou definitivamente. Mais que tudo, me surpreendeu. Me fez ter arrependimento por ter demorado tanto para conhecer o maior evento cultural do meu país, mas me deu gás para querer entender cada vez mais esse fenômeno cultural.

Pela essência, pela cultura, pelas raízes, pela sua grandiosidade e, ainda mais importante, por me mostrar que o Brasil é muito maior do que qualquer executiva ou executivo, como eu e você, possa achar que conhece.

O Parque do Povo, na capital da Paraíba, recebe aproximadamente 100 mil pessoas por dia, gratuitamente. Em um evento que dura 33 dias e totaliza mais de 3 milhões de pessoas. Será que é mesmo ousadia dizer que é maior do que qualquer evento que você conheça, mesmo remotamente, no Brasil?

A intersecção da tradição e do moderno resulta em experiências e vivências suficientes para agradar o nordestino e o sudestino — esse último aumenta a sua presença ano após ano, segundo pesquisas.

A quantidade de marcas que já entenderam que o Brasil é plural também aumentou. A cada ano são mais marcas chegando, algumas pedindo licença para entrar, com humildade, e outras entrando de forma totalmente enviesada. O resultado de tudo isso? Somente em Campina Grande, estima-se que mais de R$ 600 milhões foram movimentados. Sem falar de Caruaru, Aracaju e Mossoró, que também recebem milhões de pessoas e movimentam milhões de reais.

Para dar ainda mais dados da dimensão da festa, a marca da divisão de Beyond que patrocinou o evento, a Beats, lançou um produto exclusivo para o São João de Campina Grande. O resultado? Em 3 dias, esgotou o estoque previsto para 22 dias.

Números que ainda nos surpreendem porque, de verdade, muitos de nós não conhecem esse Brasil. E volto ao meu dado de realidade: continuo não conhecendo o Brasil. Então fica aqui meu compromisso de seguir a jornada de ver com os próprios olhos a dimensão do nosso país. E você? Conhece o Brasil?

Daniela Cachich é presidente da divisão Beyond, responsável pelo negócio de bebidas não alcoólicas, vinho e drinks prontos da Ambev
Linkedin
https://www.linkedin.com/in/daniela-cachich/

Siderurgia Rivais com atuação global, como ArcelorMittal e Nippon Steel, trabalham com estimativas mais pessimistas

Com corte de custos, Gerdau prevê melhor cenário para o ano

Stella Fontes
De São Paulo

Com foco em corte de custos e na revisão de suas operações no Brasil, mercado que tem sido destino de um volume crescente de produtos siderúrgicos importados, a Gerdau conseguiu superar seus pares nacionais e estrangeiras mais expostas às matérias-primas dolarizadas e ao mercado global no segundo trimestre. E deve entregar resultados mais fortes ao longo do segundo semestre, embora o cenário siga desafiador para os produtores de aço.

Enquanto a companhia brasileira vê com relativo otimismo os próximos meses, rivais com atuação global, como ArcelorMittal e Nippon Steel, trabalham com estimativas mais pessimistas, e chegam a falar em um momento "sem precedentes", referindo-se à maior oferta de aço chinês no mercado global a custos mais competitivos — e eventualmente subsidiados — e menor demanda global.

Segundo Gustavo Werneck, presidente da Gerdau, a siderúrgica já concluiu a readequação de seus ativos no Brasil e todas as suspensões ou fechamento de capacidade planejados foram anunciados. "Não há a mínima possibilidade de desinvestimento no Brasil", afirmou. "O que estamos fazendo é migrar a capacidade de uma usina para outra, com foco em eficiência e redução de custos". Um dos principais pontos dessa estratégia passa pela usina de Ouro Branco (MG), que tem parte de sua produção voltada ao exterior.

O plano da siderúrgica é transformar parte dessa capacidade que é exportada para atendimento ao mercado doméstico. O investimento na expansão de bobinas a quente, que vai adicionar 250 mil toneladas por ano de capacidade produtiva na usina, deve ser concluído até o fim do ano.

Diante das medidas recentes para redução de custos e readequação de sua base de ativos, a Gerdau projeta seus custos na operação brasileira em 2025 serão R$ 1,5 bilhão menores do que os realizados em 2023, de acordo com o vice-presidente de Finanças, Rafael Japur. Em junho, a Gerdau fechou a usina de Barão de Cocais (MG) e suspendeu operação das unidades de Sete Lagoas (MG) e Cearense (CE).

"Com essas iniciativas, esperamos capturar R$ 1 bilhão de forma anualizada em economias", afirmou. Nos seis primeiros meses, os ganhos ficaram em R$ 150 milhões. Para o segundo semestre, a expectativa é de ganhos adicionais de R$ 400 milhões com a maior alavancagem operacional das usinas no país, redução de custos e menor consumo de materiais. "Em 2025, teremos a anualização desses ganhos." Outros R$ 500 milhões devem vir de economias em outras operações.

JULIO BITTENCOURT/VALOR

"Impacto das medidas comerciais no setor virão no segundo semestre"
Gustavo Werneck

Segundo Japur, um terço das vendas da Gerdau no Brasil corresponde a aços planos e dois terços, de aços longos. Com o novo investimento em bobinas a quente e a migração para o mercado doméstico de parte do volume que antes era exportado, esse mix deve ficar em 40% de aços planos e 60%, aços longos. No total, a capacidade de produção de bobinas a quente da siderúrgica no país chegará a 1 milhão de toneladas anuais.

Essa readequação dos ativos no país dá sequência a iniciativas que já foram tomadas em outros países, já há alguns anos e que incluíram, entre outras ações, a suspensão de operações nos EUA e a venda da operação americana de vergalhões. Sobre os planos de instalar uma nova usina no México, Werneck disse que os estudos de viabilidade estão avançando. A expectativa é tomar uma decisão até o fim do ano.

O presidente da Gerdau disse que o ambiente mais desafiador para os produtores de aço no mundo é menos sentido pela siderúrgica brasileira, por causa das decisões estratégicas que levaram à concentração de sua atuação nos mercados em que tem melhores condições de competir. Ele disse que o mercado brasileiro de aço deve começar a sentir os efeitos das medidas de defesa comercial adotadas pelo governo em junho ao longo do segundo semestre e os resultados são promissores.

Uma das vantagens da Gerdau em relação as suas rivais no Brasil é a base de custos. Embora parte do minério seja comprado em dólar, apenas 20% a 25% dos custos da operação brasileira estão expostos à moeda estrangeira, diferentemente da Usiminas, que reportou custos muito mais elevados no trimestre.

Operação no Brasil puxa resultados da Ambev, mas lucro cai no 2º tri

Bebidas

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A operação brasileira forte e a recuperação dos volumes comercializados na região de América Central e Caribe foram destaque nos resultados trimestrais da Ambev, enquanto mercados internacionais como Canadá e Argentina sofrem com menor demanda.

O lucro atingiu R$ 2,45 bilhões no segundo trimestre, queda de 5,6% sobre mesmo intervalo de 2023, após mudanças na legislação de dedutibilidade do imposto de renda. Já a receita líquida cresceu 6,1%, para R$ 20,04 bilhões. O resultado operacional foi, de forma geral, lido por analistas como forte e dentro do esperado. Ontem, as ações da Ambev terminaram o dia cotadas a R$ 11,70, alta de 1,04% em relação ao fechamento de quarta-feira (31).

A divisão de negócios do Brasil registrou avanço de 4,1% nos volumes, impulsionado pelo segmento de bebidas não alcoólicas. O crescimento da categoria foi de 7%, com destaque para o Guaraná Antarctica Zero, que avançou mais de 40%. Já os volumes de cerveja subiram 2,9%, com a trajetória de expansão dos segmentos "premium" e "superpremium", nos quais a companhia tem apostado nos últimos trimestres.

O segmento de marcas 'core' cresceu um dígito baixo, com destaque para as marcas Brahma e Antarctica, enquanto a Skol "ainda está em território negativo". O diretor financeiro da companhia, Lucas Lira, afirmou ao **Valor** que a variação de volumes das marcas é normal e que o desempenho de Skol não preocupa.

A Brahma, por exemplo, tem um bom desempenho nas regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste. Segundo Lira, mais de 70% dos volumes da companhia ainda são advindos da categoria "core". "Se mantivermos estratégia do segmento 'core' alinhada ao mercado, ele sempre terá relevância", afirmou ontem o CEO, Jean Jereissati, durante teleconferência de resultados.

Os analistas destacaram o desempenho misto nas operações internacionais da companhia. Os volumes totais no Canadá caíram 6,9% entre abril e junho deste ano, com um "ambiente industrial difícil" como visto nos últimos trimestres. O desempenho também foi ruim na Argentina, com recuo de 20% nos volumes.

Apesar do cenário ruim, a Ambev está otimista para os próximos trimestres. Jereissati disse que os números de junho no país vizinho foram mais positivos do que os vistos em abril e maio. Já na América Central e Caribe (CAC) os volumes avançaram 3,4%, com a recuperação de mercado da República Dominicana.

O desempenho operacional também é uma das apostas da companhia para lidar com o ambiente tributário menos favorável. Lucas Lira afirma que o impacto das novas regras foi de R$ 2,4 bilhões no semestre, enquanto o lucro caiu pouco mais de R$ 200 milhões no período. "O que está no nosso controle é a gestão de custos e despesas, a receita por hectolitro, e estamos fazendo isso de forma consistente."

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795 – Companhia Aberta

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 11.3.2024

Data, Hora, Local: Em 11.3.2024, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Inciso I do Parágrafo Segundo do Artigo 5º da Resolução CVM nº 81/22, bem como de acordo com o Parágrafo 2º-A do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social votante, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**). ***Publicações Prévias:*** a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 9.2.2024, no jornal "Valor Econômico", páginas C7 a C18; b) o Edital de Convocação foi publicado em 10, 15 e 16.2.2024, no jornal "Valor Econômico", páginas C5, A5 e A3. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração e a das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados, na íntegra, desde 9.2.2024, nos *sites* do Bradesco, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (CVM). ***Voto a Distância:*** Em atendimento ao disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 48 da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 10.3.2024, de acordo com o previsto no Parágrafo Terceiro do mencionado Artigo, o qual também foi colocado à disposição para apreciação dos acionistas. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Segundo do Artigo 28 da Resolução CVM nº 81/22, ficou registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância.

....

....

Deliberações em Pauta Ordinária: Observada a Ordem do Dia, constante do mencionado Edital, foram tomadas as seguintes deliberações: 1. aprovadas integralmente as contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. 2. aprovada a proposta do Conselho de Administração para destinar o lucro líquido do exercício de 2023, no montante de **R$15.121.801.272,53**, da seguinte forma: **R$756.090.063,63**, para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; **R$3.054.907.419,32**, para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e **R$11.310.803.789,58** para pagamento de juros sobre o capital próprio, dos quais **R$6.312.803.789,58** já foram integralmente pagos e **R$4.998.000.000,00** serão pagos em 28.6.2024, reiterando que não será proposta à Assembleia nova distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos relativos ao ano de 2023; 3. acatando recomendação das acionistas controladoras, aprovada a composição do Conselho de Administração por 11 (onze) membros, para o mandato de 2 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2026; 4. acatando recomendação das acionistas controladoras, aprovadas: 4.1. as reeleições dos integrantes do Conselho de Administração, quais sejam: ***Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Denise Aguiar Alvarez***, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65; ***Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; ***Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62; ***Rubens Aguiar Alvarez***, brasileiro, casado, empresário, RG 13.129.521-4/SSP-SP, CPF 136.527.778/08; e, como conselheiros independentes, consoante os critérios de governança aplicáveis, ***Samuel Monteiro dos Santos Junior***, brasileiro, casado, advogado, RG 02.700.826-7/DETRAN-RJ, CPF 032.621.977/34; ***Walter Luis Bernardes Albertoni***, brasileiro, casado, advogado, RG 14.009.886-0/SSP-SP, CPF 147.427.468/48; ***Paulo Roberto Simões da Cunha***, brasileiro, casado, contador, RG 4.840.176-6/SSP-SP, CPF 567.047.048/68; e ***Denise Pauli Pavarina***, brasileira, em união estável, consultora financeira, RG 11.974.549-5/SSP-SP, CPF 076.818.858/03; e 4.2) a eleição, como conselheiro, do senhor **Octavio de Lazari Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37. Esclareceu o senhor Secretário que todos os membros: 1) têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 2) terão seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil; 3) terão mandato de 2 (dois) anos, estendido até a posse dos Conselheiros que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026; 4) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.970/21, do Conselho Monetário Nacional, sendo que os conselheiros independentes Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha e Denise Pauli Pavarina, além das declarações acima mencionadas, arquivaram na sede do Bradesco, também, declarações atestando os seus enquadramentos em relação aos critérios de independência. 5. aprovada a nova composição do Conselho Fiscal, de acordo com as alíneas "a" e "b" do Parágrafo Quarto do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76, conforme segue: a) em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, por indicação da IGN Participações Ltda., Magnat Participações Ltda. e outros acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, foram eleitos, como membro efetivo, ***Ava Cohn***, brasileira, casada, administradora de empresas, RG 11.073.381-2/SSP-SP, CPF 090.196.928/10, com domicílio na Rua Barão de Jaceguai, 908, Ap. 162B, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04606-001; e, como seu suplente, ***José Luis Elias***, brasileiro, casado, consultor, RG 6.490.350-3/SSP-SP, CPF 719.038.288/72, com domicílio na Rua Vicente Oropallo, 196, Bloco 2, Ap. 84, Edifício Girassol, Cidade São Francisco, São Paulo, SP, CEP 05351-025; b) em votação em separado, sem a participação das acionistas controladoras, por indicação da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e outros acionistas minoritários, detentores de ações ordinárias, foram eleitas, como membro efetivo, ***Mônica Pires da Silva***, brasileira, divorciada, contadora, RG 06.049.365-7/Detran-RJ, CPF 806.150.317/49, com domicilio na Rua Pascal, 437, Ap. 10, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04616-001; e, como sua suplente, ***Ludmila de Melo Souza***, brasileira, solteira, contadora, RG MG13139255/SSP-MG, CPF 060.988.286/44, com domicílio na SQN 214, Bloco I, Ap. 509, Bairro Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70873-090; e c) por indicação das acionistas controladoras, foram eleitos, como membros efetivos, ***José Maria Soares Nunes***, brasileiro, em união estável, contador, RG 10.729.603-2/SSP-SP, CPF 001.666.878/20, com domicílio na Alameda Páscoa, 93, Tamboré 2, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06543-165; ***Joaquim Caxias Romão***, brasileiro, casado, advogado, OAB/SP nº 181.860, CPF 010.264.668/65, com domicílio na Rua Cuxiponês, 384, Ap. 62, Jardim Vera Cruz, São Paulo, SP, CEP 05030-020; ***Vicente Carmo Santo***, brasileiro, casado, consultor, RG 10.832.195-2/SSP-SP, CPF 011.316.688/55, com domicílio na Rua Renato Egídio de Souza Aranha, 221 B, Ap. 82, Edifício Capri, Cidade São Francisco, São Paulo, SP, CEP 05353-050; e, como respectivos suplentes, ***Frederico William Wolf***, brasileiro, casado, consultor, RG 6.479.490-8/SSP-SP, CPF 882.992.108/44, com domicílio na Alameda Maringá, 717, Residencial 12, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06539-090; ***Artur Padula Omuro***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 9.379.198-7/SSP-SP, CPF 024.712.498/25, com domicílio na Avenida Dr. Martin Luther King, 1.867, Ap. 151, Umuarama, Osasco, SP, CEP 06030-016; e ***Luiz Eduardo Nobre Borges***, brasileiro, casado, contador, RG 24.647.000-8/SSP-SP, CPF 185.221.388/42, com domicílio na Rua São Celso, 71, Ap. 13-A, Vila Domitila, São Paulo, SP, CEP 03626-000. Na sequência dos trabalhos, o senhor Secretário informou que os membros ora eleitos para compor o Conselho Fiscal: a) terão mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025; b) tomarão posse de seus cargos após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil; e c) preenchem as condições previstas no Artigo 162 da Lei nº 6.404/76, e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal. 6. aprovada a proposta do Conselho de Administração para remuneração global e verba previdenciária para os administradores, para o exercício de 2024, no total de até R$793.101.808,00, sendo: (i) até R$413.101.808,00, a título de remuneração fixa e variável; e (ii) até R$380.000.000,00 para custeio do plano de previdência. Esclareceu o senhor Secretário que, de conformidade com o disposto na alínea "p" do Artigo 9º do Estatuto Social, a distribuição das verbas acima aprovadas será deliberada pelo Conselho de Administração aos seus próprios membros e aos da Diretoria. 7. aprovada a proposta do Conselho de Administração para remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 2024, sendo: R$20.000,00 para cada membro efetivo; e R$5.000,00 para cada membro suplente. Esclareceu o senhor Secretário que o valor da remuneração dos membros do Conselho Fiscal atende às disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/76 e que as deliberações tomadas nos itens "4" e "5" desta pauta ordinária somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pelo Banco Central do Brasil. ***Lavratura e Publicação da Ata:*** Autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação, no jornal "Valor Econômico", único jornal onde a Companhia veicula todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, ficando consignada a autenticação, pela Mesa, de manifestação de voto da Acionista PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, relativamente ao item "6" da pauta da Assembleia Geral Ordinária, a qual ficará arquivada na Sede Social, conforme disposições das alíneas "a" e "b" do já mencionado Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. ***Quórum das Deliberações:*** Aprovadas por maioria absoluta de votos, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**), que detalha as quantidades de aprovações, rejeições e abstenções de cada uma das deliberações, ficando registrado que os resultados contemplam, além dos votos proferidos pelos acionistas participantes dessa Assembleia 100% digital, também as votações por meio dos Boletins de Voto a Distância que a Companhia recebeu até 4.3.2024, de acordo com o estabelecido no Artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, bem como dos votos dos detentores de ADRs - *American Depositary Receipts*. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes, sendo que, de acordo com o disposto na Resolução CVM nº 81/22, serão considerados assinantes os acionistas de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 47 da supracitada norma. ***Mesa presente via participação digital, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 28 da Resolução CVM nº 81/22:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Administrador: Marcelo de Araújo Noronha. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** a) Antonio Campanha Junior - *Secretário.* **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 212.745/24-4, em 29.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo 1 - Mapa Final de Votação Sintético

Empresa: 00001 - BANCO BRADESCO S.A.
Tipo Assembleia: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Data da Assembleia: 11/03/2024 **Hora da Assembleia:** 16:00
Período de Votação: 09/02/2024 **Até:** 04/03/2024

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações		
	Aprovar (sim)	Rejeitar (não)	Abster-se
0001 - (Apenas ON) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023.	**4.389.130.126**	**29.500**	**87.524.938**
0002 - (Apenas ON) Destinação do lucro líquido do exercício de 2023.	**4.474.617.061**	**400**	**2.067.103**
0003 - (Apenas ON) Proposta das acionistas controladoras para definição de 11 (onze) integrantes para compor o Conselho de Administração.	**4.474.224.848**	**392.613**	**2.067.103**
0005 - (Apenas ON) Indicação de candidatos ao conselho de administração (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral. Os votos indicados neste campo serão desconsiderados caso o acionista detentor de ações com direito a voto também preencha os campos presentes na eleição em separado de membro do conselho de administração e a eleição em separado de que tratam esses campos ocorra).			
LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI	**4.246.864.489**	**221.526.768**	**8.293.307**
ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER	**4.158.469.155**	**309.922.243**	**8.293.166**
DENISE AGUIAR ALVAREZ	**4.259.307.015**	**207.174.248**	**10.203.301**
MILTON MATSUMOTO	**4.258.711.847**	**207.771.829**	**10.200.888**
MAURÍCIO MACHADO DE MINAS	**4.257.683.608**	**208.799.850**	**10.201.106**
SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR (MEMBRO INDEPENDENTE/*INDEPENDENT MEMBER*)	**4.460.659.969**	**7.731.497**	**8.293.098**
WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI (MEMBRO INDEPENDENTE/*INDEPENDENT MEMBER*)	**4.466.566.171**	**1.825.300**	**8.293.093**
PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA (MEMBRO INDEPENDENTE/*INDEPENDENT MEMBER*)	**4.466.566.176**	**1.825.295**	**8.293.093**
RUBENS AGUIAR ALVAREZ	**4.259.309.238**	**207.174.225**	**10.201.101**
DENISE PAULI PAVARINA (MEMBRO INDEPENDENTE/*INDEPENDENT MEMBER*)	**4.266.248.831**	**200.234.632**	**10.201.101**
OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR	**4.269.516.108**	**198.875.150**	**8.293.306**
0008 - (Apenas ON) Indicação de todos os nomes que compõem a chapa. **Indicação da Chapa:** 0000000001 Acionistas Controladores/*Controlling Shareholders* **Candidatos:** JOSE MARIA SOARES NUNES/FREDERICO WILLIAM WOLF/ JOAQUIM CAXIAS ROMÃO/ARTUR PADULA OMURO/VICENTE CARMO SANTO/LUIZ EDUARDO NOBRE BORGES.	**3.816.007.551**	**281.572**	**572.467.414**
0010 - (Apenas ON) Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto (o acionista deverá preencher este campo caso tenha deixado o campo de eleição geral em branco). **Candidatos:** MÔNICA PIRES DA SILVA/LUDMILA DE MELO SOUZA.	**658.314.082**	**17.992**	**3.812.063.743**
0011 - (Apenas PN) Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito. **Candidatos:** AVA COHN/JOSE LUIS ELIAS.	**2.331.896.476**	**4.629.438**	**430.452.186**
0012 - (Apenas ON) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2024, bem como a verba para custear Plano de Previdência.	**4.345.928.586**	**128.090.933**	**2.665.045**
0013 - (Apenas ON) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024.	**4.474.492.207**	**11.452**	**2.180.905**

ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBD LISTED NYSE | BBDO LISTED NYSE

Energia Por outro lado, "players" veem riscos aos consumidores com a troca de operadoras

Relicitação de linhas antigas deve criar novo mercado para transmissoras

Robson Rodrigues
De São Paulo

A decisão do governo em relicitar linhas de transmissão de energia em fim de concessão pode abrir oportunidades para transmissoras. Levantamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a pedido do **Valor**, mostra que há 127 contratos com término de vigência entre 2024 e 2040, que somam aproximadamente 179 mil quilômetros de linhas.

O setor se depara, contudo, com alguns hiatos regulatórios — como a indenização dos ativos e transição para novos concessionários —, temas que serão melhor discutidos em regulamentação da Aneel. Além disso, parte das empresas enxerga possíveis riscos de prejudicar o atendimento aos consumidores, pelas dificuldades inerentes à troca de operadoras.

A Eletrobras acredita que o setor continuará atraente. A Isa Cteep, no entanto, avalia a necessidade de uma Análise de Impacto Regulatório. No caso da Taesa, a decisão precisa considerar a modicidade tarifária, enquanto que a Alupar considera que o modelo mais eficiente é a renovação dos contratos.

A opção pela relicitação foi tomada por meio do decreto 1314/22 no final do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os primeiros editais começaram em 1999 e as primeiras concessões vencem em 2030, com alguns poucos projetos anteriores aos certames vencendo antes. É o caso da Interligação Elétrica Evrecy, uma infraestrutura de 163 quilômetros de linhas, entre Minas Gerais e Espírito Santo, controlada pela Isa Cteep. O empreendimento será licitado no leilão de setembro.

Segundo Claudio Domingorena, diretor-executivo de estratégia e desenvolvimento de negócios da Cteep, o decreto do governo opta pela relicitação, mas deixa também em aberto a possibilidade de renovação. Por isso, a empresa defende que se faça uma Análise de Impacto Regulatório (AIR).

"Isso vai demonstrar o custo para a administração pública, quais os efeitos para a arrecadação tributária, como fica a qualidade de serviços e riscos de uma transferência para definir o que é mais vantajoso para a sociedade", diz.

O tema está na agenda da Aneel para regulamentação do decreto. Procurada, a agência disse que o processo de relicitação está em análise e será aberta consulta pública para discutir o tema.

Rodrigo Limp, vice-presidente de regulação e relações institucionais na Eletrobras, ressalta que o rito da Aneel fortalece a segurança jurídica e estabilidade regulatória para os investidores para que este tipo de leilão seja competitivo, já que se trata de uma modalidade de ativos já em operação.

FABIO MOTTA/VALOR
Limp, da Eletrobras: "Concessões que serão licitadas terão competitividade"

"Essas concessões que serão licitadas, como prevê o decreto, serão oportunidades e terão competitividade dado o apetite que os investidores têm demonstrado (...). Deve-se ter atenção na transição de um concessionário para outro. Tendo os leilões, a Eletrobras vai, sim, avaliar a participação", diz.

A aposta de Limp é que o setor continuará ainda muito atrativo às empresas dado que o segmento é bastante regulado, tem risco quase zero, com previsibilidade de receita e sem inadimplência.

É difícil de estimar quanto esse novo mercado pode movimentar. Além disso, pelas regras do setor, quem ganhar o lote terá de pagar uma indenização sobre os equipamentos não depreciados. Esse montante se soma a outros empreendimentos que ainda serão leiloados para escoar energia renovável aos centros consumidores, além de atender à potencial demanda por energia com a eletrificação da economia e mercado de hidrogênio.

A Taesa tem quatro projetos que vencem em 2030 e precisará ser competitiva, se quiser manter sua receita. O gerente executivo regulatório e institucional da empresa, Gliender Mendonça, avalia que a decisão precisa levar em conta a equação que relaciona tarifas módicas, qualidade e segurança na prestação dos serviços públicos.

"[As concessões vincendas] possuem características próprias e distintas, como em fim de vida útil, por exemplo. Assim, ao nosso ver, essas concessões necessitam da emissão prévia e pública de um estudo técnico, econômico e financeiro que possibilite aos agentes, empreendedores, bem como a sociedade, tomarem conhecimento da motivação que levou a União a tomar a decisão pela relicitação".

Luiz Coimbra, superintendente de relações com investidores da Alupar, acredita que o modelo mais eficiente seja a renovação dos contratos a partir da negociação entre os operadores e o poder concedente, o que garantiria a realização de investimentos adicionais para a manutenção, modernização e confiabilidade dos sistemas.

"O modelo atual de relicitação de concessões vincendas pode penalizar o sistema e os consumidores, dados os riscos significativos de perda de sinergias para as concessionárias que estariam sujeitas a operar ativos distantes entre si, elevando os custos e gerando, ao mesmo tempo, maiores riscos à confiabilidade dos serviços, reduzindo os efeitos de modicidade tarifária e, consequentemente, onerando os consumidores".

Quando foi publicado, o decreto contrariou boa parte do setor, já que haviam dúvidas a serem equacionadas. O pesquisador sênior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Brandão, diz que a relicitação previa que as eventuais melhorias ocorreriam por conta do novo concessionário. Isso criaria um risco para os participantes do leilão pela dificuldade de dimensionar os possíveis gastos com ativos depreciados ao longo dos 30 anos da nova concessão.

Segundo o acadêmico, ao optar remunerar essas melhorias, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pacifica a questão sobre a relicitação de ativos antigos. "A receita para estas novas concessões tende a ser substancialmente mais baixa do que seria praticada para ativos novos, havendo em muitos casos oportunidades para investimentos em futuras renovações, que farão jus a aumentos na Receita Anual Permitida (RAP)."

Unigel sobe o tom contra Petrobras após decisão do TCU

Petroquímica

Stella Fontes
De São Paulo

R$ 759 milhões é o valor do contrato entre elas

As discussões entre Unigel e Petrobras em torno do gás natural usado como matéria-prima nas fábricas de fertilizantes arrendadas pela petroquímica ganhou novos contornos. Em relatório de quarta-feira (31), o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que houve irregularidades no contrato de industrialização sob encomenda ("tolling") firmado entre a estatal e a companhia privada, que alega ter sido a principal lesada com a proposta feita pela Petrobras.

"A Unigel é a única prejudicada em toda essa história", disse ao **Valor** o presidente da petroquímica, Roberto Noronha Santos. "Não existe qualquer tipo de irregularidade envolvendo a Unigel, e não há menção a isso no relatório", acrescentou. Procurada, a Petrobras não deu retorno até o fechamento desta reportagem.

A Unigel iniciou arbitragem contra a Petrobras pedindo reequilíbrio financeiro de um contrato de suprimento de gás natural, do tipo "take or pay", e nesse processo, buscará uma indenização pelas perdas durante o período em que o contrato de "tolling" foi negociado. Segundo o relator do processo no TCU, ministro Benjamin Zymler, "a avaliação econômica, que deveria ter norteado a decisão, apresentou-se enviesada, considerando riscos e oportunidades que não deveriam ter sido levados em conta e subestimado outros".

Além disso, a assinatura do contrato pela Petrobras não "observou as boas práticas de governança que orientam as estatais", conforme o relator, entre outros motivos porque representou a assunção, pela diretoria responsável, de riscos elevados em razão do momento desfavorável de mercado — com a queda dos preços internacionais da ureia — e da grave crise financeira enfrentada pela Unigel.

TCU encontrou irregularidades no contrato de industrialização sob encomenda

No início do ano, a área técnica do TCU indicou que o acordo poderia gerar prejuízo de R$ 487,1 milhões à estatal, em valor presente líquido. Zymler aponta ainda, no relatório, que o valor do contrato de "tolling", de R$ 759 milhões, contrasta com o valor de R$ 280 milhões apresentado pela própria Unigel como necessário para atingir o "break even" da operação".

Conforme Noronha, que esteve à frente das negociações, o contrato de "tolling" foi proposto pela Petrobras em 22 de junho do ano passado. O objetivo era viabilizar a retomada da produção de fertilizantes nitrogenados em duas fábricas do estatal, arrendadas por até 20 anos pela Unigel. As operações nas "fafens" haviam sido suspensas no primeiro semestre do mesmo ano, sob a justificativa de que os preços do gás natural, usado como matéria-prima, inviabilizaram financeiramente o negócio após a forte queda dos preços da ureia no mercado internacional.

Após a assinatura do contrato, contudo, o TCU apontou que havia indícios de irregularidades e as fábricas seguiram paralisadas. Em junho, um ano depois da assinatura, a Petrobras acabou encerrando o contrato, sob a justificativa de que certas condições não foram alcançadas. "Foi uma negociação duríssima", afirmou Noronha, referindo-se à queda de braço entre Unigel e Petrobras em torno do valor do contrato, que acabou assinado seis meses depois. Durante a maior parte desse período, as duas fábricas permaneceram paralisadas, com custo mensal de R$ 35 milhões à Unigel, diante da expectativa de retomada das operações, disse.

Curta

Lucro da Cencosud sobe

A Cencosud, que no Brasil opera as bandeiras Giga, GBarbosa, Bretas, Prezunic, Mercantil Atacado, Perini e Spid, teve lucro de 109,8 bilhões de pesos chilenos (US$ 117 milhões) no segundo trimestre, aumento anual de 75,1%. As receitas da varejista somaram 3,96 trilhões de pesos chilenos entre abril e junho, alta de 9,9% sobre o mesmo período de 2023. No Brasil, a Cencosud teve receitas de 463,2 bilhões de pesos chilenos no trimestre, expansão de 15,2% na comparação anual. As vendas mesmas lojas caíram 0,5%. A empresa tem 157 lojas no Brasil.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **B&f Serviços Industriais Ltda., Nome Fantasia B. S. Mendonça Desenhos Técnicos -** CNPJ: 15.285.548/0001-00 - Endereço: Rua Sete, 165, Bairro Jardim Paulistano, Registro/sp - Requerente: Renner Herrmann S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Requerido: **Drogaria Santa Suzana Ltda. -** CNPJ: 47.378.468/0001-88 - Endereço: Praça João Pessoa, 151, Centro - Requerente: Drogaria Santa Suzana Ltda - Vara/Comarca: 1a Vara de Suzano/SP - Observação: Pedido de auto falência.
Requerido: **Polímeros Revestimento Ltda. -** CNPJ: 32.871.834/0001-69 - Endereço: Rua Coronel Cardoso de Siqueira, 1105, Bairro Vila Oliveira, Mogi Das Cruzes/sp - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus Institucional (Nova S. R. M.) - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Requerido: **Qualyprint Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 03.500.132/0001-70 - Endereço: Rua Doze de Outubro, 261/41, Galpões 261 e 241, Bairro Canhema, Diadema/sp - Requerente: Valecred Securitizadora de Créditos S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Requerido: **Saferchem Comércio e Material Plástico Ltda. -** CNPJ: 20.550.328/0001-99 - Endereço: Alameda Madeira, 258, Sala 2001, Bairro Alphaville Industrial, Barueri/sp - Requerente: Gfm Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicrédito - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.
Requerido: **Saferchem Comércio e Material Plástico Ltda. -** CNPJ: 20.550.328/0001-99 - Endereço: Alameda Madeira, 258, Sala 2001, Bairro Alphaville Industrial, Barueri/sp - Requerente: Spl Fomento Mercantil Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Alfredo Pujol Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 14.476.583/0001-36 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, Cjto. 14, Bairro Jardim Paulistano - Administrador Judicial: Onbehalf Auditores e Consultores Ltda., Representada Pelo Sr. Luiz Deoclécio Fiore de Oliveira - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **Cidade Express Transporte e Logística Ltda. -** CNPJ: 08.630.094/0001-94 - Endereço: Av. Brasil, 2843, Distrito Industrial - Administrador Judicial: Dra. Luciana Ferreira da Costa Teles - Vara/Comarca: 3a Vara de Rio Claro/SP
Empresa: **Seu Sabor Comércio de Alimentos Eireli Epp -** CNPJ: 23.894.098/0001-73 - Endereço: Rua Tenente Brandão, 424, Bairro Lagoa Seca - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: 22a Vara de Natal/RN - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Só Saúde Alimentação Vitalícia Ltda. ME -** CNPJ: 07.621.362/0001-49 - Endereço: Rua Tenente Brandão, 424, Bairro Lagoa Seca - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: 22a Vara de Natal/RN - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **I. Giusmin -** CNPJ: 54.635.813/0001-87 - Endereço: Rua Linha Nova Norte, S/nº, Interior, Porto Lucena/rs - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS
Empresa: **Idalci Augusto Giusmin -** CNPJ: 54.671.195/0001-20 - Endereço: Rua Linha Nova Norte, S/nº, Interior, Porto Lucena/rs - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS
Empresa: **Michele Vanessa Lasta -** CNPJ: 54.608.444/0001-33 - Endereço: Rua Linha Nova Norte, S/nº, Interior, Porto Lucena/rs - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Veloc Brasil Ltda. -** CNPJ: 14.215.012/0001-48 - Endereço: Rua Dr. Pedro Zimmermann, 4458, Galpão, Bairro Itoupava Central, Blumenau/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Masson, Pessoa & Companhia Ltda. -** CNPJ: 47.618.087/0001-29 - Endereço: Rua Antonio Rodrigues de Barros, S/nº, 573 a 595, Bairro Vila Barros - Vara/Comarca: 1a Vara de Dracena/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Masson, Pessoa & Companhia Ltda., Filial I -** CNPJ: 47.618.087/0002-00 - Endereço: Rua Rui Barbosa, 283, Bairro Vila Barros - Vara/Comarca: 1a Vara de Dracena/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Masson, Pessoa & Companhia Ltda., Filial Ii -** CNPJ: 47.618.087/0003-90 - Endereço: Rua Rui Barbosa, 247, Bairro Vila Barros - Vara/Comarca: 1a Vara de Dracena/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Masson, Pessoa & Companhia Ltda., Filial Iii -** CNPJ: 47.618.087/0004-71 - Endereço: Rua Rui Barbosa, 200, Bairro Vila Barros - Vara/Comarca: 1a Vara de Dracena/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Masson, Pessoa & Companhia Ltda., Filial Iv -** CNPJ: 47.618.087/0005-52 - Endereço: Rua Antonio Rodrigues de Barros, 669, Bairro Vila Barros - Vara/Comarca: 1a Vara de Dracena/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **D. V. R. Industrial Ltda. -** CNPJ: 28.462.418/0001-30 - Endereço: Rua Cabo Basílio Zequim Júnior, 33, Bairro Parque Novo Mundo - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Transporte Tropical Ltda. -** CNPJ: 07.163.003/0001-95 - Endereço: Av. Marechal Cândido M. da Silva Rondon, 956, Bairro Jabotiana - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Viação Progresso Ltda. -** CNPJ: 13.028.683/0001-37 - Endereço: Av. Marechal Cândido M. da Silva Rondon, 956, Bairro Jabotiana - Vara/Comarca: 14a Vara de Aracaju/SE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Comercial Varejista de Gêneros Alimentícios Thbf Ltda. -** CNPJ: 10.808.920/0001-94 - Endereço: Av. Padre Estanislau de Campos, 475, Lojas H, I e J. Condominio Habitacional Padre Manoel da Nóbrega - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Revogada a sentença de deferimento da recuperação judicial da requerente, face não reunir as condições exigidas para a ação.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Inteligência artificial Startup americana é considerada uma das mais promissoras do setor e já atraiu aportes bilionários de 'big techs' como Alphabet e Amazon

Rival da OpenAI, Anthropic chega ao Brasil com o chatbot Claude

João Luiz Rosa
De São Paulo

Ninguém sabe ao certo por que Claude se chama Claude. O mistério persiste mesmo nos corredores de sua criadora, a Anthropic AI. A startup americana é considerada uma das mais promissoras na área de inteligência artificial generativa; Claude, seu chatbot, concorre com o ChatGPT, da OpenAI, e outros assistentes de IA rivais, como o Gemini, do Google, e o Copilot, da Microsoft. Desde ontem (dia 1º), Claude fala português e está disponível aos usuários brasileiros, um movimento que marca a chegada da companhia ao país.

"O Brasil é um mercado importantíssimo para a Anthropic porque o brasileiro se interessa muito por novas tecnologias e existe, entre as empresas, um processo de transformação dos negócios", diz Mike Krieger, diretor global de produto da companhia.

Krieger nasceu no Brasil e aos 18 anos se mudou para os Estados Unidos. Tornou-se figura central no mercado de aplicativos (app). É cofundador do Instagram, ao lado do americano Kevin Systrom. O app de compartilhamento de fotos foi lançado em 2010. Dois anos depois, a Meta, então Facebook, comprou o negócio em uma transação avaliada em US$ 1 bilhão.

Claude está disponível em um site na internet e na forma de aplicativo para celular, tanto para aparelhos que usam o sistema operacional Android, do Google, como para o iPhone, da Apple, que funcionam com o iOS. O serviço é gratuito, com a opção de o consumidor passar a pagar uma assinatura depois de atingir um certo número de consultas.

A previsão é que o mercado global de inteligência artificial generativa — que é capaz de criar textos, imagens, vídeos e outros softwares — tenha um crescimento explosivo nos próximos anos. A estimativa é que a receita global, de US$ 137 bilhões neste ano, chegue a US$ 1,3 trilhão até 2032, segundo a Bloomberg Intelligence, de informações e análises de mercado.

Esse caminho tem sido sedimentado pelo rápido avanço dos grandes modelos de linguagem (LLMs, na sigla em inglês), dos quais dependem os chatbots e cujo treinamento exige bases de dados cada vez maiores, a um custo galopante. Com tanta complexidade envolvida, muitas companhias têm buscado modelos mais rápidos, simples e baratos, voltados a atividades específicas.

A estratégia da Anthropic foi criar diferentes versões do Claude, batizados de Haiku, Sonnet e Opus. Todos estão disponíveis no Brasil. O Claude Haiku, mais rápido e compacto, pode ser facilmente aplicado a finalidades ou indústrias específicas, diz Krieger. Na outra ponta está o Claude Opus, para tarefas complexas e que demandam tempo; o Claude Sonnet ocupa uma categoria intermediária em termos de capacidade de análise e velocidade.

JEROD HARRIS/GETTY IMAGES

O chatbot "tem personalidade própria. É informal e autorreflexivo"
Mike Krieger

Empresas podem adquirir os sistemas no pacote Claude for Teams, que começa em cinco licenças e pode chegar a milhares delas. Outra possibilidade é o Anthropic API, que permite às companhias integrarem o Claude aos sistemas desenvolvidos internamente.

Uma das características que diferenciam o Claude de seus rivais é a capacidade de dar respostas personalizadas, diz Krieger. "A Anthropic criou uma equipe que cuida exclusivamente desses aspectos do sistema", afirma o executivo. "Ele tem personalidade própria. É informal e autorreflexivo."

Em um teste, a reportagem do **Valor** perguntou a Claude quem descobriu o Brasil, ao que ele respondeu Pedro Álvares Cabral. Questionado se tinha certeza da resposta, Claude contemporizou. Disse que "em história, é difícil ter certeza absoluta" e que o próprio conceito de "descobrimento" tem sido questionado.

Fundada em 2021 por Dario e Daniela Amodei, ex-integrantes da OpenAI, a Anthropic rapidamente chamou a atenção das "big techs". A Alphabet, controladora do Google, fechou um acordo para investir até US$ 2 bilhões na companhia, enquanto a Amazon se comprometeu a investir US$ 4 bilhões. Os acordos têm atraído a atenção de autoridades de defesa da concorrência, como a do Reino Unido.

"Temos demonstrado que a Anthropic é uma companhia independente", diz Krieger. "O cliente pode usar recursos de IA no serviço de nuvem do Google ou da AWS (controlada pela Amazon) ou comprar de nós. Vemos essas empresas como parceiras."

Há dez semanas no cargo, Krieger está esquadrinhando os produtos da Anthropic para definir os próximos passos do Claude. Quanto ao nome, há muitas teorias, diz ele. "A minha favorita é que se trata de um crocodilo albino, raro, e que já teria 80 anos. Gosto dela porque é familiar. Minha filha tem um Claude de pelúcia."

GSI recebe plano de combate ao cibercrime

De São Paulo

O Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime (INCC), uma organização civil, lançou ontem (dia 1º) o relatório "As Contribuições da Sociedade Civil e dos Setores Produtivos para a Estratégia Nacional de Cibersegurança". Com quase cem páginas, o documento traça o cenário dos riscos digitais e sugere medidas para combatê-los. O trabalho foi encaminhado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República como contribuição à Estratégia Nacional de Cibersegurança.

"Existe um processo de migração dos crimes tradicionais para os digitais, que ocorre por vários fatores, sendo o mais proeminente o fato de que o custo do cibercrime é mais baixo", diz Fábio Diniz, fundador e presidente do INCC.

O relatório indica seis eixos centrais de atuação, com desafios, propostas e metas para cada um deles. Os pilares são conscientização da sociedade, adequação do capital humano, engajamento e integração multi-institucional, conhecimento especializado, financiamento e incentivos, e arcabouço legal, regulatório e normativo.

Uma das conclusões é que países que criaram um órgão centralizador para ações de combate estão entre os mais bem-sucedidos, como Estados Unidos e Reino Unido. Esses organismos recebem as informações da sociedade civil, as organiza e compartilha com autoridades e forças de segurança. *(JLR)*

Ver reportagem completa no site do Valor

TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4
ATA DA 471ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2024, às 11h00m (horário local São Paulo), realizada virtualmente, conforme faculta o artigo 19, parágrafo 1º do Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês Técnicos e Consultivos ("Regimento") da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Foi realizada convocação na forma do Estatuto Social da Companhia. Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia, que subscrevem a esta ata, havendo, portanto, quórum nos termos do Estatuto Social para instalação da reunião. A conselheira de administração, Sra. Andrea Capelo Pinheiro, foi representada pelo Presidente do Conselho, Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, por delegação de voto. Ainda, estava presente o Secretário Geral e Diretor Jurídico da Companhia, Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, como Secretário da Reunião. **3. MESA:** Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente da Reunião; Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário da Reunião. **4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado por unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes, o seguinte: **4.1. Aprovação dos termos e condições da proposta de acordo a ser celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, o Tribunal de Contas da União - TCU e o Ministério das Comunicações - Minicom:** A Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios, Sra. Camilla Tápias, apresentou os termos e condições da proposta do Acordo de Autocomposição para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC para instrumento de Autorização, que tem por objetivo a adaptação do regime de concessão do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) para autorização ("Acordo"), negociado no âmbito da Comissão de Negociação, formada entre representantes, de um lado, da Companhia, e, do outro, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, do Tribunal de Contas da União - TCU e a União Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações - Minicom. Os termos e condições da proposta do Acordo incluem (i) o encerramento de processos judiciais e administrativos sobre a Concessão STFC em curso perante a ANATEL e/ou respectivos juízos; (ii) a desistência do procedimento arbitral movido pela Companhia contra a ANATEL; (iii) a assunção, pela Companhia, de determinados compromissos de investimentos em benefício do interesse público, a serem realizados no prazo de até 10 anos; e (iv) a garantia da continuidade do STFC até 2028 em determinadas localidades do Estado de São Paulo. Foi esclarecido, ainda, que o referido tema foi apreciado previamente pelo Comitê de Auditoria e Controle da Companhia, que recomendou sua submissão e aprovação pelo Conselho de Administração. Após explanação e discussões sobre o tema, foram aprovados, por unanimidade deste Colegiado, os termos e condições da proposta do Acordo. Nesse sentido, uma vez obtida a aprovação final e definitiva do Acordo pelo TCU e pela Advocacia Geral da União - AGU, e desde que mantidos pelo TCU e AGU os termos e condições da proposta do Acordo ora aprovados, este Conselho de Administração autoriza a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e celebrar todos os documentos que se fizerem necessários à consecução do Acordo e seus termos. **5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. São Paulo, 26 de junho de 2024. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração; Alfredo Arahuetes García; Ana Theresa Masetti Borsari; Andrea Capelo Pinheiro (representada por Eduardo Navarro de Carvalho por delegação de voto); Christian Mauad Gebara; Denise Soares dos Santos; Francisco Javier de Paz Mancho; Ignácio Moreno Martínez; Jordi Gual Solé; José María Del Rey Osorio; Juan Carlos Ros Brugueras; e Solange Sobral Targa. Secretário da Reunião: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira. ***Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da 471ª reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., realizada em 26 de junho de 2024, lavrada em livro próprio, e registrada perante a Junta Comercial de São Paulo sob o nº 266.301/24-1 em 15/07/2024.*** **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira** - Secretário do Conselho de Administração.

TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4
ATA DA 470ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2024, às 12h00 (horário local de São Paulo), realizada virtualmente, conforme faculta o artigo 19, parágrafo 1º do Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês Técnicos e Consultivos da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Foi realizada convocação na forma do Estatuto Social da Companhia. Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, que subscrevem a esta ata, havendo, portanto, quórum nos termos do Estatuto Social para instalação da reunião. Ainda, estava presente o Secretário Geral e Diretor Jurídico da Companhia, Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, como Secretário da Reunião. **3. MESA:** Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente da Reunião; Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário da Reunião. **4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado por unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes, o seguinte: **4.1. Proposta de Declaração de Juros sobre Capital Próprio pela Companhia:** Foi aprovada a proposta de declaração de juros sobre capital próprio da Companhia ("JSCP"), com base no balanço patrimonial de 31 de maio de 2024, no montante bruto de R$ 175.000.000,00, correspondente a R$ 148.750.000,00 líquidos de imposto de renda retido na fonte. O valor do JSCP ora declarados equivale ao valor bruto de R$0,10600627919[1] por ação ordinária, sendo R$ 0,09010533731[1] líquidos de imposto de renda. O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de junho de 2024. Após esta data, as ações serão consideradas "ex-JSCP". O valor líquido dos JSCP será imputado ao dividendo obrigatório do exercício social que se findará em 31 de dezembro de 2024 *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser realizada em 2025, e o pagamento será realizado até o dia 30 de abril de 2025, devendo a data ser oportunamente fixada pela Diretoria da Companhia. **5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. São Paulo, 14 de junho de 2024. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração; Alfredo Arahuetes García; Ana Theresa Masetti Borsari; Andrea Capelo Pinheiro; Christian Mauad Gebara; Denise Soares dos Santos; Francisco Javier de Paz Mancho; Ignácio Moreno Martínez; Jordi Gual Solé; José María Del Rey Osorio; Juan Carlos Ros Brugueras; e Solange Sobral Targa. Secretário da Reunião: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da 470ª reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., realizada em 14 de junho de 2024, lavrada em livro próprio, e registrada perante a Junta Comercial de São Paulo sob o nº 266.197/24-3 em 15/07/2024. **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira** - Secretário do Conselho de Administração.

[1] Valor por ação calculado com base na posição acionária de 31.05.2024. Em razão do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor, o valor por ação poderá sofrer alterações considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 26.06.2024.

ALLOS

ALLOS S.A.
CNPJ 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.300.332.511
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Julho de 2024

Data, Hora e Local: No dia 27 de julho de 2024, às 11 horas, via conferência telefônica, em conformidade com o §4º do artigo 13 do Estatuto Social da Allos S.A. ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme art. 13, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **Instalação e Composição da Mesa:** Sr. Renato Feitosa Rique foi eleito para presidir os trabalhos e convidou a Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins para secretariar a reunião. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a outorga de fiança, pela Companhia, em favor dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Debenturistas"), representados pela **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento de todas as obrigações presentes e futuras, principais e acessórias, da **BR Malls Participações S.A.,** inscrita no CNPJ sob o nº 06.977.745/0001-91 ("Emissora"), no âmbito da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até 2 (duas) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da Emissora ("Emissão"), em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente) nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Até 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da BR Malls Participações S.A.",* a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de emissora das Debêntures, o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário, e a Companhia, na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"), com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e seus incisos e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil" e "Fiança", respectivamente); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia, ou seus procuradores legais devidamente constituídos, para tomar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários e/ou convenientes à outorga da Fiança, realização da Emissão e da Oferta, dentre os quais a celebração da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos à Escritura de Emissão, incluindo o aditamento que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) ("Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding*"), do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), bem como aos demais documentos relacionados à outorga da Fiança, à Emissão e à Oferta; e **(iii)** ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, ou seus procuradores legais devidamente constituídos, com relação às deliberações acima. **Deliberações:** Após exame, discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções ou ressalvas, aprovaram e autorizaram: **(i)** a Companhia a outorgar a Fiança, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento de todas as obrigações presentes e futuras, principais e acessórias, da Emissora, no âmbito da Emissão, nos termos da Escritura de Emissão, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e seus incisos e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 130, 131 e 794 do Código de Processo Civil, sendo que as Debêntures e a Emissão contarão com as seguintes principais características: a. Número da Emissão: 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Emissora; b. Número de Séries: A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada como Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e/ou como Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com Debêntures da Primeira Série, "Debêntures"), bem como o número de séries, serão definidos, a critério da Companhia, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, isto é, a quantidade das Debêntures da Primeira Série deverá ser diminuída da quantidade total de Debêntures da Segunda Série, ou vice-versa, delimitando, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma destas determinadas séries, ressalvado que qualquer uma das séries poderá ser cancelada ("Sistema de Vasos Comunicantes"). A quantidade de Debêntures a ser alocada como Debêntures da Primeira Série e como Debêntures da Segunda Série será ratificada por meio de Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding;* c. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de, inicialmente, R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que o Valor Total da Emissão poderá ser aumentado em até 25% (vinte e cinco por cento), isto é, em até R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), totalizando até R$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), em decorrência do exercício, total ou parcial, da opção de Lote Adicional (conforme abaixo definido); d. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas, inicialmente, 2.000.000 (dois milhões) de Debêntures, observado que a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, a critério da Emissora, observado o Procedimento de *Bookbuilding,* em até 25% (vinte e cinco por cento), isto é, em até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures ("Lote Adicional"), totalizando até 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) Debêntures, em decorrência do exercício, total ou parcial, da opção de Lote Adicional; e. Conversibilidade: As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora; f. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); g. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); h. Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), ou de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado Total (conforme abaixo definida), com o consequente cancelamento das Debêntures, conforme os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão vencimento em 20 de agosto de 2031 ("Data de Vencimento Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série terão vencimento em 20 de agosto de 2034 ("Data de Vencimento Segunda Série" e, em conjunto com Data de Vencimento Primeira Série, "Datas de Vencimento"); i. Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, observado que o Lote Adicional, se emitido, será colocado sob o regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures ("Coordenadores"), nos termos do contrato de distribuição das Debêntures, a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"); j. Público-Alvo: O público-alvo da Oferta será composto exclusivamente por "Investidores Profissionais", assim definidos aqueles investidores referidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; k. Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de *Bookbuilding*): Os Coordenadores organizarão procedimento de coleta de intenções de investimento, sem lotes mínimos ou máximos, com recebimento de reservas, nas Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*"), para verificação da existência de demanda em relação (i) ao número de séries da emissão das Debêntures, ressalvado que qualquer uma das séries das Debêntures poderá ser cancelada, conforme resultado do Procedimento de *Bookbuilding;* (ii) da quantidade de Debêntures a ser efetivamente emitida e alocada em cada uma das séries; e (iii) da taxa final da Remuneração de cada série; l. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), observado o plano de distribuição a ser definido no Contrato de Distribuição. Na primeira data de integralização das Debêntures de cada série, o preço de integralização das Debêntures será o Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série. Nas datas de integralização posteriores à primeira data de integralização das Debêntures de cada série, o preço de integralização das (i) Debêntures da Primeira Série será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração Primeira Série (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização das Debêntures da Primeira Série; e (ii) das Debêntures da Segunda Série, será o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração Segunda Série (conforme abaixo definido), calculada *pro rota temporis* desde a primeira data de integralização ("Preço de Integralização"), podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme definido a exclusivo critério dos Coordenadores, conforme poderá vir a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, deverá ser aplicado em igualdade de condições a todos os investidores em cada Data de Integralização da respectiva série. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional na respectiva data de integralização; m. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador das Debêntures e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; n. Espécie e Garantia: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput,* da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures contarão com a Fiança a ser prestada pela Companhia; o. Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária; p. Remuneração das Debêntures da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa_DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding,* e, em qualquer caso, limitada a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Primeira Série"). A Remuneração Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão. Em razão do Procedimento de *Bookbuilding,* a Remuneração Primeira Série será ratificada por meio do Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding,* sendo certo que a celebração de tal aditamento está, desde já autorizada, sem necessidade de aprovação adicional por parte do Conselho de Administração da Companhia; q. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding,* e, em qualquer caso, limitada a 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração Segunda Série será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão. Em razão do Procedimento de *Bookbuilding,* a Remuneração Segunda Série será ratificada por meio do Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding,* sendo certo que a celebração de tal aditamento está, desde já autorizada, sem necessidade de aprovação adicional por parte do Conselho de Administração da Emissora ou da Companhia; r. Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão integralmente utilizados para reperfilamento do passivo e/ou reforço de caixa da Emissora; s. Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures ou de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado Total, com o consequente cancelamento das Debêntures, conforme os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de fevereiro de 2025, e o último pagamento (i) na Data de Vencimento Primeira Série, para as Debêntures Primeira Série; ou (ii) na Data de Vencimento Segunda Série, para as Debêntures Segunda Série, conforme o caso (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série", ou "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Segunda Série", conforme o caso e, quando conjunta e indistintamente, "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme tabela a ser estabelecida na Escritura de Emissão; t. Amortização das Debêntures: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial Facultativa, de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e/ou de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado Total, com o consequente cancelamento das Debêntures, conforme os termos a serem previstos na Escritura de Emissão (i) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de agosto de 2030, e o último pagamento devido na Data de Vencimento Primeira Série ("Data de Amortização Primeira Série"); e (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de agosto de 2032, o segundo pagamento devido em 20 de agosto de 2033, e o último pagamento devido na Data de Vencimento Segunda Série ("Data de Amortização Segunda Série", em conjunto com Data de Amortização Primeira Série, "Data de Amortização" e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração, "Datas de Pagamento"), observadas as datas e respectivos percentuais a serem estabelecidos na Escritura de Emissão; u. Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; v. Aquisição Facultativa: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, na Escritura de Emissão e nas demais disposições aplicáveis, adquirir a qualquer tempo, as Debêntures nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, caso algum dos titulares das Debêntures deseje alienar tais Debêntures à Emissora; w. Resgate Antecipado Facultativo Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, (i) a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de agosto de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total 1ª Série"); e/ou (ii) a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de agosto de 2028 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total 2ª Série" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total 1ª Série, "Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) de cada série a ser resgatada, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração de cada série a ser resgatada, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização das Debêntures, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior da respectiva série, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total 1ª Série e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total 2ª Série, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive); (c) de prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento Primeira Série e/ou Data de Vencimento Segunda Série, conforme o caso, calculado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; e (d) dos respectivos encargos moratórios, caso aplicáveis. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora; x. Amortização Extraordinária Facultativa Parcial: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, (i) 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de agosto de 2027 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures da Primeira Série ("Amortização Extraordinária Parcial Facultativa 1ª Série"); e/ou (ii) a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 20 de agosto de 2028 (inclusive), realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures da Segunda Série ("Amortização Extraordinária Parcial Facultativa 2ª Série" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária Parcial Facultativa da 1ª Série, "Amortização Extraordinária Parcial Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário) da respectiva série a ser amortizada, conforme o caso, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, acrescida; (b) da Remuneração das Debêntures da respectiva série calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização das Debêntures, ou a data do pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial Facultativa, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série a ser amortizada e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial Facultativa; (c) de 0,30% (trinta centésimos por cento), calculado *pro rata temporis,* base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial Facultativa e a Data de Vencimento Primeira Série e/ou Data de Vencimento Segunda Série, conforme o caso, calculado nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; e (d) dos respectivos encargos moratórios, caso aplicáveis ("Valor da Amortização Extraordinária"); y. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado Total: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo uma oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures de quaisquer das séries, com o consequente cancelamento das referidas Debêntures, endereçada a todos dos Debenturistas de cada série, assegurada a igualdade de condições aos referidos Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário ou ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da Remuneração, devida até a data do efetivo resgate antecipado, calculada *pro rata temporis,* a partir da primeira data de integralização das Debêntures ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (ii) se for o caso, do prêmio de resgate indicado no edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado Total, que, caso exista, não poderá ser negativo. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora; z. Desmembramento das Debêntures: Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas; aa. Vencimento Antecipado: As Debêntures contarão com eventos de vencimento antecipado, automáticos e não automáticos, sendo certo que tais eventos, bem como os termos da declaração de vencimento antecipado, serão descritos na Escritura de Emissão de Debêntures, cujos termos e condições foram apresentados aos Conselheiros nesta reunião e devidamente aprovados, permanecendo a minuta da Escritura de Emissão de Debêntures arquivada nos registros desta reunião; bb. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculadas *pro rata temporis* a partir da primeira data de integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die,* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento); e cc. Demais Características da Emissão: As demais características da Emissão serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **(ii)** a diretoria da Companhia, ou seus procuradores legais devidamente constituídos, a tomar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários e/ou convenientes à outorga da Fiança, realização da Emissão e da Oferta, dentre os quais a celebração da Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos à Escritura de Emissão, incluindo o Aditamento do Procedimento de *Bookbuilding,* do Contrato de Distribuição, bem como os demais documentos relacionados à outorga da Fiança, à Emissão e à Oferta; e **(iii)** ratificação dos atos praticados pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores legais devidamente constituídos, até a presente data em relação aos itens (i) a (ii) acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2024. Presidente: Sr. Renato Feitosa Rique; Secretária: Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins. Membros do Conselho de Administração: Renato Feitosa Rique, Peter Ballon, Volker Kraft, Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira, Marcos Haertel Vieira Lopes de Oliveira, Luiz Alberto Quinta, Luiz Alves Paes de Barros, Vitor José Azevedo Marques e Cláudia da Rosa Côrtes de Lacerda. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2024. Mesa: Érica Cristina da Fonseca Martins - Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: ALLOS S.A. - NIRE: 333.0033251-1. Protocolo: 2024/00632691-2. Data do protocolo: 29/07/2024. Certifico o Arquivamento em 30/07/2024 sob o número 00006369696. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Sedã O modelo, com quase 5 metros de comprimento, é vendido por R$ 639.900, e agrada até quem tem motorista particular

Mercedes-Benz E 300 mostra que classe vai além do nome

DIVULGAÇÃO

Vitória Drehmer
Da Autoesporte

De acordo com o dicionário, ter classe é o mesmo que dizer que alguém tem elegância. Não era nisso que a Mercedes-Benz pensava ao dar este sobrenome às suas famílias de carro. Afinal, a palavra é usada pela marca como sinônimo de categoria. Mas não dá para negar que os modelos da fabricante alemã combinam mais com o primeiro significado.

O Classe E, vendido por R$ 639.900, é a prova disso. Começo dizendo que o sedã executivo chama a atenção por onde passa — e por vários motivos. Primeiro, por ter nada menos que 4,94 metros de comprimento. É um carro de dimensões imponentes. Além disso, sua 11ª geração chegou ao Brasil em um lote inicial de apenas 15 unidades. Isso significa que ainda é pouco conhecido.

Mas o fato é que o Classe E voltou com (mais) classe. A Mercedes-Benz optou por manter o visual clássico, mas trouxe algumas mudanças para aumentar a sofisticação do sedã. A grade é nova e tem frisos horizontais totalmente cromados. A tradicional estrela de três pontas continua sobre o capô, mas agora está menos rígida para evitar ferimentos em um eventual acidente ou atropelamento.

Mais para trás, a traseira segue alongada, com destaque para as lanternas com logotipos da marca formando um efeito em 3D. As rodas de 20 polegadas têm desenho multirraios, o que dá um toque extra de refinamento.

Não tem como negar que tudo no Classe E foi pensado nos mínimos detalhes. Basta se aproximar do sedã para entender melhor o que eu quero dizer. As maçanetas, iluminadas, ficam embutidas nas portas e só saem quando são destravadas. Para melhorar as boas-vindas, o símbolo da marca é projetado no chão. O carro não fala, mas é como se desse para escutar: "Aproveite! A experiência está só começando".

De fato. Assim que abri a porta, a vontade era de vestir um traje chique para combinar melhor com o ambiente. Em vez de um tapete vermelho, são diversas luzes ambientadas de LED que nos recebem dentro da cabine. O motorista pode escolher entre nada menos do que 64 opções de cores para a iluminação.

O acabamento, claro, acompanha todo esse refinamento. O plástico foi deixado de lado e há couro por toda parte, além de alguns detalhes em madeira. Para completar a sofisticação, são três telas digitais.

O painel de instrumentos tem 12,3 polegadas e chega a mostrar o mapa e as informações principais em relevo. Já a central multimídia é de 14,4" e traz conexão com Apple CarPlay e Android Auto sem fio. E não há o que reclamar no funcionamento. Afinal, não trava e é intuitivo. Por fim, há ainda uma terceira tela só para o passageiro dianteiro. No total, são impressionantes 39 polegadas. Uma cabine futurística.

Isso sem contar o teto solar panorâmico, os 17 alto-falantes Burmester e uma câmera que permite que o motorista tire fotos, grave vídeos e até participe de reuniões — mas só quando o carro está parado.

Hora de fazer os ajustes para começar a dirigir. Colocar o banco do motorista na posição correta é fácil: basta selecionar a sua altura na central multimídia. Depois, tudo é feito de forma elétrica, inclusive a regulagem do volante. Nesse quesito, só o que deixa a desejar é a abertura e o fechamento do porta-malas (de 540 litros), feitos apenas manualmente. Pode ser desnecessário para um sedã? Pode. Mas foi a Mercedes (e esse preço) que me acostumaram mal.

O Classe E também é o primeiro carro da marca conectado à internet. Por isso, o funcionamento é similar ao de uma Alexa. Basta dizer "Oi, Mercedes" e fazer o pedido. Só que um Waze ou Google Maps são melhores nesse quesito — ainda bem que seguem disponíveis.

> A 11ª geração do modelo chegou ao Brasil com um lote inicial de somente 15 unidades

Entre outras coisas, há também GPS nativo com informações em tempo real e imagens de realidade aumentada. Na prática, isso significa que um vídeo é mostrado na tela principal com a cena à frente do carro. Neste momento, setas indicam para onde o motorista deve seguir.

Junto disso, o head-up display (um sistema que projeta informações no vidro que fica na frente do motorista) também mostra as sinalizações. O sistema faz até os condutores mais perdidos conseguirem acertar o caminho. E falo por experiência própria. Ponto bem positivo.

Como todo Mercedes, o seletor de marchas fica posicionado atrás do volante. Não sou fã desse formato, mas, convenhamos, isso é só questão de costume. Então, com o Drive selecionado, vamos dirigir.

Antes, é importante esclarecer que o Classe E é vendido no Brasil em versão única, chamada de E 300 Exclusive. Assim, temos um motor 2.0 turbo de quatro cilindros em linha que recebe ajuda de um sistema híbrido leve de 48 Volts. São 258 cv de potência e 40,8 kgfm de torque, além de câmbio automático de nove marchas.

O sedã acelera de 0 a 100 km/h em 6,3 segundos e tem velocidade máxima de 250 km/h. Vamos lembrar que o objetivo desse carro não é ser esportivo. Portanto, não é exagero dizer que temos potência de sobra. Basta pisar um pouco mais forte no acelerador para ter uma boa resposta. E como o foco é o conforto, as acelerações, frenagens e trocas de marchas são extremamente suaves. Reforço: extremamente suaves.

Esses acertos combinam perfeitamente com a direção leve, a suspensão pneumática macia e o perfeito isolamento acústico — um dos melhores que já experimentei, vale lembrar. É um sedã executivo em todas as formas literais possíveis. E vou além: até quem tem motorista particular vai querer sentar no banco do condutor. Isso porque, mesmo com o porte, manobrar o Classe E vira tarefa fácil com a ajuda das rodas traseiras, que esterçam em até 4,5 graus.

As "babás eletrônicas" facilitam mais a condução: câmera 360°, direção semiautônoma, frenagem automática, controlador adaptativo de velocidade (ACC), monitor de ponto cego, assistente de manutenção em faixa e suporte para manobras evasivas são alguns exemplos.

Só o pequeno vidro traseiro que dificulta a visão pelo espelho retrovisor interno. E até o consumo é razoável para um carro desse porte: 8,9 km/l na cidade e 12 km/l na estrada sempre com gasolina. Os números são bem semelhantes ao de um Citroën C4 Cactus.

Com tudo isso dito, dá para entender por que o "Classe" do "E" soa mais como sinônimo de elegância do que de categoria. O preço colabora para isso. Afinal, parece que tudo que é chique é caro. Mas olha que o sedã está longe de ter as maiores cifras da marca. No dia em que eu dirigir o Classe S, com certeza vou pensar que ele deveria se chamar "Esplendor S". Fica a dica, Mercedes.

S10 Z71 tem mudança radical, mas sem trocar de geração

André Paixão
Da Autoesporte

Devo admitir que não sou o maior fã de música sertaneja. No máximo, consigo acompanhar o refrão de Evidências e uma ou outra canção do gênero. Porém, a bordo da Chevrolet S10 Z71 2025 na cidade histórica de Pirenópolis (GO), não consigo pensar em uma comparação melhor para o momento da picape do que com uma dupla sertaneja. E daquelas com décadas de estrada.

Após a S10 receber uma reestilização profunda por dentro e por fora, eu a vejo como uma daquelas duplas sertanejas famosas, mas que tentam voltar aos dias de glória com remixes de modas já consagradas.

No caso da caminhonete, em vez de uma repaginada completa e alinhamento com a irmã americana Colorado, a Chevrolet optou por manter a estrutura da geração lançada há quase 15 anos. Contudo, promoveu uma revolução na dianteira, com estilo inédito, e no interior, com visual contemporâneo. O motor ainda recebeu uma série de melhorias e ficou mais potente e econômico.

DIVULGAÇÃO

Preço de referência da nova versão da picape é de R$ 281 mil

Mas isso é suficiente para manter a picape competitiva por mais cinco ou seis anos? Afinal, o ciclo de renovação desse tipo de veículo é consideravelmente mais lento. Vale lembrar também que a histórica rival, Ford Ranger, teve uma nova geração lançada há menos de um ano e que a líder do segmento, Toyota Hilux, passará pelo mesmo processo daqui a cerca de um ano e meio.

Mas vamos ao que interessa. Como é o novo modão da S10? A introdução vem com uma cara invocada provocada pelo capô elevado e pela nova grade dianteira recortada pelos faróis, que finalmente são de LED — mas só da versão Z71 em diante. Na traseira, lanternas redesenhadas e tampa da caçamba com o nome Chevrolet em baixo-relevo ajudam a animar o público.

Chegando ao refrão, temos um habitáculo de tamanho idêntico ao anterior, mas repleto de novas tecnologias. Quadro de instrumentos digital de 8 polegadas e central multimídia de 11" finalmente colocaram a picape média em 2024.

Completam o pacote novos bancos, Wi-Fi nativo e painel com design mais moderno. As versões LTZ e High Country ainda trazem ar-condicionado digital, sensor de chuva, banco do motorista com ajustes elétricos, carregador de celular por indução, partida remota e retrovisor eletrocrômico.

Porém, para ter os itens mais interessantes é preciso ir direto à versão High Country, topo de linha. É como comprar uma edição premium de um disco. Nesse caso, em vez de um autógrafo, o comprador recebe alertas de ponto cego e tráfego cruzado traseiro, descanso de braço traseiro, santantônio integral e grade e frisos cromados. Ao contrário da Ranger, a S10 não tem os recursos avançados, como manutenção na faixa e frenagem de emergência.

A batida segue a cargo do 2.8 turbodiesel de quatro cilindros, que agora se chama Duramax. Segundo a Chevrolet, foram mais de 30 evoluções em relação ao motor anterior. Mudaram, por exemplo, pistões, bicos injetores, turbina, coletor de exaustão e linha de combustível.

Já peças como bloco e virabrequim foram mantidas do motor CTDi. O resultado é uma potência que aumenta de 200 cv para 207 cv, além do torque que chega aos 52 kgfm, 1 kgfm a mais do que antes.

Na prática, essas melhorias vão evitar que a voz da S10 falhe, como acontece com alguns cantores sertanejos. Aliás, a disposição é a mesma de quem faz 200 shows no ano. Os números de fábrica mostram que a aceleração de zero a 100 km/h está 1 segundo mais rápida, em 9,4 s. O consumo também melhorou: de 8,4 km/l para 9,5 km/l na cidade e de 10,4 km/l para 11,4 km/l na estrada, segundo o Inmetro.

Rodando com a picape, também é possível perceber que o isolamento do motor está melhor, tanto na acústica como no nível de vibração. Nem é preciso aumentar o volume do rádio ou da voz.

Seguindo a onda de evoluções, o câmbio automático de oito marchas da Colorado deu vida nova à S10. Como há duas relações a mais que a caixa antiga, as trocas acontecem em rotações mais baixas, privilegiando suavidade ao rodar e economia de combustível. Se necessário, parece sempre haver uma reserva de potência e torque, ainda que não seja possível escolher modos de condução esportivo ou econômico, como nas rivais Ranger e Hilux.

Em nosso test drive, os trechos off-road e de pavimento castigado foram restritos a poucos quilômetros. Infelizmente, eu estava no banco de trás em parte do trajeto. Nesse caso, é melhor tomar um Dramin para evitar enjoos, já que os sacolejos da suspensão traseira por feixe de molas são inevitáveis.

O que poderia ter sido aplicado (e não foi) é a saída de ar traseira, recurso cada vez mais comum, mesmo em carros de menos de R$ 120 mil. Em uma picape de R$ 300 mil, chega a ser imperdoável.

A S10 2025 não deixou de usar bota, cinto de fivela larga e chapéu. Mas precisou renovar a roupagem e trazer novos hits para dizer ao público: só quero ouvir você dizer que sim. A fórmula de se renovar sem trocar de base funcionou muito bem e possibilita a ela lutar pelo topo das paradas. Mas também não podemos disfarçar as evidências de que esse repertório deve ficar gasto em pouco tempo. E a espera por um álbum completamente novo será longa.

Olimpíada A delegação brasileira amargou derrotas no judô e atletas do hipismo foram alvo de denúncias de maus-tratos aos cavalos durante as competições

Em duelo na ginástica artística, Rebeca Andrade conquista a prata

Valor, de São Paulo

Em um emocionante duelo nesta quinta-feira (1º), a brasileira Rebeca Andrade conquistou a medalha de prata no individual geral feminino da ginástica artística da Olimpíada de Paris.

Andrade chegou perto de vencer a melhor da história nessa modalidade, a americana Simone Biles, que levou o ouro. Aos jornalistas, Biles contou como sentiu a escalada da pressão da brasileira e que decidiu desta vez usar suas 'armas mais pesadas', brincou.

Na marcha atlética de 20 km, Caio Bonfim também traz uma medalha de prata para o Brasil. Fora dos Jogos Olímpicos, Bonfim garantiu bronze no Mundial de 2017. No Mundial de 2022 ficou em sexto lugar e no de 2023 conquistou bronze. Este ano, teria sido campeão da prova de revezamento, a principal do torneio, se não fosse uma punição a Viviane Lyra na reta final.

Se para Bonfim é a primeira medalha olímpica, para Andrade é a quarta. Além da prata desta quinta-feira, a atleta levou outras duas pratas e um bronze na Olimpíada do Rio, em 2016, e um ouro em Tóquio, em 2020. Tornou-se, assim, a brasileira com mais medalhas na história das Olimpíadas. E ainda há chances de conquistar mais medalhas nas três finais em aparelhos que vai disputar: trave, solo e salto.

Mas o duelo entre as duas atletas pode não se repetir em novas disputas. Biles deve se aposentar depois de Paris e Andrade já indicou que não pretende continuar competindo futuramente nos quatro aparelhos.

Também da equipe de ginastas brasileiras, Flávia Saraiva fechou o dia de ontem (1) em oitavo lugar. Ela começou muito bem a competição, nas paralelas e na trave, mas um escorregão no solo a fez descer no ranking.

No judô, tristeza e choro. A brasileira Mayra Aguiar perdeu para a número 1 do mundo, a italiana Alice Bellandi, nas oitavas de final. Com isso, foi eliminada da categoria até 78 kg na Olimpíada de Paris. Após levar um waza-ari durante o golden score, a Aguiar deixou o tatame aos prantos. Esta é a quinta vez que a brasileira disputa os Jogos Olímpicos. Ela foi bronze em Londres-2012, Rio-2016 e Tóquio-2020.

Também nesta quinta-feira, o judoca brasileiro Leonardo Gonçalves perdeu para Dzhafar Kostoev, dos Emirados Árabes Unidos, na categoria até 100 kg.

No hipismo, brasileiros foram alvo de denúncias de maus-tratos aos cavalos durante as competições. Foi divulgado um vídeo com a campeã Charlotte Dujardin batendo repetidamente em um cavalo. Isso fez a tricampeã olímpica desistir dos Jogos de Paris, enquanto sofreu uma suspensão provisória pela Federação Internacional de Esportes Equestres (FEI).

Em outro caso, o brasileiro Pedro Veniss, representante do Brasil na prova de saltos, foi expulso nesta quinta-feira após os organizadores detectarem durante o "banho" do cavalo Nimrode Muze um sangramento, causado pelas esporas. O Brasil ainda procurou reverter a decisão por meio de recurso, mas a tentativa foi negada.

Outro brasileiro, Carlos Parro recebeu uma advertência depois que um grupo de direitos dos animais enviou ao presidente da FEI fotos e evidências de que o cavaleiro brasileiro estava hiperflexionando o pescoço de um cavalo em um movimento proibido conhecido como "Rollkur", que pode comprometer a respiração.

Até esta quinta-feira, as equipes de atletas brasileiros somavam seis medalhas na Olimpíada de Paris 2024: três de prata — no judô masculino, na marcha atlética e no individual geral da ginástica artística — e três no bronze — uma no skate street, uma no judô feminino e uma na ginástica artística na competição por equipes. *(Com agências)*

NATACHA PISARENKO/AP

> Rebeca Andrade tornou-se a brasileira com mais medalhas (4) na história das Olimpíadas

Marcha atlética

ALEXANDRE LOUREIRO/COB

Caio Bonfim conquistou ontem (1) uma medalha de prata para o Brasil na marcha atlética de 20 km. Fora dos Jogos Olímpicos, o atleta já havia ganho dois bronzes, em 2017 e em 2023. A prata foi sua primeira medalha em uma Olimpíada. E também é a primeira medalha do Brasil nessa modalidade. O atleta de 33 anos é treinado pela sua mãe Gianette Bonfim, oito vezes campeã brasileira nesse tipo de competição, informou o jornal "O Globo". Gianette começou a marchar aos 29 anos. Ela é também campeã ibero e sul-americana. João Sena, o pai, é treinador há 30 anos. A carreira de Caio se iniciou aos 16.

Curtas

Meta em alta com IA

As ações da Meta subiram nesta quinta-feira (1º), depois que Mark Zuckerberg disse que a força do negócio de publicidade da controladora do Facebook, o seu principal negócio, permitirá à companhia continuar investindo pesadamente em inteligência artificial (IA) no próximo ano e além. As ações fecharam o pregão na bolsa americana Nasdaq em alta de 4,82%, cotadas a US$ 497.74.

Prejuízo da Intel

A Intel teve prejuízo líquido de US$ 1,6 bilhão no segundo trimestre de 2024, revertendo o lucro de US$ 1,5 bilhão reportando um ano antes. O prejuízo diluído por ação ficou em US$ 0,38. Já em termos ajustados a companhia teve lucro por ação de US$ 0,02. A receita da Intel caiu 1% no comparativo entre mesmos trimestres, para US$ 12,8 bilhões.

Lucro da Amazon

A Amazon registrou um lucro líquido de US$ 13,48 bilhões no segundo trimestre, praticamente o dobro dos US$ 6,75 bilhões reportados um ano antes. Diluído por ação, o lucro passou de US$ 0,66 para US$ 1,29, superando as projeções do mercado americano de US$ 1,03, segundo analistas ouvidos pela FactSet. As receitas chegaram a US$ 147,98 bilhões, com uma alta de 10,1% em base anual.

Globoplay tem novo comando

Entretenimento

Daniela Braun
Nome
De São Paulo

A publicitária Julia Rueff é a nova diretora-executiva da plataforma de streaming Globoplay. A executiva atuava como vice-presidente de marketplace do Mercado Livre e se junta agora à área de Produtos Digitais da Globo, que ganhou uma nova estrutura sob o comando de Manuel Belmar.

Formada em Publicidade pela PUC-RJ, com MBA em Negócios pelo Insper, Rueff atuava no Mercado Livre há sete anos. Antes, trabalhou em empresas como B2W, Whirlpool e Cnova. Ela é conselheira da agência de marketing e comunicação TV1.

Ao lado de Rueff, na estrutura de Belmar, estarão Tatiana Costa, como diretora de Canais de Entretenimento e Notícias & Conteúdo, área que passa a integrar a gestão dos conteúdos à dos canais pagos não-esportivos; Eduardo Gabbay, nos Canais de Esportes; Rodolfo Bastos, como diretor de Produtos de Publishing; e Andrea Tuttman, na área de Inteligência e Portifólio.

"O cenário competitivo, cada vez mais desafiador, nos exige mais agilidade no processo de decisão, um olhar atento a novas oportunidades e certamente uma visão mais integrada das nossas operações", disse Belmar, em comunicado interno. "Nossas marcas e produtos são ativos estratégicos para o futuro da nossa Globo e a habilidade que tivermos para harmonizar e potencializar a força desse conjunto será um elemento absolutamente definidor para conseguirmos vencer nossos desafios", afirmou o executivo.

INÊS 249

Insumos Plano Nacional de Fertilizantes prevê que produção local atenda até 50% da demanda

Brasil não precisa de independência em adubo, diz Eurochem

Kariny Leal
De Rio

O Brasil não precisa ser totalmente independente do exterior em termos de fertilizantes para garantir a soberania nacional, na visão de Gustavo Horbach, presidente da Eurochem na América do Sul. Em conversa com o **Valor** ontem, durante o Rio+Agro, fórum para o desenvolvimento agroambiental sustentável, o executivo afirmou que é importante que o país aprofunde os estudos do subsolo para garantir o desenvolvimento do setor.

"Nenhum país é 100% independente [de importação de fertilizantes]. Não é necessária total independência para garantir soberania. É necessária produção local que garanta continuidade. A porcentagem dessa produção local é uma discussão que não cabe neste momento, precisamos de investimentos", afirmou o executivo, que participou de painel sobre o mercado de fertilizantes no evento.

Para Horbach, o governo tem viabilizado esse avanço com o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), mas a iniciativa privada precisa garantir os investimentos. "O programa do governo é ambicioso para reduzir a dependência nacional do produto estrangeiro e foi estrategicamente colocado sob o ministério que é comandado pelo vice-presidente [Geraldo Alckmin]".

O PNF foi aprovado pelo governo federal em novembro de 2023 e prevê a reativação de fábricas, incentivos a novas plantas e investimento na produção de nutrientes sustentáveis. Cerca de 87% dos fertilizantes usados pela agricultura brasileira são importados. A meta do plano de fertilizantes é chegar até 2050 com uma produção nacional capaz de atender entre 45% e 50% da demanda interna.

A Eurochem, que é controlada por capital chinês, está no Brasil desde 2016 e já investiu US$ 2,5 bilhões no país. A companhia tem 22 fábricas misturadoras e um complexo mineroindustrial que, segundo Horbach, está alinhado às demandas do PNF: "O Brasil é o local para se estar enquanto empresa produtora de fertilizantes".

A Atlas Agro também tem intensificado os investimentos no Brasil.

> "Nosso projeto visa atender nossos clientes com custo mais competitivo"
> *Marcelo Marra*

O diretor de operações da companhia, Rodrigo Santana, esteve ao lado de Horbach no painel sobre fertilizantes. Segundo ele, a empresa irá construir a primeira fábrica de fertilizantes nitrogenados a partir de hidrogênio verde. Com investimento de R$ 4,3 bilhões, a unidade será construída em Uberaba (MG) e utilizará uma matriz 100% limpa, a partir de fontes renováveis como solar e eólica, para produção do hidrogênio verde, amônia verde e os fertilizantes nitrogenados com zero carbono.

A unidade terá capacidade de produção de 500 mil toneladas por ano de fertilizantes para atender os clientes da região. "A Atlas foi fundada há três anos para tratar o problema da descarbonização da indústria de fertilizantes", disse Santana.

Também há indústrias brasileiras apostando no setor. No início de julho, a mineira Minas Port anunciou o investimento de R$ 200 milhões, com recursos próprios, em uma misturadora dentro do Porto do Açu, no norte fluminense. "A misturadora de fertilizantes que será implantada representa um passo significativo para o crescimento sustentável da cadeia do agronegócio", disse Marcelo Marra, presidente da Minas Port, em resposta ao **Valor**.

Segundo ele, "a misturadora está projetada com uma capacidade nominal para movimentar 850 mil toneladas por ano. O volume inclui todas as etapas do processo: armazenagem, mistura e envase dos fertilizantes. Com essa capacidade, estaremos bem posicionados para atender à demanda do mercado de forma diferenciada."

Questionado sobre eventuais apoios ao projeto, Marra disse que está explorando os potenciais incentivos fiscais que a atividade pode ter. A operação da misturadora será focada no mercado interno. "Em um primeiro momento, nosso projeto visa atender nossos clientes com custo mais competitivo, trazendo redução para toda cadeia", disse.

NILANI GOETTEMS/VALOR

Gustavo Horbach, da Eurochem: empresa já tem fábricas alinhadas ao PNF

CNH vai suspender produção no Paraná

Máquinas

Fernanda Pressinott
De São Paulo

A multinacional italiana CNH Industrial confirmou que suspenderá a produção de colheitadeiras e plataformas ("lay off") na unidade de Curitiba a partir de 2 de setembro. A companhia também dará férias coletivas de 20 dias para funcionários da área de tratores a partir de 30 de setembro.

"Essas negociações buscam equilibrar a necessidade de ajustar momentaneamente as expectativas conforme as novas projeções de mercado", disse a companhia, em nota. A CNH é dona das marcas Case e New Holland, entre outras.

As vendas de máquinas e implementos agrícolas seguem em queda no país. Em abril deste ano, as vendas foram 16,7% menores do que as de abril de 2023, segundo os dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Já nos quatro primeiros meses de 2024, as vendas de máquinas e implementos agrícolas no mercado interno caíram 32,2% em comparação com o mesmo intervalo do ano passado.

As exportações também estão em baixa. Em abril, os embarques diminuíram 23,4% em relação a abril de 2023 e 7,1% em comparação com março deste ano. No acumulado de 2024, a retração até abril chegou a 24,4%.

Os resultados financeiros da CNH, que a empresa publicou na quarta-feira (31/7), reforçam que ela tem sentido essa retração. A companhia teve lucro líquido de US$ 438 milhões no segundo trimestre, o que representou uma queda de 38% em comparação com o mesmo período de 2023.

A demanda por tratores na América do Sul caiu 10% e a demanda por colheitadeiras, 26%. A empresa disse ainda que, no segundo trimestre, seguiu com o programa de reestruturação para tentar uma diminuição de 10% a 15% em suas despesas trabalhistas e não trabalhistas.

Entregas e importações de fertilizantes caíram no país em maio

Isadora Camargo
De São Paulo

Em maio deste ano, as entregas de fertilizantes no mercado brasileiro caíram 10,1% em relação a maio de 2023, para 3,26 milhões de toneladas, segundo levantamento que a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) antecipou ao **Valor**. Um ano antes, as entregas haviam somado 3,63 milhões de toneladas.

Já no intervalo de janeiro a maio de 2024, as entregas totalizaram 14,24 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 1,8% em comparação com os cinco primeiros meses do ano passado.

Mato Grosso, Estado que tem a maior área produtiva do Brasil, o foi o que recebeu o maior volume de adubo nos primeiros cinco meses do ano: as entregas chegaram a 3,2 milhões de toneladas, ou 22,5% do total. Já o Rio Grande do Sul, que sofreu com as enchentes em maio, recebeu 994 mil toneladas de fertilizantes.

Em maio, o Brasil aumentou sua produção de fertilizantes intermediários (ácido sulfúrico, ácido fosfórico e amônia anidra provenientes das matérias-primas brutas do pacote NPK). A produção cresceu 4,2% e alcançou 494 mil toneladas. Porém, no acumulado de janeiro a maio, a fabricação no país recuou 9,1% na comparação anual, para 2,48 milhões de toneladas.

> **10,1%**
> **foi a diminuição das entregas no Brasil**

As importações também diminuíram. Segundo a entidade, o Brasil importou 3,06 milhões de toneladas de fertilizantes intermediários em maio, o que representou uma queda de 4,1%.

No intervalo de janeiro a maio, as importações caíram 7%, para 13,10 milhões de toneladas. Hoje, o Brasil importa mais de 85% de sua demanda por fertilizantes.

Analistas do mercado disseram ao **Valor** que a comercialização e a logística dos fertilizantes têm sido os maiores gargalos para as entregas tanto para as revendas como, depois, para os produtores rurais.

Uma das razões para a diminuição do ritmo das entregas de fertilizantes é o comportamento dos produtores, que, em virtude da queda dos preços dos grãos e da alta do dólar, ficaram mais cautelosos em suas decisões de compra. Os movimentos das cotações tornaram a relação de troca por adubos menos atrativa.

Estratégia Fruto gera retorno maior do que a soja e tem compra garantida pela Cargill na região

Brilho do tomate ofusca os grãos em Goiás

Cleyton Vilarino
De Hidrolândia (GO)

Os 314 hectares de tomate industrial da Fazenda São Braz, em Hidrolândia (GO), representam cerca de 26% da área total cultivada na propriedade, de 1,2 mil hectares, mas há pelo menos quatro anos o fruto é a principal cultura em termos de rentabilidade. Com os preços de soja e milho em queda, o tomate deve garantir, por mais um ano, o resultado dos produtores da região.

"A rentabilidade da soja e do milho nesses últimos anos foi quase zero. A gente lutou para pagar os custos, enquanto o tomate tomou um papel importante no faturamento da fazenda, a ponto de se tornar o principal", relata o agrônomo e responsável pela área produtiva da fazenda, Fernando de Sousa Simão.

A 150 quilômetros de Goiânia, em Orizona, o agricultor Cristiano Lutkemeyer também tem o tomate industrial como principal fonte de receita na fazenda. De seus 2,5 mil hectares, 800 hectares são destinados ao cultivo do fruto. Segundo ele, a produção gera um retorno até sete vezes superior ao obtido com grãos.

A maior rentabilidade, contudo, é proporcional ao risco da cultura. "Na mesma área irrigada, se você plantar soja, você vai colher entre 80 sacas e 100 sacas por hectare, uma variação de 20%. Com o tomate, essa produtividade pode variar até 100%, de 80 toneladas a 160 toneladas por hectare", diz o produtor.

DIVULGAÇÃO

Fernando Simão, agrônomo da Fazenda São Braz: o tomate tomou um papel importante no faturamento da fazenda, a ponto de se tornar o principal produto

Tanto Lutkemeyer quanto Fernando Simão são fornecedores da unidade de atomatados da Cargill, em Goiânia.

Segundo estimativa divulgada em fevereiro pela Secretaria de Agricultura de Goiás, o Estado deve colher 1,2 milhão de toneladas do fruto este ano, o que representará um crescimento de 24,8% em relação a 2023. Os trabalhos em campo começaram em junho e vão até outubro. O volume é equivalente a 31,1% da produção nacional, consolidando Goiás como o maior Estado produtor do país.

Na Fazenda São Braz, a produtividade da lavoura tem crescido entre 10% e 12% ao ano. O volume adicional visa atender a demanda da indústria, que todos os anos define o preço e encomenda a quantidade que irá comprar.

> "Um bom produtor de soja está apto a cultivar o tomate industrial"
> *Rafael Santana*

Em troca, a indústria fornece todos os insumos necessários para o cultivo, da semente à mão de obra para a colheita, garantindo previsão de retorno financeiro – outra vantagem da cultura em relação aos grãos.

"É muito importante sabermos a rentabilidade aproximada que vamos ter. O grande problema de uma lavoura é produzir e não ter para quem vender, e nisso estamos garantidos", afirma Fernando Simão.

O consumo de atomatados no Brasil tem crescido 20% ao ano, segundo o líder de marketing da categoria na Cargill, Daniel Pontes. A companhia é líder no mercado de atomatados do país, segundo levantamento da Nielsen.

"O molho de tomate tem 98% de penetração nos lares brasileiros. Ou seja, virtualmente, todos os lares hoje consomem o molho de tomate", ressalta Pontes.

Ao todo, as áreas dos 36 fornecedores da empresa somam 4,7 mil hectares plantados no Estado de Goiás, com uma produtividade média entre 85 toneladas e 90 toneladas por hectare. A área plantada este ano para a empresa teve crescimento de 18% a 20% em relação a 2023.

Segundo o líder agrícola para tomates da Cargill no Brasil, Rafael Santana, o mercado do fruto está vivendo um momento favorável, o que tem gerado mais interesse dos produtores pelo cultivo do tomate industrial. No entanto, a estratégia da companhia é limitar a quantidade de produtores parceiros.

"A nossa ideia é ter grandes produtores porque assim conseguimos ganhar em escala, fazendo várias operações e facilitando o nosso planejamento", afirma. Dentre os critérios para a realização de novas parcerias estão a distância de até 250 quilômetros da fábrica da Cargill, localizada em Goiânia, e a presença de sistema de irrigação.

"Geralmente um produtor que é um bom produtor de soja, de milho e que tem bons equipamentos está apto a cultivar o tomate industrial. Porque, apesar de termos fornecedores que prestem o serviço de manejo, se ele não tiver uma boa estrutura no campo, ele não consegue fazer uma boa produção", diz Santana.

O repórter viajou a convite da Cargill

Apesar de restrição, embarques de aves devem ser recorde

Comércio

De São Paulo

O autoembargo adotado após um foco da Doença de Newcastle em uma granja em Anta Gorda (RS) afetou as perspectivas para as exportações de carne de frango neste ano, mas não deve impedir que o Brasil bata um novo recorde de embarques.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) estima agora que o país deve exportar 5,25 milhões de toneladas de carne de frango neste ano, um crescimento de 2,2% em relação a 2023. Em dezembro passado, a expectativa era de que esse resultado alcançasse 5,3 milhões de toneladas.

Se confirmada a nova projeção — apresentada ontem em coletiva a jornalistas —, as exportações brasileiras baterão recorde mesmo após a suspensão dos embarques para 44 mercados devido à notificação da Doença de Newcastle.

Segundo a ABPA, de todos os bloqueios comerciais adotados inicialmente, apenas dez continuam válidos, sendo seis restritos à produção do Rio Grande do Sul (Arábia Saudita, Chile, Rússia, Peru, Uruguai e Bolívia). China, Argentina, México e Macedônia seguem sem comprar carne de frango do Brasil, não importa a origem do produto.

O diretor de mercados da ABPA, Luís Rua, disse que os cortes de frango que têm maior relevância no peso total do animal (peito, coxa e sobrecoxa) tiveram pouca ou nenhuma restrição em seus principais mercados de destino, o que deve garantir o bom resultado em volume até o fim do ano.

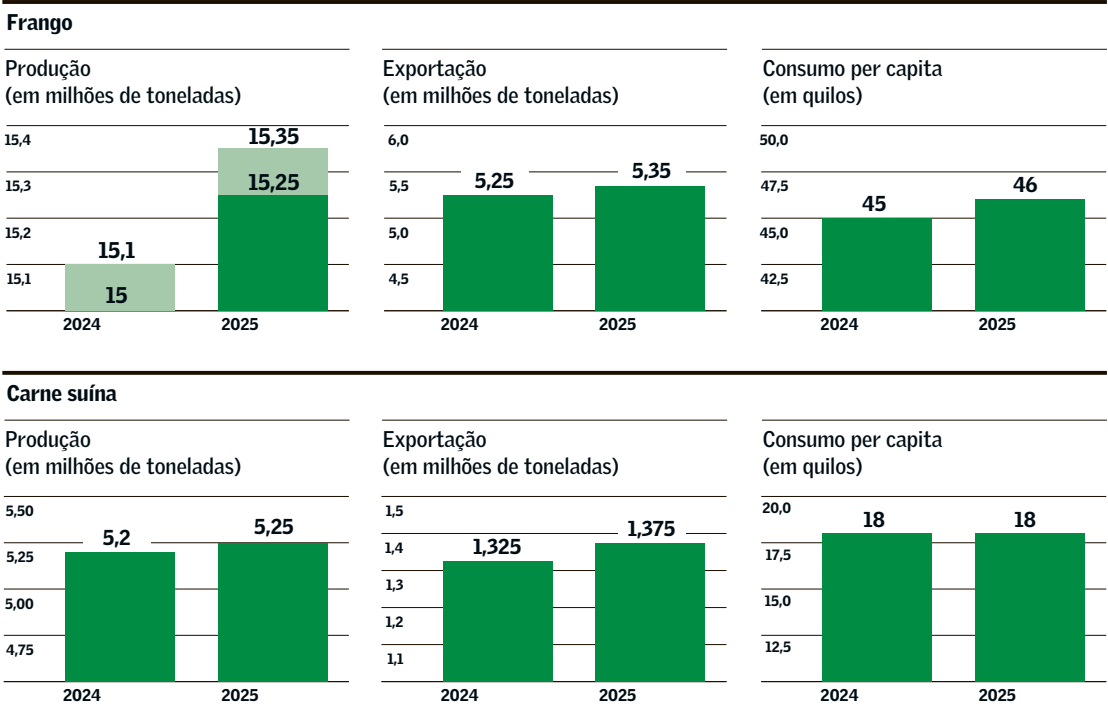
"No caso da perna, basicamente a gente não tem nenhum mercado com restrição. Então essa coxa vai ser redirecionada para outros destinos. E, no caso do peito, dos três grandes destinos, em dois deles (União Europeia e Golfo Pérsico) não temos nenhum tipo de restrição", detalhou.

O setor também espera que China e México limitem a suspensão das importações de carne de frango brasileira do país para a região do foco. A China é o principal destino das exportações brasileiras, com 11% dos embarques no primeiro semestre, e o México foi o destino de 3%.

Se isso ocorrer, o impacto nas exportações, hoje estimado em 50 mil toneladas, deve ficar abaixo de 15 mil toneladas, afirmou o o presidente da ABPA, Ricardo Santin, é de que

Projeções para frango e suínos no Brasil
Estimativas para produção, exportação e consumo interno

Carne suína

Fonte: ABPA

Para a carne suína, as projeções da ABPA também são de recorde nas exportações em 2024, com até 1,325 milhão de toneladas embarcadas, um aumento de 7,7% em relação ao passado.

Além da perspectiva de crescimento dos embarques para diferentes destinos, o que deve reduzir a dependência da China de 51% para 21% das exportações, Santin destacou que a Europa diminuiu em 11% seus abates nos últimos seis anos. O continente é hoje o maior exportador mundial de carne suína.

> "As perspectivas para a exportação de carne suína são positivas"
> *Ricardo Santin*

"Sobre a Europa, paira a ameaça de um processo de dumping aberto pela China, e isso faz com que para a suinocultura eu possa projetar indicadores positivos", disse. A expectativa do setor é a de que a China reconheça Rio Grande do Sul, Paraná e Acre como zonas livres de febre aftosa sem vacinação, como já ocorre com Santa Catarina, permitindo o embarque de carne suína com osso e miúdos ao mercado chinês.

O reconhecimento é estratégico para o setor, já que as importações globais de carne suína do país asiático caíram 29% nos cinco primeiros meses deste ano, enquanto as importações de miúdos no mesmo período cresceram 2,3%, para 474 mil toneladas, sendo 80% desse volume oriundo da Europa.

"A China está se adequando e não está deixando de importar, mas adquirindo cortes complementares", afirmou Santin. O cálculo da ABPA é de que, só do Rio Grande do Sul, a exportação e miúdos e carne com osso para a China gere uma receita entre US$ 100 milhões e US$ 150 milhões. *(CV)*

valor.com.br

Políticas

Brasil amplia equipe de adidos agrícolas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na noite de quarta-feira (31/7), decreto que elevou de 29 para 40 o número de adidos agrícolas do país no exterior. Esse é o maior aumento de contingente desde a criação do posto, em 2008. A mudança ocorrerá de uma só vez.

valor.com.br/agro

Peixes

ONG vê indícios de sobrepesca da tainha

A organização não governamental Mercy For Animals apresentou ao Ministério Público e ao Ibama um relatório em que pediu aos dois órgãos que façam uma averiguação sobre indícios de sobrepesca da tainha no Brasil.

valor.com.br/agro

Frigoríficos

Unidade da BRF pega fogo no Paraná

Um incêndio de grandes proporções atingiu a unidade de frangos de corte da BRF em Carambeí (PR) na madrugada de quinta-feira (1º/8). O Corpo de Bombeiros conseguiu controlar as chamas nas primeiras horas da manhã, e não houve registro de feridos no incidente.

valor.com.br/agro

Imóveis de Valor

ANA MELLO/DIVULGAÇÃO

Bairros arborizados da Zona Oeste de São Paulo, como Cidade Jardim, são os preferidos do público classe A. Os atrativos são a qualidade de vida, a proximidade do eixo financeiro e as oportunidades de negócios

Estudo feito por imobiliária de luxo da capital mostra que os bairros-jardins e os condomínios horizontais lideram o interesse (e as vendas) do público AAA

Mapa revela endereços favoritos da alta renda

Bairros arborizados da Zona Oeste paulistana, predominantemente ocupados por residências de luxo, e condomínios horizontais de alto padrão ocupam o topo da lista de interesse do público triple A. É o que revela estudo inédito da imobiliária Coelho da Fonseca referente ao primeiro semestre, com dados relacionados às vendas de imóveis e buscas registradas na plataforma da empresa no período.

Na capital, os bairros Jardim Guedala e Vila Nova Conceição tiveram o maior volume de procura nos primeiros seis meses deste ano. Fora da cidade, mas na categoria de alto padrão, oportunidades no bairro planejado de Alphaville — entre os municípios de Barueri e Santana de Parnaíba — também atraíram a atenção dos clientes da corretora.

O mesmo Alphaville ocupa o top 3 dos endereços com maior número de negócios fechados pela empresa entre janeiro e junho. A localidade dividiu a performance com Alto de Pinheiros e a região dos Jardins. A pesquisa listou os imóveis vendidos a partir de R$ 2 milhões.

Na comparação com os resultados da primeira metade do ano passado, Jardim Guedala (50%) e Alphaville (37%) lideram em crescimento de vendas, seguidos por Vila Nova Conceição (10%), Jardins e Alto de Pinheiros, ambos com 5%. No geral, a Coelho da Fonseca afirma ter vendido 30% a mais no primeiro semestre de 2024 na comparação com o mesmo período de 2023.

Para o diretor executivo da corretora, Álvaro Marco Coelho da Fonseca, os números confirmam o apelo que bairros arborizados e majoritariamente residenciais de São Paulo têm exercido sobre o comprador de imóveis de alta renda.

"São lugares mais tranquilos, com muito verde e bons para morar. Além disso, têm casas à venda dentro de lotes extensos e com grande potencial para reforma", afirma.

CASA SÃO PAULO/DIVULGAÇÃO

COELHO DA FONSECA/DIVULGAÇÃO

Em Alphaville, clientes assimilam novo patamar de preços e aquecem o mercado

RFM/DIVULGAÇÃO

Acima: casas em condomínios dentro da capital paulista estão entre as mais procuradas pelos clientes de alta renda

À esquerda: com guaritas, eclusas e câmeras, segurança reforçada dos condomínios horizontais é fator decisivo para o sucesso do produto

A localização estratégica desses endereços também tem contribuído para atrair ainda mais interesse — Jardim Guedala, Cidade Jardim e Alto de Pinheiros são bairros muito próximos ao eixo financeiro da Avenida Faria Lima. "A vantagem é que os valores do metro quadrado nesses locais são inferiores aos do Itaim, por exemplo, que é vizinho do corredor empresarial mais pulsante da cidade", analisa Fonseca.

Já o sucesso de Alphaville é creditado por ele a dois movimentos internos: moradores locais em busca de mais conforto — trocando apartamentos por casas em condomínio — e a aceitação do mercado do novo patamar de preços cobrados na região.

"Alphaville demorou um pouco para assimilar o aumento do valor de venda das residências, mas, a partir deste semestre, o movimento passou a ser mais bem compreendido, e o mercado ficou aquecido por lá", analisa o diretor da Coelho da Fonseca.

Outro denominador comum entre esses bairros mais desejados pelos paulistanos é a oferta crescente de condomínios residenciais horizontais — um produto que veio para ficar, segundo o executivo, porque atende à demanda por espaço e tem conseguido contornar o problema de segurança por ser muito bem vigiado.

Especialista na construção desse tipo de empreendimento, Francesco Rivetti, CEO da Three Desenvolvimento Imobiliário, também destaca a segurança como fator decisivo para o sucesso dos novos condomínios, que contam com guaritas blindadas, eclusas para pedestres e veículos, circuito de câmeras, sensores inteligentes e gerador de energia para 100% da demanda.

"São elementos que têm convencido as famílias a voltar a morar em casas dentro da cidade", avalia.

Bairro nobre da Zona Sul tem lançamentos de nova safra de imóveis de alto padrão em suas divisas

Vila Nova Conceição renova oferta e anima compradores

Quem está ainda mais em evidência no radar do cliente de alta renda em São Paulo é a Vila Nova Conceição. A região nobre da Zona Sul, vizinha ao Parque do Ibirapuera e ao eixo financeiro da Faria Lima, teve a oferta de imóveis renovada com a chegada de projetos que ocupam os limites de seu perímetro, na Avenida Santo Amaro.

A injeção de novos empreendimentos aconteceu em virtude do plano de revitalização da via, entre as avenidas Juscelino Kubitschek e Bandeirantes, de 2015. Desde então, as incorporadoras passaram a investir na formação de terrenos nas redondezas.

As obras só começaram em julho de 2022, ano também dos primeiros lançamentos de alto padrão na que era a fronteira menos badalada do bairro. Em abril deste ano, a primeira fase foi concluída com o aterramento de fios e o alargamento de calçadas e pistas.

Dentre os projetos dessa nova safra estão o Park View, da Marquise Incorporações, e o Bueno Brandão 257, da Tegra Incorporadora. O primeiro será uma torre com apartamentos de 175 a 338 metros quadrados, projetada pela aflalo/gasperini arquitetos, com paisagismo de Benedito Abbud e interiores de Fernanda Marques, que deve ser entregue em janeiro do ano que vem.

O Bueno é formado por mansões suspensas de até 923 metros quadrados e projetado pelo escritório Königsberger Vannucchi, com ambientes internos de Roberto Migotto e áreas verdes assinadas por Ricardo Cardim. A entrega está prevista para o fim de 2025.

MARQUISE INCORPORAÇÕES/DIVULGAÇÃO

Varanda com vista do futuro empreendimento Park View, na Vila Nova Conceição: bairro está entre os mais desejados da capital

Mas, antes mesmo dessa recente renovação, a Vila Nova Conceição já figurava entre os endereços mais valorizados e desejados da cidade, com o preço de metro quadrado na faixa dos R$ 20 mil.

Em julho passado, a startup imobiliária Loft incluiu a Praça Pereira Coutinho, no coração do bairro, na lista dos logradouros mais caros da capital paulista, com base em 54 mil imóveis vendidos entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano. O valor médio das transações ali foi de R$ 18 milhões.

INÊS 249

Imóveis de Valor

Onde investir

Bairro vizinho ao Ibirapuera, que tem o maior polo médico da capital, vive boom de lançamentos e atrai investidores, profissionais de saúde e a quem busca bem-estar

Vila Clementino: boa para saúde e negócios

FOTOS DE TRISUL S.A./DIVULGAÇÃO

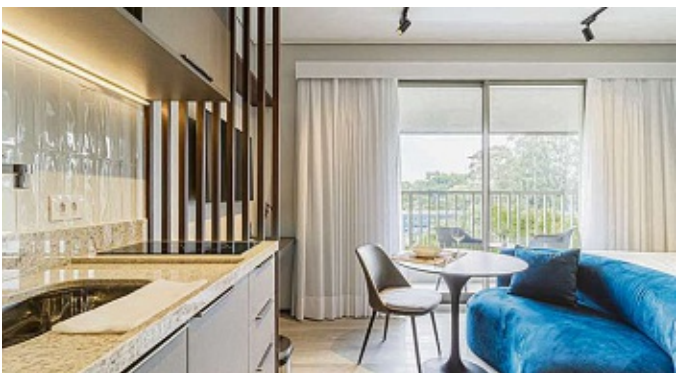
Acima, lazer no "rooftop" é o principal diferencial do empreendimento The Collection

Ao lado, por ser o maior polo médico da capital paulista, Vila Clementino é o endereço ideal para o público que trabalha na área ou precisa de serviços de saúde

Não há outro bairro na capital paulista com tamanha concentração concentração de empresas de saúde por metro quadrado da capital paulista: são cerca de 40 hospitais, clínicas e laboratórios em um raio de três quilômetros e algumas referências, como o Hospital São Paulo — Unifesp, o Instituto do Sono, o Hospital do Rim, o São Camilo e o Hospital do Servidor Público Estadual. Além disso, fica a dois quilômetros do Parque do Ibirapuera e a oito da Avenida Paulista, um dos eixos empresariais de São Paulo.

Essa é a Vila Clementino, na Zona Sul, que vive boom imobiliário para atender à demanda por moradia — fixa ou de curta temporada — de profissionais da saúde e pessoas com necessidades médicas frequentes, além daqueles que buscam qualidade de vida em um bairro arborizado, com vida cultural intensa e perto de tudo.

Quem aposta suas fichas ali há mais de uma década é a Trisul S/A. No fim de junho, a incorporadora lançou seu décimo empreendimento no bairro: o The Collection Vila Clementino, com estúdios de 25 metros quadrados e apartamentos de um dormitório, com 36.

"Sempre acreditamos no potencial do bairro, que tem um público ligado ao polo médico, fica próximo a regiões importantes da capital e conta

CYRELA/DIVULGAÇÃO

Modelo "short stay" também chegou à Vila Clementino, na proposta do Iconyc Charlie Hotel

com ótima infraestrutura de mobilidade e serviços", afirma o gerente Comercial da Trisul, Olavo Miranda.

Os projetos da marca têm atraído muitos investidores. No The Collection, por exemplo, 65% dos compradores fecharam negócio à distância, sem nem passar pelo plantão de vendas. "São pessoas que conhecem bem o bairro e sabem do potencial de valorização dos imóveis lançados ali", analisa Miranda, acrescentando que 35% dos clientes vivem fora da cidade. O metro quadrado do prédio novo está em R$ 14,9 mil.

A Cyrela também desembarcou no bairro. Neste ano, lançou o Iconyc Charlie Hotel, em parceria com a empresa-referência em moradia flexível, responsável pela gestão de 146 estúdios e apartamentos do empreendimento. As unidades têm de 25 a 90 metros quadrados, algumas voltadas ao "middle stay", com permanência mínima de cinco dias.

"A ideia é atender à crescente demanda por estadias temporárias na cidade, oferecendo a flexibilidade desejada por quem procura esse formato de moradia ou tem ativos destinados a locações", diz o gerente geral de Negócios da Cyrela, Alexandre Dentes.

Mas nem só de compactos vive a oferta de imóveis novos no bairro. A Fibra Experts aposta no alto padrão com o projeto Gaia Ibirapuera, com 58 apartamentos de dois a quatro dormitórios a partir de 80 metros quadrados". O design é de Jonas Birger Arquitetura e interiores, de Carlos Rossi. Já foram vendidos 35% das unidades a R$ 17 mil o metro quadrado.

"A decisão de investir em um produto de alto padrão na Vila Clementino é fundamentada na análise criteriosa do mercado e das características únicas do bairro. O perfil de moradores do local, especialmente pela proximidade com o Parque Ibirapuera e outras áreas de alto valor agregado, como Moema e Vila Nova Conceição, é de quem busca qualidade de vida, infraestrutura e acessibilidade", diz o diretor de Incorporação da Fibra Experts, Dalton Guedes.

Quando for entregue, no fim de 2026, o Gaia terá área de lazer completo, decorada e equipada, a 14 metros do chão, praça exclusiva na entrada do prédio e um "espaço autoral" inserido na planta dos apartamentos de 147 metros quadrados.

"É um ambiente versátil para ser customizado pelo cliente de acordo com seu estilo de vida: pode ser uma sala de TV, um escritório ou uma adega", explica Guedes, acrescentando que a empresa já prepara outro residencial de luxo na região: o Maison Diogo by Fibra, que deve ser apresentado ao mercado em breve.

FIBRA EXPERTS/DIVULGAÇÃO

Na contramão dos compactos, o Gaia Ibirapuera tem apartamentos a partir de 80 metros quadrados e é opção premium na Vila Clementino

Por dentro do mercado

IAB-RJ/DIVULGAÇÃO

IAB-RJ SEDIA NOVA EDIÇÃO DO SALÃO RIO DE INTERIORES

O 2º Salão Rio de Interiores acontece de 6 a 8 de agosto no IAB-RJ, no Flamengo, em parceria com a AsBEA-RJ. Com o tema "Inteligências: ancestral, artificial e colaborativa", a segunda edição do evento terá palestras e mesas-redondas temáticas e vai apresentar novidades e tendências de empresas como Breton, LZ Studio e Opportunity Imobiliáro. A organização é da Ana Paula Iespa.

SDI/DIVULGAÇÃO

SDI CRIA A 514 URB, UMA 'HOUSE' DE VENDAS

A SDI Desenvolvimento Imobiliário criou a 514 Urb, uma "house" de vendas que fica na esquina da Rua Augusta com Alameda Lorena, nos Jardins. O espaço apresentará um novo conceito de comercialização e "storytelling" imobiliário, com maquetes e detalhes dos últimos lançamentos, como o Platz 450 (foto). A proposta é unir a excelência de projetos assinados pela SDI a uma equipe experiente de vendas.

MPD/DIVULGAÇÃO

MPD ENTREGA PRÉDIO DE BAIXO CONSUMO ELÉTRICO

A MPD Engenharia entregou em julho o Verve Pinheiros (foto), primeiro projeto da empresa na capital paulista com certificado preliminar EDGE, da Green Business Certification. O reconhecimento sustentável ocorreu em razão da redução em 46% do consumo de energia em todas as etapas do projeto: extração de recursos, produção, montagem e fim de vida.

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES:
ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Investimentos Para Ferreira, do Opportunity, cenário para risco melhora e ações cíclicas já reagem C6

Títulos isentos Primeiras emissões de LCD podem sair ainda em 2024 C3

Carteira Valor Com dólar alto, exportadoras e ações defensivas passam a liderar indicações C6

Pagamentos Cielo lucra menos no 2º trimestre, mas vê ponto de inflexão C3

Mercados Indicadores fracos derrubam bolsas, commodities e pressionam ativos de risco

Dólar vai a R$ 5,73 com temor de recessão nos EUA

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Eduardo Magossi
De São Paulo

Os temores de recessão nos Estados Unidos vieram à tona na sessão de ontem e assombraram os mercados globais. Após o Federal Reserve (Fed, banco central americano) ter sido vocal ao abrir a porta para os juros americanos caírem em setembro, uma rodada de dados bem mais fracos que o esperado nos Estados Unidos levantaram preocupações sobre a saúde da economia americana e afetaram o humor dos investidores, com reflexos sobre o câmbio: o dólar subiu ao maior nível desde dezembro de 2021 e o Ibovespa caiu, em linha com o tombo sofrido pelas bolsas de Nova York.

Já havia uma desconfiança de parte do mercado após a indicação do presidente do Fed, Jerome Powell, de que uma redução nos juros já foi discutida na reunião desta semana. E, com o aumento no número de pedidos de seguro-desemprego na semana passada e a fraqueza da indústria americana em julho, de acordo com dados do ISM, o mercado passou a ficar desconfiado em torno de uma possível recessão nos EUA.

O modo de aversão a risco, assim, foi acionado nos mercados globais e, no Brasil, se refletiu sobretudo no comportamento do câmbio. O real se isolou como o pior desempenho do dia entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**, na medida em que a postura menos conservadora do que o esperado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) abriu a porta para uma nova rodada de depreciação da taxa de câmbio. O dólar, assim, fechou em alta de 1,43%, negociado a R$ 5,7349, após ter ido a R$ 5,7434 na máxima do dia.

O índice de atividade industrial do ISM, que caiu de 48,5 pontos em junho para 46,8 em julho, foi o que mais assustou os participantes do mercado. A economista Gisela Hoxha, do Citi, nota que o subíndice de emprego caiu a níveis vistos antes apenas durante a pandemia e a crise financeira de 2008. Ela observa, adicionalmente, que "informações não oficiais no relatório do ISM mencionam que empresas estão demitindo e congelando contratações".

Esses dados ligaram o sinal amarelo antes da divulgação do relatório de empregos ("payroll") de julho nos EUA, que será divulgado na manhã de hoje, às 9h30. Há uma expectativa de criação de 185 mil empregos, mas uma frustração pode intensificar os temores relacionados a um desaquecimento mais intenso da economia americana e provocar perdas adicionais dos ativos de risco globais.

O economista-chefe da Bradesco Asset Management, Marcelo Toledo, acredita que a preocupação com uma possível recessão nos EUA neste momento se mostra exagerada. Ele avalia que o cenário de pouso forçado ("hard landing") como improvável, uma vez que não vê desequilíbrios estruturais na economia dos EUA, mas sim uma desaceleração gradual.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Toledo, da Bradesco Asset: preocupação com recessão nos EUA é exagerada

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Ferman, da Parcitas: dólar depende de fatores além da política monetária

Na visão de Toledo, o cenário econômico da China e a queda dos preços de commodities das quais o Brasil é exportador, como o minério de ferro e a soja, são dois riscos mais relevantes para a taxa de câmbio no momento. Para ele, parte da depreciação recente do real não deve se sustentar diante do início dos cortes de juros nos EUA e um cenário fiscal estável, que não traga estresse adicional ao mercado.

Além do exterior, o mercado doméstico ainda reagiu à decisão do Copom, que foi lida por muitos agentes como menos "hawkish" (dura) que o precificado anteriormente nos mercados. Na avaliação da estrategista Andrea Kiguel, do Barclays, o mercado deve continuar a pressionar por elevações nos juros no ambiente atual. Nesse sentido, o real "deve continuar a ter um desempenho inferior nesse ambiente, já que as autoridades precisam entregar resultados na frente fiscal e monetária para que a confiança seja restaurada".

Na avaliação de Marcelo Ferman, sócio e gestor da Parcitas Investimentos, o dólar depende de outros fatores além da condução da política monetária doméstica. "Acho que, certamente, se [o Copom] fosse mais duro, teria sido bom para a moeda. Mas, em um dia como hoje [ontem], provavelmente estaria depreciando, talvez menos", diz o profissional.

"Eu vejo o real hoje como excessivamente depreciado, mas o meio do caminho, se eu estiver certo, não significa que ele não possa depreciar mais amanhã. O caminho é tortuoso. Se estiver muito desancorada a situação dentro do Brasil, o BC vai ter de subir os juros. De um jeito ou de outro, isso se resolve", afirma Ferman. No momento, ele diz ter posições vendidas em dólar contra real (aposta na queda da moeda americana) e compradas no Ibovespa (aposta na alta).

0,2%
foi a queda do Ibovespa com o pessimismo global

Dólar sem freio
Evolução da taxa de câmbio (R$/US$) - em 2024

Fonte: Valor PRO

Vale notar que, ainda que a um ritmo bem menos intenso, o Ibovespa também foi afetado pelo mau humor global e fechou em queda de 0,20%, aos 127.395 pontos, revertendo o movimento positivo do começo do pregão.

Na visão do chefe comercial da corretora do C6 Bank, Adriano Yamamoto, a bolsa brasileira também sofreu com um movimento de realização de lucros, após a alta de 3,02% acumulada em julho. "Tudo está atrelado ao cenário macroeconômico global, principalmente à taxa de juros dos EUA. Boa parte da alta [do Ibovespa] de ontem [quarta-feira] foi muito em função da expectativa do mercado de cortes nos juros em setembro, que após a fala do [presidente do Fed, Jerome] Powell, atribuiu uma probabilidade maior de isso acontecer", diz o profissional.

Para Yamamoto, os mercados emergentes podem ser influenciados positivamente com o início de flexibilização das taxas de juros americanas em setembro, justamente por estarem bem conectados com a curva de juros dos EUA. "Se a curva de juros de lá começar a precificar um corte, a curva aqui responde da mesma forma", explica. No entanto, ele não espera um efeito positivo tão grande nos emergentes quanto nas bolsas de Nova York.

O mau desempenho do Ibovespa vem na esteira ainda da forte desvalorização das bolsas em Wall Street. O índice Dow Jones caiu 1,21%; o S&P 500 recuou 1,37%; e o Nasdaq perdeu 2,30%. A fuga das bolsas foi tão forte que derrubou os rendimentos dos Treasuries de dez anos às mínimas desde fevereiro — a taxa caiu de 4,035% para 3,982%.

Para Seema Shah, estrategista-chefe da Principal Asset Management, o comunicado mais atenuado e equilibrado do Fed na quarta-feira não deve "enganar" ninguém. "O Fed analisa sua escolha de palavras por muito tempo, e a nova ênfase nos riscos de ambos os lados do mandato, controle de inflação e pleno emprego, acrescenta um leve toque 'dovish' [suave], que abre a porta para o corte nos juros em setembro, que todos estão esperando", diz a profissional, ao observar a mudança no foco do Fed da inflação para o mercado de trabalho. *(Colaborou Igor Sodré)*

Leia mais na página C2

Fed pode se arrepender de não ter dado tiro de largada

Análise

Aaron Back
Dow Jones Newswires

Os investidores parecem ter ficado bastante confortáveis com a provável trajetória do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) no que resta de ano, que inclui um corte nas taxas de juro em setembro e mais uns dois em seguida. O que pode dar errado agora? Na verdade, muita coisa.

O Fed tentou não revelar muita coisa a respeito de suas intenções e limitou-se a uma declaração em que diz que os riscos entre inflação e desemprego "continuam a se mover na direção de um equilíbrio melhor". Na entrevista habitual, o presidente do Fed, Jerome Powell, insistiu mais uma vez em que as futuras medidas dependerão dos novos indicadores.

Mas os mercados parecem estar convencidos. Os futuros dos Fed funds embutem uma probabilidade de 100% de corte de juro em pelo menos 0,25 ponto percentual em sua próxima reunião, em setembro, e uma probabilidade de 27% de que o corte seja de meio ponto percentual, de acordo com a ferramenta FedWatch do CME Group.

Além do mais, os mercados acham que o Fed deve fazer cortes de 0,25 ponto em cada uma das três reuniões restantes deste ano — setembro, novembro e dezembro —, com 86,4% de probabilidade de que a faixa esperada para as taxas no fim do ano seja igual ou fique abaixo da faixa de 4,50% a 4,75%. Hoje a faixa é de 5,25% a 5,5%.

Os investidores aderiram completamente a esse cenário na quarta-feira, e ações e bônus tiveram recuperação. Mas existem riscos de complacência em duas direções.

Em primeiro lugar, e acima de tudo, os investidores podem estar ficando otimistas demais a respeito da perspectiva de cortes, assim como estiveram no fim do ano passado, antes de baixarem as expectativas por causa de dados inesperadamente sólidos sobre a inflação no início de 2024. Não se sabe o que poderia causar uma recuperação da inflação desta vez, mas fatores geopolíticos são um candidato óbvio. A eclosão de uma guerra mais generalizada no Oriente Médio, por exemplo, pode fazer os preços de energia dispararem e causar pressões mais amplas nas cadeias de fornecimento internacionais.

Fed não se deu o tempo suficiente para responder de forma adequada se um esfriamento adicional ocorrer

Talvez o maior risco, no entanto, seja que o Fed aja devagar demais enquanto sinais de uma desaceleração econômica crescem. Anedotas do mundo empresarial americano nesta temporada de resultados tendem a sugerir que as coisas poderiam ser um pouco piores no mundo real do que os dados econômicos agregados e retrospectivos indicam até o momento. O executivo-chefe do McDonald's, Chris Kempczinski, por exemplo, disse que as pressões sobre os consumidores "se aprofundaram e ampliaram" ao longo deste ano.

Esse risco é exacerbado pelo cronograma do Fed para o restante do ano, que não prevê reuniões em agosto ou outubro. Isso significa que, se os dados sobre o mercado de trabalho começarem a ficar mais fracos em julho e agosto, e continuarem a enfraquecer depois disso, pode haver um intervalo de deterioração de vários meses antes que o Fed chegue ao momento de um segundo corte nas taxas, em sua reunião de 6 e 7 de novembro. É pouco provável que só um corte de um quarto de ponto nesse meio tempo seja suficiente para conter a desaceleração, em especial por causa da habitual demora para que a política monetária tenha efeitos na economia.

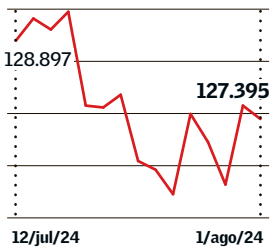
Esse não é o cenário base de ninguém no momento. É verdade que o ritmo de criação de empregos diminuiu um pouco nos últimos meses e a taxa oficial de desemprego subiu para 4,1% em junho, em comparação com 3,6% um ano antes. Mas, como Powell observou corretamente na quarta-feira, esse percentual ainda é baixo em termos de padrões históricos. Em sua entrevista, o presidente do Fed afirmou repetidas vezes que o esfriamento do mercado de trabalho até este ponto é um processo de normalização de seu estado anterior de superaquecimento, e não algo preocupante. Mas ele também admitiu que "não gostaria de ver um esfriamento significativo adicional no mercado de trabalho".

O que mais deve preocupar os investidores é que o Fed não se deu um tempo suficiente para responder de forma adequada se esse esfriamento adicional ocorrer. Isso ajuda a explicar por que os mercados futuros sugerem uma certa probabilidade de um corte de 50 pontos-base em uma das reuniões restantes neste ano. Se isso acontecer, o Fed pode se arrepender de não ter dado o tiro de largada em julho.

INÊS 249

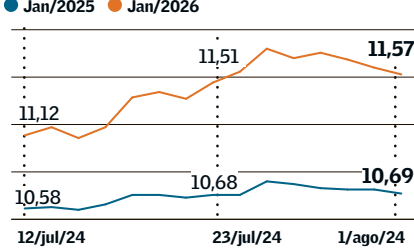
Finanças

Ibovespa
Em pontos

Queda de **0,20%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

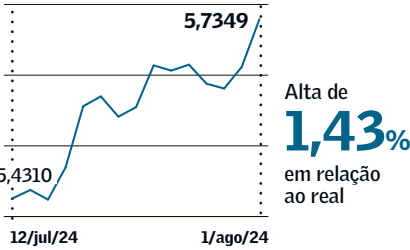
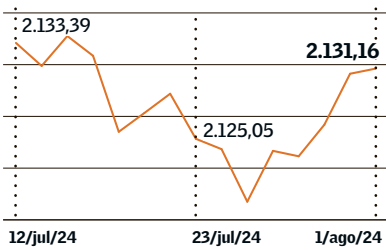
Bolsas internacionais
Variações no dia 1/ago24 - em %

Dow Jones	-1,21
S&P 500	-1,37
Euronext 100	-1,73
DAX	-2,30
CAC-40	-2,14
Nikkei-225	-2,49
SSE Composite	-0,22

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **1,43%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

2.133,39
2.131,16
2.125,05
12/jul/24
23/jul/24
1/ago/24

Política monetária Juros curtos caem após Copom não sancionar prêmios de elevação na taxa básica

Mercado reduz aposta em alta da Selic em 2024

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

A recepção dos agentes locais à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central foi mista. Enquanto parcela do mercado apostava e preferiria ver um tom mais duro na comunicação da autoridade monetária diante da recente depreciação do câmbio e da desancoragem das expectativas de inflação, outra parte dos investidores avaliou a decisão como equilibrada. Nesse contexto, as taxas de juros curtas fecharam o dia em leve queda, com a redução das apostas que o Banco Central retomará o aperto monetário nos próximos meses, enquanto as taxas longas subiram, com profissionais exigindo prêmios de risco maiores para carregar ativos brasileiros.

O mercado local também foi pressionado pelos temores de recessão na economia dos Estados Unidos, o que acabou afetando em cheio o real e as moedas de países emergentes.

No fim da sessão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro para janeiro de 2026 cedeu de 11,625% para 11,565%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,99% para 12,025%. O dólar avançou 1,43%, cotado a R$ 5,7349.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Copom mostrou preocupação, mas sem um certo exagero que parte do mercado gostaria" *Denis Ferrari*

Na visão do gestor de renda fixa da Kinea Investimentos, Denis Ferrari, o comunicado do Copom foi bom e a autoridade fez um diagnóstico correto do cenário. A reação do mercado, assim, era bastante coerente até o cenário externo exibir uma piora forte e acabar contaminando os ativos locais.

"O comunicado mostrou preocupação, mas sem um certo exagero que parte do mercado gostaria. Acho o diagnóstico do BC bem justo. Mostra que eles podem, em algum momento, ter que discutir alta de juros e, se for necessário, isso vai ser discutido. Talvez até subam, mas não é iminente", afirma.

Ferrari também avalia que não é recomendável que a política monetária tente endereçar um problema de desvalorização cambial. "O câmbio responde muito mais a fatores externos e não deveria se fazer política monetária pensando em segurar o câmbio", afirma.

O gestor diz manter posições que ganham com a queda dos juros curtos no mercado local. "Acho que a barra para subir em setembro ainda é alta. Pode acontecer, mas o Focus precisaria seguir piorando e o real ultrapassar os R$ 5,80. Ainda assim, nesse cenário, acho que ele [o BC] poderia dizer que o balanço de riscos passou a ser assimétrico e subir em novembro."

Por outro lado, o sócio e cogestor macro da Tenax Capital, Sergio Silva, aponta que houve uma deterioração rápida nos ativos locais recentemente, o que acabou consumindo uma certa "gordura" que o Copom tinha para manter sua estratégia de levar a inflação para a meta com a Selic parada em 10,5%.

Nesse contexto, na avaliação do gestor, o Copom poderia ter emitido um alerta um pouco mais duro e, assim, a leitura da ata será bastante importante para entender as discussões dentro do colegiado. "Estamos vendo a moeda a R$ 5,70, é um patamar muito mais alto do que vimos há seis meses. Ainda existe a necessidade de implementação do fiscal e o compromisso com as metas para o médio prazo, o que poderia levar a uma diminuição do prêmio de risco que o mercado cobra. Não há nada que indique, por ora, o cenário melhorando e as coisas convergindo para um patamar mais baixo. Se esse é o caso, quanto mais rápido você agir, menos teria que reagir", diz Silva.

Mesmo após o Copom ter evitado sinalizar que pretende subir os juros no curto prazo, o cenário ganhou força entre participantes do mercado. Embora mantenha a expectativa de que a Selic deve voltar a cair em dezembro em seu cenário base, o UBS BB avalia que há "riscos crescentes" de elevações nos juros ainda este ano e trabalha com 30% de chance de o BC ser forçado a aumentar a taxa básica em setembro.

"A resposta esperada da política monetária e uma política fiscal subsequente mais branda nos deixam com um cenário alternativo de três aumentos de 0,5 ponto percentual em setembro, novembro e dezembro", o que levaria a Selic para 12% no fim deste ano, com uma retomada na flexibilização monetária no início de 2025.

No contexto atual de incertezas elevadas, a Tenax, segundo Silva, mantém neste momento apenas posições táticas na curva de juros e tem montado apostas pensando em um horizonte mais curto de investimento. "Parece que temos um futuro desafiador em relação ao compromisso fiscal. Isso tem explicado, em parte, o desempenho inferior dos ativos do Brasil que temos acompanhado".

11,565% foi a taxa do DI para janeiro de 2026 no fim da sessão

Já o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, também avalia que a recepção do mercado ao comunicado do BC acabou contaminada pelo exterior. "Vimos uma sessão de aversão ao risco, em particular, de forte movimentação no mercado de moedas, que tem dificultado isolar o 'fator pós-Copom' nos ativos. De todo modo, arrisco dizer que a decisão foi bem recebida, dentro do possível, ao julgar pela modesta inclinação da curva, mesmo em meio à forte deterioração cambial", afirma.

Na visão dele, a narrativa de uma recessão nos EUA ainda não parece ser corroborada pelos dados. "Não vejo a sessão de hoje [ontem] como alguma inflexão de narrativa ou iniciação de um novo regime, de recessão americana. Entendo mais como um ajuste pontual, com agentes querendo ficar mais leves para atravessar essa janela menos líquida que ocorre durante o período de férias no Hemisfério Norte", conclui.

A ata do Copom poderá ser mais conservadora que o comunicado?

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

As reações do mercado financeiro à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) não foram favoráveis: os juros curtos caíram já na abertura do pregão, e os longos subiram; muitos analistas econômicos acharam que o comunicado foi menos conservador do que o esperado.

A questão que fica é se a decisão em si foi insuficiente para conquistar mais credibilidade junto ao mercado ou se, simplesmente, o comunicado não foi capaz de passar adequadamente a mensagem de que o Banco Central considera seriamente elevar o juro em setembro, se isso for necessário.

O comunicado foi interpretado como "dovish", ou menos inclinado a aperto de juros, por 46% dos analistas econômicos, enquanto 9% consideraram "hawkish", ou inclinado ao aperto, segundo uma pesquisa da XP Investimentos que ouviu 82 instituições financeiras após a reunião. Outros 45% consideraram que o comunicado foi neutro.

Não são raros os episódios em que o mercado muda a sua percepção depois de divulgada a ata da reunião do Copom e com o início dos pronunciamentos públicos dos seus membros. Às vezes, o comunicado parece muito moderado, e ata, mais conservadora, e vice-versa.

Essa diferença entre comunicado e ata pode ter se aprofundado diante da decisão do Copom de não oferecer mais nenhuma indicação futura firme sobre os juros — o "forward guidance" — para a sua reunião seguinte. A visão do Copom mais recente tem sido de que, num ambiente de muita incerteza, não traz muitos ganhos fazer indicações futuras sobre o juro, que podem se alterar de forma radical até a realização do encontro.

Uma incerteza importante que só deverá ser resolvida na semana que vem é se o Copom considera a inflação de 3,2% projetada para os 12 meses acumulados até o primeiro trimestre de 2026 próxima o suficiente da meta, fixada em 3%, a ponto de dispensar um aperto adicional na taxa de juro.

Em março passado, a projeção do Copom para 2025 estava exatamente em 3,2%, e o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, foi questionado diretamente na divulgação do Relatório de Inflação se ele considerava que o percentual estava ao "redor da meta" ou se estava acima dela.

"A gente tem uma projeção de 3,2%, e a gente usa as hipóteses do cenário de referência, o Focus, o petróleo" respondeu Guillen. "A gente chega a 3,2%, que é acima da meta", disse.

Guillen se explicou melhor sobre o "ao redor da meta". "O nosso tratamento do 'ao redor da meta' foi em função da incerteza, lembra? A gente falava que era simétrico. Foi naquele momento em que a gente estava com muita incerteza e que a gente chamava a atenção do 'ao redor da meta'."

A ata que será divulgada na semana que vem também deverá trazer mais informações sobre as discussões a respeito do balanço de riscos para a inflação. Houve uma reforma grande nos itens destacados, com a inclusão da desancoragem das expectativas e da pressão na cotação do dólar provocada por incertezas fiscais e no cenário externo, o que sugere que foram mais intensas as discussões sobre o que mencionar ou não no comunicado.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse mais de uma vez que, no comunicado, só entra o que é consensual e que os pontos de vista diferentes ficam para a ata. Dependendo de como foram essas discussões, os mercados podem concluir que o BC está mais preocupado com os riscos de alta inflacionária do que transpareceu na ata.

Em decisão dividida, BC britânico sai na frente do Fed e corta taxas

Chelsey Dulaney e Will Horner
Dow Jones Newswires, de Londres

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) cortou sua taxa referencial de juros pela primeira vez em mais de quatro anos ontem, deixando o Federal Reserve (Fed, dos Estados Unidos) entre um número cada vez menor de bancos centrais que ainda não cortaram os custos dos empréstimos diante da inflação em queda.

O banco central britânico reduziu sua taxa básica em 0,25 ponto percentual, para 5%. No último ano, a autoridade monetária manteve os juros no patamar mais elevado desde 2008, afetando os empréstimos e aumentando a pressão sobre o altamente endividado governo do Reino Unido. Os investidores vinham aguardando a reunião divididos sobre se o banco central cortaria as taxas agora ou aguardaria por mais sinais de recuo da inflação.

A inflação no Reino Unido retornou para a meta de 2% ao ano do banco central. Mas as autoridades monetárias continuavam cautelosas com a inflação elevada de serviços, que atingiu inesperados 5,7% em junho. Fatores pontuais com um aumento nos preços das diárias dos hotéis, motivados por uma turnê da cantora Taylor Swift, e aumentos anuais nos contratos de telefonia vinculados à inflação foram parcialmente responsáveis, de acordo com economistas.

No fim, cinco dos dirigentes do banco central britânico votaram pelo corte de 0,25 ponto, enquanto quatro votaram pela manutenção das taxas, não convencidos de que a inflação no Reino Unido esteja suficientemente controlada.

Bancos centrais do mundo todo vêm lutando para decidir a velocidade com que devem reduzir os custos dos empréstimos, cautelosos para evitar estimular a atividade econômica antes que a inflação esteja totalmente controlada. Os mercados de trabalho começaram a esfriar, mas as taxas de desemprego no Reino Unido e no mundo desenvolvido continuam próximas das suas mínimas históricas.

HOLLIE ADAMS/BLOOMBERG

Bailey: pressão inflacionária diminuiu o suficiente para iniciar corte de juros

Na quarta-feira, o Fed optou por manter as taxas de juros americanas inalteradas em uma faixa de 5,25% a 5,5%, o nível mais alto em duas décadas. Mas o presidente do Fed, Jerome Powell, sinalizou que as autoridades vão cortar as taxas em setembro.

Embora o Fed tenha permanecido firme, a decisão do Banco da Inglaterra o alinha com a maioria dos outros bancos centrais de países desenvolvidos, que começaram a reduzir cautelosamente os juros. Mas as taxas não deverão retornar logo aos níveis mínimos vistos antes da crise da inflação.

"As pressões inflacionárias diminuíram o suficiente para que pudéssemos cortar as taxas de juros hoje [ontem]. Mas precisamos nos certificar de que a inflação permaneça baixa, e ter cuidado para não cortar as taxas muito rapidamente, ou cortar demais", disse o presidente do Banco da Inglaterra, Andrew Bailey, após a decisão.

"Precisamos ter cuidado para não cortar as taxas de juros muito rapidamente, ou cortar demais" *Andrew Bailey*

O BoE acredita que a inflação aumentará ligeiramente no Reino Unido nos próximos meses, para cerca de 2,75%. Autoridades disseram que as taxas precisam "continuar restritivas por um tempo suficiente", até que elas estejam confiantes que a inflação voltará a convergir para a meta.

Enquanto isso, as perspectivas de crescimento do Reino Unido melhoraram após um longo período de estagnação. O banco central disse que agora espera um crescimento de 1,25% para o ano, comparado à previsão anterior de 0,5%. Mesmo assim, as autoridades acreditam que esse ímpeto vai esmorecer à medida que o impacto dos juros altos pesar sobre as empresas e os consumidores. A expectativa é que o crescimento econômico deverá desacelerar para 1% em 2025.

O Reino Unido vem lutando com uma inflação particularmente teimosa, em parte devido aos efeitos do Brexit e a uma escassez de mão de obra, que levaram o BoE a adotar uma das mais agressivas campanhas de aperto dos juros no mundo desenvolvido. O BC britânico aumentou sua taxa referencial em mais de 5 pontos percentuais em um ciclo iniciado no fim de 2021, meses antes que o Fed e outros bancos centrais de economias desenvolvidas começassem a elevar suas taxas.

Os investidores também estão esperançosos que o novo governo trabalhista inaugurará um período de estabilidade política no Reino Unido. Isso ajudou a libra a se tornar a moeda forte com o melhor desempenho em relação ao dólar este ano.

Mas a capacidade do governo de lidar com os problemas econômicos de longa data do Reino Unido, que incluem um sistema de saúde pública sobrecarregado e infraestrutura envelhecida, é limitada pelo elevado endividamento do país, que já ultrapassa 100% do PIB. Na segunda-feira, a ministra das Finanças, Rachel Reeves, anunciou planos para reduzir os gastos com infraestrutura e sociais e sinalizou que os impostos poderão aumentar ainda neste ano.

O Swiss National Bank iniciou o ciclo de flexibilização da política monetária no mundo desenvolvido em março. O Banco Central Europeu (BCE) o seguiu, com um corte nos juros. Os bancos centrais da Suécia e Canadá também reduziram suas taxas nos últimos meses. O Banco do Japão continua "remando contra a maré", tendo abandonado sua política monetária ultrafrouxa em abril e, na quarta-feira, aumentado sua taxa básica de juros para 0,25%.

Renda fixa Sancionado pelo presidente Lula, novo título isento depende ainda de regulamentação do CMN para chegar a mercado

Primeiras emissões de LCD podem sair ainda este ano

Paula Martini
De Rio

Os bancos de desenvolvimento autorizados a captar recursos por meio da nova Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), um título isento sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada, planejam realizar as primeiras emissões até o fim deste ano.

A LCD foi criada para aumentar as fontes de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também poderá ser emitida por instituições estaduais de desenvolvimento, como BDMG (Minas Gerais), Bandes (Espírito Santo) e BRDE (região Sul do país).

Por meio desse instrumento, os investidores poderão financiar projetos de infraestrutura e atividades da nova política industrial do governo federal. O título, porém, ainda carece de regulamentação do Conselho Monetária Nacional (CMN) para chegar a mercado.

O BNDES espera que isso aconteça na próxima reunião do CMN, no fim de agosto, enquanto as demais instituições trabalham com um horizonte maior, de cerca de três meses.

"Caso seja regulamentado no fim de agosto, poderemos emitir a partir de setembro. A nossa ideia é fazer uma emissão ainda este ano, mas vamos avaliar o mercado", afirma o diretor de planejamento do BNDES, Nelson Barbosa.

Assim como os demais títulos de renda fixa, a LCD poderá ser atrelada a uma taxa de juros prefixada, percentual do CDI ou inflação mais juros. "Vamos pesquisar o mercado para definir o prazo que o mercado aceita, a taxa, e o qual indexador, se é CDI ou IPCA. O mercado flutua e tem que ver qual é a melhor janela", diz.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Nossa ideia é fazer uma emissão ainda este ano, mas vamos avaliar o mercado"
Nelson Barbosa

Cada instituição de fomento poderá emitir até R$ 10 bilhões por ano por meio da LCD. A ideia é que o novo instrumento represente menos de 5% do passivo em circulação. O estoque das letras de crédito de infraestrutura (LCI) e agronegócio (LCA), por exemplo, é de cerca de R$ 830 bilhões.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), André Godoy, que representa os bancos de desenvolvimento, afirma que a LCD deve estar disponível para os investidores em breve. "A expectativa das instituições financeiras é começar a emitir a LCD 30 dias após a regulamentação por parte do CMN."

A analista de renda fixa da XP, Mayara Rodrigues, avalia que o título vai gerar interesse do investidor pessoa física, apesar das limitações de oferta, por três motivos: a isenção do Imposto de Renda, a possibilidade de emissões de títulos de curto prazo e a provável cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O último ponto, porém, ainda será normatizado pelo CMN. "Fora isso, tem a questão estrutural. A LCD vai precisar de monitoramento e avaliação de impacto para mensurar o quanto as transferências têm gerado de ganhos sociais", ressalta Rodrigues.

O diretor de tesouraria do Banco Pine, Ronaldo Silvestre, fala em uma "demanda cativa" de investidores pessoa física por investimentos isentos de IR, caso das letras de crédito. "Também há uma atratividade na renda fixa pelo juro real que está sendo praticado", observa.

Guilherme Dias, da Suno Research, vê o título como uma alternativa familiar para o investidor de renda fixa. "Ele surge como uma opção num momento em que vários produtos estão passando por mudanças regulatórias, de liquidez e tributação, e de certa forma é familiar porque se assemelha a LCI e LCA", diz.

Cielo lucra menos no 2º trimestre, mas vê ponto de inflexão

Mariana Ribeiro
De São Paulo

Em meio ao processo de saída da bolsa, a Cielo teve queda de lucro e de receitas no segundo trimestre e voltou a registrar perdas na base de clientes. Apesar disso, a credenciadora afirma que o período "evidencia resultados do programa de transformação da companhia" e destaca uma retomada do crescimento de volumes, melhora do resultado financeiro e controle de gastos.

A Cielo obteve lucro líquido recorrente de R$ 385,6 milhões no segundo trimestre de 2024, uma queda de 20,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A receita operacional líquida ficou em R$ 2,479 bilhões, queda anual de 6,2%. Na Cielo Brasil, houve um recuo de 13,2% em 12 meses, enquanto na Cateno houve alta de 5,2%. O resultado financeiro ficou positivo em R$ 86,3 milhões, ante um desempenho negativo de R$ 49,3 milhões no mesmo período de 2023.

O volume de pagamentos processados (TPV) pela Cielo Brasil ficou em R$ 198,927 bilhões, uma queda de 0,6% em relação ao trimestre anterior, mas aumento de 1,6% em 12 meses. No cartão de crédito, o volume cresceu 5,3% na comparação anual. Já no débito, caiu 4,3%.

780 mil
era o número de clientes ativos da companhia no 2º tri

A companhia, que vem perdendo participação de mercado, encerrou o período com 780 mil clientes ativos (com transações nos últimos 90 dias), uma queda em relação ao trimestre anterior, quando eram 822 mil, e em relação ao mesmo período do ano passado, quando eram 958 mil.

Apesar da queda, a Cielo diz que já são observados os "primeiros impactos das mudanças na estratégia comercial sobre a base de clientes do segmento de pequenas e médias empresas". "A base de clientes com negociações nos últimos 30 dias, que responde mais rapidamente ao desempenho comercial recente, apresenta estabilidade a partir de maio de 2024."

A "take rate" (taxa cobrada em cada transação) ficou em 0,71% no segundo trimestre, ante 0,76% no primeiro e 0,83% no segundo trimestre do ano passado.

Os produtos de prazo, soluções que permitem aos clientes antecipar seus fluxos de recebíveis, somaram R$ 23,759 bilhões, queda anual de 25,3%. Segundo a companhia, isso reflete a estratégia de "maximização de resultados no ARV [antecipação avulsa], com redução na exposição em clientes com menor margem e otimização da estrutura de dívida, com adequação do 'duration' de ativos e passivos".

A empresa observa ainda que os gastos totais recorrentes tiveram crescimento abaixo da inflação, ao registrarem crescimento anual de 3,8% e somarem R$ 1,270 bilhão.

Esta é provavelmente a última divulgação da Cielo como companhia de capital aberto. O leilão da oferta pública de aquisição de ações (OPA) da credenciadora está marcado para 14 de agosto.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 01/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.050,8630140	0,06	0,06	5,56
IRF-M	1+**	20.292,3450150	-0,02	-0,02	1,76
IRF-M	Total	18.459,9854890	0,01	0,01	2,88
IMA-B	5***	9.380,6156660	0,22	0,22	4,50
IMA-B	5+****	11.419,0772490	0,37	0,37	-1,60
IMA-B	Total	10.033,4845290	0,30	0,30	1,28
IMA-S	Total	6.796,4316110	0,04	0,04	6,35
IMA-Geral	Total	8.261,4472310	0,11	0,11	3,92

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	18/07	17/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,57	31,19	33,34	29,38	33,74	31,98
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,06	25,63	25,08	24,27	23,88	26,14
Conta garantida pré - a.a.	46,65	48,01	41,93	47,85	44,19	48,82
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,47	21,62	21,78	21,65	22,36	26,47
Vendor pré - a.a.	18,04	17,59	17,98	16,40	15,85	17,77
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	15,95	15,32	19,46	18,22	20,67	19,30
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,74	18,04	18,57	17,78	17,87	17,75
Conta garantida pós - a.a.	24,62	23,74	24,77	24,76	25,91	28,15
ACC pós - a.a.	8,11	8,29	8,07	8,34	7,93	8,51
Factoring - a.m.	3,24	3,23	3,24	3,27	3,28	3,51

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	01/08/24	31/07/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3800	5,3500	5,3800	5,3500	5,3100
1 mês	-	5,3512	5,3492	5,3512	5,3381	5,1088
3 meses	-	5,3612	5,3598	5,3612	5,3535	5,0993
6 meses	-	5,3905	5,3896	5,3905	5,3864	4,9280
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6530	3,6650	3,6530	3,6620	3,4040
1 mês	-	3,6681	3,6672	3,6681	3,7447	3,4071
3 meses	-	3,7943	3,8088	3,7943	3,8717	3,2531
6 meses	-	3,8781	3,8862	3,8781	3,9174	2,9370
1 ano	-	3,9106	3,9062	3,9106	3,8902	1,9498
Euribor ***						
1 mês	-	3,630	3,604	3,630	3,654	3,580
3 meses	-	3,647	3,686	3,647	3,714	3,723
6 meses	-	3,579	3,619	3,579	3,676	3,948
1 ano	-	3,390	3,481	3,390	3,589	4,076
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,35	5,37	5,36	5,37	5,36	5,38
T-Bill (3 meses)	5,25	5,27	5,31	5,27	5,38	5,41
T-Bill (6 meses)	5,06	5,09	5,15	5,09	5,31	5,50
T-Note (2 anos)	4,16	4,26	4,43	4,26	4,74	4,91
T-Note (5 anos)	3,85	3,91	4,13	3,91	4,39	4,22
T-Note (10 anos)	3,99	4,03	4,24	4,03	4,43	4,03
T-Bond (30 anos)	4,28	4,31	4,48	4,31	4,60	4,10

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	Mês jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,04	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,21	11,50
CDI	0,04	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,21	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	-	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,00	7,24
Poupança (3)	-	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,00	7,24
IRF-M	0,01	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	2,88	8,37
IMA-B	0,30	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	1,28	4,38
IMA-S	0,04	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,35	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	-0,20	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-5,06	4,68
Índice Small Cap	-0,10	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-13,68	-13,36
IBrX 50	-0,33	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-3,49	6,82
ISE	0,43	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-7,19	-4,44
IMOB	0,11	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-12,73	-8,60
IDIV	-0,04	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	-1,62	11,06
IFIX	0,03	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,65	5,25
Dólar Ptax (BC)	0,11	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	17,08	19,42
Dólar Comercial (mercado)	1,43	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	18,18	19,56
Euro (BC) (4)	-0,22	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	14,27	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,11	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	15,21	17,68
Ouro (BC)	1,05	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	38,62	46,76
Inflação								
IPCA (5)	-	0,32	0,21	0,46	0,38	0,16	2,81	4,44
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 1º/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,32% para o mês de julho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 29/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.587.863,04					-4.739,44	59.195,37	256.225,75	243.304,68
RF Indexados (2)	144.540,05	0,05	0,93	3,17	7,45	-418,88	-3.716,49	-10.884,41	-13.426,01
RF Duração Baixa Soberano (2)	694.519,04	0,04	0,76	5,61	10,60	2.257,62	19.781,83	50.176,02	44.623,18
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	864.717,63	0,06	0,88	6,40	12,11	-1.982,96	9.760,47	61.199,80	66.025,84
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	185.766,56	0,05	0,05	6,47	12,18	-411,19	5.100,15	77.904,49	82.901,36
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.361,53	0,03	0,82	5,09	9,13	-92,44	-923,64	-4.145,31	-5.237,84
RF Duração Livre Soberano (2)	217.042,49	0,04	0,87	5,16	9,90	-108,90	2.814,87	-12.891,37	-31.921,78
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	661.515,37	0,05	0,90	5,68	10,78	-3.384,88	17.235,72	-18.156,39	-33.086,16
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	375.427,87	0,04	1,08	5,62	11,20	973,13	10.203,27	88.863,36	134.862,26
Ações	615.208,08					-353,38	-3.897,00	-3.487,55	38.102,54
Ações Indexados (2)	10.234,71	-0,44	2,44	-5,37	5,27	9,49	-106,49	295,41	-734,85
Ações Índice Ativo (2)	30.418,21	-0,61	2,43	-6,22	2,71	-27,69	-1.377,55	-5.223,95	-4.980,77
Ações Livre	223.752,26	-0,57	2,00	-3,43	4,06	-221,40	-1.596,21	-252,21	-5.779,68
Fechados de Ações	124.109,40	-0,44	-0,36	-4,55	-3,69	1,12	44,52	-1.588,23	29.961,60
Multimercados	1.659.309,06					-2.685,24	-19.569,85	-97.120,76	-221.826,30
Multimercados Macro	142.347,69	0,02	1,18	1,86	6,06	-939,03	-8.241,13	-35.635,19	-57.641,16
Multimercados Livre	630.262,56	0,01	0,84	4,36	8,74	-1.161,69	-8.155,20	-11.661,42	-67.014,65
Multimercados Juros e Moedas	48.862,63	0,02	0,87	5,46	10,83	-41,88	-1.065,50	-8.956,03	-15.552,59
Multimercados Invest. no Exterior (2)	756.091,18	-0,12	0,46	5,64	11,89	-364,58	-2.296,69	-41.914,67	-77.448,99
Cambial	6.309,77	-0,56	1,34	19,88	26,06	23,57	-394,46	-742,95	-1.494,17
Previdência	1.450.688,20					-136,28	3.249,36	22.064,50	40.553,11
ETF	43.933,50					-108,42	-580,67	-2.374,56	-4.035,17
Demais Tipos	2.034.099,18					-2.000,19	1.515,94	50.552,01	54.584,27
Total Fundos de Investimentos	**7.363.311,65**					**-7.999,20**	**38.002,75**	**174.564,42**	**94.604,69**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.788.473,14**					**3.067,05**	**50.912,10**	**85.312,01**	**141.748,82**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.202.266,25**					**-4.932,15**	**88.914,85**	**259.876,43**	**236.353,51**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	01/08/24	31/07/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	0,9071	1,1747
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,9071	0,9071	0,9071	0,9071	1,1747
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,52
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8370
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,43
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9811
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,49	10,50	10,53	10,50	10,51	13,01
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,80	10,83	10,89	10,83	10,78	12,38
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,44	10,42	10,42	13,30
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,45	10,47	10,45	10,47	13,20
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,50	10,53	10,50	10,51	13,06
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,59	10,63	10,59	10,58	12,83
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,78	10,81	10,86	10,81	10,77	12,43
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,30	11,38	11,47	11,38	11,34	11,30

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 01/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.138,78	10,415	741.670	10,406	10,418	10,410
Vencimento em out/24	98.320,14	10,438	670.190	10,424	10,442	10,440
Vencimento em nov/24	97.422,36	10,485	15.113	10,466	10,500	10,480
Vencimento em dez/24	96.674,12	10,548	7.535	10,540	10,585	10,560
Vencimento em jan/25	95.818,59	10,688	1.745.019	10,640	10,700	10,700
Vencimento em fev/25	94.924,13	10,800	4.030	10,770	10,800	10,800
Vencimento em mar/25	94.092,31	10,925	1.247	10,850	10,945	10,920
Vencimento em abr/25	93.305,00	11,023	272.198	10,935	11,040	11,025
Vencimento em mai/25	92.489,36	11,095	487	11,020	11,095	11,085
Vencimento em jun/25	91.630,22	11,171	463	11,090	11,180	11,180
Vencimento em jul/25	90.802,73	11,253	416.101	11,140	11,300	11,265
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	5.757,63	1,86	349.885	5.651,50	5.774,00	5.771,50
Vencimento em out/24	5.774,73	1,85	65	5.722,50	5.779,00	5.779,00
Vencimento em nov/24	5.794,66	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.811,15	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.830,47	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	6.217,38	1,43	30	6.196,30	6.196,30	6.196,30
Vencimento em out/24	6.245,47	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.276,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	127.741	-0,30	97.635	127.520	129.270	127.675
Vencimento em out/24	129.840	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	131.953	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 01/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6675	5,6681	0,11	0,11	17,08	18,70
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,7343	5,7349	1,43	1,43	18,18	19,75
Dólar Turismo (R$/US$)	5,7727	5,9527	1,61	1,61	17,93	19,70
Euro (BC) - (R$/€)	6,1135	6,1153	-0,22	-0,22	14,27	16,73
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1856	6,1862	1,11	1,11	15,21	17,63
Euro Turismo (R$/€)	6,2574	6,4374	1,17	1,17	14,81	17,58
Euro (BC) - (US$/€)	1,0787	1,0789	-0,32	-0,32	-2,40	-1,66
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	445,5582	445,6053	1,05	1,05	38,62	49,31
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.445,93	0,00	0,00	18,43	25,29
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.434,00	0,60	0,60	18,02	24,39

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	01/08/24	31/07/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	165.049,13	164.489,50	164.489,50	173.997,89	0,34	0,34	-5,14
Valor-Coppead Mínima Variância	102.155,44	101.224,36	101.224,36	93.533,91	0,92	0,92	9,22

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 01/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 01/08/24

Índice	01/08/24	31/07/24	Em 31/07/24	29/12/23	01/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	180,71	185,23	185,23	165,54	159,77	-2,44	-2,44	9,16	13,10
S&P BNY Emergentes	340,52	350,11	350,11	312,75	311,48	-2,74	-2,74	8,88	9,32
S&P BNY América Latina	185,25	189,19	189,19	225,28	209,62	-2,08	-2,08	-17,77	-11,62
S&P BNY Brasil	182,12	186,11	186,11	232,95	211,34	-2,14	-2,14	-21,82	-13,83
S&P BNY México	290,24	295,36	295,36	331,67	327,33	-1,73	-1,73	-12,49	-11,33
S&P BNY Argentina	218,63	223,58	223,58	178,27	152,22	-2,21	-2,21	22,64	43,63
S&P BNY Chile	135,22	139,05	139,05	162,12	179,69	-2,75	-2,75	-16,59	-24,75
S&P BNY Índia	3.104,91	3.096,48	3.096,48	2.923,01	2.880,61	0,27	0,27	6,22	7,79
S&P BNY Ásia	210,96	218,49	218,49	189,60	187,52	-3,44	-3,44	11,27	12,50
S&P BNY China	299,45	306,01	306,01	336,11	373,91	-2,14	-2,14	-10,91	-19,91
S&P BNY África do Sul	218,31	221,65	221,65	199,87	213,44	-1,50	-1,50	9,23	2,28
S&P BNY Turquia	37,05	36,85	36,85	22,45	21,71	0,54	0,54	64,99	70,63

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7723
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	-	-	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	-	-	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	-	-	0,8442

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 01/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.395	-0,20	-0,20	-5,06	5,07
IBrX	53.790	-0,22	-0,22	-4,71	5,53
IBrX 50	21.442	-0,33	-0,33	-3,49	7,21
IEE	90.116	1,04	1,04	-5,10	0,32
SMLL	2.031	-0,10	-0,10	-13,68	-13,41
ISE	3.493	0,43	0,43	-7,19	-3,98
IMOB	882	0,11	0,11	-12,73	-9,07
IDIV	8.927	-0,04	-0,04	-1,62	11,42
IFIX	3.366	0,03	0,03	1,65	5,54
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.476	-0,31	-0,31	-18,91	-11,48
IBrX	9.490	-0,32	-0,32	-18,61	-11,10
IBrX 50	3.783	-0,44	-0,44	-17,57	-9,68
IEE	15.899	0,94	0,94	-18,94	-15,49
SMLL	358	-0,20	-0,20	-26,27	-27,05
ISE	616	0,32	0,32	-20,73	-19,11
IMOB	156	0,01	0,01	-25,46	-23,40
IDIV	1.575	-0,15	-0,15	-15,97	-6,13
IFIX	594	-0,08	-0,08	-13,18	-11,09

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: Dados dos dias 31/07 e 01/08/24 não disponíveis

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	22/07/24	361.261
dez/23	355.034	23/07/24	361.475
jan/24	353.563	24/07/24	361.907
fev/24	352.705	25/07/24	361.665
mar/24	355.008	26/07/24	361.948
abr/24	351.599	29/07/24	362.121
mai/24	355.560	30/07/24	362.220
jun/24	357.827	31/07/24	363.282

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	01/08/24	31/07/24	30/07/24	29/07/24	26/07/24	25/07/24
Índice	2.131,16	2.130,71	2.126,28	2.123,53	2.124,00	2.119,58
Var. no dia	0,02%	0,21%	0,13%	-0,02%	0,21%	-0,22%
Var. no mês	0,02%	1,12%	0,91%	0,78%	0,80%	0,59%
Var. no ano	3,19%	3,17%	2,96%	2,82%	2,85%	2,63%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 01/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	35,5600	35,5900	0,15920	0,15940
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6675	5,6681
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5452	36,6368	0,1547000	0,1551000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8096	0,8275
Colon (Costa Rica)	519,6400	525,7900	0,010780	0,010910
Coroa (Dinamarca)	6,9164	6,9169	0,8194	0,8195
Coroa (Islândia)	138,8000	139,0900	0,04075	0,04084
Coroa (Noruega)	10,9134	10,9176	0,5191	0,5194
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4990	23,5170	0,2410	0,2412
Coroa (Suécia)	10,7031	10,7049	0,5294	0,5296
Dinar (Argélia)	134,4821	135,0721	0,04196	0,04215
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3057	18,5394	18,5474
Dinar (Líbia)	4,8186	4,8409	1,1708	1,1763
Direitos Especiais de Saque ***	1,3257	1,3257	7,5134	7,5142
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,5429	1,5433
Dirham (Marrocos)	9,9316	9,9386	0,5703	0,5707
Dólar (Austrália)***	0,6519	0,6520	3,6946	3,6956
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6675	5,6681
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7875	2,8366
Dólar (Canadá)	1,3845	1,3850	4,0921	4,0940
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7874	6,8704
Dólar (Cingapura)	1,3362	1,3364	4,2409	4,2420
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6675	5,6681
Dólar (Hong Kong)	7,8152	7,8154	0,7252	0,7253
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5960	0,5961	3,3778	3,3788
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7172	6,8260	0,8303	0,8438
Euro (Comunidade Européia)***	1,0787	1,0789	6,1135	6,1153
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1140	3,1763
Franco (Suíça)	0,8744	0,8746	6,4801	6,4823
Guarani (Paraguai)	7563,0400	7579,8200	0,0007477	0,0007494
Hryvnia (Ucrânia)	41,1400	41,2500	0,1374	0,1378
Iene (Japão)	150,0600	150,0700	0,03777	0,03777
Lev (Bulgária)	1,8122	1,8134	3,1253	3,1277
Libra (Egito)	48,6400	48,7400	0,1163	0,1165
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00044	0,00044
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2767	1,2768	7,2357	7,2370
Naira (Nigéria)	1620,0000	1700,0000	0,00333	0,00350
Lira (Turquia)	33,0933	33,1066	0,1712	0,1713
Novo Dólar (Taiwan)	32,7890	32,8190	0,17270	0,17290
Novo Sol (Peru)	3,7376	3,7396	1,5155	1,5165
Peso (Argentina)	932,0000	932,5000	0,00608	0,00608
Peso (Chile)	941,5500	942,3500	0,006014	0,006020
Peso (Colômbia)	4054,6100	4057,2900	0,001397	0,001398
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2361	0,2362
Peso (Filipinas)	58,2790	58,2990	0,09721	0,09726
Peso (México)	18,6490	18,6595	0,3037	0,3039
Peso (Rep. Dominicana)	59,2900	59,6700	0,09498	0,09560
Peso (Uruguai)	40,2700	40,3100	0,14060	0,14080
Rande (África do Sul)	18,1763	18,1844	0,3117	0,3118
Rial (Arábia Saudita)	3,7523	3,7525	1,5103	1,5106
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001349	0,0001350
Ringgit (Malásia)	4,5670	4,5710	1,2399	1,2411
Rublo (Rússia)	85,4955	85,5045	0,06628	0,06630
Rúpia (Índia)	83,7020	83,7570	0,06767	0,06772
Rúpia (Indonésia)	16230,0000	16240,0000	0,0003490	0,0003492
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,7500	0,02033	0,02035
Shekel (Israel)	3,7967	3,7989	1,4919	1,4929
Won (Coréia do Sul)	1368,4200	1369,5000	0,004138	0,004142
Yuan Renminbi (China)	7,2441	7,2446	0,7823	0,7824
Zloty (Polônia)	3,9829	3,9839	1,4226	1,4231

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2445,09	0,01272	445,5582	445,6053

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	01/08/24	31/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.347,97	40.842,79	-1,21	-1,21	7,05	13,24	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.890,39	19.362,43	-2,44	-2,44	12,27	20,18	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.194,15	17.599,40	-2,30	-2,30	14,54	20,37	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.446,68	5.522,30	-1,37	-1,37	14,19	19,01	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.723,21	23.110,81	-1,68	-1,68	8,42	10,67	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	52.417,48	53.136,84	-1,35	-1,35	-8,66	-3,31	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.341,77	1.345,70	-0,29	-0,29	12,26	13,82	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	92.652,89	90.190,75	2,73	2,73	60,21	165,52	34.894,95	92.652,89
Chile	Santiago	IPSA	6.418,15	6.440,56	-0,35	-0,35	3,56	-0,23	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.037,97	29.537,12	-1,69	-1,69	11,86	22,63	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.500.216,56	1.507.784,63	-0,50	-0,50	61,36	231,16	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.463,53	1.489,26	-1,73	-1,73	4,87	5,46	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.083,05	18.508,65	-2,30	-2,30	7,95	11,35	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.370,45	7.531,49	-2,14	-2,14	-2,29	-0,48	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	32.857,43	33.763,86	-2,68	-2,68	8,26	11,93	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.104,84	4.130,20	-0,61	-0,61	10,71	9,16	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.750,57	2.751,58	-0,04	-0,04	20,45	35,42	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.854,30	11.065,00	-1,90	-1,90	7,45	14,22	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.474,44	1.478,17	-0,25	-0,25	14,02	11,34	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	907,14	920,62	-1,46	-1,46	15,29	15,39	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.550,81	74.051,15	-0,68	-0,68	21,33	36,65	53.698,15	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	82.920,89	84.345,70	-1,69	-1,69	5,69	14,98	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.661,69	6.708,39	-0,70	-0,70	4,15	9,56	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.078,07	1.076,55	0,14	0,14	-0,50	2,11	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.547,18	2.609,33	-2,38	-2,38	6,21	13,71	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	Feriado	12.317,44	-	-	10,59	8,91	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	10.798,09	10.638,58	1,50	1,50	44,55	50,63	7.168,51	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.967,27	1.998,02	-1,54	-1,54	4,88	4,69	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.868,61	82.765,12	-1,08	-1,08	6,47	4,10	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.126,33	39.101,82	-2,49	-2,49	13,93	13,89	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.343,80	8.320,40	0,28	0,28	6,57	8,87	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.602,19	1.610,78	-0,53	-0,53	-12,82	-22,29	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.932,39	2.938,75	-0,22	-0,22	-1,43	-10,90	2.702,19	3.290,95
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.777,68	2.770,69	0,25	0,25	4,61	4,15	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.304,96	17.344,60	-0,23	-0,23	1,51	-13,52	14.961,18	20.011,12
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.867,55	81.741,34	0,15	0,15	13,33	23,18	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.325,98	7.255,76	0,97	0,97	0,73	6,38	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.322,75	1.320,86	0,14	0,14	-6,58	-14,99	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.642,10	22.199,35	1,99	1,99	26,27	31,54	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5

Aviso aos Debenturistas: Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Emissora"), vem, pelo presente, em cumprimento ao disposto na Cláusula VI.2.1. do "*Instrumento Particular de Escritura da 21ª (Vigésima Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, da Americanas S.A. - em Recuperação Judicial*" ("Escritura de Emissão"), comunicar à V.Sas. que a Emissora, em 08 de agosto de 2024 ("Data da Amortização Extraordinária Obrigatória"), realizará a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures em Circulação da Primeira Série, nos termos da Cláusula VI.2.1 da Escritura de Emissão, perfazendo o montante de R$ 244.841.300,38 (duzentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil e trezentos reais e trinta e oito centavos), conforme atualizado até a data de pagamento ("Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série"). O valor da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série corresponderá ao Valor Nominal Unitário (ou saldo Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados conforme previsto na Cláusula IV.2 da Escritura de Emissão, e será pago integralmente pela Emissora por meio da B3. As Debêntures objeto da Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures da Primeira Série terão seu Valor Nominal Unitário reduzido pela Emissora. Os termos iniciados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste Aviso aos Debenturistas terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2024. **Camille Loyo Faria** - Diretora Financeira e de Relações com Investidores.

CRÉDITOS DE TUNEP - AÇÃO JUDICIAL

O **Instituto Brasileiro de Gestão de Saúde**, entidade filantrópica de prestação de serviços hospitalares, situado na cidade de Juiz de Fora/MG, à Rua Barão de Juiz de Fora, nº 88, Bairro Santos Anjos, CEP 36062-410, inscrito no CNPJ sob o número 26.000.523/0001-21, com base em deliberação tomada através da AGE realizada em 01 de julho de 2024, faz saber pelo presente sua **intenção de promover a alienação do direito creditório reivindicado no processo judicial nº 1090501-65.2021.4.01.3400**, movido contra a UNIÃO FEDERAL, e que tem fundamento nas diferenças de remuneração havidas entre os valores pagos pela tabela SUS e aqueles previstos na TUNEP.

Para tanto, torna pública a abertura de prazo, até o dia 16 de agosto de 2024, para recebimento de propostas para a aquisição do mencionado direito creditório por qualquer interessado. As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail complianceibgsaude@gmail.com, contendo informações sobre preço e demais condições de aquisição.

As informações detalhadas sobre o assunto podem ser obtidas diretamente no processo judicial, e esclarecimentos adicionais podem ser solicitados por meio eletrônico, direcionados ao e-mail acima referido.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.009/2024 – Processo Administrativo: 20240078537 – SEMTAS (UASG: 925162) – Objeto: Aquisição de Fraldas Descartáveis Geriátricas e Infantis – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 14/AGOSTO/2024, às 10h00min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 01 de Agosto de 2024.
Marília Felipe de Araújo – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35 - NIRE: 3530001003-5

EXTRATO DA ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, DE 23/04/2024

1. Data, Local, Hora: Realizada em 23 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Rua Águeda Gonçalves, nº 240, Jardim Pedro Gonçalves, CEP: 06760-900. **2. Presença:** acionistas da Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Sra. Bruna Tapié Gabrielli; e Sr. Maurício Barutti de Oliveira, membro do Conselho Fiscal da Prodesp. **3. Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Germano Böttcher Filho - Presidente do Conselho de Administração e secretariados pela Sra. Mariana Padua Manzano. **4. Ordem do Dia: I - EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - **Item 01** - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **Item 02 -** Deliberar sobre a Destinação do Lucro do Exercício de 2023. **Item 03 -** Deliberar sobre a distribuição de dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio. **Item 04 -** Deliberar sobre o aumento do Capital Social, mediante incorporação do saldo de Lucros Retidos. **Item 05 -** Eleger os membros para o Conselho Fiscal. **Item 06 -** Eleger os membros para o Conselho de Administração. **Item 07 -** Eleger os membros para o Comitê de Elegibilidade. **II - EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Item 01 -** Deliberar sobre a Política Remuneratória dos Administradores (para o período de abril/2024 a março/2025). **Item 02 -** Alteração do Estatuto Social (caput do artigo 3º, artigo 10º, inciso XXVIII do artigo 14, caput do artigo 25, título do Capítulo IX, caput do artigo 29 e do caput do artigo 31 e exclusão do artigo 30 com renumeração dos seguintes). **Item 03 -** Outros assuntos de interesse da Sociedade. **5. Deliberações: I - EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA -** O principal acionista deliberou por: **Item 01 -** Aprovar este item de pauta, que versa sobre o exame e apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2022 que sofreram ajustes no decorrer do exercício de 2023, "visto que foram identificadas inconsistências nos registros contáveis do Projeto Histórico Clínico Digital (Projeto HCD) e Ativo de Arquivos de Documentos no exercício de 2022. **Itens 02 e 03 -** Aprovar estes itens de pauta, que tratam sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos, conforme dispõem o artigo 192 da Lei nº 6.404/1976 e o estatuto social da Companhia, na forma abaixo discriminada:

	R$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2023	**81.847.383,02**
Reserva legal (5%)	4.092.369,15
Lucro líquido após reserva legal	**77.755.013,87**
Dividendos:	**41.636.908,56**
- Dividendos obrigatórios (25%) sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	19.438.753,47
- Dividendos Adicionais sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	22.198.155,19
Lucros retidos	**36.118.105,21**

Item 04 - Aprovar o aumento do Capital Social da Companhia no valor de R$ 76.609.028,96 relativos ao montante retido considerando o resultado do exercício de 2022, reapresentado. **Item 05 -** Aprovar a eleição dos Srs. Wagner de Campos Rosário e seu respectivo suplente Marcos Gerhardt Lindenmayer; Maurício Barutti de Oliveira e seu respectivo suplente, Gilberto Souza Matos; Luzia Valeria Sarno e sua respectiva suplente, Bety Tichauer; José Lopes Hott Junior e seu respectivo suplente Antonino dos Santos Guerra Neto; Tarcila Peres Santos e seu respectivo suplente Fábio Teizo Belo da Silva para compor o Conselho Fiscal. **Item 06 -** Aprovar a eleição dos Srs. Eduardo Aggio de Sá, como Presidente do Conselho. Membros: Gileno Gurjão Barreto, na qualidade de Diretor-Presidente; Leonardo José Mattos Sultani; Paulo Roberio Tavora Pinho; Rogério Campos; Ricardo Cézar de Moura Jucá; Thiago Waltz Alves; Marcelo Almeida; Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Junior; e Alexandre Silveira Pessoa para compor o Conselho de Administração. **Item 07 -** Aprovar a eleição dos Srs. David Carlos Franconere de Oliveira, em substituição a Sra. Maria De Fátima Ramalheiro Tolentino; e Carlos César Lucas Dias para compor o Comitê de Elegibilidade. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária -** O principal acionista deliberou por: **Item 01 -** Aprovar a fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2024, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 21 de março de 2024. **Item 02 -** Aprovar este item de pauta, que versa sobre alterações do estatuto social consistentes em: ***(i)*** nova expressão do capital social, no caput do artigo 3º, em decorrência do aumento aprovado no item "4" da pauta ordinária acima, no valor de R$ 76.609.028,96, sem a emissão de novas ações, nos termos do artigo 196, §1º, da Lei nº 6.404/1976; ***(ii)*** exclusão das funções de aconselhamento do Comitê estatutário, que passará a denominar-se "Comitê de Elegibilidade", de acordo com a Deliberação CODEC nº 3, de 8 de novembro de 2023, editada face o Decreto nº 68.049, de 31 de outubro de 2023, que alterou o Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, recaindo nas previsões do artigo 14 - inciso XXVIII, título do Capítulo IX, artigo 29 - caput, artigo 30 e artigo 31 - caput; e ***(iii)*** exclusão da menção, nos artigos 10 e 25, aos artigos 239 e 240 da Lei federal nº 6.404/1976, em consonância aos termos dos mencionados artigos e do artigo 161, da mesma lei, e do artigo 19, da Lei federal nº 13.303/2016. **Item 03** - "Outros assuntos de interesse da sociedade". Neste item da Ordem do Dia, a Senhora Procuradora do Estado registrou, nos termos do Parecer nº 019/2024, que até manifestação contrária, todas as publicações da Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. Finalmente, cumpre lembrar que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação deste CODEC. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram encerradas, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada pelos presentes, foi assinada. **Mesa:** João Germano Böttcher Filho - Presidente e Mariana Padua Manzano - Secretária.

A íntegra da ata está disponível em https://valor.globo.com/valor-ri/.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

Carteira Valor Com dólar alto, Petrobras, Vale, Klabin e JBS figuram entre as indicações das corretoras com potencial de ganhos em agosto

Exportadoras e ações defensivas lideram recomendações

Nathalia Larghi
De São Paulo

A bolsa brasileira registrou em julho seu melhor desempenho no ano. Mas se engana quem pensa que isso animou os analistas a arriscarem mais em agosto. A Carteira Valor continua com uma seleção majoritariamente conservadora, com foco nas exportadoras de commodities. De um mês para o outro, a lista das ações mais indicadas teve cinco mudanças e o número de produtoras de matérias-primas saiu de cinco para seis.

A Petrobras aparece novamente na liderança, desta vez com seis indicações. Outras produtoras de commodities que continuam na seleção são a mineradora Vale, apontada por cinco corretoras, a fabricante de papel e celulose Klabin, indicada quatro vezes e o frigorífico JBS, selecionado por três casas. Mas elas não são as únicas do segmento que aparecem na lista. As novidades ficam por conta da distribuidora de combustíveis Vibra, com quatro indicações, e a petrolífera Prio, com três.

As companhias de matérias-primas muitas vezes trazem uma função defensiva para a carteira dos investidores. Isso acontece porque elas estão expostas a diferentes mercados e, assim, ajudam a mitigar os riscos relacionados ao cenário local e até mesmo a choques específicos. Com o dólar em alta, muitas delas têm um aumento significativo nas receitas, já que parte de suas vendas é feita no exterior.

Além das exportadoras de commodities, outro setor visto como defensivo é o financeiro. Além de as empresas do segmento serem consideradas sólidas, elas também tendem a ter menos volatilidade, sem movimentos bruscos tanto em períodos de alta da bolsa quanto em momentos de mau humor. Assim, elas representam uma opção segura independentemente do cenário. Não à toa, o setor foi o segundo com mais representantes no mês de agosto. As ações do Itaú, indicadas por cinco corretoras, e as da seguradora BB Seguridade, indicadas por três, se mantiveram na lista na passagem do mês.

Quem encerra a lista são duas novidades: a companhia de energia Eletrobras e a varejista Renner, ambas com duas indicações. No caso da primeira, também entra a tese da segurança, uma vez que as companhias prestadoras de serviços fundamentais tendem a ter receitas mais perenes. A segunda, no entanto, é uma das opções mais arriscadas do mês.

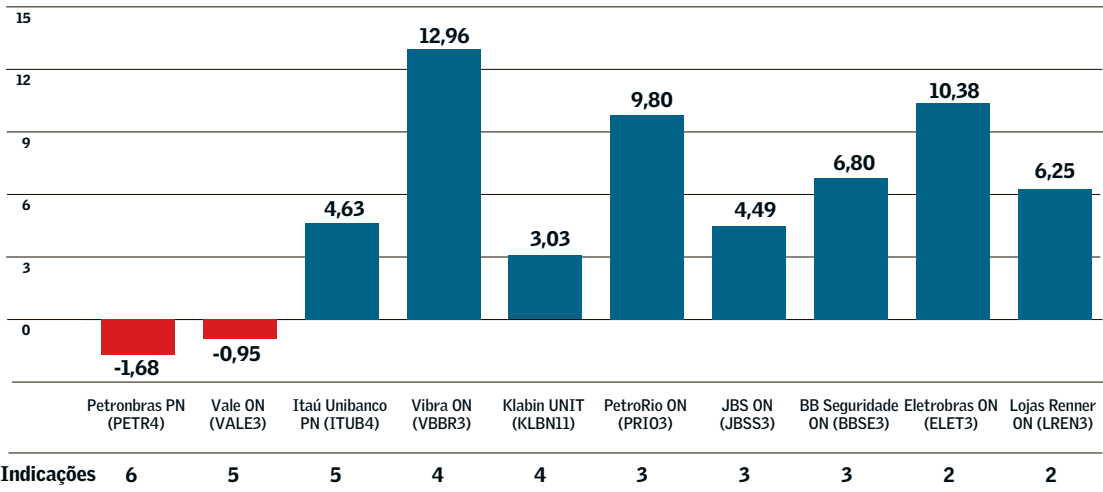
Em julho, a Carteira Valor teve alta de 0,94%, contra uma valorização de 3,02% do Ibovespa. No ano até julho, a seleção acumulava queda de 11,77% ante recuo de 4,87% do principal índice da bolsa. Já em 12 meses até julho, a carteira acumulava queda de 5,98% contra alta de 4,68% do Ibovespa. A seleção ocorre por meio das dez ações mais recomendadas pelas corretoras participantes. São sugeridos cinco papéis por instituição, de um total de 14, para a formação do ranking dos ativos mais indicados no mês. Se houver empate, prevalecem as ações com maior volume.

Para Regis Chinchila, analista da Terra, Magda Chambriard, nova presidente da Petrobras, tem se comprometido a continuar a estratégia atual, que é focada na "coerência econômica" e na "manutenção da rentabilidade". "Com uma forte geração de caixa esperada nos próximos anos, a Petrobras deve acelerar suas despesas de capital (capex, no jargão do mercado) aproveitando a capacidade de investir até R$ 100 bilhões. A continuidade das políticas de preços de combustíveis e investimentos em refinarias, bem como a transição energética, reforçam uma visão otimista", afirma o especialista.

Por fim, o analista destaca que a empresa mantém uma forte capacidade de distribuir dividendos, "o que sustenta uma perspectiva positiva, mesmo com desafios na execução de investimentos orgânicos".

Os analistas da CM Capital destacam que o preço da ação da Vale caiu muito recentemente. Isso se deve, em parte à baixa do minério de ferro. No entanto, a companhia teve uma alta de 200% no lucro no segundo trimestre e anunciou recentemente o pagamento de R$ 8,9 bilhões em juros sobre o capital próprio, o que pode fazer com que "fique mais atraente para o investidor", segundo os analistas da CM.

Carteira Valor
Rentabilidade em julho para as ações indicadas em agosto - em %

	Petronbras PN (PETR4)	Vale ON (VALE3)	Itaú Unibanco PN (ITUB4)	Vibra ON (VBBR3)	Klabin UNIT (KLBN11)	PetroRio ON (PRIO3)	JBS ON (JBSS3)	BB Seguridade ON (BBSE3)	Eletrobras ON (ELET3)	Lojas Renner ON (LREN3)
Indicações	6	5	5	4	4	3	3	3	2	2

Desempenho em julho de 2024
Em %

	Variação %	Volume*
Petrobras PN (PETR4)	-1,68	1.434,7
Itaú Unibanco PN (ITUB4)	4,63	743,7
Vale ON (VALE3)	-0,95	1.275,9
Cosan ON (CSAN3)	-1,26	151,4
BB Seguridade ON (BBSE3)	6,80	146,4
Klabin UNIT (KLBN11)	3,03	94,4
Marfrig ON (MRFG3)	-8,50	76,6
Localiza ON (RENT3)	4,36	413,0
JBS ON (JBSS3)	4,49	203,0
3R Petroleum ON (RRRP3)	-1,53	142,6

Rentablidade

Carteira Valor

- **0,94** Média no mês
- **-11,77** Acumulada no ano**
- **-5,98** Acumulada em 12 meses**

Ibovespa

- **3,02** No mês
- **-4,87** No ano**
- **4,68** Em 12 meses**

Instituições financeiras
Desempenho em julho de 2024- em %

	Média mês	Acum. no ano**
Ágora Investimentos	4,76	10,35
Ativa Investimentos	7,95	1,02
BB Investimentos	-4,27	-21,14
CM Capital Corretora	2,67	16,34
Genial Investimentos	-4,35	-22,01
Guide Investimentos	-2,87	-24,58
MyCAP Investimentos	-0,29	-14,57
Nova Futura Investimentos	2,10	0,12
Órama	1,45	-7,80
Pagbank	4,55	-8,63
Planner Corretora	0,60	-3,73
Safra Corretora	6,91	-1,77
Santander Corretora	3,99	-22,54
Terra Investimentos	-0,77	-11,13
XP Investimentos	0,49	-3,02

Fontes: Bancos, Corretoras e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Volume médio em R$ milhões no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 31/jul/24 ** Até julho *** Rentabilidade das carteiras sugeridas mês a mês. Proventos anunciados são acrescentados à rentabilidade histórica da(s) carteira(s) que possuíam o ativo no exercício a que se refere o benefício. A Carteira Valor é formada pela média simples da oscilação dos 10 papeis mais indicados pelas instituições financeiras, entre as cinco ações apontadas por cada instituição. Em caso de empate, prevalecem as ações com volume médio maior, no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 31/jul/24 A Carteira Valor não é e não pode ser interpretada como indicação ou recomendação de investimento do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nessas informações. Quaisquer referências a rentabilidades passadas não significam de qualquer forma a garantia ou previsibilidade de rentabilidades futuras. As indicações de cada corretora não consideram diferentes pesos para cada papel. Para maiores informações, consulte as corretoras

Valor investe.com
Confira as recomendações de cada corretora para a Carteira Valor
valor.globo.com/valor-data/carteira-valor/

'Papéis sensíveis ao ciclo começam a reagir'

LÉO PINHEIRO

"Passou o período em que só empresas de tecnologia carregam mercado"
Vinicius Ferreira

Liane Thedim
Do Rio

O cenário para ativos de risco globais é benigno e as ações de setores mais sensíveis aos ciclos econômicos já começaram a reagir nos Estados Unidos. A análise é de Vinicius Ferreira, sócio do Opportunity, que afirma que o movimento começou há cerca de três semanas, com a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês). A taxa caiu 0,1% em junho, abaixo das expectativas dos analistas, que projetavam alta de 0,1%, mostrando desaceleração gradual da economia americana e abrindo espaço para o banco central começar a reduzir os juros no país.

Até então, o bom desempenho do mercado acionário estava concentrado nas ações de gigantes de tecnologia, sobretudo as ligadas à inteligência artificial. "As empresas de tecnologia não deixaram de ser um bom negócio, mas passou o período em que só essas grandes carregam o mercado", diz Ferreira, que é gestor do fundo Opportunity Global Equity. Ele explica que o dado "gerou rotação" de investimentos. "Os investidores estavam posicionados em empresas de crescimento estrutural, que não dependem do ambiente macroeconômico para entregar crescimento, e mudaram para outros ativos mais sensíveis a ciclos."

Na quarta-feira, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) decidiu manter os juros estáveis, mas as autoridades indicaram que o corte está próximo. "Uma redução na taxa básica de juros pode estar na mesa já na próxima reunião em setembro", disse o presidente do Fed, Jerome Powell.

Ferreira diz que a mudança de direção dos investidores fica evidente quando se compara o índice Russell 2.000, que reúne as empresas de menor capitalização da bolsa de Nova York, ao Nasdaq, de tecnologia. "O Russell vinha tendo baixa performance frente ao Nasdaq, mas a partir do CPI o quadro começou a mudar e já teve correção. A diferença entre os dois diminuiu quase 15%, ou seja, o Russell foi 15% melhor que o Nasdaq no período." Ferreira ressalta que o aumento da participação das empresas de outros setores reflete um ambiente de desaceleração suave.

O sócio do Opportunity observa que, embora o Standard & Poor's 500 (S&P 500) registre alta acima de 20% em 12 meses, ainda há oportunidades na bolsa americana. Ele cita o S&P Equal Weight, que inclui todas as ações do S&P 500, mas dando peso igual a todas. De acordo com o executivo, o índice está negociando numa relação entre preço e lucro de 17 vezes, o que, afirma, é a média histórica. "Não vemos esses múltiplos como caros."

Com R$ 6 bilhões na estratégia de ações globais, Ferreira explica que há três anos o Global Equity está sem Brasil em carteira. Ele frisa que pode ter ativos domésticos se houver oportunidade, mas no momento não vê nada interessante. De acordo com o gestor, olhar mercados desenvolvidos, mais especificamente os Estados Unidos, foi uma decisão estrutural pelos fundamentos macroeconômicos positivos e ambiente institucional consolidado do país.

"É a economia mais dinâmica que a gente enxerga no mundo, e é onde estamos vendo inovação. Há um tempo existia a expectativa de que a China tomaria a frente, mas os avanços em semicondutores e inteligência artificial vêm sendo concentrados nos Estados Unidos, e a China se mantém dependente do Ocidente para ter acesso a essas tecnologias."

Você tem medo do bitcoin?

Palavra do gestor

Camyla Serpa

O mercado "cripto" evoluiu muito em seus 16 anos de existência, mas um sentimento ainda é constante desde os primeiros dias de sua criação: o medo. Afinal, por que existem tantos medos e receios envolvidos nessa classe de ativos? Vamos analisar juntos as razões que fazem alguém torcer o nariz ao ouvir as palavras "bitcoin", cripto ou "moeda digital".

Para facilitar a compreensão, podemos separar esses medos em dois grupos. O primeiro grupo seria atrelado ao medo que qualquer nova tecnologia traz, algo inerente ao desconhecido. Já o segundo grupo seria representado por aqueles medos específicos relacionados ao mercado cripto, visto que se trata de um setor com aplicações e termos por vezes difíceis de se compreender.

Dando início a essa quebra de medos, vamos explorar o primeiro grupo. Aqui vale destacar um viés que todos nós temos: medo do que não conhecemos. É comum rejeitar ou criar percepções negativas como estratégia de defesa quando nos deparamos com inovações. Essa reação é um instinto, é uma resposta inicial automática — fisiológica e psíquica — de todo ser humano e de boa parte dos animais.

As principais inovações tecnológicas viveram uma primeira fase de medo relacionado a sua adoção. O telefone já foi chamado de "instrumento do diabo", e já foi comum ter o micro-ondas associado à contaminação radioativa de lasanhas congeladas. Esses e outros exemplos são abordados por Calestous Juma (1953-2017), um especialista em inovação da Universidade de Harvard, que analisou as reações às inovações tecnológicas dos últimos séculos.

Umas das conclusões de seu estudo foi: o que assusta as pessoas não é a novidade, mas a perda que ela representa. Isso ocorre porque, quando falamos em inovação, falamos também em mudanças. E quando essas mudanças representam um novo modo de vida, identidade ou padrão socioeconômico, elas acionam na hora um sentimento de perda e, consequentemente, vem a rejeição. Esse padrão de resistência não só continua nos dias de hoje, como também se intensifica em função da velocidade atordoante com que as mudanças ocorrem.

No entanto, não é justo limitar o "medo do bitcoin" apenas ao medo geral da inovação. Vamos então ao segundo grupo de medos, este sendo específico da "criptoeconomia": a mudança na percepção de valor.

Até o momento, para mensurar o valor de alguma coisa, precisávamos de algo tangível por trás para confiar. Seja no presidente do país, ou na equipe econômica de um banco central. Seja no ouro, na prata, na casa ou no trigo. Não poder tocar no seu bem, e não existir para quem ligar ou protestar caso o preço de seu ativo diminua é uma das razões que mais afastam as pessoas do mercado cripto.

Como pode o valor de uma moeda digital valer mais que 60 mil vezes o valor de uma das moedas mais valiosas do mundo, o dólar? Para entender a resposta a essa pergunta, é necessário fazer uma mudança profunda e dolorida: a mudança na percepção do que tem "valor".

No caso do bitcoin, sua valorização está baseada intrinsecamente na crença conjunta de que uma moeda que não depende de uma pessoa, de um governo ou de uma política monetária para existir é algo desejado e necessário. Fica mais fácil entender essa necessidade ao compreender o contexto histórico da criação do bitcoin. Tal ativo surgiu no auge da crise financeira de 2008, que semeou uma desconfiança generalizada no sistema financeiro. A crise, que impactou bilhões de pessoas no mundo, criou também o terreno para uma das principais inovações financeiras do século: as finanças descentralizadas.

O problema é que, para entender e acreditar nas finanças descentralizadas, é preciso também compreender diversos conceitos específicos dos criptoativos. Palavras como "blockchain", "halving" e "mineração" são o que dão base ao valor do bitcoin. E são esses mesmos termos técnicos que também reforçam o receio ao investir em moedas digitais, afinal, tais conceitos nunca nos foram ensinados e demandam tempo para aprender.

A boa notícia é: se você chegou até aqui nesse texto, é porque parte do seu medo já se transformou no desejo de aprender. Com isso, você acaba de acessar a ferramenta mais poderosa da inovação: a curiosidade.

A má notícia é que, para controlar nosso instinto de rejeição ao novo e, assim, nos levar à compreensão da criptoeconomia, não existe caminho fácil. É necessário ler, estudar e, principalmente, educar-se financeiramente. O quanto antes esse esforço acontecer, maior será a probabilidade de sucesso ao navegar nessa nova classe de ativos.

Camyla Serpa é responsável por expansão e educação de ativos digitais do Itaú Unibanco
E-mail
camyla.oliveira@itau-unibanco.com.br

MIRA COSIC/PIXABAY

Astrologia além do horóscopo

Sociedade

Como estudiosos de astros tentam responder ao que consideram ser a banalização e a desconfiança desse saber. Por *Amália Safatle*, para o Valor, de São Paulo

Polvilhadas de influencers astrológicos e memes engraçadinhos sobre signos, as redes sociais, segundo especialistas, banalizam um conhecimento que já foi adotado por reis e papas para compreender o mundo e tomar decisões, era estudado em universidades e compunha o repertório de líderes como Napoleão Bonaparte (1769-1821), escritores como William Shakespeare (1564-1616) e astrônomos como Johannes Kepler (1571-1630).

Profissionais e estudiosos da astrologia de hoje reagem, tentando aumentar a respeitabilidade de uma prática repetidamente alvo de ataques ao longo da História, a começar do Iluminismo, estendendo-se pelos meios acadêmico, científico e religioso.

A tentativa, contudo, não surte efeito no meio científico, onde a astrologia continua considerada como superstição ou pseudociência, sem sustentação no campo da razão.

Enquanto isso, quem advoga seriedade aos estudos astrológicos também sofre com a tiktokização do assunto. "Com a pandemia, tivemos de colocar tudo online e hoje estamos pisando em um terreno nebuloso. Há uma procura enorme por astrologia, mas é uma procura TikTok, ou seja, me dá uma fórmula fácil? Vê se o meu signo combina com o do fulano?", diz o astrólogo e professor de teoria da comunicação Carlos Hollanda.

A astrologia, segundo seus estudiosos, trabalha com uma rede intrincada de fatores, e essa complexidade requer anos de estudos — no mínimo quatro —, de acordo com Celisa Beranger, fundadora da escola Espaço do Céu, que se orgulha dos 3.200 livros sobre o tema em seu acervo.

"A banalização nas redes sociais coloca a astrologia em um lugar que ela não merece", afirma George Jorge, cofundador da Escola Santista de Astrologia, que exerce a atividade há 40 anos.

"Noventa e nove por cento do que se publica nas redes sociais hoje é entretenimento, não é astrologia. A praga atual do mundo é essa coisa de todos se acharem especialistas em tudo e falarem de assuntos que não dominam", diz João Acuio, fundador e professor da Saturnália Escola de Astrologia & Tarot.

Com a profissionalização da atividade nos últimos anos, o horóscopo passou a ser uma tarefa de astrólogos, ainda que parte deles o entenda como superficial demais ou mesmo inócuo.

Como explica o astrólogo Waldemar Falcão no livro "A história da astrologia para quem tem pressa" (Editora Valentina), o termo horóscopo tem sido erroneamente empregado, pois significa estudo da hora do nascimento de uma pessoa, ou seja, o seu mapa individual e, portanto, não serve para todas as pessoas do mesmo signo. "É uma enganação", diz Celisa Beranger.

Na década de 1990, apareceu na televisão Walter Mercado (1932-2019), que, segundo Robson Papaleo, diretor de cursos e eventos da Gaia Escola de Astrologia, não era propriamente um astrólogo, e sim um artista que lançava mão da astrologia como recurso. O consultor esotérico porto-riquenho, tema de um documentário da Netflix, anunciava um serviço telefônico de consultas e ficou conhecido no Brasil pela expressão "Ligue djá".

"Isso acabou despertando as pessoas a buscarem um conhecimento mais profundo. Muitas escolas sérias, inclusive a Gaia, surgiram nessa época, como um rastro do Walter Mercado", diz Papaleo.

"Na pandemia, muitas pessoas sem trabalho descobriram que falar de astrologia e de signos dava ibope. E lógico, para ter audiência é preciso fazer coisas divertidas [como os memes]. Isso atrapalhou a astrologia? Sim, do mesmo modo que o Walter Mercado nos anos 90", compara Papaleo.

Mas o lado bom da internet e das redes é disseminar conhecimentos há muito tempo desenvolvidos. "Tem gente que me descobriu no ano passado, enquanto estou há 36 anos fazendo isso", diz Carlos Hollanda.

Recuperar o conhecimento tradicional da astrologia tem sido uma das bandeiras de João Acuio, da escola Saturnália, sediada em Curitiba. Para ele, a astrologia tradicional é a vertente mais promissora e fecunda porque resgata textos antigos e os relê.

"Sem o conhecimento da tradição, nada fica em pé em se tratando da poética do tempo. Então é preciso fazer a lição de casa, conhecer aqueles que nos trouxeram aqui", afirma. Em seus cursos, são utilizados textos de nomes como Marco Manílio, poeta e astrólogo romano do século I, e Cláudio Ptolomeu, matemático e astrônomo grego do século II. João Acuio tem sido um crítico de quem se deixa enganar pelo uso indevido da astrologia como autoajuda e dos próprios astrólogos que desvirtuam os conceitos mais clássicos do conhecimento.

"Ajudaria [a recuperar a respeitabilidade] não tentarem compreender a astrologia com premissas da ciência newtoniana ou transformar sua linguagem oracular num arremedo da psicologia junguiana. A astrologia tem suas próprias premissas, jargão e objeto de estudo", diz Acuio. Ele defende ainda que esse conhecimento volte às cidades, "evitando guetos falsamente místicos e, assim, contribua para leitura dos fenômenos sociais, culturais e políticos, sem adotar um discurso apaziguador das tensões sociais".

O uso da expressão "leitura" é recorrente entre os astrólogos, que geralmente definem a astrologia como uma linguagem capaz de traduzir na Terra os movimentos dos astros no céu. Isto é chamado de hermetismo: há uma correlação estreita entre as configurações celestes e os acontecimentos daqui embaixo.

"Astrologia é um idioma", diz Acuio. "Quando dizemos 'assim na Terra como no céu', estamos estabelecendo

INÊS 249

uma analogia. É simples assim. Chega a ser assustador como essa operação linguística funciona, caracterizando naturezas com precisão e indicando tempo de acontecimentos”, diz.

Nada disso convence a ciência. “A astrologia não se sustenta. Se ela é feita de correlações [entre o céu e Terra], as analogias deveriam ser detectáveis cientificamente, o que não ocorre”, afirma Carlos Orsi, editor-chefe da revista “Questão de Ciência”, que lançou no ano passado o livro “Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério” (Contexto) junto com a bióloga Natalia Pasternak, notabilizada por combater com argumentos científicos o charlatanismo vigente na pandemia de covid-19.

Para exemplificar, Orsi cita uma pesquisa de Davi Loas, professor britânico de estudos populacionais na Universidade de Manchester, que utilizou informações do censo para testar a afirmação de que pessoas de signos diferentes têm graus variados de compatibilidade.

“No maior teste de astrologia já realizado, analisei os aniversários de todos os maridos e esposas da Inglaterra e do País de Gales — um total de mais de dez milhões de casais”, escreveu ele em artigo publicado em 2008 na revista “Skeptical Inquirer”. “Mesmo a menor tendência de os virginianos gostarem de capricornianos ou de librianos gostarem de leoninos seria aparente nas estatísticas. Se apenas um par em mil fosse influenciado pelas estrelas, veríamos dez mil pares a mais do que o esperado com certas combinações de signos. Na verdade, os números são exatamente o que preveríamos com base no acaso.”

Orsi cita ainda um estudo realizado na década de 1970 que avaliou mapas astrais completos — e não apenas o signo solar —, procurando algum tipo de configuração astrológica comum a casos de suicídio. “Não acharam nada também.” Ainda assim, segundo ele, há iniciativas voltadas a provar que a astrologia funciona, como a revista britânica “Correlation”, publicada pela The Astrological Association Journal of Research in Astrology.

“É divertidíssimo, porque eles fazem uns cálculos malucos, dizendo: ‘Veja bem aqui, se você juntar isso com aquilo...’ ou ‘A gente acha que tem um sinal de Saturno, não sei onde’, que é mais ou menos o mesmo tipo de retórica matemática e estatística que muitas pseudociências de saúde também usam”, diz.

Entre os 12 temas que, segundo Orsi e Pasternak, não passaram pelo crivo da ciência, está também a psicanálise, o que despertou reação dos psicanalistas Christian Dunker e Gilson Iannini, que lançaram o livro-resposta “Ciência pouca é bobagem - Por que psicanálise não é pseudociência” (Ubu, 2023).

Quanto à astrologia, a questão para Dunker é entender por que esse saber tão antigo, de 4 mil anos, sobreviveu aos dias de hoje, enquanto tantos outros ficaram pelo caminho. “Uma resposta possível é de que a astrologia oferece parâmetros básicos, ou o que a gente chama em psicanálise de ‘significantes’, para que as pessoas narrem melhor as suas vidas diante de um mundo cada vez mais complexo e menos orientado por grandes narrativas”, diz.

A seu ver, diante da falta de grandes narrativas religiosas e políticas, utopias e projetos de transformação, os sonhos são muito defensivos — voltados, por exemplo, a enfrentar o caos climático e impedir que as guerras continuem. Diante de saberes que se encontram muito fragmentados, surge a demanda de olhar para tudo isso como uma totalidade, interpretar a complexidade do mundo e a de si mesmo, com suas incongruências e autocontradições.

Para Dunker, a astrologia permite, em primeiro lugar, que o indivíduo se reconheça como parte de um grupo — o signo, por exemplo. Em segundo, permite lidar e construir histórias adaptadas para a própria vida. E, em terceiro, mostra um horizonte de outros futuros possíveis. “Ou seja, três grandes problemas psíquicos da nossa época — lidar com a solidão, com o déficit narrativo e com a dificuldade de articular passado e futuro — estão sendo enfrentados por essa máquina hermenêutica, essa máquina de interpretar o mundo [que é a astrologia].”

> ‘Há pessoas que acham que certos fenômenos não são dignos de menção, e isso também acontece com a astrologia’
> *Renato Janine Ribeiro*

LEO PINHEIRO/VALOR

A astrologia trabalha com uma rede intrincada de fatores e requer anos de estudos, segundo Celisa Beranger, da escola Espaço do Céu

DIVULGAÇÃO

‘A banalização nas redes sociais coloca a astrologia em um lugar que ela não merece’, diz George Jorge

Uma das razões que Orsi aponta para o sucesso da astrologia é a sua retórica envolvente. “A busca das pessoas por identidade e a tentativa de entender seus problemas torna esse discurso atraente. É também um bom jeito de puxar assunto. Perguntar o signo hoje em dia é melhor jeito de começar uma conversa do que perguntar qual é o último livro que você leu, porque se lê muito pouco atualmente”, diz. Além disso, segundo ele, oferece uma chave para tentar entender a personalidade das pessoas, que embora não seja verdadeira, opera sob o chamado viés de confirmação, em que se presta atenção aos aspectos que confirmam as preconcepções.

Diferentemente de muitos psicanalistas, boa parte dos astrólogos não reivindica que sua atividade seja classificada como ciência, e sim como um corpo de saberes. “Não dá para considerá-la uma ciência nos moldes atuais, em que basta selecionar um fator, isolá-lo e obter o resultado”, diz Hollanda. “O mesmo aspecto astrológico que estou passando aqui você pode estar passando aí, na mesma casa astrológica, sob o mesmo planeta. Só que eu vou viver a coisa de um jeito e você de outro, porque o seu contexto é completamente diferente do meu.”

“Quando alguém me pergunta se eu acredito em astrologia, eu respondo que não”, diz Papaleo, da Escola Gaia. “Eu não acredito porque não é uma crença: eu apenas a vejo funcionar.”

Foi o que a astróloga Barbara Abramo observou quando começou a estudar o assunto. “Minha raiz é materialista histórica, dialética, de esquerda, marxista. Eu venho de uma família assim. Mas os antigos diziam que, quando Marte estiver transitando no mapa da pessoa em determinado lugar, ela pode ficar doente, ter febre. Comecei a anotar esses trânsitos em um caderno e perceber que coincidiam em 90% com o que a minha filha tinha [quando ficava adoentada]. Eu pensava: gente, como pode? Isso não tem cabimento, isto aqui não é ciência.”

“A gente consegue ver que existe um sincronismo”, diz Carlos Hollanda, que utiliza várias linhas da astrologia em seu trabalho. Ele explica que o planeta em si não está causando coisa nenhuma, até porque fisicamente seria impossível, dada a distância sideral — exceto a Lua, próxima o suficiente da Terra para impactar marés, por exemplo.

“O planeta apenas representa um processo natural, que você reproduz pelo fato de que você também faz parte da natureza e do universo. Como dizia o [astrofísico] Carl Sagan, você é poeira de estrelas. Você reproduz o universo.”

O professor de filosofia e ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro afirma que a astrologia permite uma interpretação ampla dos eventos, devido à sua alta carga de subjetividade. Um evento ligado a signos de água e seus planetas regentes, por exemplo, pode tanto representar uma inundação como um turbilhão de emoções.

Ele observa que, por volta de 2018, Abramo começou a alertar sobre a alta probabilidade de Jair Bolsonaro vencer as eleições, quando ainda era um azarão com oito segundos de propaganda na tevê. Ela então disse que seria importante que as forças progressistas se unissem, o que não aconteceu. “Veja que a previsão era um alerta, havia grandes chances de isso acontecer, mas havia também como obstar”, diz o professor.

Nada disso tem a ver com superstição, religião ou esoterismo, afirmam os astrólogos. Abramo diz que a linha mais antiga da astrologia não usa intuição, e sim se baseia em cálculos astronômicos precisos para sinalizar a tendência de acontecimentos.

Mas na virada dos anos 1960 para os 70, houve um boom de astrologia nos EUA, juntando o movimento hippie, as incursões do beatle George Harrison pela Índia, a meditação, a miçanga e o psicodelismo, em uma onda imediatamente importada pelo Brasil.

DIVULGAÇÃO

Barbara Abramo segue a vertente clássica

DIVULGAÇÃO

João Acuio, da escola Saturnália

Segundo Abramo, essa corrente, chamada de moderna ou new age, enfatizou sobremaneira o livre-arbítrio, em contraposição à expressão árabe “maktub”, de que o destino já estava escrito. Controlar as rédeas do futuro caiu como uma luva no pensamento liberal americano, em que cada um é responsável por “fazer a América”, e ajudou a turbinar o mercado de autoajuda.

Ela cita, por exemplo, a noção de que uma pessoa nascida em uma comunidade carente só depende de seu esforço para se tornar uma bailarina do Bolshoi. “Mas não é assim que funciona”, comenta, ainda que o livre-arbítrio tenha também um papel. Começa aí o embate entre duas correntes, a clássica e a moderna, sem falar em outras modalidades, como a astrologia védica.

Seguidora da vertente clássica, Abramo conta que a retomada dos textos antigos deu-se principalmente a partir da década de 1990, quando uma grande equipe de astrólogos ocidentais se pôs a traduzir esse conhecimento do árabe, do latim e do grego, contribuindo para reinserir a astrologia na academia.

“Os livros passaram a ter nota de rodapé, bibliografia, introdução, construção de argumentos e linguagem acadêmica”, diz ela, enquanto retira da prateleira o livro de 622 páginas “Works of Sahl & Masha’Allah” (Casimi Press, 2008), para exemplificar. Na obra, Benjamin Dykes, um estudioso da vertente tradicional, traduz 16 trabalhos desses dois astrólogos medievais tidos como dos mais influentes do período árabe.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Robson Papaleo diz que não crê em astrologia: ‘Não é uma crença: eu apenas a vejo funcionar’

O ensino de astrologia fazia parte das universidades até o século XVII, mas, em 1666, o braço direito do rei Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert, criou a Academia de Ciências e ordenou a retirada da disciplina do currículo. Estava selado o divórcio entre astrologia e astronomia, sendo esta guiada pelo heliocentrismo, enquanto a primeira olha para o céu pela perspectiva de quem está na Terra.

Mas, segundo Waldemar Falcão, as portas acadêmicas voltaram a se abrir no período recente. Em seu livro, ele cita como exemplos a Universidade Stanford, nos EUA; a Escola Técnica Superior de Zurique; o Kepler College, de Londres; e as universidades Cândido Mendes, no Rio, e de Brasília, onde se organizam cursos de formação e extensão.

Estudar o fenômeno, contudo, significa enfrentar preconceitos. “Há certos assuntos que, assim que você vai estudar, as pessoas já acham que você está traindo a causa do conhecimento”, diz Janine Ribeiro. Embora não se qualifique como um adepto da astrologia, ele conta que se interessou pelo tema ao estudar Nicolau Maquiavel (1469-1527), um de seus autores de referência.

Durante as pesquisas, Janine notou que o conceito de “fortuna” — o acontecimento imprevisível na política — era um termo astrológico, contrapondo-se ao conceito de “virtù”, aquilo que o ser humano procura controlar. Com isso, fez uma série de associações no primeiro capítulo do livro “A última razão dos reis” (Companhia das Letras), publicado com base em sua tese de livre docência.

Como um outro exemplo de preconceito acadêmico, Janine cita o caso da socióloga Marialice Foracchi (1929-1972), que na década de 1960 escreveu o artigo “O ídolo Roberto Carlos”. “Foi um escândalo. ‘Isso é cultura de massa, é manipulação, não tem originalidade, não tem arte’, acusaram na época. Ela estava mencionando o fenômeno. Mas há pessoas que acham que certos fenômenos não são dignos de menção, e isso também acontece com a astrologia”, diz.

Abramo hoje se diz fascinada por estudos de astrologia da guerra, compilados pelo astrólogo italiano Guido Bonatti no século XIII, quando era conselheiro do Conde de Montefeltro em batalhas contra o papado. Esse conhecimento, segundo ela, foi resgatado por astrólogos contemporâneos e pode ser aplicado em jogos, como os da Copa do Mundo, de forma a testar estratégias de ataque e defesa.

“O índice de acerto é superior a 80%. Eu apliquei em uma análise sobre o ataque do Hamas a Israel, e mostrou que a ação em si seria bem-sucedida, no sentido de conseguir atravessar a fronteira, causar estrago e chocar o mundo” — sem, claro, entrar no mérito dos horrores do ataque terrorista e da reação de Israel sobre a população palestina.

Mas há previsões imperfeitas também, de acordo com Abramo. “Eu e meus amigos astrólogos olhamos a conjunção de Júpiter com Urano em Touro e pensamos: vai acontecer algum evento no Sul em maio, vai ter um racha, o Sul vai se separar do Brasil e isso vai mexer com a economia, agricultura e pecuária, por causa de Touro. Mas a gente errou: era a inundação”, diz.

Anos atrás, quando houve uma conjunção entre Saturno, Urano e Plutão, Abramo diz que logo pensou que aconteceria algo vindo da China, pois aparecia uma configuração semelhante à do céu da Revolução Chinesa. Era a pandemia. Celisa Beranger afirma que, desde 2015, ela prenunciava um problema global em 2020, como mostram vídeos da época no YouTube. “Embora sem citar a palavra ‘pandemia’, falei que íamos nos esborrachar, chegar ao fundo do poço, a economia ia entrar em recessão etc. O André Barbault [1921-2019], papa da astrologia mundial, falava disso desde 2000.”

Já para os anos de 2026, 27 e 28, Beranger vê boas perspectivas para o mundo, refletindo as mudanças de signo de Plutão, Urano e Netuno, com aspectos harmônicos entre si.

Mas, antes disso, próximo a agosto deste ano, George Jorge atenta para um aspecto conflituoso entre Júpiter em Gêmeos e Saturno em Peixes — o astro da abundância e o do limite estarão em “guerra” no céu —, o que deve gerar alguma crise mundial. No Brasil, isso incide na área financeira do mapa astral do país, o que sugere controlar as finanças e administrar bem os gastos. “Este não é um ano de ostentação”, diz Jorge.

Pode-se argumentar que não é preciso da astrologia para nortear a condução da política fiscal do Brasil e nem prever eventos climáticos extremos alertados há décadas pela ciência. Mas, e se todos nós, no fim das contas, estivermos falando a mesma língua? ■

Por que o sexo nunca é 'só sexo'

Psicologia Psicanalista Darian Leader analisa os significados culturais que a humanidade confere às relações sexuais ao deixar de lado o mito do 'instinto primitivo'. Por *Bruno Yutaka Saito*, de São Paulo

No século XVII, era comum amantes baterem palmas durante o sexo, nos momentos de intenso prazer. Em 1907, transar dentro de um trem era tão comum, que um manual sobre 531 posições sexuais possíveis para o ser humano indicava quais poderiam ser feitas numa cabine. Sexo não é, como se julga erroneamente, apenas um instinto primitivo, e a relação da humanidade com ele muda conforme a época e as culturas.

Foi "só sexo", por exemplo, é uma afirmação comum quando alguém tenta mostrar que não houve um envolvimento afetivo mais íntimo com outra pessoa. Mas, como bem nota o psicanalista Darian Leader, de 59 anos, no título de mais seu recente livro, "Alguma vez é só sexo?" (Zahar, trad. Vera Ribeiro, 208 págs., R$ 99,90). Hoje, ao mesmo tempo em que se fala mais sobre o assunto e as restrições morais são mais leves no Ocidente do que há 100 anos, as neuroses associadas a uma relação conturbada com a sexualidade ainda continuam fortes e a "iniciação" sexual de milhões de pessoas dá-se pela via distorcida da indústria pornográfica.

As atitudes do ser humano com o sexo podem ser medidas, mas não explicadas, por pesquisas. Segundo um levantamento do Instituto Francês de Opinião Pública divulgado no começo do ano, por exemplo, 25% das pessoas francesas entre 18 e 24 anos não tiveram relações sexuais no ano anterior. "Imaginamos um tempo em que o sexo era um puro instinto animal, em vez de uma estranha atividade moldada por forças culturais e sociais", diz Leader ao **Valor**. "É como se precisássemos desta imagem do sexo como um motor do comportamento humano, mas por quê?"

No meio psicanalítico, é célebre o enigmático aforismo do francês Jacques Lacan (1901-1981): "Não existe relação sexual" — uma explicação simplista diria que um indivíduo está sempre em relação com as suas fantasias, e não com a outra pessoa. Membro-fundador do Centro de Análise e Pesquisa Freudianas em Londres e do Colégio de Psicanalistas do Reino Unido, Darian Leader é autor de livros como "Gozo", "O que é loucura?" e "Simplesmente bipolar" e vem há anos buscando popularizar a obra muitas vezes hermética de Lacan.

No novo livro, um ensaio cheio de idas e vindas com referências a casos clínicos, filmes, séries de TV, piadas populares e pesquisas clássicas sobre sexo (como as feitas por Alfred Kinsey e Masters & Johnson no século XX), Leader monta um quadro que tenta dar conta das múltiplas dimensões da sexualidade.

"Sexo nunca é só sexo, uma vez que muito mais está em jogo: punição, amor, vingança, fantasia, intimidade, ódio...", afirma Leader. "A cultura popular enfatiza a ideia do sexo sendo puramente uma fonte de prazer, uma commodity que uma pessoa pode acessar e depois seguir em frente. O sexo 'pá-pum' que a internet promove tão amplamente dá esse modelo, ainda que o sofrimento, a dor de cabeça e o luto que tão frequentemente se seguem mostram que o sexo nunca pode ser inteiramente desconectado das relações humanas."

Sexo pode ser tanto uma das maiores fontes de conexão entre dois amantes quanto um dos maiores vetores de desconexão. Um dos casos relatados por Leader é o corretor de valores que, quando não atingia a meta estabelecida, entrava em aplicativos. Ao levar alguma mulher para a cama, praticava "penetração hidráulica com poucas preliminares, ejaculação e, em seguida, uma partida rápida e insensível". No ato, evitava o contato visual e pensava apenas no lucro que não tinha obtido no trabalho; ao chegar em casa, tomava um ansiolítico e ia dormir, sem pensar na pessoa com quem tinha acabado de fazer sexo.

"O sexo é uma maneira de tratar a dor, raiva, luto e desequilíbrio de poder, que transformamos em uma série de práticas que podem envolver algum prazer. Se é isso que o sexo faz, um sexo melhor significaria apenas uma maneira melhor de tratar a dor e o sofrimento? Talvez", diz. "O que mudou hoje é o fato de que verbalizar desejos se tornou mais esperado, mesmo se ainda é desconfortável para muitos homens escutar uma mulher dizer o que ela quer."

ANGUS MUIR/DIVULGAÇÃO

'Muitas pessoas 'aprendem' como fazer sexo a partir da pornografia, que basicamente significa ver o sexo como algo que você faz PARA alguém, mais do que COM alguém', diz Leader

Para Leader, a imagem do sexo como "apenas sexo" tende a retratá-lo como um breve momento de penetração genital. "Há um viés masculino aqui, em ver o sexo como penetração, o que eclipsa todas as fontes não genitais e multilocais do prazer feminino, por exemplo."

Na "arqueologia" do sexo que empreende em seu ensaio, Leader inevitavelmente retorna a Freud ("Ele estudou a inabilidade de as pessoas fazerem sexo", diz) e às teorias sexuais infantis para contextualizar de que maneira as fantasias e crenças surgidas na mais tenra idade seguem operando no nosso inconsciente vida afora.

O que hoje é "normal" ou sexy para uns pode ser estranho para alguém de outra geração ou cultura. Outro caso citado por Leader é o de um analisando confuso com as millennials, mais novas que ele, com quem tinha relações sexuais: frequentemente elas cuspiam em seu pênis, gesto que interpretou mais como cultural e simbólico do que algo relacionado a lubrificação: "Como é que eu podia dizer 'Pare', quando as mulheres tiveram que suportar a opressão e a tirania dos homens durante séculos?".

Numa época em que muitos homens ainda sentem necessidade de se gabar e contar a outros homens com qual mulher fizeram sexo, uma série como "Pessoas Normais" (2020) traz novas perspectivas de masculinidade. O que desconcerta o espectador na primeira cena de sexo entre os estudantes Marianne e Connell é a sequência seguinte: ele está chegando ao colégio com seus colegas falastrões, que perguntam sobre o que ele tem feito, mas não conta a ninguém que fez sexo com a moça.

"O sexo se tornou um símbolo de tudo que perdemos, tudo de que fomos desprovidos ao entrarmos no mundo social, a perda da proximidade maternal, a perda da proximidade com os corpos parentais e a perda de um amor que talvez imaginamos que tivemos algum dia", afirma Leader. "Por isso o sexo carrega um peso psicológico enorme para nós, o símbolo do que abandonamos da nossa infância — então não é surpresa que passamos nossas vidas pensando sobre o sexo, procurando-o, obcecando-nos a respeito do sexo." ■

Liberté, égalité, diversité...

Olimpíada Os valores que a França quer exaltar nestes Jogos Olímpicos. Por *Daniela Fernandes*, para o Valor, de Paris

LINDSEY WASSON/AP

Na cerimônia de abertura, um misterioso cavaleiro percorria o Sena, enquanto desfilavam imagens de arquivos de Olimpíadas antigas

Muitos vibraram, outros menos, teve quem ficou dividido e até mesmo os que ficaram chocados e fizeram críticas acerbas: a abertura dos Jogos Olímpicos de Paris deixou poucos indiferentes. A França quis exaltar nesse evento planetário valores e referências de sua história, arte e cultura, que foram sendo contados ao longo dos 12 quadros na cerimônia realizada no rio Sena, que teve como cenário lugares emblemáticos da capital.

O formato inédito da cerimônia, que ocorreu pela primeira vez fora de um estádio, também pôde ser visto nos temas evocados, que abordaram inclusão social e princípios progressistas. Para alguns especialistas, a cerimônia representou a união entre a identidade francesa e valores universais.

Por isso não faltaram quadros com os temas de liberdade, igualdade e fraternidade, que é a divisa nacional da França, surgida na Revolução Francesa, no século XVIII, e inscrita na Constituição.

Mas alguns apontam a diferença entre esses valores de liberdade, igualdade e fraternidade e a realidade política e social da França. A cerimônia de cerca de quatro horas de duração que celebrou a inclusão e fez uma ode à diversidade ocorreu três semanas depois do forte avanço da extrema direita no parlamento francês, após liderar o primeiro turno da votação. A direita radical de Marine Le Pen explora problemáticas identitárias, ligadas à imigração, que ecoam cada vez mais para uma parte da população.

Antes dos Jogos, houve uma polêmica sobre a escolha de Aya Nakamura, a cantora pop francesa mais consagrada no exterior, para participar da cerimônia. Partidários da extrema direita consideraram que a escolha da cantora de origem africana não seria a mais adequada para representar a França em um evento assistido por 1 bilhão de pessoas.

Um outro quadro exaltou a solidariedade, com um misterioso cavaleiro no Sena, enquanto desfilavam imagens de arquivos de Olimpíadas antigas e os porta-bandeiras dos países se aglomeravam em frente à Torre Eiffel. Mas, meses antes do início das Olimpíadas, associações que atuam na área social denunciaram o envio de milhares de sem-teto das ruas de Paris para outras localidades, para "escondê-los" dos visitantes. As autoridades negam ter feito uma "faxina social".

Essas ONGs questionaram o compromisso do presidente Emmanuel Macron de que um dos legados dos Jogos seria o de uma sociedade mais inclusiva e criticaram o conceito de "pátria dos direitos humanos", como a França é conhecida, por ter feito a primeira nesse tema durante a Revolução Francesa.

Nas redes sociais, alguns franceses exaltaram a cerimônia de abertura, com adjetivos de republicana, inclusiva, colorida, mas fizeram ironias, perguntando onde seria esse país mostrado no evento.

Alguns dos quadros suscitaram menos questionamentos, como o da sororidade, que homenageou dez mulheres pioneiras em suas áreas, entre elas Olympe de Gouges (1748-1793), uma das primeiras feministas e que atuou na política; Simone Veil (1927-2017), autora da lei sobre o aborto na França; ou a escritora Simone de Beauvoir (1908-1986). O tema da obscuridade lembrou — ao som da música "Imagine", de John Lennon, interpretada por Juliette Armanet em um barco com um pianista — que há guerras e catástrofes climáticas no mundo.

O valor que a França destacou e que mais suscitou reações negativas em meios conservadores e religiosos mundo afora foi o da festividade, que começou com uma homenagem à moda com criações de jovens estilistas e apresentações de dançarinos e drag queens.

O diretor artístico da cerimônia, Thomas Jolly, negou que tenha feito uma paródia da Última Ceia, após grupos religiosos e conservadores considerarem que houve "zombarias" ao cristianismo. A apresentação mostrou o cantor Philippe Katerine, seminu e com o corpo pintado de azul, em uma mesa de banquete, mas Jolly afirmou que a ideia foi uma referência às festas pagãs dos deuses do Olimpo e a Baco, o deus do vinho e das festividades, tema que inspirou vários quadros.

Na França, a religião não tem o mesmo destaque na sociedade como no Brasil. Apenas 8% dos católicos frequentam regularmente um local de culto.

A esportividade foi retratada com as novas modalidades das Olimpíadas: BMX (acrobacias com bicicletas), skate e breaking, mas a forte chuva atrapalhou as performances.

Apesar de algumas polêmicas, mais de 85% dos franceses avaliaram que a cerimônia de abertura foi bem-sucedida, segundo uma pesquisa do instituto Harris. Conhecidos por protestar, desta vez muitos franceses apreciaram como os valores de seu país foram retratados. ■

INÊS 249

EU&

Para sempre Clara Nunes

Musical Vanessa da Mata homenageia a cantora que quebrou paradigmas em seu tempo. Por *Carlos Eduardo Oliveira*, para o Valor, de São Paulo

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Vanessa da Mata: "A Clara tem meu traço, meu jeito de escrever"

Na pausa dos ensaios, a protagonista, desglamourizada, jaz no chão, ainda libertando-se da personagem. "Clarinha"?, alguém a chama pelo seu apelido na produção. Quando ressurge em cena, paramentada, a semelhança com a homenageada é até assustadora. Vanessa da Mata ri da comparação.

"Fui assim à quadra da Portela e o pessoal da Velha Guarda, que conheceu e conviveu com a Clara, ficou muito comovido, diziam que eu queria matá-los do coração", conta. "Mas acho que é mais na serenidade, na maneira tranquila de ser. Entre todo o mundo que a conheceu com quem conversei, é unânime que ela era não só a maior vendedora de discos, de quem ninguém escapava ao ligar o rádio, mas a mais amorosa, cheia de inocência e amor. Ela não tinha essa de competir, de tentar derrubar concorrentes. Era a pessoa mais querida de todo o mercado do fonográfico. O Ivan Lins, por exemplo, caiu em lágrimas falando dela."

O musical "Clara Nunes - A Tal Guerreira", que estreia nesta sexta no Teatro Bravos, em São Paulo, celebra vida e obra da cantora que quebrou paradigmas não apenas musicais, mas também sociais. De registro vocal poderoso e inconfundível, emplacou um caminhão de hits celebrados Brasil afora, vendendo milhões de álbuns e quebrando o tabu vigente de que "cantoras não vendiam disco": "O Mar Serenou", "Tristeza Pé no Chão", "Portela na Avenida", "Morena de Angola", "Conto de Areia", "Canto das Três Raças", "É Baiana", "Juízo Final".

Também marcou época ao explicitar em shows, TVs, jornais e revistas a indumentária de sua afro-religiosidade, estética que virou imagem pessoal. Curiosamente, havia começado a carreira nos anos 1970 como cantora de boleros comportadinha. Morreu cedo, em 1983, aos 40 anos, por causa de reação alérgica à anestesia para uma cirurgia de varizes — episódio que chocou o país e suscitou um rosário de fake news sobre a verdadeira causa.

"Ela achou uma lacuna no samba. Foi para o lado do Brasil popular, com uma diversidade no canto que era algo que ninguém fazia", ressalta Vanessa, cantarolando versos de "Guerreira", título que virou epíteto de Clara Nunes.

"Em uma época em que mulher enfrentava várias restrições sociais para ser artista, ela, uma branca miscigenada, que hoje seria negra, assumia um lugar de muita responsabilidade com essas músicas e ritmos originais, indo de vários tipos de samba à congada, caboclinho, forró. Tinha uma voz potente, carregada de negritude. Pra mim, foi a maior cantora do Brasil. E uma grande personalidade, a Ivete de seu tempo."

Com texto a quatro mãos de André Magalhães e Jorge Farjalla, o espetáculo tem direção de Farjalla, egresso de recentes sucessos nos palcos como a montagem de "Álbum de Família", de Nelson Rodrigues. "Mas toda a idealização é da própria Vanessa", diz. "Um dia, após um espetáculo, ela me procurou e fomos jantar. Ela perguntou se eu podia dirigi-la, e eu disse sim, achando que seria um show. Quando ela revelou ser um musical sobre Clara Nunes, de imediato eu já vi uma cena."

Sua opção narrativa é não linear, nada cronológica. Começa com a cantora recém-desencarnada, tateando o éden. "É o visagismo que conta a época, a caracterização é que dá a noção de tempo e espaço. O Chacrinha, por exemplo, quase um pai para ela e importantíssimo em sua carreira, é representado simbolicamente."

Quem acompanha Clara nessa trip onírica é uma personagem narrativa, no caso, Bibi Ferreira — influência, Farjalla admite, do longa "De-Lovely — Vida e Amores de Cole Porter", de 2004. "Ela e Bibi foram grandes amigas e confidentes, inclusive foi a Bibi quem a fez virar atriz e a dirigiu nos anos 1970 no espetáculo 'Brasileiro, Profissão Esperança'. Na montagem, a Bibi a acompanha na jornada em que Clara revive momentos marcantes e reencontros emocionais, como os com seu falecido pai e com os seus orixás."

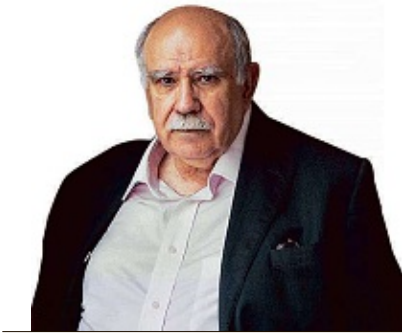
"Pra falar a verdade, não achava que o projeto iria pra frente", revela Vanessa. "Mas, felizmente, foi. Sinto que a Clara merece muito mais. Outras cantoras que se foram, igualmente importantes, sempre têm seus legados exaltados, mas por sua importância, acho que o dela ainda é pouco celebrado."

Pessoalmente, a cantora, que conheceu a obra de Clara Nunes ainda criança por meio do rádio, do canto da mãe e da avó ("cristãs, beatas, cantavam Clara sem nem saber o que era") e dos discos que os tios, caminhoneiros, traziam, vê similaridades entre sua trajetória e a da personagem.

"Ela saiu do Brasil profundo, no interior de Minas, para enfrentar o mundo e perseguir o sonho de ser cantora na cidade grande. Eu sou de família machista dos rincões de Mato Grosso. Aos 14 anos, meu pai anunciou que eu casaria com um fazendeiro, que por sua vez adiantou que eu não poderia estudar, porque teria que cozinhar para os peões da fazenda. Acho que ambos estavam um pouquinho errados", diverte-se.

Vivências como essa, acredita, ajudaram-na a encontrar e compor a "sua" Clara Nunes. "Além de ser de outra geração, o fato de ser compositora e também escritora me ajudou. Não tive que transgredir tanto, visitar espaços de dor, como Chiquinha Gonzaga ou Rita Lee. Faço-a a meu gosto, a Clara tem meu traço, meu jeito de escrever. E tem tanta coisa linda dela pra cantar!" ■

Coluna Social

Insurgência verde

José de Souza Martins

A questão ambiental não é apenas a questão do meio ambiente, mas a questão social da relação homem-natureza, a relação mediadora da necessidade de transformação social

Antes mesmo de se difundir o que vem sendo chamado de consciência ambiental, começavam a ter visibilidade, entre nós, manifestações populares espontâneas de outra variante dessa consciência. A que pode ser definida como consciência prática da relação homem-natureza, a consciência do vivido.

Migrantes vindos da roça, em recantos de favelas, na beira de riachos, nas sobras de terra urbana, semearam hortas e pomares, na tradição dos tempos coloniais das terras comunitárias. Acompanhei em São Paulo e no subúrbio a proliferação, nessa perspectiva, de versões populares do que Ernst Götsch, na Bahia, em seu notável experimento de regeneração produtiva do solo, chama de agrofloresta.

O antagônico da destruição decorrente da expansão da economia neoliberal, do capitalismo rentista, lucrativo no curto prazo e anticapitalista no tempo histórico. A desvalorização de tudo que não é imediatamente lucrativo, como tradições e pessoas.

Um senso comum de amadores da economia foi ocupando o lugar do que o pensador italiano Antonio Gramsci definiu como bom senso. A satanização de Gramsci pelos porta-vozes dessa modalidade de pobreza mental é bem expressão da visão redutiva de mundo dos patronos do lucro sem moral. Ou o que Thompson, em estudo célebre, define como economia moral, a que motivou a derrubada da Bastilha em 1789.

Coisa de gente tosca que se autodefine "de direita", não porque saiba o que quer e o que pode, mas justamente porque não o sabe. Os que definem como de esquerda, supondo estigmatizá-los, quem e o que lhes revela as irracionalidades e a mentalidade do caos. Gente daquela melancólica reunião de governo de 22 de abril de 2020, quando o ministro da área ambiental sugeriu a possibilidade legal de, através de normas infralegais, contornar e violar as regras ambientais passando por baixo do arame farpado da lei.

CARVALL

Direita, como a brasileira, que não tem propriamente medo do comunismo, pois não sabe o que ele é. Tem, sim, medo do conhecimento cientificamente fundamentado que explica a realidade e suas tensões inovadoras. Tem medo do humanismo da tradição popular. Afirma-se conservadora, quando é apenas reacionária. Agarra-se ao presente de contradições e irracionalidades lucrativas porque tem medo das transformações sociais que emancipam e libertam as vítimas da injustiça econômica e da opressão social.

Basicamente, seus agentes sabem que não têm competência para construir o país do futuro nem para nele viver. Cospem no amanhã da pátria e no seu futuro histórico. É o escarro da sociedade do absurdo.

É justamente a concepção popular da questão ambiental, em países como o nosso, um dos refúgios da tradição conservadora, como expressão de um modo de vida excluído das relações econômicas dominantes. Último reduto dos grandes legados da história social e cultural, das pequenas maravilhas do saber dos simples.

Âmbito em que o ser humano se reconhece como ser totalizador e de totalidade em movimento. Isto é, como ser conectado com todos os domínios da vida na relação entre o homem e a natureza, o todo que propõe desafios e dá sentido à vida. Nessa perspectiva, as lutas sociais são lutas contra a vida sem sentido. Essa é a visão de mundo de esquerda. O resto é resto.

Quem é o protagonista desse mundo da liberdade, da superação, da humanização do homem e da transformação social? Teve momento em que os pensadores sociais demonstravam que o protagonista era a classe operária. Mas a sociedade capitalista sujeitou e fragilizou a classe trabalhadora ao minimizar o trabalho e transformar o próprio desemprego em fator de lucro e de lucratividade.

O sujeito da nova realidade possível é o homem simples, sujeito da contradição representada pelas vítimas incapturadas do desenvolvimento econômico socialmente excludente.

É nessa perspectiva que a questão ambiental não é apenas a questão do meio ambiente, mas a questão social da relação homem-natureza, a relação mediadora da necessidade de transformação social. A que propõe o homem de necessidades como autor das mudanças sociais. O homem não como produtor de coisas, de porcas e parafusos.

O homem dessa realidade é produtor do seu destino possível. Seu modo residual de ser, de viver e sobreviver e de pensar é fundamento da crítica de um modo capitalista de lucrar que já não coincide com um modo capitalista de participar nem mesmo na produção. Milhões de desempregados são disso o documento vivo.

No mundo inteiro, são muitíssimas as formas de insurgência contra a devastação da natureza e o negócio da destruição ambiental. O que com Lefebvre defino como insurgência da vida residual e insubmissa de resistência à alucinada economia da destruição lucrativa.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

EU&

À Mesa com o Valor
Luiz Filipe Souza

Depois de ter conquistado prestígio com a culinária italiana do Evvai, o cozinheiro e empresário abraça a gastronomia brasileira com o Y. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de Foz do Iguaçu

A nova cozinha de um chef estrelado

O terraço do restaurante Y, no Hotel das Cataratas, oferece uma das vistas mais bonitas da lenta descida do sol no Parque Nacional do Iguaçu, no extremo oeste do Paraná. A essa hora da tarde, o parque já está fechado e não há mais grupos de visitantes diante do mirante. É a hora em que as águas ganham um tom quase dourado e não se ouve nada além do barulho da água e do canto dos pássaros. Nesse cenário começa este "À Mesa com o Valor" com Luiz Filipe Souza, que há poucos meses inaugurou o Y, uma casa de cozinha brasileira que é o destaque gastronômico do hotel.

A entrada do restaurante é pela própria varanda, que dá vista para as cataratas e é cercada por floreiras cor-de-rosa. As mesas são de mármore branco e as cadeiras, de vime com almofadas. Na primeira sala há o bar com drinques brasileiros revisitados, como o rabo de galo especyal, e o salão principal com 48 lugares, que tem luminárias de palha trançada e cujo mobiliário é feito com madeira brasileira de vários tipos e colorações.

O Y tinha acabado de abrir quando Souza recebeu a segunda estrela Michelin por seu restaurante em São Paulo, o Evvai. Em função da pandemia, o "Guia Michelin" havia ficado suspenso durante quatro anos, e só agora voltou agora ao Brasil. Para o chef, que já tinha uma estrela nas edições anteriores, foi uma grata surpresa. "A gente não estava esperando nada, nem imaginava que tinha sido visitado por algum inspetor do guia", diz.

As negociações entre o chef e o grupo Belmond, que tem a concessão para administrar o Hotel das Cataratas, demoraram cerca de um ano para o restaurante tomar forma. Y pronuncia-se I e deriva de Yguaxy, palavra que significa "água grande" em guarani. O nome foi escolhido como uma homenagem aos povos originários, que viviam ali. Desta vez, em seu primeiro projeto fora da capital paulista, em vez da cozinha italiana que fez sua fama, Souza desenvolveu um cardápio autoral de cozinha brasileira, com pratos que representam várias regiões e onde há de casquinha de siri a pirarucu cru cortado em fatias finas e montado no prato em formato de flor.

O Y é consequência de um longo processo pessoal, no qual Souza percebeu que estava na hora de exercitar sua origem brasileira. Em São Paulo, ele é proprietário do Evvai desde 2017 e da Trattorita Evvai, aberta neste ano poucos metros adiante, na mesma rua, no Jardim Paulistano. A proposta dos dois restaurantes paulistanos é muito diferente. Enquanto o Evvai é uma casa de alta gastronomia, mais formal, e só possui menu degustação, na Trattorita o ambiente é superdespojado, há uma cozinha italiana descomplicada e as pizzas com massa de fermentação natural são o destaque.

Gabriel Tess

Cardápio

Y, Foz do Iguaçu*

Menu degustação em 9 etapas	495
Harmonização com vinhos brasileiros	495
Total por comensal	**990**

* cortesia

Quando está no Hotel das Cataratas, Souza fica todas as noites direto na cozinha. Por isso, prefere marcar a entrevista para o fim da tarde, quando chega para acompanhar os preparativos do jantar. Além de café e água, escolhe dois snacks: a chypa, típica da região e da culinária paraguaia, que ele cobre com toucinho e pimenta muripi, e um canapé de torradinha de brioche com fígado de galinha, cupuaçu e mel de abelha nativa, com um Y.

Ao falar do início de sua carreira como empresário, começa contando que o nome Evvai, escolhido por ele para seu primeiro voo solo, é uma interjeição italiana que significa "vamos nessa!". O restaurante já existia no mesmo endereço, sob o comando de Salvatore Loi e com seu nome, quando houve desentendimentos na sociedade e Souza, subchef de Loi, foi convidado a assumir a casa. Loi é seu padrinho na gastronomia. Foi com ele que conseguiu seu primeiro estágio quando ainda estava na faculdade.

Egresso do mercado financeiro, Souza tinha um visual muito diferente de hoje. Habitualmente usava terno, algo normal no mundo corporativo. Nem tinha se dado conta do quanto aquela indumentária poderia ser estranha e restritiva para quem se apresenta num restaurante moderninho em busca de estágio. "Essa era minha maneira de vestir, eu trabalhava como analista de crédito no HSBC na Faria Lima e imaginava que era a roupa adequada para uma entrevista de emprego. Mas logo percebi que as pessoas davam risada na minha cara", lembra.

Como ninguém o chamava para nada, ele passou a fazer a candidatura online. Foi quando o RH do Fasano o convocou pra uma entrevista presencial com Salvatore Loi. "Eu já tinha rodado

“Tenho ascendência italiana como muitos paulistas, mas de fato sou brasileiro” *Luiz Filipe Souza*

alguns endereços em Higienópolis, bairro onde morava, e que acreditava ter restaurantes mais ao meu estilo, mas acabei no Fasano, um lugar luxuoso, que talvez nem fosse o que mais desejasse para o início de carreira.”

Na entrevista com Loi, mais uma vez, foi de terno. Ao observar a maneira como se vestia, o italiano Loi não o olhou como um ET, pelo contrário, sentiu que falavam a mesma linguagem e o acolheu. Foi ali que começou, fazendo qualquer coisa na cozinha. Ascendeu aos poucos, tornou-se sub-chef e, mais tarde, acompanhou Loi por todas as casas que o chef abriu posteriormente. “Naquela época, o ambiente dos restaurantes tinha uma realidade muito diferente, o esquema não era tão profissional como é uma cozinha hoje. Você entrava ali procurando alguma coisa e ia indo...”

Foi em função dessa experiência que a cozinha italiana entrou em sua vida. “Eu tenho ascendência italiana como muitos paulistas, mas de fato sou brasileiro, minha família é meio Nações Unidas: libanês, italiano, alemão — tudo junto. Aí, depois de um certo tempo, comecei a me questionar quanto ao fato de fazer apenas cozinha italiana”, diz. Principalmente por ter observado que é diferente a sua relação com a cozinha italiana do que a de qualquer italiano, que cresceu com essa cultura.

“Posso estudar qualquer cozinha e praticá-la, mas a minha cultura, a vivência, a memória gustativa é brasileira. Aí comecei a me entender um pouco mais como cozinheiro e como ser humano e, já com um restaurante italiano bem posicionado, passei a ter esse anseio de fazer cozinha brasileira”, conta.

A virada de percepção aconteceu quando ele representou o Brasil no Bocuse D’Or, a mais prestigiada competição mundial de chefs, que ocorre todos os anos em Lyon, na França. A experiência foi, de certa forma, traumática, porque ele partiu imaginando que seria um dos finalistas e acabou ficando com o penúltimo lugar.

De qualquer maneira, o evento despertou nele o desejo de praticar uma cozinha na qual se sentia mais à vontade, “trabalhando com mais propriedade e mais veracidade”. Estava plantada ali a semente do Y, que é o resultado de uma intensa pesquisa pelos biomas brasileiros. “O Brasil tem muitas cozinhas, várias microrregiões e eu quis me aprofundar nisso.”

O espaço do Y anteriormente era ocupado por um restaurante de hotel, igual a tantos outros. Desde que o hotel passou a ser administrado pelo grupo Belmond, que a partir de 2018 passou a pertencer ao conglomerado de luxo LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, a nova direção pretendia transformar o restaurante num lugar de “cozinha contemporânea criativa e com personalidade”. Essa era a ideia da gerente-geral Renata Portes, que deixou o Copacabana Palace, no Rio, que pertence ao mesmo grupo, para assumir o Hotel das Cataratas.

Ao ser escolhido, Souza se dedicou ao projeto como um todo. Definiu o cardápio, escolheu as louças — todas da portuguesa Vista Alegre — e a trilha sonora e desenhou todos os postais que chegam à mesa acompanhando cada prato. O objetivo dos postais é encurtar o blablablá que restaurantes de chefs estrelados costumam fazer para apresentar cada prato. Como o lugar é muito frequentado por estrangeiros, o texto bilíngue traz informações sobre frutas nativas, como a pitanga e o açaí, e explica a distribuição geográfica de ingredientes como a tapioca, o tucupi e vários outros produtos nacionais utilizados no cardápio.

A seleção musical contempla a música brasileira de forma vasta. Tem MPB, tropicalistas, bossa nova. “Tento fugir do que seria música de elevador, né? Queria, também, através da música, mostrar que existem vários Brasis, de uma forma relaxada, compatível com um lugar destes”, explica.

O restaurante é aberto para não hóspedes mediante reserva e há duas opções para o jantar. Um menu degustação de nove etapas (R$ 495) ou o cardápio com preço fixo (R$ 320), onde cada um escolhe os snacks, as entradas, pratos principais e sobremesas, de acordo com as opções apresentadas. Os snacks também são servidos individualmente no bar.

Para acompanhar a refeição é possível escolher livremente na carta de vinhos, onde há rótulos do Velho e Novo Mundo, vinhos em taça e uma seleção brasileira compartimentada por regiões. Outra possibilidade é eleger uma das três propostas de harmonização: só com vinhos brasileiros (R$ 495), com rótulos internacionais (R$ 695) ou um híbrido dos dois (R$ 595).

GABRIEL TESS/DIVULGAÇÃO

“O Brasil tem muitas cozinhas, várias microrregiões, e eu quis me aprofundar nisso”, diz Luiz Filipe Souza sobre seu novo restaurante, Y

TADEU BRUNELLI/DIVULGAÇÃO

TADEU BRUNELLI/DIVULGAÇÃO

GABRIEL TESS/DIVULGAÇÃO

Pratos do Evvai (alto à esq.), Y (acima) e Trattorita Evvai (à esq.)

GABRIEL TESS/DIVULGAÇÃO

Luiz Filipe Souza no Y, em Foz do Iguaçu, sua incursão na cozinha autoral brasileira

TADEU BRUNELLI/DIVULGAÇÃO

O chef no Evvai, restaurante que lhe deu fama

A profissão de cozinheiro não foi algo sonhado por Souza. Ele aproximou-se da cozinha por uma contingência dolorosa. Quando tinha 16 anos, o pai descobriu um câncer em estado avançado, separou-se da mãe e ele acabou indo morar com o pai. Na época, sabia pouco ou quase nada de cozinha. Mas começou a cozinhar para o pai como uma forma de afeto e aproximação. “Os únicos momentos em que a gente tinha de paz e de relação pai e filho passaram a ser à mesa”, recorda.

Aos 20 anos, quando estava no último ano da faculdade de administração, o pai morreu. “Aí me dei conta de como eu ficava feliz enquanto cozinhava para ele.” Foi quando começou a pensar em dar um novo rumo para sua vida numa faculdade de gastronomia. A entrada na cozinha do Fasano foi um choque de realidade para um garoto criado em Higienópolis, numa família de profissionais liberais, que havia estudado no Colégio Rio Branco.

“Lembro que me deram um monte de livros para ler e houve até excesso de cuidado para que eu adentrasse esse mundo com algum conhecimento.” Um desses livros era “Cozinha confidencial”, de Anthony Bourdain, que conta com humor os bastidores pouco animadores do dia a dia em restaurantes da Europa e dos Estados Unidos.

No Fasano, ele começou como todos: cortando cebola, descascando batata. Depois passou para os caldos, molhos e ajudava o açougueiro. Ia de carro para os Jardins e pagava para trabalhar. “Até que surgiu uma vaga no período da manhã de um cara que cuidava da cozinha e pedi para o Loi para assumir o lugar.”

Claro que ele almejava uma carreira dentro da gastronomia como cozinheiro. Mas não imaginava assumir um restaurante de alta gastronomia como o Evvai tão cedo, aos 28 anos. “Com essa idade você é um bebê engatinhando dentro da profissão, e eu não era diferente. Mas foi o que aconteceu comigo, um pouco antes da hora”, diz, agora aos 35 anos.

Ao convidá-lo, os investidores estavam preocupados em saber se o restaurante continuaria a ter a lasanha de Salvatore Loi, um dos pratos mais famosos da casa. Foi quando ele se posicionou: “Óbvio que não!, falei. A César o que é de César. Pra mim era difícil tomar essa decisão, mas precisava me distanciar do Loi, que não era mais o chef e, ao mesmo tempo, tinha que respeitar minha carreira e a dele”.

Depois, durante a pandemia, com o restaurante fechado, e com a ideia de que as pessoas precisavam de pratos acolhedores para comer em casa, começou a fazer pizzas de fermentação natural para o delivery, que hoje continuam no cardápio da Trattorita. As pizzas seguem sendo entregues em domicílio, mas nas noites de domingo é a única coisa que a Trattorita serve.

Durante a quarentena, a cabeça funcionava a mil. E ele se lembra de conversas telefônicas que tinha com Ivan Ralston, do Tuju, também duas estrelas Michelin e um grande amigo. “A gente é mais ou menos da mesma idade, o Ivan tem poucos anos a mais e sempre me deu força. Uma vez ele me disse que achava que nunca mais abriria um restaurante de alta gastronomia como a gente tinha, que o mundo não teria mais lugar pra isso. Olha só: ele abriu e tá fazendo o maior sucesso. Já eu achava que sempre haveria espaço pra esse tipo de cozinha e continuo achando.”

Para ele, existe um “ecossistema de criação”, onde os experimentos se desenvolvem de forma ultra-artesanal, e é aí que se enquadra.

A premissa de Souza, que refuta o fato de que os restaurantes de alta gastronomia vão acabar porque muita gente está cansada de longos menus, é a de que há lugar para todo mundo nesse universo: para quem faz “comida pesquisa”, para lugares solenes e outros mais casuais.

“A alta gastronomia sempre será uma coisa exclusiva, voltada para quem tem poder aquisitivo elevado. Não tem como fugir disso. É assim com a alta-costura, com carros de excelência como a BMW ou a Ferrari. No dia em que a Ferrari passar a ser popular, ela vai deixar de ser Ferrari. O Evvai não é para todo dia. É para um momento especial, de celebração, e ele atende isso. Ninguém tem momentos especiais sempre. Mas agora tenho a Trattorita, onde você pode ir duas vezes por semana, até três, e não cansa.”

Quando assumiu o Evvai, Souza engordou 50 quilos. Já perdeu 40, jogando tênis quatro vezes por semana. Sempre jogou, desde pequeno, e depois de retomar o hábito se deu conta do quanto é necessário para seu equilíbrio físico e mental. Desde a pandemia ele namora a confeiteira Bianca Mirabili, com quem trabalhava e que assina a carta de sobremesa de todos os restaurantes. Agora, os dois vivem juntos na companhia de dois labradores. ■

INÊS 249

MARIA DA PAZ TREFAUT

Natureza e arte

As Cataratas do Iguaçu ganharão a companhia de um museu de arte, além de Itaipu, como pilares turísticos

Turismo Museu em parceria com Centro Pompidou será atração adicional no parque que abriga as cataratas do Iguaçu. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de Foz do Iguaçu

Visto do alto, o Parque Nacional do Iguaçu, na Floresta Atlântica do Alto Paraná, é uma mancha verde em meio ao desmatamento. São 1.852 km^2, que se somam à área argentina do Parque Nacional de Iguazú com o qual faz fronteira, e juntos totalizam 2.500 km^2. Se você não conhece as cataratas, vale muito a pena ir até lá para fazer turismo de natureza. Esqueça o centro urbano verticalizado de Iguaçu, os shoppings e as compras em Ciudad del Este, no Paraguai. A força da natureza é que dita o roteiro da viagem.

Daqui a uns anos, a cultura também será um atrativo. No mês passado, o governo do Paraná assinou uma parceria com o Centro Georges Pompidou de Paris para a construção do Museu Internacional de Arte de Foz do Iguaçu. A instituição de arte contemporânea francesa definirá os conceitos do novo museu, cuja previsão de abertura ao público é 2026. O terreno, ao lado do aeroporto, foi doado pelo grupo CCR e fica a 10 minutos de carro da entrada do parque.

"A ideia não é importar o modelo francês, mas desenvolver junto algo novo e único", diz a secretária de Cultura do Paraná, Luciana Casagrande Pereira, que iniciou as negociações para o projeto em 2020. Ela considera o museu "um terceiro pilar no segmento turístico que se juntará às Cataratas do Iguaçu e Itaipu e que pode transformar a paisagem local, como foi o caso do Museu Guggenheim em Bilbao, na Espanha". A área cedida tem 25 mil m^2 e o museu terá 10 mil m^2 de área construída. Para sua construção, o governo do Paraná investirá R$ 200 milhões.

O arquiteto está definido. Será o paraguaio Solano Benítez, que já ganhou o Leão de Ouro na Bienal de Arquitetura de Veneza e é um dos nomes de destaque na América Latina. O fato de ser de Assunção no Paraguai foi visto como uma proximidade com a região, que está junto à tríplice fronteira que separa Brasil, Paraguai e Argentina.

Da entrada do Parque Nacional de Iguaçu ao início da trilha que leva às partes mais impressionantes das cataratas são cerca de 15 minutos de automóvel. A estrada, impecavelmente bem cuidada, é ladeada por gramados e, com frequência, atravessada por animais silvestres. A ideia de preservar aquela área, que circunda as cataratas, é antiga.

Ainda no século XIX, o engenheiro André Rebouças propôs ao imperador Pedro II a criação de um Parque Nacional na área. Em 1916, foi a vez de Santos Dumont sobrevoar a área e pressionar o então governador do Paraná. Mas o parque só foi criado no governo Vargas, em 1939. E foi ampliado em 1981, durante a ditadura militar, num decreto de João Baptista Figueiredo.

Havia apenas uma casa no parque, diante da entrada das cataratas, onde foi construído, posteriormente, o único hotel que fica na área tombada pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade, em 1986. As obras do Hotel das Cataratas começaram durante o governo Getúlio Vargas, em 1939, foram interrompidas pela Segunda Guerra Mundial e concluídas apenas em 1958, durante a presidência de Juscelino Kubitschek.

Até hoje está preservada a arquitetura dos anos 50 da casa cor de rosa, com molduras brancas, que segue o estilo colonial brasileiro. O hotel, que é operado pelo grupo inglês Belmond desde 2007, tem uma entrada privativa no parque e oferece a única possibilidade de visitar as cataratas a qualquer hora do dia ou da noite, sem filas ou aglomerações. Na semana da lua cheia há visitas noturnas a pé com guias, que separam os grupos por idiomas. As turmas reúnem gente de todas as idades com lanternas na mão e o espetáculo é imperdível.

Outra atração obrigatória do parque é o Macuco Safari. Nele, um trenzinho elétrico conduz as pessoas pela mata. Depois, há uma caminhada em descida, com pedras irregulares, mas com corrimão, que leva até o cais. Dali saem embarcações tipo bote inflável, que costeiam as cataratas o mais próximo possível dentro do limite de segurança.

É uma aventura inesquecível, com muita emoção, medo e uma taxa de adrenalina nas alturas. Prepare-se para sair completamente molhado, apesar das capas de plástico e de qualquer outra proteção contra a água.

Ao visitar o parque hoje, vale a pena recuar no tempo e ver o que escreveu o naturalista, professor de zoologia da USP e pesquisador Paulo Nogueira Neto. Ele foi precursor da política ambiental brasileira e a primeira pessoa a ocupar a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que, mais tarde, originou o atual Ministério do Meio Ambiente. Este é seu relato no livro "Uma trajetória ambientalista", publicado em 2010:

"Em 1941, como fazia nas férias, fui visitar meu pai, que estava exilado em Buenos Aires. O avião usado nessas viagens era um DC-3, que voava a 3 mil metros de altura. Uma das rotas era São Paulo-Curitiba, Foz de Iguaçu, Assunção-Buenos Aires. Logo que o avião subia em Curitiba, após uns 15 minutos de voo, olhando para baixo, somente eram vistas florestas. Não se via qualquer sinal de vida humana, até as proximidades de Foz de Iguaçu. As florestas eram tão imensas e contínuas, que eu escrevi que elas durariam para sempre. Ledo engano. Além de serem relativamente poucas as matas que resistem ainda aqui e ali, nessa região sobrou em larga escala apenas o Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil e na Argentina". ■

DIVULGAÇÃO

O Hotel das Cataratas, único no Parque Nacional do Iguaçu, preserva a arquitetura dos anos 50

O vinho no centro da trama

Teatro Peça com Herson Capri e Caio Blat traz ajuste de contas de pai e filho numa adega. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

NANA MORAES/DIVULGAÇÃO

Herson Capri e Caio Blat interpretam pai e filho que visitam a "biblioteca de memórias" que é uma adega

Com a ruína financeira da família, o filho planeja vender os vinhos da valiosa adega cultivada há anos pelo pai como derradeira solução contra a falência. Para acertar os detalhes, Daniel filho marca um encontro com Daniel pai justamente onde estão as garrafas raras, na mansão onde viveram durante vários anos. As surpresas dessa reunião, que se transforma em um tenso ajuste de contas, garantem o interesse da peça "Memórias do Vinho (Per Bacco)", que estreia no dia 3 de agosto no Teatro Vivo, em São Paulo.

A adega, formada por garrafas colecionadas como antigos presentes, compras de oportunidade e raridades arrematadas em leilões caríssimos, representa uma espécie de biblioteca de memórias, e algumas logo se revelam difíceis de serem degustadas. Escondido entre as garrafas, o filho encontra um diário escrito pelo pai contendo informações detalhadas sobre quando cada garrafa foi adquirida e aberta.

"A ideia de utilizar o vinho como condutor da história partiu da Jandira Martini, autora do texto, que tinha bom conhecimento de enologia", conta Maurício Guilherme, coautor da peça. Com a morte de Jandira em janeiro passado, ele se tornou o único interlocutor com a equipe criativa do espetáculo.

Segundo ele, o texto, escrito em 2016, teve como ponto de partida um objeto muito valorizado por colecionadores: justamente o diário do vinho, que tem a função de ser a memória escrita de todos os rótulos experimentados pelo amante dessa bebida e que traz informações detalhadas sobre quando cada garrafa foi adquirida e aberta. "O teatro e o vinho são prazeres momentâneos, pois são degustados uma única vez. O programa impresso de uma peça e o diário do enólogo são os únicos documentos perenes sobre como foram aquelas experiências", comenta Guilherme.

Na peça, o pai conta que iniciou sua coleção com um presente dado pelo sogro, um vinho considerado uma lenda: Château Cheval Blanc 1947, apontado por degustadores experientes como o melhor Cheval Blanc do século XX. Isso porque foi produzido em meio a inúmeras adversidades.

Naquele ano de 1947, a França ainda se recuperava do estrago provocado pela ocupação nazista durante a Segunda Guerra; as adegas estavam vazias; os barris eram velhos e até mesmo itens básicos como garrafas, rolhas e rótulos eram escassos. Mesmo assim, o vinho exibe uma rara qualidade, fazendo com que a garrafa atingisse uma notoriedade, com o preço médio de R$ 122 mil.

É justamente um Cheval Blanc 1947 que conduz a peça para um final surpreendente. "O vinho é um elemento que tanto provoca alegria como tristeza para aquela família pois quebra a racionalidade da relação", comenta o diretor Elias Andreato.

"Serve também como possibilidade de aproximação entre pai e filho", complementa Herson Capri, intérprete do Daniel pai, homem ambicioso que levantou sua fortuna ao se associar a políticos corruptos.

"A opulência financeira é bem representada quando ele se lembra de um pedido inusitado feito pela esposa, Laurita, que, como prova de amor, queria fazer uma 'ode à diversidade', ou seja, ela exigiu (e conseguiu) um banho de banheira preenchida pelo conteúdo de 46 garrafas de Bordeaux, de safras e vinícolas diferentes."

Descobertas inusitadas que espantam Daniel filho à medida que lê o diário do vinho do pai. "A deformidade política provocada pela relação paterna com a corrupção aumenta uma rachadura interna, que é a má relação entre ambos", afirma Caio Blat, que vive Daniel filho.

Depois de uma temporada na Austrália, onde não conseguiu construir uma carreira como cineasta, ele volta em busca da salvação financeira representada pela valiosa adega paterna. Para iniciar uma reconciliação, ele traz um vinho australiano, Penfolds Cabernet-Shiraz, safra 2011, cuja textura cremosa provoca uma boa sensação na boca.

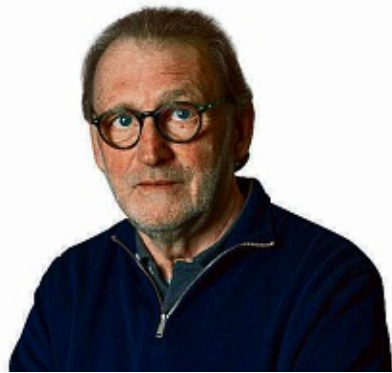
"Jandira me pediu para escrever as falas do pai porque eu entendia bem o personagem", explica Maurício Guilherme, que visitou diversas adegas para melhor compreensão da enologia. "Fizemos uma escala de valores dos vinhos para utilizar os mais caros nos momentos mais dramáticos da peça, como Chateâu Margaux 1945, considerado um ano lendário por marcar o final da Segunda Guerra Mundial, e o Hermitage La Chapelle 1961, vinho que sempre desfrutou de um status icônico."

Segundo o autor, a peça originalmente se intitularia "Per Bacco", forma de brindar em homenagem a Baco, que, na mitologia romana, é o deus do vinho. Mas os dramaturgos consideraram hermético demais, deixando-o como subtítulo após "Memórias do Vinho".

"A história revela o aspecto efêmero que só o teatro é capaz de registrar — em oposição direta ao que acontece hoje, quando imagens e sons são captados freneticamente por smartphones e câmeras", comenta o produtor Roberto Monteiro.

"É uma saga familiar com dois personagens construídos com precisão, de forma elaborada, o que os aproximam da dramaturgia americana de Tennessee Williams e Eugene O'Neill", acredita Elias Andreato. "E ainda traz o vinho como elemento marcante na ascensão e queda daquela família." ■

Vinho

Em prol dos vinhos espanhóis de qualidade

Jorge Lucki

A Espanha vinícola é muito mais do que os rótulos baratos que costumam representá-la e merece um trabalho institucional

Em outubro do ano passado, cerca de 500 manifestantes reuniram-se numa autoestrada perto da cidade fronteiriça francesa de Boulou, pararam vários caminhões com produtos espanhóis e destruíram as suas cargas. Mais de 240 hectolitros de rosé a granel foram despejados na estrada e 10 mil garrafas de Cava foram destruídas. Os baixos preços do vinho estrangeiro têm causado problemas aos viticultores locais, que lutam para vender os seus próprios produtos, saindo às ruas para manifestar-se contra o que consideram ser uma concorrência desleal.

O sindicato preparou uma carta a ser enviada aos comerciantes e importadores franceses de vinho que apelava à "suspensão total da compra de vinho de outras regiões ou do estrangeiro até que os vinhos locais sejam vendidos a um preço justo". Segundo eles, "os espanhóis têm taxas mínimas, liberdade para adotar técnicas e colocar todos os produtos químicos que quiserem em suas vinhas, enquanto nós não temos direito a nada... Como resultado, o vinho espanhol custa metade do preço do vinho francês". O governo espanhol condenou esses e sublinhou que o bloqueio ameaçava a livre circulação de mercadorias na União Europeia (EU).

Embora algumas das alegações dos produtores franceses de certa forma procedam, a bronca deveria ser dirigida primeiramente ao Inao, Institut National des Appellations d'Origine, órgão público responsável pela (demasiadamente rígida) regulamentação e proteção das Denominações de Origem (A.O.C.) do setor agroalimentar e vinícola da França, que os deixam muitas vezes sem flexibilidade para atender às novas tendências de mercado. Enquanto a legislação na França é gerida pelos mais altos níveis do governo, na Espanha as DO, Denominación de Origen, foram criadas para serem autônomas, o que permite decisões e atualizações mais rápidas nas leis do vinho.

Quando se trata do preço do vinho espanhol, existem fatores que o tornam mais barato do que em muitos outros países. Em primeiro lugar, os custos de produção são mais baixos devido a menos restrições ao uso da terra em comparação com França ou Itália. Também contam as medidas e regulamentos de apoio para ajudar a indústria vinícola implementados pelo governo do país.

JORGE LUCKI

Quim Vila fez da Vila Viniteca uma das mais importantes referências para amantes de vinhos

O clima na Espanha também desempenha um papel importante na produção de vinhos de qualidade mais acessíveis. Tendo a maior área de vinhas plantadas do planeta, e sendo o terceiro maior produtor em volume, a Espanha tem invejável vocação para produzir vinho, de mais comerciais a topos de gama. A imagem do vinho espanhol como vinho barato, no entanto, é preocupante. Os dados publicados pelo Observatorio Español del Mercado del Vino (OeMv) situavam o preço médio de venda do vinho espanhol em € 1,43 (o do a granel está por volta de € 0,37), muito inferior ao dos tradicionais países exportadores europeus.

O vinho faz parte da história da Espanha desde 3.000 a.C., mas lutou para formar uma identidade clara para o mercado internacional. A epidemia da filoxera, a Segunda Guerra Mundial e a instabilidade civil e política dissuadiram ainda mais o progresso da indústria vinícola espanhola. O renascimento do vinho espanhol começou na década de 1950, na esteira da estabilidade doméstica. O estabelecimento de grandes vinícolas cooperativas deu origem a um mercado internacional para vinhos genéricos a granel.

A elevada procura de vinhos europeus, juntamente com o aumento dos preços e a baixa oferta, aumentaram a procura de vinho espanhol a granel. Rapidamente a Espanha se tornou o maior exportador mundial de vinhos baratos a granel — 57% das exportações de vinho da Espanha são a granel. Parte desse vinho é exportada a preços muito baixos para serem misturados e engarrafados com seu próprio rótulo. Às vezes é mais barato para as vinícolas importar vinho e vendê-lo do que cultivá-lo e produzi-lo em vinhedos franceses.

O grande volume de vinho a granel prejudica a imagem do vinho espanhol, fazendo com que o vejam como sinônimo de barato. O destino dele também é motivo de preocupação, uma vez que está altamente concentrado em França, Alemanha, Itália e Portugal — cerca de 80% das exportações de vinhos a granel se concentram nestes quatro países —, que também são produtores e exportadores de vinho.

No relatório levantado pela Product Audit, empresa especializada em análise do mercado de bebidas em geral, com as estatísticas de importação de vinhos referente ao ano passado, consta o valor médio por caixa que entrou no Brasil. Não é surpresa que o menor valor por caixa de 9 litros (12 garrafas) na origem (FOB) seja da Espanha — US$ 20,56, ou seja US$ 1,71 por garrafa —, conseguindo a "proeza" de tirar do Chile a tradicional posição que sempre ocupou (hoje está logo abaixo com US$ 20,58).

Vale ressaltar, é o valor médio por caixa. Importadoras brasileiras têm recebido constantemente ofertas de garrafas de vinhos espanhóis a € 0,80, que, internadas, são colocadas no varejo na faixa entre R$ 30 e R$ 40. São marcas desconhecidas que os importadores "criam" e oferecem como alternativa aos baratos chilenos da linha "Reservado". Representando, de longe, a maior parcela dos vinhos consumidos pelos brasileiros, os rótulos mais baratos continuam sendo a aposta das "ponto-com" e dos supermercados. Na busca por vinhos cada vez mais baratos, têm aparecido ofertas de rótulos chilenos e espanhóis por preços irrisórios.

O que me intriga é a falta de empenho (prostração?) do ICEX, Instituto Español de Comercio Exterior, um órgão público espanhol que tem (teria) a função de promover os vinhos espanhóis e contribuir para seu reconhecimento como produtos de alta qualidade. No ranking de tintos e brancos importados pelo Brasil, a Espanha é dependente dos rótulos baratos, ocupando posição secundária nas categorias premium e super premium. E mesmo assim por conta de algumas marcas de peso (Vega Sicilia, Tondonia, Álvaro Palacios etc.) sonho de consumo de quem conhece o assunto. A Espanha vinícola é muito mais do que isso e merece um trabalho institucional.

Nesse meio-tempo, me contento em ficar babando com a seleção de vinhos no catálogo que acabei de receber da Vila Viniteca, renomada loja e distribuidora de vinhos com sede em Barcelona. Fundada em 1932, a empresa evoluiu ao longo dos anos nas mãos do espevitado Quim Vila, para se tornar uma das mais importantes referências para amantes de vinhos.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

INÊS 249

RAPHA GARCIA/DIVULGAÇÃO

Apresentação da Orquestra de Ouro Preto na praia de Copacabana, em junho de 2024, projeto da Vale, a maior investidora em cultura do país por meio da Lei Rouanet

Os grandes patrocinadores

Incentivo Quais são as empresas que mais investem em cultura no Brasil.
Por *João Bernardo Caldeira*, para o Valor, do Rio

Em 2023, pelo quarto ano consecutivo, a Vale foi a maior investidora em cultura do país por meio da Lei Rouanet. A mineradora aportou R$ 221 milhões. Nos últimos cinco anos, o total que ela despendeu por meio do mecanismo de incentivo fiscal federal foi de R$ 1,1 bilhão, garantindo a continuidade de dezenas de iniciativas em curso neste ano, como Instituto Inhotim, Orquestra Sinfônica Brasileira, Flip, Grupo Galpão, Bienal de São Paulo, além da manutenção de seus quatro espaços culturais, em Belo Horizonte, Vitória, São Luís e Canaã dos Carajás, no Pará.

O Itaú Unibanco aparece na segunda posição, com R$ 123 milhões investidos por meio do dispositivo de renúncia, em 2023, e R$ 442 milhões nos últimos cinco anos. A Fundação Itaú, que engloba as ações e atividades do Itaú Cultural, situado na avenida Paulista, colocou ainda cerca de R$ 100 milhões em recursos diretos para o setor no ano passado. Desde 2016, a fundação passou a custear as atividades do seu instituto com recursos totalmente próprios oriundos dos rendimentos de seu fundo patrimonial, que soma cerca de R$ 5,5 bilhões.

Entre as diversas iniciativas viabilizadas pelo banco estão projetos e instituições como Masp, MAM-RJ, Fundação Iberê Camargo, Baile do Menino Deus, Flup, bienais do livro do Rio, São Paulo e Pernambuco e a digitalização de acervos de nomes como Hélio Oiticica e Oscar Niemeyer. O Itaú Cultural também desenvolve ações próprias como o projeto Rumos, exposições, publicações e pesquisas como as estimativas do PIB da economia criativa e o levantamento dos hábitos culturais do brasileiro.

O top 5 dos maiores investidores via Rouanet inclui ainda Bradesco, BNDES e Santander, com aportes de R$ 280 milhões, R$ 220 milhões e R$ 200 milhões, respectivamente, nos últimos cinco anos.

Aquela que já foi a principal mecenas da cultura, a Petrobras, ocupa a 8ª posição no recorte da última meia década. A subida para a 5ª posição em 2023 já aponta uma retomada: com o retorno de seu programa de patrocínio ao setor em 2024, a companhia prevê a destinação de R$ 192 milhões para cultura neste ano, 90% deste montante por meio da Rouanet.

O ranqueamento dos maiores investidores da lei foi compilado ao **Valor** pela plataforma Prosas, especializada em consultoria e monitoramento do mercado de investimentos sociais no país. Para chegar aos resultados, a plataforma agrupou dados e valores dos CNPJs ligados a grupos empresariais. Nos casos dos bancos Bradesco, Itaú e Santander, por exemplo, são mais de 10 CNPJs por grupo.

"Com frequência, um projeto recebe aportes de diversos CNPJs de um mesmo grupo", explica Thiago Alvim, sócio-fundador da Prosas. "Ao agrupar os CNPJs, temos uma radiografia mais acurada."

A plataforma detectou que, no ano passado, 4.600 CNPJs usaram a lei e foram identificados 250 grupos empresariais. Do total de CNPJs, 2.056 respondem por 94,6% do montante de recursos investidos. E 50% dos valores foram aplicados por 38 empresas.

Proponentes do Sudeste receberam 73% dos investimentos em 2023, seguido da região Sul (14%), Nordeste (6%), Centro-Oeste (2%) e Norte (2%). As expressões mais contempladas são artes cênicas (26%), música (25%), artes visuais (13%) e museus (13%).

O levantamento revela o crescimento meteórico de investimentos de empresas como Nubank e Shell, que usaram o mecanismo pela primeira vez em 2021. A petrolífera aportou R$ 14 milhões naquele ano, saltando para R$ 54 milhões em 2022 e R$ 55 milhões no ano passado, na 6ª posição entre os principais investidores de 2023.

Já o banco digital, com R$ 64 milhões, alcançou o 4º lugar no ano passado. A empresa mais que dobrou o seu investimento ano a ano, com aportes de R$ 14 milhões em 2021 e R$ 31 milhões em 2022. O Nubank apoiou ações e instituições como Masp, circulação do espetáculo "Viva o Povo Brasileiro" e o 18º Festival de Teatro da Amazônia.

A ampliação ou redução dos aportes dependem do desempenho da empresa e do interesse na utilização do mecanismo. De acordo com a legislação, a Rouanet permite que companhias tributadas com base no lucro real revertam até 4% de seu imposto de renda devido para patrocínio. Pessoa física pode repassar até 6% de seu imposto.

Quanto melhor o resultado financeiro, maiores os tributos devidos e também a margem para renúncia fiscal. "Acompanhamos e planejamos a perspectiva do nosso orçamento ao longo do ano e, nos meses finais, conforme a disponibilidade, fechamos com os projetos já mapeados", explica Bibiana Berg, senior head de experiência e cultura do Santander Brasil.

MARCUS DESIMONI/NITRO

Thiago Alvim, da plataforma Prosas: no ano passado, 4.600 CNPJs usaram a Lei Rouanet

No caso da Shell, por exemplo, além de aportar recursos próprios nos museus do Amanhã e do Jardim Botânico e no Prêmio Shell de Teatro, realizado desde 1988, a multinacional se viu num cenário que permitiu o uso da lei. "Em 2019 e 2020, nossa posição fiscal não nos tornava elegíveis", explica o gerente executivo de comunicação e responsabilidade social da Shell Brasil, Glauco Paiva. "Em 2021, esse contexto mudou e, desde então, os aportes vêm aumentando ano a ano."

Outra destacada ascensão foi a da multinacional de máquinas agrícolas John Deere, que subiu da casa de R$ 5 milhões, em 2019 e 2020, para R$ 20 milhões (2021), R$ 37 milhões (2022) e R$ 42 milhões (2023). Com o crescimento, a companhia entrou na 8ª colocação entre os maiores aportes do ano passado. Presente com cinco fábricas no Rio Grande do Sul, o foco na cultura está em projetos com perfil filantrópico nos territórios onde atua.

"Nossa expansão acompanhou o momento de alta do agronegócio", explica Edilson Proença, diretor do Instituto John Deere. "Saímos daquele patamar de lucro operacional de cinco anos atrás, que representava um quinto do atual", calcula.

Uma novidade no ranking 2023 é a presença do Google Brasil, que pela primeira vez utilizou a Rouanet. O montante de R$ 17 milhões lhe garantiu a 16ª colocação. A empresa afirma que seguirá utilizando o mecanismo neste ano e já apoiou iniciativas como Fundação Osesp, Perifacon, Cine-PE, Maranhão na Tela e Cine Ceará. Para administrar a sua destinação de recursos incentivados culturais e sociais, o Google Brasil contratou a empresa de consultoria Incentiv.

A definição estratégica dos investimentos sociais e de filantropia — por meio de fundos e leis de incentivo voltadas para cultura, saúde, educação, trabalho, infância, terceira idade etc. — num único centro de tomada de decisões também é o caminho adotado por empresas como Itaú, John Deere, CCR e Nubank, por meio de institutos, fundações ou departamentos de ESG.

"Impressiona o estado de prontidão do setor cultural"
Luiz Gustavo Barbosa

O Instituto CCR, que colocou R$ 18 milhões em Rouanet em 2023, investirá um total de R$ 60 milhões em verba sociocultural neste ano e R$ 500 milhões até 2030. "Temos foco em mobilidade urbana, saúde e educação e, na cultura, já apoiamos instituições como Fundação Casa de Jorge Amado, Instituto Tomie Ohtake e Museu das Favelas", afirma Renata Ruggiero, diretora do Instituto CCR.

A Fundação Itaú prevê um orçamento global social de R$ 300 milhões para 2024 e outros R$ 91 milhões de recursos incentivados investidos pelo banco. Presidente da fundação, Eduardo Saron explica que a criação da instituição, há cinco anos, propiciou um novo perfil de iniciativas integradas.

"O grande ganho foi a possibilidade de construir alianças entre diversas áreas, não há nada mais poderoso e transformador para combater a desigualdade e fazer esse país avançar do que o diálogo entre cultura e educação", afirma. Sob esse espírito, nasceram iniciativas como pós-graduações e cursos profissionalizantes, como um case na Paraíba voltado para formação de profissionais para economia criativa.

Já a atuação do maior investidor em Rouanet possui outro perfil. O diretor-presidente do Instituto Cultural Vale, Hugo Barreto, explica que o organismo atua não apenas fomentando projetos selecionados por meio do seu edital anual de cultura, mas também com participação ativa no mercado. Para planejar e idealizar ações, inclusive em seus equipamentos culturais, o executivo dialoga com prefeituras, produtores e instituições, a fim de identificar oportunidades e necessidades do setor.

Com esse trabalho de diálogo e escuta surgiram iniciativas como o apoio à Cinemateca Brasileira, cujo acervo corria risco de incêndio sem o devido restauro, as oficinas de capacitação cultural em Parauabepas (PA) e a formação de um programa de residência de crianças do projeto Vale Música para tocarem com a Orquestra Sinfônica Brasileira. "Somos uma potência econômica, mas só dinheiro não faz a cultura", afirma. "Temos que estar juntos, abraçar e ser abraçado pela cultura, numa articulação ativa de patrocínio."

Em 2023, os investimentos totais realizados por meio da Lei Rouanet chegaram a R$ 2,3 bilhões. O montante é relevante para o segmento e bem superior, por exemplo, ao investimento direto do orçamento do Ministério da Cultura realizado no mesmo período, de R$ 97 milhões. Segundo dados da Prosas, desde 2010, o mecanismo movimenta anualmente mais de R$ 1 bilhão. O dispositivo expandiu inclusive no governo Bolsonaro, que tinha por hábito tecer ataques à Rouanet: o montante passou de R$ 1,2 bilhão em 2018 para R$ 1,4 bilhão em 2019, depois alcançando R$ 1,5 bilhão (2020) e R$ 2,1 bilhão (2021 e 2022).

Em 2024, o teto permitido atinge o número recorde de R$ 2,9 bilhão. "Essa ampliação é possível porque a execução anual da Rouanet, de cerca de 110% do total concedido pela Fazenda, demonstra a existência de uma demanda muito maior do que a oferta e um grande potencial de expansão", afirma Henilton Menezes, secretário de economia criativa e fomento do Ministério da Cultura.

O economista Luiz Gustavo Barbosa, da Fundação Getulio Vargas, que coordenou estudos de impacto econômico de programas de fomento como ProAc e Lei Paulo Gustavo e atrações como Flip e Cristo Redentor, também observa atributos específicos dessa indústria: "Impressiona o estado de prontidão do setor cultural, que, diferentemente de segmentos que necessitam de ações de longo prazo, costuma responder com agilidade e alto volume de entregas", avalia.

Segundo levantamento de 2018 coordenado pelo economista, a cada R$ 1 gasto na Rouanet outros R$ 10 são gerados. "Esse índice de alavancagem econômica é altíssimo porque muitos eventos recebem um número elevado de público local e de turistas, o que acarreta em explosão de seu efeito multiplicador", explica. Um estudo atualizado do impacto da lei foi recentemente encomendando pelo Ministério da Cultura à FGV.

"A Rouanet atende, sobretudo, iniciativas de maior escala, como grandes instituições, eventos e museus", analisa Thiago, sócio da Prosas. "É fundamental para a cadeia produtiva a complementaridade de recursos com patrocínio direto e programas de fomento estaduais, municipais, leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo."

DIVULGAÇÃO

'Acompanhamos e planejamos a perspectiva do nosso orçamento ao longo do ano', diz Bibiana Berg, do Santander

MARCELO BRAVO/DIVULGAÇÃO

'Somos uma potência econômica, mas só dinheiro não faz a cultura', afirma Hugo Barreto, do Instituto Cultural Vale

DIVULGAÇÃO

"Temos foco em mobilidade urbana, saúde e educação", diz Renata Ruggieri, do Instituto CCR, acima, que tem verba sociocultural de R$ 500 milhões até 2030

Além do uso de renúncia, as empresas também aportam recursos próprios na cultura visando, sobretudo, visibilidade de marca. O mercado de shows ficou especialmente aquecido após a pandemia. Embora os investimentos de marketing não sejam revelados pelas companhias, segundo apurado pelo **Valor** em maio, o show da Madonna realizado neste ano no Rio contou com R$ 40 milhões em patrocínios do Itaú e Heineken. Essas e outras marcas, como Tim, Vivo, Budweiser, Bradesco, Ipiranga, Volkswagen, Porto, Vibra, Claro, Natura, Coca-Cola, entre outras, figuram entre patrocinadores de casas de shows e eventos como Rock in Rio, The Town e Lollapalooza.

Desde o ano passado, o Santander — que mantém quatro espaços culturais em São Paulo e Porto Alegre — passou a investir em shows internacionais. Por meio de parcerias com grandes produtoras do showbiz, como Live Nation e 30E, o patrocínio do banco garante aos seus clientes acesso a vendas de ingressos antecipadas e descontos para apresentações de nomes como Alanis Morissette, Lenny Kravitz, Mariah Carey e Eric Clapton.

"Entramos na música pois, além de ser um lugar inexplorado pelo banco, esse território possui grande potencial para estreitar nosso relacionamento com os clientes e explorar estádios e arenas que recebem milhares de pessoas como espaços para promover nossa marca e produtos, com um enorme impacto de branding", analisa Berg, executiva do Santander Brasil.

É possível estimar que o mercado de patrocínio cultural direto, fomentado pela iniciativa privada, mas também pela contratação pública, atinge valores bem superiores ao praticado nas leis de incentivo. "Apenas um único grande festival de música pode levantar cerca de R$ 200 milhões em patrocínio", afirma Luiz Gustavo, da FGV. "O Brasil possui inúmeros eventos e festividades espalhadas por diversas regiões, como Carnaval, São João, Círio de Nazaré e Festival de Parintins, para citar apenas alguns, que certamente movimentam altas cifras." ■

ANDRÉ SEITI/DIVULGAÇÃO

'Não há nada mais poderoso e transformador para combater a desigualdade e fazer esse país avançar do que o diálogo entre cultura e educação', diz Eduardo Saron

Líderes do incentivo
Empresas que mais investiram em cultura, em R$ milhões

Em 2023

Empresa	R$ milhões
Vale	216
Itaú	124
Bradesco	77
Nubank	64
Petrobras	57
Shell	55
Santander	53
John Deere	42
BNDES	40
Banco do Brasil	32

De 2019 a 2023

Empresa	R$ milhões
Vale	1100
Itaú	442
Bradesco	279
BNDES	220
Santander	199
Banco do Brasil	142
Vicunha-CSN	138
Petrobras	137
Shell	122
Nubank	109

Fonte: Prosas

INÊS 249

EU&

As múltiplas faces de Guto Lacaz

Arte Produção variada do artista ganha mostra no Itaú Cultural. Por *Darlene Dalto*, para o Valor, de São Paulo

São mais de 50 anos dedicados às artes plásticas, considerando os primeiros trabalhos que fez ainda na faculdade de arquitetura, em 1970. De lá para cá, Guto Lacaz, 75, provocou e encantou o público com obras que vão de instalações a performances, passando por uma vasta produção de objetos, desenhos, ilustrações, projetos gráficos, logomarcas, cartuns e cenografia.

Boa parte dessa produção pode ser conhecida na mostra "Guto Lacaz: Cheque Mate", que até o fim de outubro ocupa três andares do Itaú Cultural, na avenida Paulista. "Estou em estado de graça", diz. A ideia partiu dos designers Kiko Farkas e Rico Lins, curadores da mostra. "Esses dois vêm conspirando a meu favor há tempos. Mais que amigos, digo que são meus empresários." A exposição traz cerca de 170 peças.

Embora seu pai tenha sido um médico importante — Carlos Silva Lacaz foi responsável por idealizar, implantar em 1959 e conduzir o Instituto de Medicina Tropical, que existe até hoje —, a medicina nunca foi uma opção para Lacaz. Desde os 10 anos, ele desenhava compulsivamente. "Eu gostava de copiar os cartuns de Millôr Fernandes, Jaguar, Borjalo e Fortuna que vinham nas revistas", lembra. "A cópia é a melhor escola." Volta e meia ele pedia ajuda para o vizinho Ruy Pedreiras, amigo até hoje, que desenhava melhor do que ele na época.

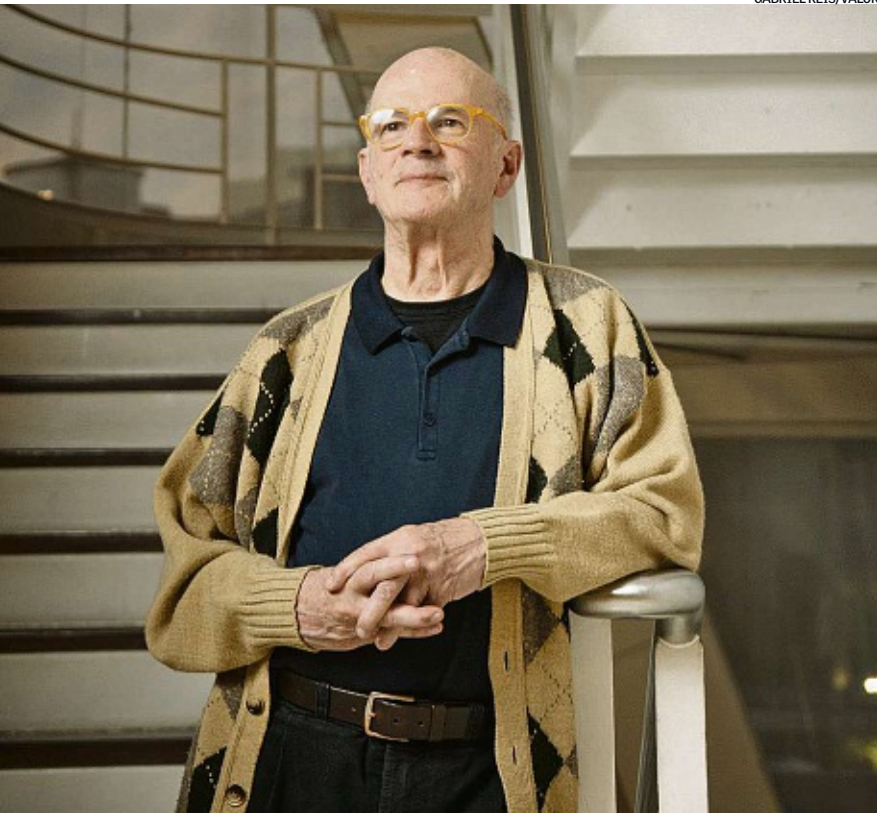
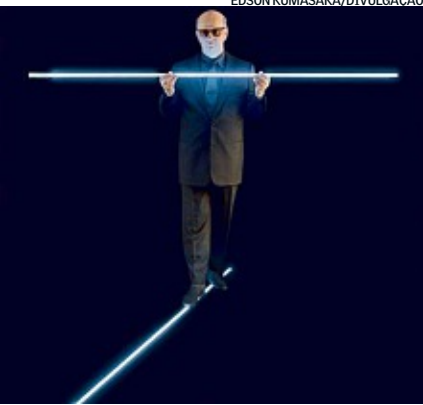
Mais tarde, decidiu que seria engenheiro eletrônico, fez colegial técnico em eletrônica industrial, mas ali mesmo percebeu que sua escolha não daria certo. "Era muita matemática. Eu preferia a parte mais lúdica da engenharia, queria montar aparelhos. Descobri que a matemática não gostava de mim."

Em paralelo aos estudos, foi montando uma oficina em casa. Gostava de ganhar ferramentas de aniversário. E pedia: "Quero um martelo, uma furadeira", conta. A oficina acabou se transformando em um ateliê, que o acompanha até hoje. No cursinho, Lacaz deu sorte e teve aulas com Carlos Fajardo e Luiz Paulo Baravelli, grandes artistas. "Eles educaram gerações. Tenho guardadas as aulas que tive com eles até hoje", diz.

Ao desistir da engenharia, optou por arquitetura e foi estudar na FAU, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em São José dos Campos. Não passou na USP nem no Mackenzie, as duas faculdades de arquitetura em São Paulo. Apesar de o país viver sob uma ditadura, a coisa era mais tranquila no interior. "Fui morar em uma república. Era época de sex, drugs and rock'n'roll, movimento hippie. Digo que sou hippie até hoje. Paz e amor", brinca.

Na faculdade, Lacaz aproveitou cada minuto. "Os professores eram muito estimulantes, provocadores. Lembro de um exercício clássico de design. Você precisava criar embalagens de papelão ou de arame para uma dúzia de ovos e levar até Campinas sem quebrar. Eu fiz as duas."

O próximo exercício era uma abstração. O professor pediu que os alunos criassem qualquer coisa com o arame. Ele foi o único da classe que criou. Essa primeira criação, que acabou se tornando sua obra número 1, pode ser vista pelo público na exposição. Trata-se de "Escultura com Bandeira", uma pequena peça cinética, que se movimenta. "A classe toda gostou, o professor também. Ali eu entendi que tinha feito algo diferente."

Em 1978, quando fazia um trabalho de artes gráficas para o Senai, viu em um dos corredores um cartaz sobre a 1ª Mostra do Móvel e Objeto Inusitado, no Paço das Artes. Sem pensar, fotografou 14 peças que tinha criado e chamava de cartuns tridimensionais, colocou em um envelope e mandou. Acabou sendo premiado na exposição e de quebra ganhou elogios do crítico Olívio Tavares de Araújo. Ele escreveu que Lacaz havia sido o único da coletiva que apresentou trabalhos inusitados.

GABRIEL REIS/VALOR

EDSON KUMASAKA/DIVULGAÇÃO

Guto Lacaz e foto de "Eletroperformance", que está na exposição no Itaú Cultural

Algumas dessas peças, feitas com materiais diversos como vidro, arame e gesso, também estão na exposição. Foi a partir desse prêmio que ele entendeu que essa seria a sua profissão. "Fiquei vaidoso, mas eu não estava preparado, então fui estudar."

Nessa época, Dudi Maia Rosa estava fazendo sua primeira individual no Masp e Fajardo o levou para ver. "Na hora, pensei: quero ser aluno desse cara. E fui bater na porta dele." Foram dois anos de aprendizado e troca. Logo os convites para exposições começaram a surgir.

Para além das coletivas, embora se diga tímido, Lacaz passou a fazer performances também. E aprendeu com o que considera o melhor deles, o artista plástico Ivald Granato. "Um dia encontrei o Granato na Galeria São Paulo e ele me convidou para fazer uma performance. Nem sei por que, aceitei, e foi ótimo", lembra Lacaz, que acabou se apresentando várias vezes no antigo Radar Tantã, uma das maiores danceterias que a cidade já teve.

Na exposição é possível ver ensaios fotográficos de algumas delas, entre as quais "Ludo Voo" e "Eletroperformance". "Guto é um artista ímpar. Trafega magistralmente entre a arte e a ciência. Ele aborda diversas camadas da criação com um olhar que enxerga sem preconceito e em todas as direções", afirma o curador Rico Lins.

Lacaz tem certo apego por suas obras, como uma escultura cinética de 15 metros interativa chamada "Pororoca", que ocupa boa parte do primeiro andar do Itaú Cultural. Foi criada para uma exposição no Sesc Pinheiros.

"Quero vender essa obra, mas se vender, vou sentir falta", diz. A única peça de que ele certamente não quer se desfazer é sua obra número 1. Entre as obras expostas, três foram pensadas especialmente para a ocasião: "Volare", feita com cilindros transparentes; "Nomes", uma brincadeira, um jogo de palavras; e "Eletrolinhas", construída com caixas pretas verticais com fendas e pequenos movimentos.

Após tantas décadas e exposições, Lacaz não se vê como um multiartista. Diz que é arquiteto e artista plástico. A base de sua obra continua sendo sua observação crítica e bem-humorada do dia a dia e a observação contínua dos objetos do cotidiano tão diversos quanto livros e latas de óleo, vitrolas e máquinas de escrever, rádios de pilha e bandejas. "Guto é um cara que consegue olhar para o mundo de uma maneira diferente, com um humor e uma ironia que só ele consegue ter", diz Kiko Farkas. "E só ele tem a chave para nos mostrar esse universo escondido nos lugares mais insuspeitos. Consegue extrair um potencial poético que não vemos. Esse é o legado do Guto."

Afeito à tecnologia e às traquitanas elétricas e eletrônicas que inventa, Lacaz passa a maior parte do tempo em frente à tela do computador, mas tem sempre à mão uma caneta e um caderno, onde anota ideias e desenhos. "Eu brinco que a ordem é um estado transitório. O ateliê é o meu caos organizado." No ano que vem, ele quer voltar às performances e refazer algumas que encenou nos anos 80.

"Espero que as pessoas se encantem [com a exposição no Itaú Cultural] e propaguem. Glauber Rocha dizia que é preciso ter mais coragem do que talento. Acho que é o meu caso". ■

Natalie Portman estrela suspense intrincado

TV 'A Mulher no Lago' trata de temas como misoginia, judaísmo e preconceito racial. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

A minissérie "A Mulher no Lago" prometia: adaptada de um romance homônimo de Laura Lippman, chamado de extraordinário no "The New York Times" por ninguém menos que Stephen King, a produção marca a estreia oficial de Natalie Portman na TV, que até então só havia feito algumas participações aqui e ali. Já a diretora-criadora, a israelense Alma Har'el, soma trabalhos interessantes no circuito independente, tendo dirigido "O Preço do Talento" e o filme-concerto de Bob Dylan "Shadow Kingdom".

Na prática, porém, a minissérie simplesmente não engata. Não nos dois primeiros episódios, que deveriam ser fundamentais para o sucesso do programa dentro do formato de episódios semanais da Apple TV+.

Em parte, isso se deve à narrativa prolixa: alinhado às demandas de diversidade, o texto dá um jeito de amarrar judaísmo, misoginia e preconceito racial numa trama de assassinato ainda mais intrincada.

Se as pautas se conectam com inteligência, também parecem um tanto forçadas. Mas o maior problema é que "A Mulher no Lago" nunca cria tensão suficiente para manter nosso interesse.

A história se passa na Baltimore dos anos 1960 e teve como inspiração dois assassinatos reais que a autora Laura Lippman acompanhou pelos jornais durante a juventude. Natalie Portman ("Cisne Negro", "Closer") vive Maddie Schwartz, uma dona de casa judia constantemente oprimida pelo marido, Milton, e sua comunidade.

Num almoço de Dia de Ação de Graças particularmente tumultuado, ela arruma as malas e sai de casa, para incredulidade de Milton (Brett Gelman, de "Fleabag" e "Stranger Things"). Uma árdua realidade aguarda a protagonista recém-separada, incapaz de vender os próprios bens sem a assinatura do marido.

DIVULGAÇÃO

Natalie Portman interpreta uma dona de casa judia oprimida pelo marido e pela sua comunidade

Maddie vai parar num pequeno apartamento na periferia da cidade, de vizinhança predominantemente afro-americana, ao mesmo tempo que toma parte nas buscas por uma menina desaparecida, Tessie, vista pela última vez entrando numa loja de aquarismo. Aos poucos, o caso vai a reconectando com seu passado como jornalista investigativa, sobretudo após se relacionar com um outro crime local, o que nos leva à personagem de Moses Ingram ("O Gambito da Rainha").

Ela interpreta Cleo Johnson, uma mulher negra, mãe de dois filhos, que se desdobra em múltiplos empregos para fechar o orçamento doméstico, enquanto o marido boêmio, Slappy Jones (Byron Bowers, de "Irma Vep"), perambula pelo circuito de comédia stand-up.

Embora pregue o trabalho honesto em casa, Cleo também transita pelo submundo, cumprindo um expediente noturno a serviço do notório gângster local Shell Gordon (Wood Harris, de "The Wire"). Certa noite, ela sai para entregar um envelope e acaba refém de circunstâncias trágicas.

Os primeiros episódios não mostram a morte de Cleo, mas é seu cadáver que aparece sendo atirado num lago na cena de abertura. Naturalmente, tudo se conecta em algum ponto.

Dividida em sete episódios de cerca de uma hora de duração cada um, "A Mulher no Lago" traz ainda Y'lan Noel ("Insecure") como um detetive romanticamente envolvido com Maddie, e Mikey Madison ("Better Things") como a jovem hippie que insiste em se aproximar da protagonista, um pequeno alívio cômico na narrativa. ■

A Mulher no Lago
EUA - 2024. Criadora: Alma Har'el. Onde: Apple TV+
★★☆☆☆

Rei das montanhas

Cinema Lenda italiana do alpinismo dirige documentários para contar como casos controversos 'realmente' aconteceram. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Mestia, Georgia

Em março último, Reinhold Messner recebeu a última peça de um quebra-cabeça trágico envolvendo a morte de seu irmão, Günther, em 1970, na Nanga Parbat, a nona montanha mais alta do planeta, com 8.125 metros, na Cordilheira do Himalaia.

Chegara finalmente às mãos do montanhista italiano, em sua casa, na região de alpes de Tirol do Sul, a segunda bota usada pelo seu irmão mais novo naquela expedição. O calçado surrado, encontrado por moradores no lado conhecido como Diamir da montanha, foi interpretado por Messner como uma "nova mensagem" de Günther, morto aos 24 anos.

"É muito importante manter o diálogo com o meu irmão. Quando revisito montanhas que escalamos juntos, ainda consigo ouvi-lo. Ele está sempre me chamando e me desafiando a chegar ao topo", conta Messner ao **Valor**, em Mestia, cidade montanhosa a 1.500 metros de altitude no noroeste da Geórgia, ex-república da União Soviética. É como se a bota fosse o último "presente além-túmulo", enviado por Günther, já que Messner passou décadas sendo acusado de ter abandonado o irmão na subida, enquanto este passava mal, para atingir o cume sozinho.

Chamado de "Rei das Montanhas", Messner foi homenageado no recém-encerrado Mestia International Mountain Film Festival, onde mostrou "Nanga Parbat - My Key Mountain", um documentário que dirigiu para passar a limpo os acontecimentos de 1970.

Rodado em 2020, o filme registra a volta de Messner à montanha, 50 anos depois, para recapitular (usando também imagens de arquivo) o que teria acontecido. Ou seja, para reforçar que Günther morreu na descida e não na subida — contrariando a versão de outros participantes da expedição.

Segundo eles, Messner, levado pela ambição, teria deixado o irmão para morrer sozinho na parede mais alta e perigosa da Nanga Parbat, chamada face Rupal, que foi usada pela dupla para alcançar o pico.

"A 300 metros do cume, onde as condições climáticas pioraram muito, meu irmão me desafiou, dizendo que devíamos seguir até o fim, por estarmos tão perto. Mas a decisão certa naquele momento teria sido desistir e voltar pela mesma rota, com maiores chances de sobrevivência. Como éramos muito jovens, achávamos que conseguiríamos, o que nos levou a uma situação desesperadora, da qual eu saí vivo e ele, não", recorda Messner, prestes a completar 80 anos, em 17 de setembro.

Após chegarem ao topo, ambos estavam esgotados, mas Günther dava sinais de mal de altitude, o que levou o irmão mais experiente a decidir não descer pela mesma rota de subida, procurando um lado menos íngreme — no caso, a face Diamir. Com 26 anos na época, Messner tomou a liderança na descida, feita às cegas.

Ele deixou Günther descansar um pouco ao atingirem a base da Diamir, a uma altitude de cerca de 4.700 metros, continuando sozinho a exploração por um caminho mais fácil. Quando voltou para buscar Günther, o irmão havia desaparecido, enterrado por uma avalanche. "De certa forma, eu me sinto responsável pela morte de meu irmão. Mas não pelas acusações que recebi depois."

A narrativa de Messner, de que os irmãos tentaram descer a montanha juntos, foi inicialmente comprovada em 2005, quando restos mortais e a primeira bota de Günther (ainda com partes de seu pé no interior) foram encontrados.

A descoberta foi feita no lado Diamir da montanha, exatamente onde Günther desapareceu, segundo o seu irmão. Ainda assim, há alpinistas, pesquisadores e escritores que continuam questionando a história de Nanga Parbat repetida à exaustão por Messner, que já se acostumou a ver seu nome envolvido em controvérsias — em parte, por ser um dos montanhistas mais reverenciados de todos os tempos.

DIVULGAÇÃO

Reinhold Messner em filmagem: o montanhista conta suas versões

No ano passado, o Guinness tirou de Messner dois de seus nove recordes registrados. Desde 1986, ele figurava no livro como o primeiro alpinista a escalar as 14 montanhas do mundo com mais de 8 mil metros e o primeiro a realizar a mesma façanha sem oxigênio suplementar — sua abordagem no esporte sempre foi minimalista, usando só o equipamento imprescindível.

Embora esses dois recordes ainda estejam listados no site do Guinness, eles ganharam a palavra "legado" entre parênteses. O nome que aparece como "verdadeiramente" a primeira pessoa que atingiu o cume das 14 montanhas com mais de 8 mil metros é o do americano Ed Viesturs.

Isso porque o pesquisador Eberhard Jurgalsk, responsável pelo site 8000ers.com, alegou que Messner nunca chegou ao pico do Annapurna, no Nepal. Com base em fotografias, imagens de satélite e dados topográficos, ele sugere que o italiano teria ficado cinco metros abaixo do ponto mais alto, o que Messner contesta.

Os parâmetros no alpinismo não são tão definidos como em outros esportes. O que é o cume da montanha em um dia pode ser alterado no outro, se o gelo derreter. "Meu alpinismo não conhece recordes", declara Messner, para encerrar a questão.

Atingir o topo da montanha é, ironicamente, algo secundário, na visão do alpinista. "Descer em segurança é como nascer de novo, sensação que tive milhares de vezes. Esse é o momento crucial para todos nós", afirma Messner, que começou a fazer escaladas aos 5 anos, com o pai, Josef, um alemão radicado na Itália. "Na minha idade, não posso mais participar de expedições como fazia há 50 ou 30 anos. Talvez por isso eu tenha me tornado um contador de histórias, sobretudo nos últimos dez anos", completa ele.

Já são vários livros publicados, alguns deles sobre a evolução no montanhismo, e vários filmes como diretor, alguns dedicados à cadeia Dolomitas, nos alpes italianos, onde fez as primeiras escaladas com Günther. Seu próximo passo cinematográfico será uma produção sobre a expedição ao K2, a montanha mais perigosa do planeta, de 1954.

A primeira ascensão ao K2 por italianos foi marcada por rivalidades entre os esportistas e falsas acusações de sabotagem contra Walter Bonatti, que levou anos para limpar o nome e provar que não usou os cilindros de oxigênio destinados aos companheiros encarregados de atingir o cume.

Recorrendo a material original da expedição, Messner vai resgatar o caso "exatamente" como aconteceu. "O que mais me irrita é ver pessoas de fora, ou seja, jornalistas, historiadores e pesquisadores, contando as nossas histórias. Como eles nunca têm a menor ideia do que é ser montanhista, do que nós enfrentamos e das decisões difíceis que precisamos tomar em situações de emergência, acabam destruindo vidas e carreiras", diz Messner, lembrando que a verdade sobre os fatos no alpinismo só pode ser encontrada com inspeções no local. "A montanha nunca mente." ■

É Tudo Verdade

Retorno a Bogdanovich

Amir Labaki

Diretor de 'A Última Sessão de Cinema' é relembrado em retrospectiva completa no Rio e livro de entrevistas que repassa sua carreira

Morto há pouco mais de dois anos, Peter Bogdanovich (1939-2022) está em toda parte. A Caixa Cultural no Rio de Janeiro apresenta até o próximo domingo (4) uma retrospectiva quase completa de seus filmes para a tela grande. Num livro póstumo de entrevistas na França, o diretor de "A Última Sessão de Cinema" (1971) repassa minuciosamente sua atribulada trajetória, de um dos mais prestigiados diretores da geração batizada na virada dos anos 1960 para os 70 como a Nova Hollywood (Altman, Coppola, De Palma, Friedkin, Penn, Scorsese) a cineasta bissexto nas últimas quatro décadas de vida. Até podcaster ele se tornou, num último projeto que teve de ser concluído pelo amigo e diretor Guillermo del Toro ("A Forma da Água").

Bogdanovich terminou sua saga fechando um círculo ao revisitar os grandes diretores da Hollywood clássica que ajudou a valorizar em seu início como crítico, curador e historiador de cinema nos anos 1960. Para seu podcast "One Handshake Away" (a um aperto de mão de distância) convidou uma nova geração de cineastas hoje no auge do prestígio para conversar sobre a obra de mestres a partir das minuciosas entrevistas realizadas por ele (muitas reunidas no obrigatório "Afinal, quem faz os filmes", Companhia das Letras, 984 págs, 2000, infelizmente esgotado).

Dos sete episódios que seguem o formato planejado, Bogdanovich teve tempo de conduzir apenas os quatro primeiros. Com Del Toro discute Hitchcock; com Quentin Tarantino, Don Siegel; com Rian Johnson, Orson Welles; e com o documentarista Ken Burns, John Ford. Del Toro o substitui nos três últimos, abordando Howard Hawks com Greta Gerwig, Fritz Lang com Julie Delpy e Raoul Walsh com Allison Anders.

Apresentado pela atriz, produtora e ex-mulher de Bogdanovich Louise Stratten, o podcast é um playground para cinéfilos: bastidores dos encontros originais de Bogdanovich, trechos deliciosos dos depoimentos, influências jamais imaginadas vindo à luz. Como bônus, um oitavo episódio reúne Wes Anderson e Noah Baumbach para discutir tanto a obra de Bogdanovich quanto sua influência pessoal como "mentor" de ambos.

OXXO/WIKIMEDIA

Em podcast, Peter Bogdanovich revisita grandes diretores da Hollywood clássica

Se em "One Handshake Away" Bogdanovich generosamente divide o holofote, no livro de Jean-Baptiste Thoret o palco é todo dele. "Peter Bogdanovich – Le Cinéma comme élégie: Conversations" (Carlotta, 2023, 220 págs, 20 euros, ainda inédito em português) se assemelha, na intenção biográfica e na estrutura acronológica, a "Este é Orson Welles" (Globo, 651 págs, esgotado), o volume de entrevistas realizadas por Bogdanovich com o diretor de "Cidadão Kane" (1941). Editado a partir de uma série de depoimentos colhidos a partir de 2009, sempre em Los Angeles, o livro de Thoret se distingue sobretudo pelo tom mais jornalístico e menos informal.

Em oito capítulos, "O cinema como elegia" se alterna entre o mergulho na impressionante cultura cinematográfica (hollywoodiana seria mais preciso) de Bogdanovich e a discussão a fundo, da gênese à recepção, de uma dúzia dos 18 longas-metragens ficcionais para cinema dirigidos por ele entre 1968 (o thriller "Na Mira da Morte", produzido por Roger Corman) e 2014 (a comédia romântica "Um Amor a Cada Esquina", subestimada e marcadamente lubitschiana). Para um quadro ainda mais completo, só mesmo na edição do livro de memórias já anunciado.

"Sem querer parecer pretensioso", conclui o cineasta ao fim das conversas, "toda vez que aceitei compromissos, eles (os filmes) falharam". É didático quanto à trajetória meteórica de sua trajetória que Bogdanovich sustente que, do conjunto de sua produção, tenha exercido "controle total" apenas sobre quatro filmes de sua fase inicial.

Rodados todos em pouco mais de meia década, são eles a estreia ainda na franja independente com "Na Mira da Morte" e três filmes feitos em sequência: dois de seus maiores sucessos hollywoodianos, as comédias "Esta Pequena É Uma Parada" (1972), estrelada por Barbra Streisand e Ryan O'Neal, e "Lua de Papel" (1973), também com Ryan e sua filha Tatum O'Neal (a mais jovem premiada com um Oscar), e o drama adaptado de Henry James com Cybill Shepherd no papel título, "Daisy Miller" (1974), um devastador fracasso de público e crítica que inaugurou o rápido declínio de sua carreira.

Note-se a ausência na lista da obra-prima que o catapultou para a linha de frente de sua geração: o melancólico, mas duro "A Última Sessão de Cinema".

Na introdução ao livro, Thoret frisa duas características essenciais da obra de Bogdanovich. A primeira é a sua busca constante de atingir o grande público, como seus mestres do auge de Hollywood, creio que sobretudo o Howard Hawks de "Levada da Breca" (1938), "Jejum de Amor" (1940), "Bola de Fogo" (1941).

A segunda é, de uma forma ou de outra, girar em torno do próprio cinema ou do mundo do espetáculo: no primeiro caso, "Na Mira da Morte" e "A Última Sessão de Cinema", "No Mundo do Cinema" e "O Miado do Gato", até documentários, como "Dirigido por John Ford" (1970) e sua despedida com "O Grande Buster: Uma Celebração" (2018); no segundo, "Impróprio Para Menores" (1992), "Um Sonho, Dois Amores" (1993), "Um Amor a Cada Esquina". Não poderia ser mesmo mais certeiro o subtítulo da retrospectiva carioca: "Uma Vida Para o Cinema".

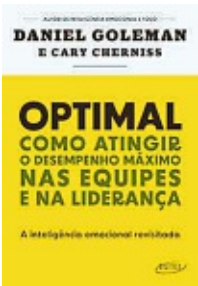
Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

LIVROS

As vantagens de ter um chefe inteligente

Guru da inteligência emocional explica como comportamento das lideranças impacta no desempenho operacional. Por *Jacilio Saraiva*, para o Valor, de São Paulo

Optimal - Como atingir o desempenho máximo nas equipes e na liderança
Daniel Goleman e Cary Cherniss
Trad.: Cássio Arantes Leite
Objetiva
256 págs., R$ 89,90

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Goleman: "A diferença estará no modo como [as empresas] vão gerenciar seus funcionários"

Tudo era mato no campo da inteligência emocional (IE) quando o psicólogo americano Daniel Goleman começou a pesquisar o tema nos anos 1990. Em 1995, publicou sua obra mais conhecida, "Inteligência emocional" (Ed. Objetiva, 384 págs.), nome que deu a uma das habilidades mais demandadas no mundo corporativo.

Para ele, hoje com 78 anos, a capacidade de lidar com as próprias emoções é decisiva para avançar na carreira ou manter relações pessoais duradouras. O livro inicial foi traduzido em 40 idiomas e deslanchou uma saga de títulos em torno da ideia, como "O cérebro e a IE" (2012) e "Inteligência social - A ciência revolucionária das relações humanas" (2019).

Desta vez, o autor se junta ao consultor Cary Cherniss, um amigo de longa data e diretor do programa de psicologia organizacional da Universidade Rutgers, em Nova Jersey (EUA), para revisitar a teoria, mais centrada na alta gestão, em "Optimal - Como atingir o desempenho máximo nas equipes e na liderança".

Lançado em janeiro nos EUA, o livro bebe na fonte de exemplares anteriores de Goleman, como "Liderança - A IE na formação do líder de sucesso" (2015) e "O poder da IE - Como liderar com sensibilidade e eficiência" (2018).

O psicólogo formado em Harvard justifica o reboot quando aponta que, ao saber gerenciar melhor as atitudes no dia a dia, os gestores podem atingir um estado "optimal" — em que pares e liderados se sintam produtivos e inspirados, mas não esgotados. Os dois especialistas sabem que falar de performance desenfreada nos anos 2000 não combina mais com os índices de burnout nos ambientes de trabalho, anabolizados desde a pandemia.

"As consequências psicológicas do esgotamento podem incluir depressão, isolamento social, uso de álcool e drogas", elencam os autores. "Em uma pesquisa, 3/4 dos entrevistados afirmaram que o estresse no trabalho impactava relacionamentos pessoais, 2/3 apontaram distúrbios no sono e 16% largaram o emprego por conta do problema."

A análise de cenários sobre comportamento humano sempre fascinou o estudioso, considerado por muitos o "pai" da IE. Em 1996, Goleman fundou, com Cherniss, o Consórcio de Pesquisas sobre IE nas Organizações, para incentivar a realização de teses que promovessem o casamento entre os parâmetros da metodologia acadêmica com as demandas corporativas.

Para quem se interessa pelo assunto, um dos destaques da versão online do centro é uma coleção de podcasts com professores que formam o comitê.

Na obra atual, leitores familiarizados com as percepções de Goleman vão encontrar a cereja do bolo no capítulo 10, sobre como liderar com IE. "Tudo começa no topo", afirmam. "Trabalhar com um líder inteligente é uma sensação libertadora: a disposição 'otimizada' fica mais alcançável. As pessoas têm mais dias bons."

Na opinião dos autores, é a atitude das chefias que vai dar o tom no clima organizacional e no engajamento dos funcionários nas metas de entregas. "Quando os líderes são habilidosos em gerir não só os próprios sentimentos como os daqueles com quem se relacionam, empresa e equipes se beneficiam com um melhor desempenho geral", assinalam.

Esses benefícios, dizem, incluem uma maior satisfação no trabalho, com menor rotatividade de talentos, e o crescimento dos lucros operacionais. Citada no livro, uma análise de 12 estudos com 2,7 mil profissionais mostra que uma IE mais elevada entre os gestores infla em 25% o comprometimento do quadro com os objetivos das companhias.

Para que as diretorias conquistem níveis de IE com mais velocidade, a dupla indica um atalho: grande parte da habilidade se resume à empatia. Como exemplo, citam o caso do CEO americano Bob Chapek, que teria sido demitido pela Walt Disney Company em 2022 "pela dificuldade de lidar com pessoas".

A receita dos pesquisadores para aumentar o poder de compreensão na alta cúpula pode estar "dentro de casa". Segundo eles, experimentos mostram que reuniões regulares entre líderes que compartilham problemas pessoais e profissionais aliviam a pressão no expediente e contribuem para o crescimento da IE no time.

Goleman, que foi colunista de ciências do jornal "New York Times" por 12 anos, também atualiza, de raspão, o impacto que a IE terá com o avanço da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho — apenas duas páginas são dedicadas ao tópico.

Na visão dele, ainda que a IA "deixe uns sem trabalho, auxilie outros no que já fazem e gere novas possibilidades de emprego", a necessidade da excelência nas relações interpessoais será ainda mais valiosa nos próximos anos.

"O trabalho se verá diante de um crescimento em escala de tarefas de alto nível, ligadas ao design e à criatividade", profetiza. "Mas, se todas as corporações possuírem mais ou menos as mesmas tecnologias e hard skills [capacidades técnicas], a diferença positiva estará no modo como vão gerenciar seus funcionários."

A história da Terra em 200 páginas

Obra desmistifica os dinossauros e joga luz na escuridão que iniciou o planeta. Por *Matheus Lopes Quirino*, para o Valor, de São Paulo

Uma história (muito) curta da vida na Terra
Henry Gee
Trad.: Gilberto Stam
Fósforo
280 págs., R$ 79,90

O jornalista inglês Henry Gee não responde diretamente a uma das questões mais perturbadoras da história da humanidade — quem veio primeiro foi o ovo ou a galinha? —, mas afirma em seu livro "Uma história (muito) curta da vida na Terra" que a ave "marinha Asteriornis, do final do [período geológico] Cretáceo, era prima do grupo que acabaria se transformando em patos, gansos e galinhas". Surgidos bilhões de anos depois do início do planeta, os seres alados têm sua origem contada no livro, que ambienta a atmosfera onde viveram os primeiros dinossauros.

"Os dinossauros sempre foram feitos para voar", explica o autor ao abrir o capítulo que conta a história do voo. "Uma das características dos dinossauros era ter cobertura de plumas. No início, elas eram mais parecidas com pelos." Gee desfaz a imagem cinematográfica de monstros verde-neon e ritmados, como foi propagado por clássicos da literatura e do cinema, como na série de filmes "Jurassic Park", de Steven Spielberg.

A narrativa também evoca cenas muito exploradas pela ciência, como quando Gee conta dos hábitos carnívoros e sangrentos dos tiranossauros. "Mas os dinossauros também foram bem-sucedidos em ser pequenos. Alguns eram tão baixinhos que poderiam dançar na palma da sua mão."

Adiante, ele desfaz a imagem assustadora desses seres, muitos deles menores do que um gato doméstico. "O Microraptor, por exemplo, era do tamanho de um corvo e não pesava mais de um quilo; o peculiar Yi, parecido com um morcego, pesava menos que a metade disso."

Pesquisador e editor da prestigiosa revista científica "Nature", Gee abarca 4,6 bilhões de anos de história em pouco mais de 200 páginas. Dividido em 12 capítulos, capturando eras geológicas, mudanças extremas e os movimentos do planeta Terra até a forma como hoje a conhecemos no mapa-múndi, Henry Gee parte de uma grande escuridão.

"A vida evoluiu nas regiões mais profundas do oceano, onde as bordas das placas tectônicas mergulhavam na crosta; e onde jatos de água fervente, ricos em minerais e sob extrema pressão, jorravam das rachaduras abissais", pontua ele sobre a formação dos oceanos, onde surgiram os primeiros seres vivos, membranas espumosas microscópicas.

"Uma história (muito) curta da vida na Terra" chega às prateleiras na esteira de lançamentos que contemplam temas científicos, como "Um mundo imenso", do jornalista Ed Young (Todavia) e "As vinte mil léguas de Charles Darwin" (Fósforo), fruto das pesquisadoras Sofia Nestrovski e Leda Cartum, que adaptaram para o formato de podcast pérolas do mundo da ciência.

Sem didatismos ou anedotas demasiadamente longas, o livro de Gee explora os temas principais de cada evolução terrestre e se beneficia de um certo humor para situar o leitor em situações embaraçosas.

Quando discorre sobre os fragmentos de vida no período do Ediacarano, Gee mostra a importância dos fósseis: "São tão intrigantes quanto as pegadas de um criminoso que acabou de deixar a cena do crime. Podemos inferir algo sobre a constituição do criminoso, e até mesmo de suas intenções, a partir de uma pegada".

As analogias enriquecem a narrativa e dão fluência ao texto científico e aos termos complicados, mas o "palavrório" científico não é gasto em vão. De pequenas células e moléculas aos grandes mares, dos dinossauros ao começo da agricultura e às primeiras cidades habitadas pelos *Homo sapiens*, Gee discorre 120 milhões de anos em algumas páginas, sem perder o traquejo ou ocultar partes essenciais.

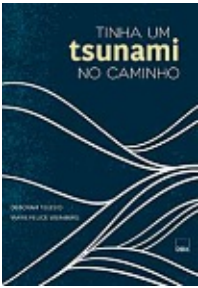
A habilidade de seu trabalho como editor transforma o texto, uma espécie de guia de viagens por tempos remotos e repletos de perigos. Em bilhões de anos, o objetivo maior das espécies foi sempre sobrevivência — diferentemente dos humanos, "os primeiros hedonistas". Gee mostra como pobres criaturas lutaram, muitas vezes, em vão. A atmosfera, por muito tempo, foi cruel.

"No Cambriano, uma criatura desconhecida deslizou para as praias baixas e arenosas do continente de Laurentia [hoje o Leste da América do Norte], deixando rastros que bizarramente se parecem com marcas de pneu de moto. Mas foram momentos de bravura desafiadora, como se o motociclista tivesse dado algumas empinadas antes de buscar refúgio mais uma vez sob as ondas. A vida se aventurou no seco, mas não para ficar".

Saltando para o mundo atual, Henry Gee traz histórias de desaparecimentos de espécies, como borboletas e mariposas inglesas, e mostra como o fim dos ciclos é inevitável. Tratando de números gigantescos, as anedotas catastróficas de Gee não chegam a assustar. Ao contrário de outros tratados sobre a destruição do planeta pelas mãos do homem, o fim de ciclo mostrado por Gee parece estar bem distante.

Lançamentos

Caminhos e descaminhos da estabilização
Affonso Celso Pastore
Portfolio Penguin, 240 págs., R$ 99,90

Em seu último livro, Affonso Celso Pastore (1939-2024) aborda o conflito fiscal-monetário a partir da consolidação do regime do tripé macroeconômico que começou na segunda fase do Plano Real em 1999. Em um texto que soma a análise econômica à experiência de quem testemunhou os principais acontecimentos do setor das últimas décadas, Pastore explica por que esse regime contribuiu para afastar o risco da dominância fiscal, controlar a inflação e enfrentar crises recentes. O economista deixa um alerta: podemos preservar as boas políticas econômicas se os responsáveis não esquecerem de olhar para a nossa própria história.

Tinha um tsunami no caminho
Deborah Telesio e Marie Felice Weinberg
DBA
136 págs., R$ 55,90

As amigas Deborah e Marie passavam férias na Tailândia no fim de 2004 quando ficaram frente a frente com o grande tsunami do Oceano Índico. Em poucos minutos, o que era um paraíso tornou-se o cenário do caos e destruição. Nesta obra escrita a quatro mãos, elas voltam àquele momento assustador e relatam o ocorrido — o impacto, a força brutal das ondas, a luta pela sobrevivência. O livro é um testemunho das amigas sobre a força da natureza e a resistência humana. É um trabalho memorialístico construído com base nas cicatrizes que ficaram e na profunda conexão que passou a unir as autoras.

Os vulneráveis
Sigrid Nunez. Trad.: Carla Fortino
Instante
176 págs., R$ 74,90

A premiada escritora americana Sigrid Nunez ambienta esta história no começo da pandemia de covid-19. A personagem, que se encaixa na faixa dos "vulneráveis", vai passar a quarentena no apartamento da amiga de uma amiga para cuidar de Eureca, o papagaio — que está só porque outro hóspede, um jovem, sumiu. Mas ele volta e os três ficam juntos. A evolução desses relacionamentos, interpessoais e interespécies, faz a base da narrativa. Ao voltar seu olhar para o trauma coletivo, Nunez cria situações e personagens que refletem sobre a vulnerabilidade humana, a impermanência, a tênue beleza das conexões afetivas e a natureza da memória.

A poeta & outros eus
João Alexandre
Urutau
52 págs., R$ 48,00

Este é o livro de estreia de João Alexandre, nascido em São Paulo em 1995 e criado desde muito cedo em Curitiba. E foi a capital paranaense — que também agrega, como tantos locais, os punks boêmios, policiais em luto, crianças alopradas, abstêmios de nicotina e poetas sem talento e exibe bares pichados — que o inspirou a escrever as histórias de "A poeta & outros eus". São sete contos, nos quais o autor explora questões como os vícios, escatologia, impulsos sexuais e desprezo pelas banalidades humanas. Todos os contos (narrados em primeira pessoa e tendo a cidade como palco) apresentam um ritmo frenético. ■

EU&

DIVULGAÇÃO

Chico aos 10 anos em Roma: passeio entrecortado pelo desejo e pela paixão

Nostalgia mezzo realista

Chico Buarque revolve reminiscências reais e ficcionais na cidade magnífica. Por *Cinthia Rodrigues*, para o Valor, de Roma

Bambino a Roma
Chico Buarque
Companhia das Letras
168 págs., R$ 79,90

O edifício da Via San Marino, 12, no bairro Trieste, em Roma, existe (com a fachada restaurada, em uma região extremamente valorizada em termos imobiliários). Dentro do apartamento 2, um menino brasileiro com cerca de 8 anos conta como foi viver na capital da Itália do pós-guerra, quase uma década depois de ser combalida por bombardeamentos, escassez de comida e o fascismo ainda ecoando, em uma narrativa que mescla memórias e ficção.

Quem escreve é Chico Buarque e o livro se chama "Bambino a Roma" (Menino em Roma), o sétimo do autor a ser editado pela Companhia das Letras. A obra do escritor chega no momento em que ele acaba de completar 80 anos e não tem compromisso em ser uma autobiografia — é um entremeado de lembranças reais ou inventadas.

Os elementos vão sendo construídos em cima de temas pertinentes a um cidadão que emigrou. A saudade do arroz e feijão (rapidamente esquecidos e trocados por massas), a estranheza com a língua diferente, a sexualidade incipiente, um professor que passava a mão em sua bunda, a paixão pelo futebol, as roupas de inverno trazidas do Brasil que não funcionam muito bem, os amigos da escola americana a quem ele chama apenas pelo primeiro nome (uma criança não se lembraria de sobrenomes).

Em uma passagem emocionante, Francesco ou Tico, como era chamado (para o italiano, o "Chi" tem som de "Qui", então apelaram para algo parecido), o menino circula pela antiga livraria Hoepli, de três andares (hoje uma loja da rede japonesa Uniqlo), e tem uma epifania quando vê a obra escrita pelo pai, o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

"É o livro do meu pai!, falei alto, interrompendo o vendedor e o intelectual. É o livro do meu pai!, falei sozinho descendo a escada. É do meu pai, falei mostrando o livro a um vendedor no mezanino. É o livro do meu pai!, falei no térreo", referindo-se a "Alle radici del Brasile" (Raízes do Brasil), editado em 1936 e, curiosamente, encontrado no local.

O patriarca dos Holanda fora convidado a lecionar na Universidade La Sapienza di Roma e levou a mulher, Maria Amélia Cesário Alvim, e os sete filhos. Não seria a única experiência de Chico na cidade. Em 1969, exilou-se por alguns meses com a então mulher, Marieta Severo, logo após a ditadura baixar o AI-5 (Ato Institucional nº 5, marco do período mais duro da repressão).

São lembrados os temas caros a Chico. São muitas as vezes em que as marchinhas de Carnaval surgem pela história, em passagens carregadas de humor. "Bem no meio da missa, descobri que sabia assobiar, após inúmeras tentativas que davam em sopros secos ou perdigotos. Sem refletir, assobiei alto quatro compassos da marchinha da cachaça até minha mãe me dar um beliscão", conta. Tico quer ensinar a língua portuguesa para seu amigo italiano Amadeo, que trabalha em uma quitanda próxima de sua casa, e recorre à música. "Tu pensi que cachaça è acqua? Cachaça non è acqua, no." A tentativa é infrutífera.

Um tema recorrente, quiçá ficcional, é o desabrochar do bambino na sociedade italiana e o seu olhar sobre a figura feminina. Ali desfilam a professora de italiano de seu pai, a signorina Grazia, e sua musa Sandrene, a quem ele, ousadamente, escreve um livro, em inglês, em 200 folhas roubadas.

"Antes de Sandrene só houve Leslie Caron, atriz do filme 'Lili', o primeiro a que assisti em Roma. Saí do cinema apaixonado, e ao entrar na escola no dia seguinte, transferi para Sandrene minha paixão, achando que ela era a cara da Leslie Caron", diz.

Outro terreno onde o escritor reina é quando relata que a sua bola de futebol teria sido de Ghiggia (1926-2015), jogador uruguaio famoso por ter marcado o gol que derrotou a seleção brasileira em 1950. A vantagem tática rende outro episódio memorável quando ganha um lugar especial na frente da vitrine de uma loja de televisores para assistir ao jogo em que o Brasil perdeu para a Hungria (4 x 2) na Copa da Suíça em 1954.

E nesse passeio entrecortado pelo desejo e pela paixão, Chico navega pela cidade de Roma por lugares históricos que seguem compondo essa memória afetiva. Estão ali as Termas de Caracala, onde ele acompanhava a família à ópera; o Castel Gandolfo, cidade que abriga a residência oficial de verão dos papas; a Villa Torlonia, onde Benito Mussolini (1883-1945) morou entre 1929 e 1943 (hoje um museu) e a Villa Borghese, imenso complexo verde, onde ele passeava com sua bicicleta niquelada de pneus brancos (a foto ilustra a capa do livro).

O objeto cercado de apreço é uma homenagem explícita que o escritor faz ao clássico filme "Ladrões de Bicicletas" (1948), dirigido por Vittorio de Sica, símbolo do neorrealismo italiano.

O expatriado nunca sabe exatamente qual será o gatilho que irá disparar as emoções mais profundas, a nostalgia do país natal. Ou quando. "O tempo rodou num instante", já preconizava Chico em 1968, na canção "Roda-Viva". As memórias/não memórias estão aí para atestar. ■

Outros Escritos

Os sentimentos do arenque

Michel Laub

Sebald e as verdades da ficção

Dizem que todo cronista algum dia escreverá uma crônica sobre a falta de assunto. Já uma coluna sobre livros, em especial livros contemporâneos de ficção em prosa, dificilmente evitará certos debates de tom um pouco mais solene: sobre ética e estética (a diferença entre autor e obra), sobre estética e política (engajamento versus panfletarismo), sobre política em narrativas autoficcionais (como transcender o mero relato pessoal dando a ele uma dimensão pública?).

A solenidade leva a especulações sobre a natureza da arte, o papel dela num mundo tão fragmentado e impaciente como o atual. É comum dizer, por exemplo, que a ficção é uma espécie de reserva imaginativa, um espaço de liberdade entre os tantos discursos prescritivos que nos cercam. Mais difícil é entender como isso opera no nível miúdo do texto, frase a frase. Afinal, sabemos que cabe tudo num romance, incluindo o que pode desmentir seu caráter estritamente ficcional, e que um conto pode mesmo ser só aquilo que chamamos de conto.

Talvez o poder da ficção seja, justamente, o de rejeitar definições peremptórias a seu respeito. Pegue-se o caso da "Terceira parte" de "Os anéis de Saturno" (Record, 302 págs., tradução de Lya Luft), do alemão W.G. Sebald (1944-2001). Entre outras nove partes, essa é uma peça (um conto?, um capítulo de romance?, um fragmento de ensaio?) que pode ser lida autonomamente (e também como parte de um conjunto), cujos temas são anunciados já no índice do livro. Ali consta, como uma lista de subitens: "Pescadores de praia – História natural do arenque – George Wyndham Le Strange – Grande rebanho de porcos – Duplicação do ser humano – Orbis Tertius".

A lista corresponde a associações livres que um narrador alemão faz enquanto caminha pela costa da Inglaterra. Elas são ligadas por frases como "tudo isso me fez lembrar a história que" e "talvez tenha sido essa obscuridade que me fez lembrar que". A aparência esquemática é enganosa: entre um e outro desses enganches, mergulhamos em imagens vívidas, que concentram um mundo inteiro em poucos parágrafos, descrevendo do massacre de suínos no Evangelho de Marcos a um major que vivia cercado de aves nos anos posteriores à Segunda Guerra, na companhia de uma empregada que contratou "sob a estrita condição de que faria as refeições junto com ele (...) mantendo silêncio absoluto".

CRIS BIERRENBACH

Se as descrições já são inusitadas, a elas se unem fotos misteriosas, de registro entre o simbólico e o estranhamente literal, típicas da literatura de Sebald. O resultado é uma emulação de texto histórico ou biográfico, mas com sinal duplo constante: enquanto o movimento da leitura é para a frente, nas entrelinhas há como que uma força contrária, uma dúvida que faz o leitor patinar num terreno que nunca é firme. A história natural do arenque, por exemplo, não soa tão natural na citação das fontes do narrador — um documentário visto na juventude, um certo Noel de Marinière (que só aparece no Google vinculado ao próprio Sebald). Daí surgem especulações sobre infartos que os peixes sofreriam ao se debater nas redes de pesca, sobre a "organização fisiológica especial" que os protegeria da sensação de angústia ("mas na verdade nada sabemos dos sentimentos do arenque").

Não à toa, a última das divagações da "Terceira parte" é sobre um "texto argentino" que "se ocupa principalmente com nossas tentativas de inventar mundos de segundo ou até terceiro grau". Sem citar o autor, Sebald está falando do conto "Tlön, Uqbar, Orbis Tertius", em que Borges exerce seu humor ambivalente, a um só tempo fascinado e enfastiado com a exuberância e a inutilidade do próprio conhecimento enciclopédico — e da própria capacidade de juntar fatos reais e inventados. Algo disso está também em "Os anéis...", e cabe a nós imaginar os motivos para alguém adaptar o registro borgiano tantas décadas depois, em outra língua e cultura, diante de outra herança histórica.

De minha parte, arrisco uma hipótese influenciada por um ensaio de Sebald que já comentei aqui, "Guerra aérea e literatura" (Companhia das Letras, 132 págs., tradução de Carlos Abbenseth e Frederico Figueiredo). Seu tema é como a vergonha trazida pelo nazismo impediu romances alemães do pós-guerra de retratar devidamente, sem medo de olhar para os vários aspectos do horror do período, os bombardeios aliados que arrasaram de maneira gratuita setores civis de cidades como Dresden e Colônia. Ao final, há um ataque duro ao ficcionista Alfred Andersch, espelhando fatos de sua biografia e exemplos tirados da carpintaria de seus livros, tudo para desmentir sua então fama de autor que se opôs ao Terceiro Reich.

Em "Guerra aérea...", o valor histórico de maus textos literários surge como sintoma: a culpa de uma geração se traduz esteticamente em clichês retóricos e sentimentais ("noite fatídica", "o diabo estava à solta") dos romances que ela escreveu. É curioso pensar que pode haver um subtexto parecido em "Os anéis...": nas histórias que se emendam em cada tema de cada capítulo, surge o mesmo tema subterrâneo da fuga — falar de uma coisa para evitar falar de outra, usar um tom que afasta a concretude do objeto descrito. A rapidez com que os assuntos mudam na "Terceira parte" reproduz a volubilidade do pensamento e da memória, mas também pode sinalizar o fracasso do narrador em olhar diretamente para algo que só intuímos o que é — talvez sua solidão no presente, talvez sua relação com um passado do qual faz parte, claro, o passado do seu país de nascimento.

Poucos anos atrás, a biógrafa Carole Angier jogou luz sobre supostos fatos incômodos do método de trabalho de Sebald, como a apropriação de memórias alheias dadas como reais (e distorcidas para pior) em sua obra. Imediatamente surgiram analogias com o caso Andersch, o que é descabido porque o contexto é outro e as questões envolvidas são (bem) menos graves. Mas é interessante como o debate acaba integrando, numa ironia um tanto sebaldiana, o jogo de verdade/mentira que move o projeto literário por trás de "Os anéis...". A ficção não é uma via de mão única: dela fazem parte os sentidos imprevisíveis, alheios a normas e rótulos, construídos por nós leitores.

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da Queda" (2011), "Solução de Dois Estados" (2020) e "Passeio com o gigante" (2024), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS 249

Caminhos depois do abandono

Janela Crítica As boas surpresas de 'Estranho Caminho' e o novo filme de Ken Loach.
Por *Pedro Butcher*, para o Valor, do Rio

Depois de anos morando em Lisboa, o jovem cineasta David (Lucas Limeira, de "Cabeça de Nêgo") volta a Fortaleza para apresentar seu primeiro filme em um festival. Logo que chega, no entanto, é surpreendido pela pandemia da covid-19 e o primeiro lockdown. O local onde estava hospedado fecha as portas, os voos para Portugal são cancelados. David acaba pedindo ajuda ao pai, Geraldo (Carlos Francisco, de "Bacurau" e "Marte Um"), de quem havia se distanciado.

Não seria de esperar que relações pai-filho ainda tivessem muito a oferecer ao cinema, afinal trata-se de um dos assuntos mais abundantemente explorados, nas mais diversas cinematografias. Mas essa é a primeira boa surpresa de "Estranho Caminho", que avança por uma estrada ao mesmo tempo familiar e desconhecida, capaz de injetar sangue novo em um tema exaurido.

Direção e roteiro são assinados por Guto Parente, um dos fundadores da produtora/coletivo Alumbramento, que nos anos 2010 ajudou a recolocar o Ceará no mapa cinematográfico e trouxe um respiro de renovação necessário, e muito bem-vindo, em filmes como "Estrada para Ythaka" (2010), "Doce Amianto" (2013), "A Estranha Morte de Pérola" (2014) e "Inferninho" (2018). Aqui, Guto realiza seu longa mais "comunicativo", ainda que, possivelmente, também o mais pessoal.

Geraldo, o pai, aparece primeiro numa espécie de pesadelo que assombra David; depois, como a figura que hesita em abrigá-lo e só cede diante de circunstâncias incontornáveis. Haverá ainda uma terceira chave de aparição paterna, cuja revelação seria considerada um estrago à experiência do filme, mas que surpreende justamente por receber um tratamento trivial, nada espetacular.

A pandemia da covid e as medidas de distanciamento social, ignoradas pela grande maioria dos filmes (pelo menos explicitamente), é explorada de forma acertada, contribuindo para a construção de uma atmosfera não realista, mas que não chega a ser propriamente fantástica. Às vezes o filme é atravessado por um humor inesperado. E muitas outras vezes é tomado pelo tema dos "abandonos" e dos "vazios" — um deles, o abandono da cidade de Fortaleza, filmada como uma cidade quase-fantasma.

"Estranho Caminho" encontra uma forma de transformar a experiência do confinamento em algo que possa transcendê-la, sem adocicar essa experiência. A inquietude que marca o trabalho de Guto Parente encontra aqui sua forma com maior potencial de envolver e comover o público. Em um mundo em que a distribuição em salas de cinema fosse menos sufocada, o filme poderia encontrar um caminho extraordinário. Nas atuais circunstâncias, resta torcer para que encontre o melhor caminho possível.

O tema do abandono — ou melhor, abandonos — também marca o novo filme do cineasta inglês Ken Loach, "O Último Pub". Logo na primeira cena, vemos o protagonista T.J. Ballantyne (Dave Turner) ajeitando o letreiro de seu bar, chamado The Old Oak ("o velho carvalho"). A letra "k" está pendente, prestes a cair, mas ele consegue colocá-la de novo no lugar, pelo menos provisoriamente.

O bar Old Oak fica em uma pequena cidade na Inglaterra em que seus cidadãos se sentem completamente desiludidos e abandonados, sobretudo pela falta de trabalho, oportunidades e pela decadência dos serviços públicos. A chegada de refugiados sírios, que se instalam em um dos bairros da cidade, desperta, na grande maioria dos locais, hostilidade e preconceito. Uma das exceções é Ballantyne, que se esforça para receber os refugiados com um mínimo de respeito e assistência.

Loach é um cineasta fiel aos seus temas e às formas de desenvolvê-los. Sempre fez de seu cinema uma plataforma de crítica social a partir de estruturas dramáticas que admitem muito pouca variação, quase sempre se aproximando mais de melodramas, e, algumas poucas vezes, flertando com a comédia (caso de "À Procura de Erick", de 2009, e "A Parte dos Anjos", de 2012, talvez seus filmes mais interessantes da fase mais recente).

"O Último Pub" não chega a ser melodramático como seu filme anterior, "Você Não Estava Aqui", sobre a precarização do trabalho. Mas é um filme marcado pela tristeza de uma sociedade que parece chegar cada vez mais perto de um beco sem saída, fraturada ao ponto de não haver possibilidade de cicatrização.

Uma sala nos fundos do bar, que se encontrava abandonada, é a metáfora desse sentimento. Ela guarda a memória do pai de Ballantyne e das lutas dos trabalhadores das mineradoras que atuavam na região, ao mesmo tempo em que os abalos em suas estruturas básicas (eletricidade, encanamento) estão a ponto de comprometer sua existência.

"O Último Pub" pode não ser um dos filmes mais inspirados de Ken Loach, mas certamente vai agradar a quem admira a trajetória respeitável desse veterano humanista do cinema. ■

DIVULGAÇÃO

"Estranho Caminho" avança por uma estrada ao mesmo tempo familiar e desconhecida

Estranho Caminho
(Brasil, 2023) Dir: Guto Parente
Dist.: Embaúba Filmes. Em cartaz
★★★★☆

O Último Pub
(Reino Unido, 2023) Dir: Ken Loach
Dist.: Synapse. Estreia 8/8/24
★★★☆☆

Valor E
Sexta-feira, 2 de agosto de 2024

Legislação & Tributos SP

Fiscal Um dos casos mais aguardados, previsto para este mês, trata da exclusão do ISS do PIS/Cofins

Supremo julgará questões tributárias com impacto de R$ 712 bilhões aos cofres públicos

Beatriz Olivon
De Brasília

Estão nas mãos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo menos 32 importantes processos tributários contra União, Estados e municípios, com impacto estimado de R$ 712 bilhões aos cofres públicos. Três deles estão pautados para este mês e o mais aguardado pelos contribuintes é o que surgiu com a chamada "tese do século". Discute a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O levantamento foi realizado pelo escritório Machado Associados e reúne processos que estão indicados no Anexo de Riscos Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Apesar do valor ainda elevado do estoque, especialistas destacam que os casos mais relevantes já foram julgados pelos tribunais superiores nos últimos anos. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, tudo o que consta na LDO já teve o mérito analisado. Com isso, uma estimativa de impacto de R$ 80,4 bilhões foi reclassificada para "risco remoto".

Um dos julgamentos tributários mais aguardados pelos contribuintes pode ser realizado no dia 28. O STF pautou um recurso sobre a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O julgamento pode ter impacto de até R$ 35,4 bilhões para a União, em caso de derrota.

A discussão tem como pano de fundo a "tese do século", a retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins, definida no ano de 2017. O caso também pode influenciar outras "teses filhotes". Para os contribuintes, os motivos para excluir o ICMS valem para o caso do ISS. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), porém, discorda.

O tema também divide os ministros e ficou empatado, após oito votos, quando a questão começou a ser julgada no Plenário Virtual, em agosto de 2020 (RE 592616). Agora, com a transferência do caso para o plenário físico, o julgamento será reiniciado, mantendo-se os posicionamentos de ministros aposentados.

"Há uma expectativa grande dos prestadores de serviço, que aguardam uma definição há muitos anos", diz a advogada Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados. Para ela, a perspectiva é boa, por ser bem similar à "tese do século". Porém, acrescenta, em outras "teses filhotes", como a que trata do PIS e da Cofins na própria base de cálculo (RE 1233096), com impacto estimado em R$ 65,7 bilhões, os contribuintes podem não ter sucesso.

A expectativa leva em conta o entendimento do STF no julgamento que considerou constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) — RE 1187264. "Esperamos tre, de fato, decisões que se aprofundem na particularidade de cada discussão, privilegiando a jurisprudência histórica do tribunal. Mas com relação a teses filhotes, a expectativa em geral não é boa", afirma.

No mesmo dia em que foi pautada a exclusão do ISS da base do PIS e da Cofins, os ministros podem concluir a análise sobre a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) de pessoas físicas — a contribuição previdenciária do setor (ADI 4395). Nesse caso, o impacto potencial é de R$ 20,9 bilhões. A exigência já foi julgada constitucional e a discussão agora concentra-se na chamada sub-rogação — cobrança antecipada, espécie de substituição tributária.

DIVULGAÇÃO
Saul Tourinho: "Judiciário não deve ser tão cobrado a resolver as contas públicas"

Ainda consta na pauta de agosto um caso que interessa a Estados e municípios. Os ministros podem definir se incide o ICMS ou o ISS sobre operações de industrialização por encomenda, quando essa operação for etapa intermediária do ciclo produtivo da mercadoria (RE 882461).

Os casos que podem ter maior impacto, segundo a LDO, porém, ainda não foram pautados. Entre eles está o que discute os limites de dedução de gastos com educação no Imposto de Renda, estimado em R$ 115 bilhões (ADI 4927), e o que trata da necessidade da edição de lei complementar para que seja cobrado o PIS/Cofins Importação, estimado em R$ 325 bilhões (RE 565886).

Dificilmente os processos indicados no Anexo de Riscos Fiscais deverão afetar as contas públicas em 2024, segundo Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos. Mesmo que itens pautados sejam julgados, afirma, eles só terão efeitos depois do trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso), o que dificilmente se daria ainda no segundo semestre.

Sbardelotto divide em três momentos as consequências dos julgamentos tributários. O mais imediato são as compensações — as empresas pedem os créditos que teriam a receber e utilizam para abater dos valores de impostos devidos. A Lei nº 14.873, de 2024, porém, lembra, passou a impor um limite para o uso desses créditos, para garantir maior previsibilidade na arrecadação.

Decisões tributárias, diz o economista, ainda tem efeito sobre o cálculo dos tributos. Se o STF definir que o ISS não integra a base do PIS e da Cofins, a Receita Federal terá que deixar de cobrar dessa forma, o que impacta a arrecadação futura. Com a reforma tributária, contudo, acrescenta, apesar de preservados os valores em relação ao passado, esse efeito não seria mais sentido.

O terceiro momento, de acordo com Sbardelotto, é o da devolução de valores pagos a maior por meio de precatórios, que tem sido também uma preocupação nos últimos anos. "Leva mais tempo para se concretizar, mas afeta significativamente o orçamento."

Para Saul Tourinho Leal, sócio do Tourinho Leal Drummond de Andrade Advocacia, há uma pressão grande por parte da União para resultados em julgamentos que ajudem as contas públicas. A expectativa do tributarista para o segundo semestre, contudo, é que com a reforma tributária e a possibilidade de outras medidas por parte do governo quanto ao orçamento, o Judiciário não seja tão cobrado a resolver o problema das contas públicas, como vem ocorrendo.

"O Anexo de Riscos Fiscais mapeia, dentre outros, fatores que podem gerar custos para a União, a exemplo de decisões judiciais, particularmente, envolvendo questões tributárias", diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). "São custos em potencial, em resumo, que devem ser acompanhados, um a um, com bastante atenção."

Segundo Salto, em alguns casos, a Fazenda Nacional conseguiu vencer as disputas que poderiam implicar custos ou perda de arrecadação para a União, o que deve ser enaltecido. Ele destaca a discussão previdenciária sobre a "revisão da vida toda" e lembra da solução encontrada para minimizar o impacto da decisão que excluiu o ICMS na base do PIS e da Cofins, concretizada com a Lei nº 14592, de 2023. A norma determina a exclusão do ICMS na apuração de créditos das contribuições sociais.

No STJ, ainda que sem estimativa de impacto nem inclusão na LDO, chama a atenção da tributarista Maria Andréia dos Santos a discussão sobre a natureza dos planos de stock options para determinar a alíquota aplicável do Imposto de Renda e o momento de incidência do tributo (REsp 2069644).

A advogada Ariane Guimarães, sócia do escritório Mattos Filho, destaca outros temas relevantes que aguardam julgamento pelo STJ em recursos repetitivos. Um deles trata da possibilidade de restituição de valores pagos a maior à título de ICMS-ST (REsps 2034975, 2034977 e 2035550). Outro vai definir se a oferta de seguro garantia ou de fiança bancária pode suspender a exigibilidade de crédito não tributário (REsps 2007865, 2037317, 2037787 e 2050751).

Procurada pelo **Valor**, a PGFN não comentou o assunto.

Reforma trabalhista volta à pauta da Corte

Beatriz Olivon
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou, para este mês, o julgamento de relevantes assuntos trabalhistas. Constam na pauta da sessão do Plenário, no dia 21, processos sobre a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), proteção de trabalhadores em relação à automação e a validade de demissão sem justa causa.

Da reforma trabalhista, será retomado o julgamento sobre a validade do contrato de trabalho intermitente, adotado para serviços esporádicos. O relator, ministro Edson Fachin, votou para derrubar essa possibilidade de contratação e foi acompanhado pela ministra Rosa Weber (aposentada). Já os ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes votaram pela constitucionalidade (ADI 5826, ADI 5829 e ADI 6154).

Esse é o caso mais relevante e que gera maior expectativa, tanto para empresas quanto para trabalhadores, segundo o advogado Wellington Ferreira, do escritório Loeser e Hadad Advogados. Ele destaca que esse modelo de contrato representa uma forma de flexibilização das relações de trabalho e, por isso, a decisão do STF pode ter um impacto significativo no mercado.

"O contrato de trabalho intermitente está no centro das atenções devido às suas implicações imediatas e diretas na dinâmica de contratação e nos direitos trabalhistas", afirma o advogado.

Também para a advogada Mariana Rabelo, do escritório Ubaldo Rabelo Advogados, as ações que questionam a validade do trabalho intermitente são as mais relevantes das discussões trabalhistas no STF. "Não é tão utilizado, mas a definição pelo STF pode incrementar as contratações nessa modalidade, trazendo segurança jurídica", diz.

A participação dessa modalidade de contratação no mercado de trabalho brasileiro é inferior a 1% do estoque de vínculos, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mas ela tem aumentado anualmente entre 0,1 e 0,2 ponto percentual. No ano de 2022, os contratados para trabalho intermitente representaram, em média, 2,8% do total de empregos formais criados, de acordo com a mesma pesquisa.

Segundo Eduardo Ubaldo, sócio do Ubaldo Rabelo Advogados, boa parte dos questionamentos sobre a reforma trabalhista que chegaram ao STF já foi julgada, como a terceirização da atividade-fim. Para ele, é importante que esses assuntos sejam resolvidos já que a reforma já tem quase dez anos e ainda não há segurança jurídica sobre todos os itens.

DIVULGAÇÃO

"Decisão sobre contrato intermitente pode incrementar contratações"
Mariana Rabelo

Paralelamente à questão da reforma trabalhista, no mesmo dia, os ministros do STF podem definir se o Congresso Nacional foi omisso por ainda não ter regulamentado o dispositivo da Constituição Federal que confere aos trabalhadores, urbanos e rurais, o direito social à proteção em face da automação.

"A necessidade dessa proteção hoje é ainda maior do que na década de 80 [quando a Constituição foi promulgada]", afirma Ubaldo. "A regulamentação se tornou muito mais complexa", acrescenta. Segundo o advogado, já existe um projeto de lei sobre o tema em andamento no Senado. Mas caso o STF entenda que há descumprimento de previsão constitucional, diz ele, pode determinar que a tramitação desse projeto seja acelerada.

Por meio desse processo, para Ubaldo, "os ministros serão chamados a resolver um ponto polêmico: como utilizar a tecnologia no mundo do trabalho sem precarizar trabalhadores, nem levar à demissão em massa".

Em parecer, a Procuradoria-Geral da República (PGR) destaca que ainda não há regulamentação para essa previsão constitucional, apesar de várias propostas legislativas terem sido apresentadas sobre o tema. No documento, o órgão cita estudo realizado, no ano de 2017, pela Consultoria McKinsey, que estimou a perda de até 50% dos postos de trabalho, no Brasil, em função da automação, uso da tecnologia da informação e da inteligência artificial.

Já a discussão sobre a validade da demissão sem justa causa, ainda não foi concluída por causa de um impasse no julgamento. Todos os ministros já votaram no Plenário Virtual. Contudo, a divisão dos votos em quatro correntes diferentes fez com que nenhuma delas chegasse a seis votos, apesar de existirem pontos em comum sobre a possibilidade de o empregador demitir um trabalhador sem justificativa — como um fator econômico, financeiro, técnico ou disciplinar.

Embora já tenha sido formada maioria de votos pela impossibilidade de um presidente revogar a participação do Brasil em tratados internacionais sem ouvir o Congresso Nacional, as conclusões dos ministros são diversas quanto aos efeitos dessa medida sobre a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata do tema.

O caso se arrasta no Judiciário há 20 anos. Discute a validade de um decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que retirou o Brasil da Convenção nº 158 da OIT. O texto estabelece que é necessária uma "causa justificada" para dar fim a uma relação de trabalho. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) questionou a revogação no Supremo (ADI 1625).

Destaque

Propaganda irregular

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve a condenação de um laboratório que promoveu propaganda irregular de um de seus medicamentos. A empresa, que apelou contra auto de infração imposto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), teria desrespeitado pelo menos três determinações da norma que regulamenta propagandas e práticas de divulgação de medicamentos no país (Resolução RDC nº 102/2000). A decisão foi proferida pela 12ª Turma, que acompanhou o voto da relatora, juíza federal convocada Rosimayre Gonçalves de Carvalho. Em síntese, essas foram as irregularidades encontradas na propaganda: divulgação de medicamento de venda sob prescrição médica em impresso não técnico-científico; ausência de apresentação da classificação quanto à prescrição e dispensação do medicamento; e ausência de referências bibliográficas para uma das expressões utilizadas na propaganda. Na decisão, os julgadores do TRF-1 levaram em consideração que a Anvisa, autarquia federal responsável pela proteção da saúde da população, possui competência para regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária, incluindo medicamentos, alimentos e seus insumos (processo nº 0033395-90.2006.4.01.3400).

Reforma: não cumulatividade e bens de uso e consumo pessoal

Opinião Jurídica

Melina Rocha

Um dos pilares da reforma tributária é a não cumulatividade dos novos tributos – o IBS e a CBS. Como tributos do tipo IVA (Imposto sobre o Valor Agregado), o IBS e a CBS são plurifásicos, incidindo sobre todas as operações com bens e serviços ao longo da cadeia produtiva. Por ser um tributo sobre o consumo, o ônus econômico do IVA deve recair sobre o consumidor final. Assim, para que não haja tributação em cascata e para assegurar a desoneração no meio da cadeia, o IVA é não cumulativo. Na prática, a não cumulatividade significa que os adquirentes no meio da cadeia podem tomar crédito do tributo pago nas suas aquisições de bens e de serviços, o que faz com que não sejam onerados.

A Emenda Constitucional (EC) nº 132/23 diz que o IBS e a CBS serão não cumulativos, compensando-se os tributos devidos pelo contribuinte com os montantes cobrados sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bens ou serviços. Essa redação é mais ampla do que a regra da não cumulatividade existente em outros países. A Diretiva Europeia do IVA prevê que o sujeito passivo tem direito à dedução "quando os bens e os serviços sejam utilizados para os fins das suas operações tributadas". No Canadá, permite-se o creditamento do imposto pago na aquisição de bens e de serviços que sejam utilizados em atividades comerciais. Já na Nova Zelândia, o imposto suportado nas aquisições pode ser deduzido na medida em que os bens ou serviços sejam usados ??para a realização de fornecimentos tributáveis. Percebe-se que a regra do creditamento nesses países sempre traz um condicionante: a utilização das aquisições para fins de operações tributadas ou atividades comerciais.

A EC 132/23, ao contrário, não trouxe condicionante similar para a tomada do crédito, já que menciona expressamente que todas as aquisições de bem ou de serviço darão direito ao crédito. A EC 132/23 optou por delimitar o creditamento não através de condicionantes para o seu exercício, mas por suas exclusões: as aquisições de bens e serviços consideradas de uso ou consumo pessoal e as hipóteses previstas pela própria Constituição.

O objetivo da restrição do crédito relativo a bens e serviços de uso e consumo pessoal é tributar situações de consumo final e privado do próprio contribuinte ou de pessoas a ele relacionadas. Por serem aquisições que não têm relação ou não são necessárias para as atividades econômicas do contribuinte, o crédito do IVA pago nessas aquisições não é devido. O PLP 68/24 já aprovado na Câmara dos Deputados elenca as hipóteses de bens de uso e consumo pessoal que não darão direito a crédito: joias, pedras e metais preciosos, obras de arte e antiguidades de valor histórico ou arqueológico, bebidas alcoólicas, derivados do tabaco, armas e munições, e bens e serviços recreativos, esportivos e estéticos.

Esse tipo de restrição ao creditamento também é comum em outros países. Na França, além da regra geral de indedutibilidade de créditos relativos a bens e serviços adquiridos para fins privados e que não tenham ligação direta com operações tributáveis, veda-se também o creditamento de bens fornecidos gratuitamente, especialmente a título de salário, gratificação, bonificação ou presente, qualquer que seja o beneficiário. Além disso, o crédito também é vedado quanto às despesas de habitação efetuadas em benefício de dirigentes ou colaboradores da empresa, e relativas a veículos e serviços de transporte de passageiros. No Canadá, o crédito é vedado: i) no caso de bens ou serviços destinados ao uso, consumo ou benefício pessoal de empregado ou parente do inscrito; ii) na locação, arrendamento ou licença, para consumo, uso ou benefício pessoal de um indivíduo relacionado ao inscrito; iii) e em casos específicos, em que o creditamento é parcial, como na aquisição e aluguel de veículo de passageiros e aeronaves e nas despesas com alimentos, bebidas ou entretenimento, qualquer que seja a finalidade.

Além da restrição ao creditamento, uma outra maneira de se tributar esse consumo final é através da incidência do IVA sobre o fornecimento de bens de uso e consumo pessoal a pessoas relacionadas. Esse é o caso da Nova Zelândia, que determina a aplicação do IVA sobre "fringe benefits". Essa tributação se fundamenta no fato de que o empregador está fornecendo bens e serviços para consumo pessoal do empregado, e esse fornecimento deve ser tributado da mesma maneira que os bens e serviços fornecidos diretamente por terceiros.

O PLP 68/24 trouxe tal previsão ao determinar a incidência do IBS e da CBS sobre o fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços para uso e consumo pessoal do próprio contribuinte, quando este for pessoa física, ou de empregados, sócios, acionistas, administradores e membros de conselhos do contribuinte. O projeto traz uma lista exemplificativa dos bens de uso e consumo pessoal sobre os quais haverá incidência do IBS e da CBS: habitação, veículo, equipamentos e serviços de comunicação, saúde, educação, alimentação, bebidas e seguro, salvo se utilizados exclusivamente na atividade econômica do contribuinte.

A tributação do fornecimento de bens e serviços para uso e consumo pessoal de pessoas relacionadas ao contribuinte, na linha do PLP 68/2024, é medida correta e indispensável para se cumprir o princípio da neutralidade e evitar diferenças na tributação entre o fornecimento feito por meio do contribuinte e aquele realizado diretamente pelo fornecedor.

Melina Rocha é consultora internacional para o BID e especialista em IVA, doutora pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e coordenadora executiva do GT IVA do NEF/FGV-SP

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 138ª E 140ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 16E0707976 / 16E0708207) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 138ª e 140ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 138ª e 140ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de junho de 2016, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **22 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 138ª e 140ª Séries da 1ª Emissão – (IF 16E0707976 / 16E0708207), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 161ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18H0104549) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 161ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 161ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de agosto de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 161ª Série da 1ª Emissão – (IF 18H0104549), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 31 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 119ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19F0210606) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 119ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 119ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de junho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 119ª Série da 4ª Emissão – (IF 19F0210606), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 130ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1003755) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 130ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 130ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 130ª Série da 4ª Emissão - (IF 19K1003755), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 169ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20L0653519) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 169ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 169ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 169ª Série da 4ª Emissão – (IF 20L0653519), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 126ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20H0676515) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 126ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 126ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de agosto de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 126ª Série da 4ª Emissão - (IF 20H0676515), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 247ª E 248ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882396/ 19L0882417) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 247ª e 248ª Séries da 1ª Emissão - (IF 19L0882396/ 19L0882417), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 358ª E 359ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0968384 / 21F0968392) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21F0968384 / 21F0968392), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 137ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 16C0208472) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 11 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 137ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 137ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 31 de março de 2016, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **11 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 137ª Série da 1ª Emissão – (IF 16C0208472), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 31 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 16ª EMISSÃO (IF 22D1289605 / 22D1289606) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 30 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão – (IF 22D1289605 / 22D1289606), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 125ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19I0360674) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 125ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 125ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de setembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de agosto de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 125ª Série da 4ª Emissão – (IF 19I0360674), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 31 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 218ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0882449) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 218ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0882449), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 120ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19F0211868) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 120ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 120ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de junho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 120ª Série da 4ª Emissão – (IF 19F0211868), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 223ª E 540ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19J0265419/ 22K0075397) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 223ª e 540ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 223ª e 540ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de outubro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 223ª e 540ª Série da 1ª Emissão – (IF 19J0265419/22K0075397), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 331ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0749580) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 331ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 331ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de agosto de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 331ª Série da 1ª Emissão - (IF 21C0749580), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 162ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18H0104568) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 162ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 162ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de agosto de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 162ª Série da 1ª Emissão – (IF 18H0104568), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 31 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 166ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20K0115319) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 166ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 166ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de novembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **22 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 166ª Série da 4ª Emissão – (IF 20K0115319), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19C0177076) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de março de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 4ª Emissão – (IF 19C0177076), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 13/08/2024, às 15h30 | 2º Público Leilão: 15/08/2024, às 15h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VILA PORTO ITAPEVI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 29.814.575/0001-20, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Instrumento Particular de Venda e Compra de Imóvel, com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária do Imóvel em Garantia de Pagamento e Outras Avenças, firmado em 13/07/2021, na cidade de São Paulo/SP, o seguinte **IMÓVEL: LOTE Nº 01 DA QUADRA "B" do loteamento "RESIDENCIAL VILA PORTO I", Itapevi/SP. ÁREA TOTAL DO TERRENO: 192,31m². Medidas e Confrontações**: mede 4,90m em linha reta de frente para a Rua 4; mede 25,53m de frente para a Rua 5 em dois segmentos, 14,55m em curva com raio de 7,00m e 10,98m em linha reta; mede 5,66m em linha reta do lado direito, de quem da Rua 5 olha, confrontando com parte do Lote nº 20 da mesma quadra; mede 20,00m em linha reta, do lado esquerdo de quem da Rua 4 olha, confrontando com o Lote nº 02. Matrícula Imobiliária nº 14.577 do CRI de Itapevi/SP. Inscrição Municipal nº 23.132.53.27.0001.00.000. Consolidação da propriedade em 10/07/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 222.916,82. 2º Leilão: R$ 192.664,68. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos e despesas para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto ao CRI de Itapevi/SP e todos os demais órgãos competentes; **6.** O Arrematante deverá observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **7. IMÓVEL DESOCUPADO**. Em caso de eventual ocupação, a desocupação ficará a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **8.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **RICARDO DE MORAIS**, CPF nº 277.958.848-90 e **PAULA APARECIDA DE OLIVEIRA MORAIS**, CPF nº 307.447.128-07, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 13/08/2024, às 11h45 | 2º Público Leilão: 15/08/2024, às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 14/10/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 61, 6º ANDAR DO EDIFÍCIO ITAOCA,** à Rua Guian, nº 334, Vila Campestre, Bairro do Cupecê, 42º Subdistrito - Jabaquara, São Paulo/SP. Áreas: Útil: 78,20m²; Comum: 17,06m²; Total Construída: 95,26m²; FIT: 2,27272%, com direito ao estacionamento de um automóvel, em lugar indeterminado. Matrícula Imobiliária nº 52.047 do 8º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 091.172.0382-1. Consolidação da propriedade em 05/07/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 360.420,16. 2º Leilão: R$ 267.783,93. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **JOSÉ LUIZ GONÇALVES MAFFEI** – CPF nº 014.574.878-29, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 255ª E 257ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20C1008009 / 20C1008074) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 255ª e 257ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 255ª e 257ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de março de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de agosto de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 255ª e 257ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20C1008009 / 20C1008074), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 127ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20E0979858) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 127ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 127ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de maio de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 127ª Série da 4ª Emissão – (IF 20E0979858), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 116ª E 117ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19H0182182 / 19H0205086) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de agosto de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de agosto de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão – (IF 19H0182182 / 19H0205086), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 31 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 — NIRE 35.300.335.295

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 20.6.2024

Aos 20 dias do mês de junho de 2024, às 11h30, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio Campanha Junior como secretário. Durante a reunião, os Conselheiros aprovaram a proposta da Diretoria para pagar juros sobre o capital próprio intermediários, no valor total de R$60.000.000,00, sendo R$0,159958730 por ação, independentemente da espécie, aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade nesta data (data de declaração e data-base de direito). Os referidos juros sobre o capital próprio serão pagos até 31.1.2025, pelo valor líquido de R$0,135964920 por ação, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 9º da Lei nº 9.249/95, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensadas da referida tributação, os quais receberão pelo valor declarado, e serão computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício, previsto no Estatuto Social. ***Quórum da Deliberação:*** Unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos conselheiros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Milton Matsumoto, Denise Aguiar Alvarez, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Octavio de Lazari Junior, Marcelo de Araújo Noronha e Cassiano Ricardo Scarpelli. Declaramos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **BBD Participações S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 282.667/24-6 em 22.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 352ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0608916) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 352ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 352ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 352ª Série da 1ª Emissão – (IF 21E0608916), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

**EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 173ª, 174ª, 175ª e 176ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0141606/ 17I0141643/ 17I0181533/ 17I0141694) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de setembro de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **22 de agosto de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de setembro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 173ª, 174ª, 175ª e 176ª Série da 1ª Emissão – (IF 17I0141606/ 17I0141643/ 17I0181533/ 17I0141694), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00352691302024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90126/2024.
Nº Processo: 024.00063845/2024-12.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Administrativas e Judiciais.
Total de Itens Licitados: 13 (treze).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 02/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 05/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/08/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00353137182024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90125/2024.
Nº Processo: 024.00101501/2024-19.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de demandas do Componente Especializado.
Total de Itens Licitados: 09 (nove itens).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 02/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 05/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 19/08/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

LWSA S/A

Companhia Aberta com Capital Autorizado - CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da LWSA S/A ("**Companhia**") para a Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**"), a ser realizada às 15:00 horas do dia 30 de agosto de 2024, exclusivamente de forma digital, possibilitando a participação dos Acionistas por meio da plataforma eletrônica *Zoom*, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, ("**Resolução CVM 81**") para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) A ratificação da contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1400, Conjunto Térreo 801, Chácara Santo Antônio, CEP 04.719-911, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29 ("**Empresa Avaliadora**") como responsável pela elaboração e apresentação dos laudos de avaliação dos acervos líquidos contábeis das seguintes sociedades detidas integralmente pela Companhia: (a) Tray Tecnologia em ECommerce Ltda., sociedade limitada, com sede social na Avenida Alcides Lajes Magalhães, nº 130, Sala 01, Bairro do Jardim Acapulco, CEP 17.525.220, no Município de Marília, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.844.842/0001-31 ("**Tray**" e "**Laudo de Avaliação Tray**", respectivamente); (b) Etus Social Network Brasil Ltda., sociedade limitada, com sede social na Rua Professor Alonso Ferraz, nº 46, Bairro do Alto da Boa Vista, CEP 14.025-530, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 30.649.094/0001-95 ("**Etus**" e "**Laudo de Avaliação Etus**", respectivamente); e (c) Organisys Software Ltda., sociedade limitada, com sede social na Rua Olavo Bilac, nº 914, Sala 101, Bairro Imigrante, CEP 95.702-000, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 01.056.417/0001-39 ("**Bling**" e "**Laudo de Avaliação Bling**", respectivamente), todos na data-base de 30 de junho de 2024, para fins das Incorporações; (ii) No contexto da incorporação da Tray pela Companhia ("**Incorporação Tray**"): (a) a ratificação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Tray Tecnologia em ECommerce Ltda. pela LWSA S/A" ("**Protocolo e Justificação Tray**"); (b) a aprovação do Laudo de Avaliação Tray; e (c) a aprovação da Incorporação da Tray pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação Tray; (iii) No contexto da incorporação da Etus pela Companhia ("**Incorporação Etus**"): (a) a ratificação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Etus Social Network Brasil Ltda. pela LWSA S/A" ("**Protocolo e Justificação Etus**"); (b) a aprovação do Laudo de Avaliação Etus; e (c) a aprovação da Incorporação da Etus pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação Etus; (iv) No contexto da incorporação da Bling pela Companhia ("**Incorporação Bling**"): (a) a ratificação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Organisys Software Ltda. pela LWSA S/A" ("**Protocolo e Justificação Bling**"); (b) a aprovação do Laudo de Avaliação Bling; e (c) a aprovação da Incorporação da Bling pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação Bling; (v) A aprovação, exceto se decorrente de exigência legal ou regulatória, da dispensa de publicações dos anexos da AGE e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar, tempestivamente, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas na AGE. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1. Documentos à disposição dos Acionistas:** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (http://ri.lwsa.tech/), bem como nos websites da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos Acionistas na AGE e demais informações:** Poderão participar virtualmente da AGE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto à distância ("**BVD**"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do BVD disponibilizado pela Companhia. Os Acionista ou seu representante legal que optar por participar virtualmente da AGE deverá enviar requerimento solicitando o *link* de acesso à plataforma digital *Zoom* (observado o prazo indicado abaixo) e apresentar documento que comprove sua identidade no momento da AGE. Os Acionistas que optarem por participar da AGE diretamente ou por procurador devidamente constituído, de forma virtual por meio da plataforma eletrônica *Zoom*, deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: (i) um documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) o último estatuto ou contrato social consolidado válido e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is), caso o Acionista seja pessoa jurídica; (iii) o último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social válido do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is), caso o Acionista seja fundo de investimento; (iv) comprovante de participação acionária na Companhia, emitido pela instituição depositária, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e, se for o caso, (v) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem poderes do representante legal do Acionista, outorgada nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Para participar virtualmente da AGE os Acionistas deverão enviar e-mail ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia (ri@lwsa.tech) **até 2 (dois) dias antes da realização da AGE**, ou seja, **até 28 de agosto de 2024**, para: (i) solicitar a participação virtual e apresentar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital *Zoom*) indicados neste Edital de Convocação, em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via *Zoom* estará restrito aos Acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima ("**Acionistas Credenciados**"). Os Acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem a documentação obrigatória para sua participação virtual na AGE dentro deste prazo não poderão participar da AGE. Recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados pelos Acionistas Credenciados, a Companhia enviará convites individuais para admissão e participação na AGE aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por Acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na AGE com até 4 (quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGE, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone **+55 11 3544-0479** com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGE para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual. Considerando que a AGE é um ambiente restrito aos Acionistas Credenciados, onde serão tratados assuntos de interesse da Companhia, todos os participantes devem se identificar ao ingressarem na plataforma *Zoom*, de forma clara e inequívoca, sob pena de serem expulsos da reunião. A Companhia recomenda que o Acionista Credenciado se familiarize de modo prévio com o uso da plataforma eletrônica *Zoom* a ser disponibilizada pela Companhia, bem como busque garantir a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com a utilização da referida plataforma. Para evitar eventuais problemas operacionais, a Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas Credenciados acessem a referida plataforma com antecedência de 30 (trinta) minutos antes da realização da AGE. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a AGE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas Credenciados que acessem a plataforma *Zoom* para participar e, conforme o caso, votar na AGE. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do *Zoom* com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na AGE. Os Acionistas Credenciados que participarem da AGE via *Zoom*, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à AGE e subscritores da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do artigo 47, III, da Resolução CVM 81. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AGE, dispensará o cumprimento das formalidades de reconhecimento de firma, autenticação, notarização, consularização e apostilamento dos documentos listados no Edital de Convocação referentes à participação e votação na AGE e, ainda, permitirá a apresentação de procurações assinadas por meio eletrônico em caso de constituição de procuradores para participação na AGE, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem os BVDs por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no BVD a ser disponibilizado pela Companhia. A despeito da possibilidade de participar e votar na AGE via plataforma eletrônica *Zoom*, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação, a Companhia recomenda aos Acionistas que seja dada a preferência ao BVD para fins de votação na AGE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede de internet dos computadores dos Acionistas prejudique o exercício do seu direito de voto na AGE. São Paulo, 31 de julho de 2024. **Ricardo Gora -** Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 58ª EMISSÃO (IF CRA02200CNN) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 58ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 58ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **22 de agosto de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 58ª Emissão – (IF CRA02200CNN), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ/MF: 15.578.569/0001-06 - NIRE: 35.300.438.26-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Junho de 2024

1 - Data, Hora e Local: Dia 28 de junho de 2024, às 10 horas, na sede social da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária"), localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100. **2 - Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), considerando a presença da totalidade dos acionistas. **3 - Mesa:** Presidente: Flavia Monteiro de Barros Soto; e Secretária: Maria Carvalho Miranda. **4 - Ordem do Dia:** (i) Substituição do Presidente do Conselho de Administração da Concessionária. **5 - Assuntos e Deliberações:** Os Acionistas aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma sumária e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos Acionistas. Examinada a matéria constante da ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto e tomada a seguinte deliberação: **5.1. -** Substituição do Presidente do Conselho de Administração da Concessionária: Os Acionistas escolhem para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. **João Luiz Fukunaga,** brasileiro, bancário, portador da identidade nº 30.695.930-6 e inscrito no CPF sob o nº 324.445.148-90, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 501 - 4º andar, CEP: 22250-040, Botafogo/RJ, indicado pelo acionista Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR, em substituição ao Sr. João Pinto Rabelo Júnior, o qual permanece como membro efetivo, em complemento ao mandato, até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Concessionária que se realizará em abril de 2026. O Sr. João Luiz Fukunaga declara estar desimpedido na forma da lei para o exercício do cargo para o qual foi escolhido. A declaração de desimpedimento e o termo de posse encontram-se arquivados na sede da Companhia. **6 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes. Mesa: Flavia Monteiro de Barros Soto - Presidente; e Maria Carvalho Miranda - Secretária. Acionistas: Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Guarulhos, 28 de junho de 2024. Flavia Monteiro de Barros Soto - Presidente da Reunião; Maria Carvalho Miranda - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 287.502/24-7 em 29/07/2024. Maria Cristina Frei Secretária Geral.

BSP Empreendimentos Imobiliários D162 S.A.

CNPJ nº 20.617.780/0001-20 – NIRE 35.300.514.785

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 29.4.2024

Data, Hora, Local: Em 29.4.2024, às 11h10, na sede social Avenida Alphaville, 779, 5º andar, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa: Presidente:*** Vinicius Marinho da Cruz; Secretário: Joaquim Rondon da Rocha Azevedo. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 27.3.2024 no jornal "Valor Econômico", página H22. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** • considerando a integralização de 1.460.423 (um milhão, quatrocentas e sessenta mil, quatrocentas e vinte e três) ações, ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, subscritas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.4.2018, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 253.059/18-5, em 25.5.2018, e por chamada da Diretoria da Sociedade, em reunião desta data (29.4.2024), as quais foram integralizadas pela acionista da Sociedade, SEQ07 Empreendimentos Imobiliários Ltda., CNPJ nº 21.427.135/0001-08, pelo valor de R$1.460.423,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e três reais), com a utilização de créditos de sua titularidade existentes na Sociedade, oriundos de Adiantamento para o Futuro Capital (AFACs) feitos em 7.7.2023 e 7.8.2023, nos valores de R$470.874,00 (quatrocentos e setenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais) e R$989.549,00 (novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais) respectivamente, as acionistas da Sociedade deliberaram alterar o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$55.929.756,00 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais), dividido em 55.929.756 (cinquenta e cinco milhões, novecentas e vinte e nove mil, setecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas, das quais 18.550.443 (dezoito milhões, quinhentas e cinquenta mil, quatrocentas e quarenta e três) integralizadas e 37.379.313 (trinta e sete milhões, trezentas e setenta e nove mil, trezentas e treze) a serem integralizadas.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) aprovaram integralmente as contas da administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) reelegeram, membros da Diretoria da Sociedade, os senhores, ***Diretor Financeiro: Vinicius Marinho da Cruz***, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97; ***Diretor Comercial: Joaquim Rondon da Rocha Azevedo***, brasileiro, casado, arquiteto, RG 8.340.180/SSP-SP, CPF 183.507.168-60; e ***Diretor: Estevão Augusto Oler Scripilliti***, brasileiro, casado, securitário, RG 28.005.956-5/SSP-SP, CPF 296.558.668/74; e elegeram, para compor a Diretoria da Sociedade, o senhor ***Diretor-Presidente: Luiz Carlos Angelotti***, brasileiro, casado, contador, RG 10.473.334-2/SSP-SP, CPF 058.042.728/25, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os quais: a) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027; b) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 3) fixaram o valor mensal de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos diretores, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Vinicius Marinho da Cruz; Secretário: Joaquim Rondon da Rocha Azevedo; Acionistas: BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., representada por seu Diretor, senhor Vinicius Marinho da Cruz; e SEQ07 Empreendimentos Imobiliários Ltda., representada por seu Diretor, senhor Joaquim Rondon da Rocha Azevedo. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Vinicius Marinho da Cruz - *Secretário*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 269.518/24-1, em 22.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 330ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0749579) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em 1ª (primeira) convocação no dia **28 de agosto de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, de identificação no título do e-mail a operação (CRI 330ª Série da 1ª Emissão – (IF 21C0749579), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado do documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto a distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Procuradoria Geral da República

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO DE PRÉVIA MANIFESTAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90016/2024 - UASG 200100

Processo nº 1.00.000.021122/2022-06

Considerando que o pregão em epígrafe passará por mudanças substanciais no encargo da contratação, ensejando em tese sua revogação, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 71 da Lei 14.133, fica aberto o prazo de três dias úteis para prévia manifestação dos interessados. A manifestação poderá ser enviada para o e-mail: pgr-licitacao@mpf.mp.br.

LEONARDO SANTOS DA COSTA

Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

LWSA S/A

CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2024

Data, Hora, Local: 08.07.2024, às 09 horas, na sede social, Rua Itapaiúna, 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros do seu Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Ricardo Gora, Secretário: Rafael Chamas Alves. **Deliberações Aprovadas:** [A] em atenção aos atuais limites para colegiadas aprovações de aportes e investimentos por parte desta Companhia, contemplados em seu vigente Estatuto Social, ratificação da autorização para regularização de precedente Futuro Aumento de Capital Social ("AFAC"): [A.1] em sua subsidiária direta e integral Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda., CNPJ/MF 08.844.842/0001-31, com sede social em Marília/SP, JUCESP-NIRE nº 35.220.905.249, no consolidado montante total e bruto de R$ 49.864.000,00, em espécie e a ser, oportunamente materializado via nova e subsequente Alteração do Contrato Social da TrayTecnologia; [A.2] em sua subsidiária direta e integral Locaweb Commerce Holding., CNPJ/ME 38.261.528/0001-97, com sede social em São Paulo/SP, JUCESP-NIRE 35.233.146.431, no consolidado montante total e bruto de R$ 80.158.000,00, em espécie e a ser, oportunamente materializado via nova e subsequente Alteração do Contrato Social da LwCommerce; [B] ficam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia (bem como demais representantes legais constituídos) autorizados a assinarem todos os documentos principais e acessórios, bem como a praticarem todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações aprovadas nesta solene reunião. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, SP, 08.07.2024. Membros do Conselho de Administração: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benício Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; e, Manuela Vaz Artigas. JUCESP 285.284/24-1 em 25.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

HYPERA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251 - Código CVM nº 21431

Ata da Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 23 de Julho de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada em 23 de julho de 2024, às 10:00 horas, no escritório administrativo da Hypera S.A. ("Companhia"), localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 24º andar, Cj. 241, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05502-001. **2. Convocação e Presença:** Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, os conselheiros foram devidamente convocados. Estavam presentes, os Srs. Marcelo Curti, Roberto Daniel Flesch, Mauro Stacchini Junior e Edgard Massao Raffaelli. Presentes, ainda, o representante da administração da Companhia, o Sr(a)s. Ramon Sanches Frutuoso Silva e Juliana Aguinaga Damião Salem, bem como os Srs. Fábio André Gonçalves Ferreira, Gerente Executivo de Controles Internos, Auditoria e Gestão de Riscos, Sr. Vinicius Felizardo, Gerente de Auditoria e o Sr. João Paulo Mello de Macedo Costa, Gerente Executivo Jurídico, além do representante da PricewaterhouseCoopers ("PwC"), auditoria independente da Companhia, o Sr. Marcos Carvalho. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcelo Curti, que convidou a mim, Letícia Peres Ibrahim, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Analisar e discutir sobre **(i)** o Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") referente aos resultados do segundo trimestre de 2024, nos termos do artigo 32, parágrafo segundo, alínea "f", do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** o Plano de trabalho da área de Auditoria Interna da Companhia para o exercício social corrente; **(iii)** as Contingências cíveis e trabalhistas da Companhia; e **(iv)** aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após discussão e análise da matéria constante da Ordem do Dia, os membros do Conselho Fiscal presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: (i) O Sr. Ramon Sanches Frutuoso Silva apresentou os resultados da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2024, destacando os pontos relevantes, e, em seguida, o Sr. Marcos Carvalho apresentou os trabalhos realizados pela PwC referentes ao mesmo período. Após esclarecimentos de dúvidas, os conselheiros fiscais tomaram ciência do ITR; (ii) O Sr. Fabio André Gonçalves Ferreira e o Sr. Vinicius Felizardo apresentaram a estrutura, histórico de funcionamento e o plano de trabalho da área de Auditoria Interna da Companhia para o exercício social corrente, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2024; (iii) O Sr. João Paulo Mello de Macedo Costa apresentou a estrutura da área jurídica da Companhia, o cenário atual e comparativos dos últimos 3 (três) anos das contingências cíveis e trabalhistas, bem como os principais temas que envolvem a área trabalhista e cível; (iv) Por fim, aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia, conforme Anexo I à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho Fiscal. Mesa: Marcelo Curti (Presidente) e Letícia Peres Ibrahim (Secretária); Conselheiros: Marcelo Curti, Roberto Daniel Flesch, Mauro Stacchini Junior e Edgard Massao Raffaelli. *Confere com a versão lavrada em livro próprio*. São Paulo, 23 de julho de 2024. Mesa: **Letícia Peres Ibrahim -** Secretária.

CPFL Energias Renováveis S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50 - NIRE nº 35.300.335.813

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 25 de Abril de 2024

I - Dia, Hora e Local: Aos 25 dias do mês de abril de 2023, às 09h30, na sede social da **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("CPFL Renováveis" ou Companhia"), localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13087-397. **II - Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista da presença das acionistas **CPFL Energia S.A.** ("CPFL Energia") e **CPFL Geração de Energia S.A.** ("CPFL Geração"), em conjunto "Acionistas", representando a totalidade do capital social. **III - Presença:** As acionistas **CPFL Energia** e **CPFL Geração** compareceram às Assembleias Gerais, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **IV - Mesa:** Presidente: Karin Regina Luchesi, e Secretária: Thais de Arruda Leite Ribeiro. **V - Ordem do Dia: Em Assembleia Ordinária: (1) tomar as contas** dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer do Auditor Independente, bem como **aprovar** a proposta de destinação do resultado do exercício; **(2) fixar** a remuneração global dos administradores da Companhia; **(3) conhecer** da renúncia de membro do Conselho de Administração; e **(4) eleger** membro do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Extraordinária: (1) conhecer** da atualização dos limites de alçada dos órgãos colegiados da Companhia; e **(2) aprovar** a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **VI - Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata: (1)** dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nestas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76; **(3)** dispensada, por unanimidade, a presença de membros da administração da Companhia e do auditor independente, nos termos do art. 134, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76. **VII - Deliberações:** Após a análise e discussão relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, as acionistas deliberaram, por unanimidade: **Em Assembleia Ordinária: (1) Aprovar** as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Parecer da Auditoria Independente e a destinação do resultado do exercício, conforme descrito abaixo:

Destinação do Resultado (R$)	
Resultado do Exercício	**1.360.023.959,12**
Dividendos Prescritos	–
Reversão do Resultado Abrangente	26.611.989,00
Incentivos Fiscais	–
Realização de Reserva de Lucros a Realizar	–
Outros	–
Resultado do Exercício a ser Destinado	**1.386.635.948,12**
Reserva Legal	**11.689.857,18**
Dividendo Mínimo Obrigatório	**337.083.525,49**
Dividendo Adicional Proposto	**1.037.862.565,45**

(2) Fixar a remuneração dos administradores da Companhia para o período de maio de 2024 a abril de 2025, no valor global de R$ 7.010.330,29. **(3) Conhecer** da renúncia, com efeitos a partir de 5 de abril de 2024, do Sr. **Eduardo dos Santos Soares,** brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.640.714 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 141.374.928-32, como **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia;** e **(4) Eleger** o Sr. **Bruno Augusto Pereira Rovea,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade de RG nº 33801124 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.613.828-29, residente e domiciliado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, como **membro efetivo do Conselho de Administração.** O Sr. Bruno é eleito para cumprir o restante do mandato a partir da presente data até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, tomando posse mediante assinatura do Termo de Posse, no qual consta a declaração de desimpedimento, nos termos do Artigo 147, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e nos termos da instrução CVM nº 80, de 30 de março de 2022. Considerando as alterações acima mencionadas nos itens (3) e (4), **consignar** a atual composição do Conselho de Administração, conforme segue: Sra. **Karin Regina Luchesi,** brasileira, casada, engenheira de produção, portadora da cédula de identidade RG nº 27.371.339-5 e inscrita no CPF/MF sob o nº 219.880.918-45; Sr. **Futao Huang,** chinês, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RNE nº G362937-5 e inscrito no CPF/MF sob nº 239.777.588-37; Sr. **Bruno Augusto Pereira Rovea,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade de RG nº 33801124 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.613.828-29; Sr. **Yunwei Liu,** chinês, casado, administrador, portador da cédula de identidade RNE nº G363925-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 239.777.718-50, todos com endereço comercial na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. **Em Assembleia Extraordinária: (1) Conhecer** da atualização dos limites de alçada dos órgãos colegiados da Companhia pelo IPCA, nos termos do Estatuto Social, que ocorreu no início do exercício social, bem como a atualização da redação, conforme documento consolidado abaixo. **(2) Aprovar** a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação conforme documento abaixo. **VIII - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes. Karin Regina Luchesi (Presidente da Mesa), Giulia Lucato de Souza Frazatto (Secretária), CPFL Energia (por seus representantes legais Karin Regina Luchesi e Flávio Henrique Ribeiro) e CPFL Geração (por seus representantes legais XinJian Chen e Flávio Henrique Ribeiro). Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. A presente Ata é cópia da Ata lavrada em livro próprio de atas de Assembleia Geral, sendo autorizada a publicação e o registro desta ata na forma de extrato, com omissão de assinaturas dos Acionistas e supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Campinas, 25 de abril de 2024. **Mesa: Karin Regina Luchesi -** Presidente da Mesa; Thais de Arruda Leite Ribeiro **-** Secretária. **JUCESP** nº 210.645/24-6 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **CPFL Energias Renováveis S.A. -** Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50 - NIRE nº 35.300.335.813. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1 -** A **CPFL Energias Renováveis S.A.** ("Companhia") reger-se-á pelo presente Estatuto, pelas disposições constantes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia e pela legislação aplicável em vigor. **Artigo 2 -** A Companhia tem por objeto social: (a) a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, tais como, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), fazendas eólicas, termoelétricas de biomassa, energia fotovoltaica, com a consequente prestação de serviço público de geração de energia elétrica; (b) a exploração de atividades de projeto, engenharia, licenciamento, financiamento, aquisição, operação e manutenção de ativos de geração e potenciais de geração de energia, desde que relacionados a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (a) acima; (c) a comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (d) o investimento no capital de outras sociedades (de forma individual ou sob a forma de consórcio de empreendimentos) na área de geração de energia elétrica, sem a utilização de combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (a) acima, ou de serviços a esta relacionados; (e) a prestação dos serviços e a intermediação de negócios associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia; e (f) o exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao seu objeto social. **Parágrafo 1º -** A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, através de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital social, ou ainda, por meio de fundos de investimentos em participações. **Parágrafo 2º -** As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem estar localizadas no Brasil. **Parágrafo 3º -** A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente esperadas de uma empresa holding, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear. **Artigo 3 -** A Companhia tem sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397 podendo abrir, alterar e encerrar filiais, escritórios, agências ou outras instalações, em qualquer localidade. **Artigo 4 -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas: Artigo 5 -** O capital social é de R$ 2.632.291.914,16, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 593.782.504 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Único -** A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. **Artigo 6 -** A Companhia, através de deliberação tomada em Assembleia Geral de Acionistas, poderá emitir ações preferenciais, em uma ou mais classes, resgatáveis ou não, observado o limite legal. **Artigo 7 -** A Companhia, mediante aprovação da Assembleia Geral, poderá emitir valores mobiliários, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela. **Artigo 8 -** É vedada a emissão de partes beneficiárias. **Seção I - Da Assembleia Geral: Artigo 9 -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal quando instalado, ou por acionistas, na forma da lei. **Artigo 10 -** Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das competências legalmente previstas: (a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social; (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado; (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (f) fixar o montante global anual da remuneração dos membros da Administração, bem como o montante global da remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado; (g) declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio, observado o disposto neste Estatuto; (h) determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante; (i) deliberar previamente sobre a celebração, alteração e rescisão em contratos de concessão; (j) deliberar sobre a abertura, alteração de endereço e o encerramento de filiais, escritórios, agências ou outras instalações no exterior; (k) a reforma do Estatuto Social; e (l) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confiram a outro órgão. **Artigo 11 -** A Assembleia Geral será presidida pelo(a) Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por seu/sua substituto(a) e, na ausência do último, pelo Diretor Presidente da Companhia e, na sua ausência, por qualquer outra pessoa indicada pelos Acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do Secretário. **Capítulo III - Órgãos da Administração: Artigo 12 -** A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. **Artigo 13 -** A investidura nos respectivos cargos será feita mediante assinatura, de termo de posse no livro próprio, bem como o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, devendo permanecer em seus cargos até a investidura dos novos membros da Administração eleitos. **Artigo 14 -** Os membros da Administração da Companhia automaticamente aderirão ao Código de Conduta, às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários aplicáveis ao Grupo CPFL, ao tomar posse. **Artigo 15 -** Nas reuniões dos órgãos de Administração será permitida a participação dos membros através de conferência telefônica ou videoconferência e serão admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro membro, por escrito, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem. **Artigo 16 -** Os órgãos da Administração reunir-se-ão com a presença de metade mais um dos membros eleitos e deliberarão pelo voto da maioria dos presentes. **Seção I - Do Conselho de Administração: Artigo 17 -** O Conselho de Administração será constituído por no mínimo 3 e no máximo 7 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** O Conselho de Administração terá um Presidente, nomeado na Assembleia Geral que eleger seus membros. **Artigo 18 -** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 anos, admitida a reeleição. **Artigo 19 -** No caso de vacância de membro do Conselho de Administração, seu substituto poderá ser nomeado pelo Presidente do Conselho e servirá até a primeira Assembleia Geral a ser realizada após a vacância. **Parágrafo 1º -** No caso de ausência ou impedimento temporário do(a) Presidente do Conselho de Administração, será substituído(a) em suas funções, por outro membro do Conselho de Administração que o(a) Presidente designar e, na falta dessa indicação, o eleito pela maioria dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º -** No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, o Conselho de Administração deverá eleger um(a) novo(a) Presidente que exercerá as suas funções durante o período remanescente do mandato. **Artigo 20 -** Compete ao Conselho de Administração, além de outros poderes conferidos por lei ou por este Estatuto Social, deliberar sobre: (a) eleição dos membros da Diretoria Executiva, podendo destituí-los a qualquer tempo; (b) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria Executiva lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral; e (c) a seleção ou destituição dos auditores externos nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 1º -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 7 dias de antecedência, com a indicação das matérias a serem tratadas, as quais serão acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários. **Parágrafo 2º -** Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado acima. **Parágrafo 3º -** A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação. **Seção II - Da Diretoria Executiva: Artigo 21 -** A Diretoria Executiva compor-se-á de pelo menos 2 e até 10 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, podendo ter sua designação definida no momento da eleição. **Parágrafo 1º -** O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 2 anos, admitida a reeleição. **Parágrafo 2º -** Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria Executiva permanecerão nos cargos até a posse dos seus sucessores. **Parágrafo 3º -** A função do Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercida cumulativamente a outras atribuições executivas. **Artigo 22 -** Na hipótese de vacância temporária ou permanente de um dos cargos de Diretor Executivo, poderá o Diretor Presidente substituí-lo ou indicar, dentre os demais Diretores Executivos, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda a eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vacância temporária no cargo de Diretor Presidente, o Presidente do Conselho de Administração determinará qual membro da Diretoria Executiva exercerá temporariamente a função, até a eleição do substituto. **Artigo 23 -** Compete à Diretoria Executiva, além de outros poderes conferidos por lei ou por este Estatuto Social, deliberar sobre: (a) todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; (b) a abertura, a alteração de endereço e o encerramento de filiais, escritórios, agências ou outras instalações em qualquer parte do País, da Companhia e/ou suas subsidiárias e afiliadas; (c) a abertura, a alteração de endereço e o encerramento de filiais, escritórios, agências ou outras instalações no exterior das suas subsidiárias e afiliadas; (d) contratos de compra de materiais e aquisição de serviços de valor igual ou superior a R$ 8.704.261,45, da Companhia e/ou suas subsidiárias e afiliadas, exceto contratos de serviços celebrados com instituições financeiras e contratos de compra e venda de energia, para os quais deve ser observada a alçada descrita no item (e) abaixo; (e) contratos de outras naturezas de valor igual ou superior a R$ 17.412.342,24, da Companhia e/ou suas subsidiárias e afiliadas; (f) alienação, oneração ou constituição de garantias, da Companhia e/ou suas subsidiárias e afiliadas, que envolvam: (f.i) bens móveis, veículos e demais ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 2.047.162,85; (f.ii) bens imóveis de qualquer valor; (g) doação (ou qualquer tipo de cessão não remunerada de quaisquer bens, dinheiro ou mesmo cessão de direitos), de qualquer valor, da Companhia e/ou suas subsidiárias e afiliadas; (h) sobre a proposta de emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direitos de crédito contra ela, bem como notas promissórias pelas suas subsidiárias e afiliadas; (i) sobre a proposta de declaração de dividendos intermediários e/ou intercalares, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio, das suas subsidiárias e afiliadas; (j) sobre a proposta de seleção ou destituição dos auditores externos nos termos da Lei 6.404/76 das suas subsidiárias e afiliadas. **Parágrafo 1º -** Compete ao Diretor Presidente, além das funções, atribuições e poderes a ele(a) cometidos pelo Conselho de Administração, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia. **Parágrafo 2º -** Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e aos órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, bem como manter atualizado o registro de Companhia. **Artigo 24 -** Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidades ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos, ser assinados alternativamente: (a) por 2 Diretores Executivos; (b) por 1 Diretor Executivo em conjunto com 1 procurador, nos limites do seu instrumento de mandato; (c) por 2 procuradores, nos limites do seu instrumento de mandato; ou (d) por 1 Diretor Executivo ou por 1 procurador nos limites do seu instrumento de mandato sempre que previamente autorizado pela Diretoria Executiva. **Parágrafo 1º -** As procurações outorgadas pela Companhia deverão (i) ser assinadas por 2 Diretores Executivos, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos e (iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações "ad judicia" e "ad judicia et extra", que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado; e (b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento. **Parágrafo 2º -** Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor Executivo ou procurador, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, incluindo, mas não se limitando a: (a) prática de atos de simples rotina administrativa, incluindo, mas não se limitando a, aqueles praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, associações, agências regulatórias, fundações, Procuradoria, empresas públicas, sociedades de economia mista, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seus bancos arrecadadores; (b) atos perante as concessionárias, permissionárias e autorizadas; (c) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias; (d) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias; (e) junto a órgãos de proteção ao crédito; (f) em processos licitatórios públicos e privados, incluindo, mas não se limitando a atualização cadastral, credenciamento, envio de declarações e habilitação; e (g) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação em Juízo. **Artigo 25 -** Compete a qualquer membro da Diretoria Executiva, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral. **Seção IV - Do Conselho Fiscal: Artigo 26 -** O Conselho Fiscal não funcionará de forma permanente e poderá ser instalado pela Assembleia Geral, obedecidas as disposições legais, e será composto por 3 membros e respectivos suplentes. **Parágrafo 1º -** Os honorários globais dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária. **Parágrafo 2º -** As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei. **Capítulo IV - Do Exercício Social: Artigo 27 -** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo único -** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5%, antes de qualquer outra destinação, para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, para pagamento de dividendo obrigatório, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o menor entre os seguintes valores: (c.1) 80% do capital social; ou (c.2) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia; e (d) em caso de prejuízo no exercício, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida. **Artigo 28 -** Por deliberação da Assembleia Geral, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; o valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente. **Artigo 29 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais em 30 de junho de cada ano, ou em menores períodos. **Parágrafo 1º -** A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários e intercalares. **Parágrafo 2º -** A Assembleia Geral poderá declarar juros sobre o capital próprio e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 30 -** Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Artigo 31 -** Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 anos, contados do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo V - Disposições Finais: Artigo 32 -** Os valores monetários referidos nos Artigos deste Estatuto serão atualizados em janeiro de cada ano, e serão corrigidos no início de cada exercício social, com base na variação do IPCA divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

NEOENERGIA SOBRAL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 27.853.556/0001-87 - NIRE: 33300323716

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

1. DATA/HORÁRIO/LOCAL: No dia 27 de junho de 2024, às 11:30 horas, na sede da companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Flamengo, CEP 22210-904 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada, conforme faculta o artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Srs. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Marques Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a: Distribuição de Juros sobre Capital Próprio. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar e discutir o assunto da ordem do dia, a acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: **APROVAR,** a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ 1.092.000,00 (Um milhão e noventa e dois mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, condicionados a anuência de credores, se aplicável. **6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS:** Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2024. **Presidente** - Fabiano Uchoas Ribeiro; **Secretária** - Rozilene Garcia; **Neoenergia Transmissão S.A. -** Fabiano Uchoas Ribeiro - Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. Certifico o arquivamento em 28/06/2024, sob o nº 00006316603. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90101/2024,** referente ao processo nº **024.00105487/2024-14**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM SAÚDE, NA MODALIDADE INTERNAÇÃO DOMICILIAR, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 02/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90104/2024,** referente ao processo nº **024.00120915/2024-39**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS DE BOMBA DE INSULINA EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 14/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 02/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

Springs Global Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57 - NIRE nº 3130002243-9 - Companhia Aberta

AMMO Varejo S.A.

CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01 - NIRE 3530057383-8 - Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Belo Horizonte/MG, 1º de agosto de 2024 - A Springs Global Participações S.A. (Springs Global, B3: SGPS3) e AMMO Varejo S.A. (AMMO) comunicam ao mercado que: 1. Conforme informado por Fato Relevante de 26 de julho de 2024, a AMMO VAREJO firmou acordo com o Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ODERNES"), que pôs fim a disputa relativa ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Ammo Varejo S.A." celebrado em 30 de maio de 2022. 2. O FIP ODERNES possui como garantia as ações da AMMO VAREJO S.A., empresa detentora das marcas MMARTAN, ARTEX, CASA MOYSÉS e PERSONO. 3. O acordo contemplou, quando ocorrer a transferência da marca MMARTAN, a desconstituição da garantia representada pelas Ações da AMMO VAREJO. A marca MMARTAN será licenciada sem ônus para a AMMO e quando da conclusão do pagamento da debênture será readquirida pela AMMO por valor simbólico. Portanto, a AMMO continuará se utilizando da marca MMARTAN. 4. Os negócios da AMMO continuam dentro da normalidade, sem disputa e com a manutenção de seus ativos e marcas.

Para mais informações, contatar: +55 11 2145 4476 - *ri@springs.com*

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90102/2024,** referente ao processo nº **024.00123298/2024-23**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 02/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.